

Boletim GeoÁfrica

Vol. 4. Número 12
Jan.- Jun. 2025



Número Varia



12



SOBRE A REVISTA

O *Boletim GeoÁfrica* é uma publicação trimestral, em formato digital, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana (GeoÁfrica). O *Boletim* publica contribuições científicas (de todas as áreas do conhecimento) em português, inglês, francês e espanhol revisadas por pares e agrupadas em dossiês temáticos, assim como entrevistas com especialistas, divulgação de teses e dissertações recentemente defendidas, e resenhas de livros recém-publicados. Abre, também, a possibilidade de publicação de textos de cunho mais jornalístico, assim como comentários livres sobre imagens, exposição de fotografias artísticas, receitas culinárias, escritos literários, desenhos e ilustrações, resenhas e recursos musicais e audiovisuais. As contribuições almejam todas divulgar conhecimento e notícias sobre realidades contemporâneas da África subsaariana.



Contato

GeoÁfrica/Programa de Pós-Graduação em Geografia - Sala I 28
Instituto de Geociências
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Athos da Silveira Ramos nº274
Cidade Universitária, Ilha do Fundão
CEP 21941-916

Editor Chefe
Frédéric Monié – UFRJ - Brasil

Comissão editorial
Antonio Gomes de Jesus Neto – USP - Brasil
Hagira Naide Gelo Machute – UPM – Moçambique
José Júlio Júnior Guambe – UPM – Moçambique
Luana Alves Lessa – UFRJ – Brasil
Mussá Abdul Remane – UPM – Moçambique
Nelson Cortes Pacheco Junior – UNICAMP – Brasil

Conselho Consultivo

Alice Freia (Universidade Rovuma, Moçambique)
Albino Eusebio (Universidade Licungo, Beira, Moçambique)
Aziz Abdul Sodoré (Université Joseph Ki-Zerbo, Ouagadougou, Burkina Fasso)
Catia Antonia da Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
Colin Darch (University of Cape Town, South Africa)
Damião Ginga (Academia Diplomática Venâncio de Moura, Luanda, Angola)
Elmer Agostinho C. de Matos (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Gilberto Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Gustavo Sobrinho Dgedge (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)
Inês Macamo Raimundo (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Joaquim Miranda Maloa (Universidade Rovuma, Moçambique)
José Julião da Silva (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)
João Lima (Universidade Licungo, Moçambique)
Lamine Savané (Université de Ségou, Mali)

Liazzat Bonate (University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad and Tobago)
Mônica Arroyo (Universidade de São Paulo, Brasil)
Mônica Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Nazir Can (Universitat Autònoma de Barcelona / Serra Húnter Programme)
Raimundo Mulhaisse (Universidade de Licungo, Moçambique)
Ringo Benjamim Victor (Universidade Púnguè, Tete, Moçambique)
Rogers Hansine (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Roseemberg Ferracini (Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba)
Rui Jacinto (Universidade de Coimbra, Portugal)
Stéphanie Lima (Université Toulouse Jean Jaurès, France)
Tatiana Reis (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)
Vanito Viriato Marcelino Frei (Universidade Rovuma, Moçambique)
Vivian Santos da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Comitê Científico Júnior

Emanuel Rungo (Universidade Pedagógica, Maputo)
Gabrielle Moura (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Gustavo Moreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Maíra Ludwig (Universidade Federal do Rio de Janeiro)



Volume 4, Número 12, jan. – jun. de 2025

Capa desta edição

Frédéric Monié

Equipe técnica / Diagramação

Antonio Gomes de Jesus Neto; Frédéric Monié; Gustavo Moreira;
Nelson Cortes Pacheco Junior

Boletim GeoÁfrica/Programa de Pós-graduação em Geografia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil –
Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África

Subsaariana - Vol.4, nº12 (2025)

Disponível online: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg>

Trimestral. ISSN: 2764-5851

Palavras-chave. 1. África subsaariana; 2. Moçambique; 3. Recursos Humanos; 4. Impactos ambientais; 5. Educação inclusiva; 6. Saúde mental



Boletim GeoÁfrica
Volume 4, Número 12, jan. – jun. de 2025

SUMÁRIO



Editorial

Por Frédéric Monié

ENTREVISTA

Violência, democracia e conflitos pós-eleitoral em Moçambique. Entrevista com Severino Ngoenha

Por Severino Ngoenha; Joaquim Miranda Maloa; Ivanilson Tomás; Plácido Miguel, Aide Francisco Baraca; Nelo Samuel Manuel & Honda Mário

VARIA

A geografia humanista como auxílio para a construção da árvore de sonho na resposta humanitária aos deslocados internos do terrorismo no centro de acolhimento de Malica em Moçambique

Por Nelsa João Lazaro & Joaquim Miranda Maloa

Impactos socioambientais dos ciclones tropicais em Moçambique

Por Alfatílio Sevenhane Batela Húo, Deolinda Lurdes Inácio, Hélio João da Silva Andicene & Daniel Cuinhane

Contribuição do ecoturismo para o desenvolvimento das comunidades da zona tampão do parque nacional de Zinave (Moçambique)

Por Joaquim Gomes André Chitata, Gildo Ernesto Mazine & Zacarias Augusto Rungo

Capital humano, género e educação: desafios do empoderamento da mulher num contexto de choques culturais (Moçambique)

Por Palvina Manuel Nhambi



Boletim GeoÁfrica

A concepção dos gestores, professores e encarregados de educação acerca da inclusão escolar em Moçambique: sua influência para a implementação efectiva desta política educativa
Por Perlo Miquidade António Rabeca

Eficácia das passagens semiautomáticas na garantia da qualidade total (Moçambique)
Por Palvina Manuel Nhambi, Roberto Adolfo & Ronaldo Fulgêncio Sebastião M'Gogodo

Impacto da aposentadoria na vida do colaborador: estudo de caso, serviço distrital de educação de Lichinga, Moçambique (2024).
Por Inácio Agostinho Saize, Carlos Luís Aristides & Rosário Martinho Sunde

Saúde mental na atenção primária à saúde pós naufrágio na Ilha de Moçambique
Por Rosário Martinho Sunde, Mariamo Anli Andiame & Olindo Nhamaze Soca

ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Entrevista com a Doutora Rafaela Pinto Serpa

EXPRESSÕES CULTURAIS

Diálogos transnacionais: as vozes da literatura e as políticas linguísticas em angola. Entrevista com Nsimba José
Por Nsimba José, Caroline Coltrin Pereira & Gustavo Augusto Moreira

Encontros que entrelaçam ideias e a cultura da arte. (Do Ekwenje à Possibilidades Estética Artística e Teatral Angolana)
Por Victorino Cavinja Satchimuco

GeoÁfrica divulga....



Boletim GeoÁfrica
Volume 4, Número 12, jan. – jun. de 2025

EDITORIAL



Por Frédéric Monié

1

Frédéric Monié

Departamento de Geografia e Programa de
Pós-Graduação em Geografia (PPGG),
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Coordenador GeoÁfrica

orcid.org/0000-0002-8738-3301

Contato. frericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar

MONIÉ, Frédéric. Editorial. **Boletim
GeoÁfrica**, v. 4, n. 12, p. 1-5, jan.-jun. 2025

EDITORIAL

O décimo segundo número do *Boletim GeoÁfrica* recebeu e publica contribuições sob a forma de artigos científicos, entrevistas e ensaios distribuídos entre as sessões *Varia*, *Áfricas na Pós* e *Expressões culturais*. Abrindo a *Sessão Varia*, a entrevista do filósofo moçambicano Severino Ngoenha por Joaquim Miranda Maloa; Ivanilson Tomás; Plácido Miguel, Aide Francisco Baraca; Nelo Samuel Manuel e Honda Mário, expõe criticamente temas muito relevantes relacionados a atualidade política em Moçambique. O professor situa a crise atual numa perspectiva transversal de médio prazo (as décadas passadas) para analisar com clareza suas raízes históricas contemporâneas. As ambiguidades da mobilização dos intelectuais e do posicionamento de instituições midiáticas e da sociedade civil em tempos de repressão brutal das manifestações populares são também analisadas pelo filósofo. Severino Ngoenha reflete também sobre as adversidades enfrentadas na elaboração de uma “Terceira Via” política no seu país com destaque para o campo institucional cujas disfunções prejudicam práticas de poder republicanas. A juventude, e a sociedade em geral, têm que desempenhar um papel central na construção de alternativas políticas e da democracia.

A seguir, o artigo de Nelsa João Lazaro & Joaquim Miranda Maloa, intitulado *A geografia humanista como auxílio para a construção da árvore de sonho na resposta humanitária aos deslocados internos do terrorismo no centro de acolhimento de Malica em Moçambique* propõe uma reflexão original sobre um problema maior enfrentado por inúmeros países e regiões da África subsaariana onde conflitos armados geram fluxos de milhões de refugiados e deslocados. A insurgência em curso no Norte de Moçambique, também provocou movimentos significativos de população. A capacidade de resposta humanitária das autoridades e da sociedade é determinante para oferecer condições de vida dignas aos deslocados. Nesse cenário, a Geografia Humanista pode contribuir a ação humanitária valorizando as percepções subjetivas dos deslocados na construção de um espaço vivido humanizado. Por sua parte, Alfatílio Sevenhane Batela Húo, Deolinda Lurdes Inácio, Hélio João da Silva Andicene & Daniel Cuinhane refletem sobre desastres locais diretamente relacionados as mudanças climáticas globais. O artigo *Impactos socioambientais dos ciclones tropicais em Moçambique* aponta a vulnerabilidade desse país diante das ocorrências de ciclones tropicais com elevado grau de risco de devastação. Combinado aos



efeiitos das enchentes e das ondas de calor, os ciclones impactam severamente a agricultura moçambicana contribuindo para a insegurança alimentar nos espaços rurais. Sofrendo, também, das alterações do clima global, a atividade turística enfrenta diversos desafios. Em *Contribuição do ecoturismo para o desenvolvimento das comunidades da zona tampão do parque nacional de Zinave (Moçambique)*, Joaquim Gomes André Chitata, Gildo Ernesto Mazine & Zacarias Augusto Rungo analisam a expansão do ecoturismo no Parque Nacional de Zinave, em Moçambique, onde, além da conservação da biodiversidade e do crescimento econômico local, a integração das comunidades locais na construção de um modelo sustentável de desenvolvimento da atividade é imprescindível. A professora Palvina Manuel Nhambi apresenta, por sua parte, uma contribuição muito relevante aos debates sobre a emancipação das mulheres na sociedade moçambicana em *Capital humano, género e educação: desafios do empoderamento da mulher num contexto de choques culturais (Moçambique)*. Ressalta de que maneira o modelo androcêntrico, ainda predominante, constitui um gargalo maior para o empoderamento da mulher evidenciando contradições entre modelos tradicionais de educação da mulher e a necessária construção de alternativas emancipadoras. O artigo *A concepção dos gestores, professores e encarregados de educação acerca da inclusão escolar em Moçambique: sua influência para a implementação efectiva desta política educativa*, assinado por Perlo Miquidade António Rabeca, evidencia, por seu lado, a dificuldade de operacionalizar a inclusão escolar apesar dos progressos registrados no campo das políticas públicas. Obstáculos relacionados à aceitação de uma nova filosofia educacional, a formação dos professores, a questões burocráticas e materiais dificultam a aplicação das orientações inclusivas. Ainda no ambiente escolar, o princípio da qualidade total do ensino é abordado no artigo de Palvina Manuel Nhambi, Roberto Adolfo & Ronaldo Fulgêncio Sebastião M'Gogodo, intitulado *Eficácia das passagens semiautomáticas na garantia da qualidade total (Moçambique)*. As medidas preconizando as passagens semiautomáticas no sentido de facilitar a inclusão escolar e resolver os problemas levantados pela repetência são questionados pela autora e os autores do texto, que desenvolveram sua pesquisa em escolas da Província de Tete. O artigo assevera que uma abordagem mais sistémica, considerando todos os aspectos da integração escolar e da aprendizagem nas escolas, é necessária para alcançar um patamar superior de qualidade. *Impacto da aposentadoria na vida do colaborador: estudo de caso, serviço distrital de educação de Lichinga, Moçambique (2024)* é o título do artigo de Inácio Agostinho Saize, Carlos Luís Aristides & Rosário Martinho Sunde que aborda o tema da mudança



de estilo e qualidade de vida dos ex-funcionários após sua aposentadoria. Sua saúde mental é frequentemente impactada por uma mudança brusca que mereceria maiores orientação e acompanhamento. O artigo *Saúde mental na atenção primária à saúde pós naufrágio na Ilha de Moçambique*, da autoria de Rosário Martinho Sunde, Mariamo Anli Andiame & Olindo Nhamaze Soca, analisa as ações de acolhimento e apoio psicológico às famílias que perderam entes no naufrágio, que vitimou 98 passageiros em abril de 2024 na Ilha de Moçambique. Os autores ressaltam a relevância da mobilização em prol da saúde mental dessas famílias.



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes para os Estudos Africanos. Rafaela Serpa, convidada neste número, desenvolveu uma pesquisa de doutorado intitulada *Burburka Soomaaliya: Guerra e Colapso do Estado Somali (1988-2000)*. Sua tese foi defendida em 2025 no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.



A sessão *Expressões Culturais* apresenta duas contribuições que versam sobre aspectos da cultura angolana. Em *Diálogos transnacionais: as vozes da literatura e as políticas linguísticas em Angola. Entrevista com Nsimba José*, o professor Nsimba José, doutor em Literatura, é entrevistado por Caroline Coltrin Pereira & Gustavo Augusto Moreira. O pesquisador ressalta a relevância das abordagens transdisciplinares na análise das memórias coletivas, das cosmogonias e patrimônios imateriais locais. Nsimba José analisa a formulação das políticas linguísticas em Angola e como as migrações interferem nas línguas, na cultura e nas vozes da literatura. O professor afirma-se crítico das políticas que buscam privilegiar o português em detrimento das línguas autóctones. Por fim, Victorino Cavinja Satchimuco, docente em Teatro da Faculdade de Arte da Universidade de Luanda (Angola), publica um ensaio intitulado *Encontros que entrelaçam ideias e a cultura da arte. (Do Ekwenje à Possibilidades Estética Artística e Teatral Angolana)* onde



provoca os olhares de criação e de pensamentos de produção de ideias, com base numa pesquisa versando sobre a identidade do teatro angolano.

Boa leitura!!!



SESSÃO VARIA

Entrevista



VIOLÊNCIA, DEMOCRACIA E CONFLITOS PÓS-ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE. ENTREVISTA COM SEVERINO NGOENHA

Por Severino Ngoenha; Joaquim Miranda Maloa; Ivanilson Tomás António; Plácido Bento Miguel, Aide Francisco Baraca; Nelo Samuel Manuel & Honda Mário

Severino Ngoenha

Reitor da Universidade Técnica de Moçambique (UDM) e Professor Catedrático da Universidade Pedagógica de Maputo –UP

Joaquim Miranda Maloa

Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociência da Universidade Rovuma, Niassa, Departamento de Geociências, Moçambique
[http://orcid.org/0000-0002-9277-2133](https://orcid.org/0000-0002-9277-2133)
Contato: joaquimmaloa@gmail.com

Ivanilson Tomás António

Licenciado em Geografia da Universidade Rovuma, Niassa, Moçambique
<https://orcid.org/0009-0007-7516-7920>
Contato: Ivanilsontomasantonio7@gmail.com

Plácido Bento Miguel

Licenciado em Geografia da Universidade Rovuma -Niassa, Moçambique
<https://orcid.org/0009-0005-2717-3256>
Contato: bentomiguel994@gmail.com

Aide Francisco Baraca

Licenciado em Administração Pública da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.
<https://orcid.org/0009-0006-4905-4001>

Nelo Samuel Manuel

Licenciado em Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos pela Universidade Católica de Moçambique, Lichinga
<https://orcid.org/0009-0003-9714-6574>
Contato: nelomomadally@gmail.com

Honda Mário Chambone

Graduando em Ensino de Inglês na Universidade Rovuma, Niassa, Moçambique
<https://orcid.org/0009-0006-3199-0803>
Contato: Hondabreezy10@gmail.com

Como citar:

NGOENHA, S; MALOA, J.M; ANTÓNIO, I.T; PLÁCIDO, M.B; BARACA, A.F; MANUEL, N.S; CHAMBONE, H.M. Violência, democracia e conflitos pós-eleitoral em Moçambique. Entrevista com Severino Ngoenha. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 12, p. 6-28, jan.-jun., 2025

Biografia: Severino Ngoenha é Reitor da Universidade Técnica de Moçambique (UDM) e Professor Catedrático pela Universidade Pedagógica de Maputo –UP. Nasceu em Maputo, no ano de 1962. Possui graduação em Teologia e Doutorado em Filosofia pela Universidade Gregoriana em Roma. No ano de 2010, integrou-se ao Departamento de Filosofia da Universidade Pedagógica de Moçambique. Foi Professor Associado do Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade de Lausanne, Suíça. Suas pesquisas situam-se na área de antropologia, pensamento africano, filosofia da educação e interculturalidade. Tem sido considerado pela academia moçambicana como o mais influente filósofo da África.





Entrevista com Severino Ngoenha¹

Boletim GeoÁfrica. Professor Severino Ngoenha, gostaríamos de começar esta nossa conversa olhando a questão da nossa situação sociopolítica que nos últimos anos, principalmente desde 2024 e 2025 agitou o nosso país e gostaríamos de saber do professor, quais são as suas angústias em relação a essa situação que agitou o país durante esse período de 2024 a 2025?

Professor Catedrático Severino Ngoenha. Nós passamos por diferentes fases e, refiro-me simplesmente ao Moçambique que faz 50 anos no próximo mês. Desde a nossa independência os dramas começaram muito depressa. Nós tornamos independentes em Junho de 1975 e em Novembro entrámos em uma nova guerra, que era uma guerra de agressão. Era a Rodésia do Sul que invadiu Chicualacuala. Quando eu disse isto recordava do presidente Chissano numa conversa, em que me disse que houve um primeiro ataque do exército de Ian Smith numa petrolífera na Beira. Depois disso, Moçambique não parou de passar por vicissitudes estranhas ao longo de 16 anos. A historiografia política oficial, sobretudo estrangeira, fala de guerra civil, mas na verdade começou como uma guerra de agressão sempre com a África do Sul. Depois, no meio de tudo isto, tornou-se numa resistência nacional moçambicana. Não vamos fazer um juízo axiológico em termos de valores do que isso poderia querer dizer, mas a verdade é que acabou somando 16 anos em que muitas pessoas foram mortas, muitas infraestruturas destruídas, muitas relações sociais destabilizadas.

Quando assinámos os acordos em Roma, nós estávamos convencidos de virar a página da guerra, das confrontações e dos conflitos, mas isso pressupunha também virarmos a maneira de vivermos juntos, a maneira de fazer o nosso contrato social e de nos posicionarmos a nível da política. Passávamos de um partido único, da Frelimo única, vencedora da guerra e proclamadora da independência, à abertura do espaço político para muitos intervenientes. Nasceram partidos políticos e organizações, mas isso não foi de natureza a acalmar os conflitos porque, periodicamente, isso coincidia com a periodicidade de eleições. Nós tivemos sempre escaramuças importantes, que algumas vezes se tornavam verdadeiros conflitos, em que eram necessários

¹ O Centro de Pesquisa e Promoção Social (CPS)¹ entrevistou o Professor Catedrático Severino Ngoenha, na Sala de Eventos da Quiosque e Residencial na Sandra, após o lançamento do livro “O Desafio Moçambicano da Laicidade (2025)”, realizado no Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociência da Universidade Rovuma (ISDRB – UniRovuma), no Campus de Nangala na cidade de Lichinga, promovida pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).



blindados para que as pessoas possam atravessar a zona da Gorongosa no Centro de Moçambique e etc.

E quando menos esperávamos, quando víamos na descoberta de recursos do nosso país uma oportunidade para termos algum dinheiro, para fazer aquelas coisas que são essenciais para nós, refiro-me a questão de educação, da saúde, de infraestruturas e combate a fome, porque três quartos dos moçambicanos vivem praticamente na miséria e no fundo isso trouxe-nos dissabores ainda maiores. Uma guerra começa em Cabo Delgado, que a gente chama como quiser, guerra jihadista, guerra porque as populações são pobres, guerras porque há desavenças na Frelimo, mas eu continuo a pensar e a defender que se trata de uma de uma guerra de um "*petrojihadismo*". Quer dizer que, na origem de tudo, está a questão do jihadismo e se você olhar para historiografia africana de 1962, a primeira independência, o primeiro país em conflito, a Nigéria teve a guerra da Biafra, que matou muita gente e meteu a África no mapa miserabilista do mundo. Via-se rapazes de Biafra nus, sem comida e sem condições, enfim que só iam repetir-se primeiro com a guerra da Etiópia e mais tarde com a Somália ou Ruanda e agora somos nós em Moçambique no meio de tudo isto.

8

Esta guerra não acabou, entretanto, o processo eleitoral continuou e recaímos em rebólicos sistémicos em que eleições significam conflitos. Este conflito teve proporções enormes, e eu acho que não se pode o entender simplesmente a nível político. A nível político aconteceu uma coisa. Esta é uma minha interpretação. Acho que escrevi isto num livro que intitulado "Terceira questão". Os acordos de Roma criaram bipartidarismo, um sistema bipolar (Frelimo e Renamo), e tudo o que foi pensado desde o Conselho de Estado com a representação, a Constituição de Parlamento, etc., era em função dos dois partidos. Mas havia preocupação na Frelimo de nunca perder as eleições, o que é normal para qualquer partido que está a governar. Havia também na Renamo a ideia de ganhar as eleições, e parece que isso aconteceu num dos sufrágios. Mas a Frelimo conseguiu encontrar manobras e manipulações para não permitir que Renamo chegasse ao poder. Eu sempre me perguntei porque é que a Frelimo acomodou a comunidade internacional e abriu espaço para exploração de recursos e eu tinha uma dúvida disjuntiva, vou chamar assim.

A Frelimo teria feito isso para continuar uma resistência contra o neocolonialismo que o ocidente nunca escondeu? Ou a Frelimo, no seu próprio interior, transformou-se, de partido que trouxe um contrato social com o povo em partido interessado nos seus próprios interesses, de pessoas e de grupos. Esta questão atormentou-me durante um período. Mas, a medida que o tempo ia correndo,



se porventura alguém terá pensado desta maneira no início, vamos tentar resistir como podemos, acomodando a comunidade internacional, mas não permitindo que a Renamo ganhe eleições e governe. Se alguém pensou isso no início, o que aconteceu é que este axioma, se existiu, foi rapidamente substituído por um interesse de indivíduos e de grupos. O que a gente falou da Frelimo infiltrada, que mudou a maneira de posicionar-se, rompeu o contrato social e distanciou-se das pessoas. As pessoas acreditam sempre menos na Frelimo, o que é muito grave, não pela história do partido, não porque nos libertou, porque há partidos que iniciaram e fizeram coisas extraordinárias e no meio do caminho perderam-se.

Há revolucionários e se você pensa num Mussolini, era um grande esquerdista e quando chegou ao poder, tornou-se num grande fascista, se você pensa no presidente da Nicarágua, que era um padre perto da teologia de libertação, mas quando chegou ao poder tornou-se quase um monarca, mas pensa se quiseres, aqui perto de nós, Mussevene, que esteve aqui em Moçambique, onde foi treinado e as últimas posturas dele, ele é o presidente, a família dele com ministérios, com bancos nacionais e etc., familiarizou e fez daquilo quase uma propriedade privada. Então foi o que aconteceu com a Frelimo? Sim ou não? Isto era uma dúvida, que para mim criava problemas e insisto, não porque a Frelimo libertou Moçambique, mas por outra razão. Há uma confusão estrutural entre a Frelimo-partido e o Estado moçambicano.

Você chega aqui no Niassa, no lugar mais recôndito do país, no distrito mais longínquo da capital e você encontra um director de escola, ou você encontra um chefe de posto de saúde, que muitas das vezes não foi escolhido pelas suas qualidades intrínsecas, mas porque era membro da Frelimo. Na cabeça dele, ele deve obediência ao partido e não ao Estado moçambicano. O que é que aconteceria se de repente o partido Frelimo saísse do poder e viesse por exemplo na altura o Dlakhama? Este indivíduo obedeceria a nova voz do comando que seria de Dlakhama, ou porque no histórico dele a Renamo foi sempre vista e concebida como continuadora de nação externa e decidiria não acatar as ordens que viria daquele que comanda? Isto não é uma ilação que nasce do vazio. É o resultado de uma constatação histórica.

O primeiro país a se tornar independente na África Negra foi o Ghana. Quando Kwame Nkrumah torna-se Primeiro-Ministro toda a administração em volta dele era britânica. Os ganenses, como os moçambicanos, não tinham escolaridade. Ele dá ordens e a administração não cumpre, até que um velho senhor britânico disse para ele: *"Olha eu sou inglês, você está a me dar ordens, mas tenho ordens contrárias de Londres. Eu tenho que respeitar a ti ou o meu país que é Inglaterra?"*



Esta questão é profunda. Se você tem um director de uma escola, um secretário de bairro, um responsável de finanças no distrito, que foi metido pela sua fidelidade a Frelimo e de repente recebe ordens de Dlakhama, enquanto a Frelimo diz coisas contrárias. A quem ele vai obedecer? É por isso que a mudança da governação em Moçambique tem de ser precedida de alguma coisa. Eu não quero dizer em sentido cronológico, dizer que temos de fazer isto depois aquilo. Mas, é importante que haja uma despartidarização do Estado, que o professor da escola, o director nacional ou o reitor de uma universidade tenham consciência que eles podem ser a título individual membros de um partido, mas que enquanto reitor, diretor ou responsável de uma instituição, eles respondem ao Estado que deve funcionar com os seus funcionários, independentemente do seu partido.

Num país como o nosso, pela nossa história recente de 50 anos, com a formação parca, com a pouca consciência do que é um Estado e com quase nenhuma necessidade de separação entre o Estado e o partido, a saída do poder da Frelimo de um momento para outro poderia criar problemas que recordariam o que aconteceu na independência. Em 1975, nós fazíamos fila para comprar pão. Havia problemas enormes nas lojas do povo e nós chamávamos isso de corrupção. Algumas vezes a pessoa que estava lá não sabia fazer contas e não era culpa dela pois não tinha aprendido. Eu vivia no Alto Maé e cheguei uma vez na cooperativa onde a minha mãe trabalhava, era activa e vi que eles compravam uma Coca-Cola a 50 Meticais e vendiam a 30 Meticais. Quer dizer se você compra 50 Meticais e vende a 30 Meticais, pouco a pouco você fica sem dinheiro e depois chega a inspeção diz que você é corrupto e roubou. Mas seu único pecado é porque você não sabia fazer contas. Que culpa tem se ninguém te deu oportunidade de fazer?

Então, muita gente foi presa, houve problemas enormes, por culpas que as pessoas de facto não tinham, então uma mudança brusca da liderança do Estado, sem uma preparação prévia para que as pessoas entendessem que uma coisa é o Estado, outra coisa é o partido, que uma coisa é a glória que a gente vai dar sempre a Frelimo pelo que nos fez, outra coisa é um sistema democrático que escolhe as pessoas não por seu sentido histórico, mas pelos desafios da actualidade, porque é que a gente vota para um partido ou para um candidato em vez doutro? Não é porque ele nasceu numa família determinada ou porque no passado ele fez coisas boas ou más, é porque temos problemas como qualquer sociedade e temos que encontrar um encaminhamento para a solução desses problemas.

Os candidatos podem apresentar projetos diferentes, então pode ser da Frelimo e ter um mau projecto e pode ser da Renamo e ter um bom projecto. Eu vou votar para o bom projeto e a história



não vai ser anulada. A Frelimo fica grandiosa como sempre. O nascimento da Renamo não vai mudar só porque a Renamo está no poder. O que estou a dizer que pode parecer para nós e para vocês uma coisa simples e imediata. E algo que poderia constituir quase uma espécie de dilema na cabeça das pessoas menos formadas que infelizmente são muitas. É quando há dilema a gente não sabe em quais partes da disjunção a gente vai acabar por cair. Este é um problema grande. A revoltas manifestações, destruições etc., que a gente conheceu de Outubro até Março, mais ou menos... no dia 23 de Março, quando o Presidente Chopo e Venâncio Mondlane se apertaram a mão e esses seis meses foram terríveis para nós. Foram terríveis porque o Estado estava quase a cair. Tivemos mais sensação da queda do Estado num período de 6 meses do que os 16 anos da guerra da Renamo, quero dizer que o Estado estava mesmo a cair. Faltava muito pouco para que isto não ruísse e não caísse para baixo. Além disso, o número de mortos foi grande. Acho que temos mais de 500 pessoas que morreram. Algumas morreram baleadas, outras pelas manifestações. Mas, há outras mortes que nós não contabilizamos e fazem parte dessas mortes. A Elisa, mulher do Ivo Garrido, contava uma história de alguém que vinha numa ambulância para Maputo e foi parado em Bobole. As duas pessoas não conseguiam chegar a Cidade de Maputo porque não foram deixadas passar e morreram. Era uma doença que estava mais ou menos sob controlo e aquelas pessoas podiam viver. Muita gente no meio de tudo isto e das trafulhices que nós vivemos acabou morrendo.

A gente nunca vai ter a contabilidade total, mas é muita gente, porque como dizia Sartre, a morte de uma pessoa vale tanto quanto vale a morte de milhões de pessoas, isto é, um aspecto. O segundo aspecto é esta destruição de infraestruturas num país como o nosso. Há coisas que me fazem ficar maldisposto, extremamente maldisposto. O Burquina Faso anunciou há pouco tempo que fez montagem ou fabrico de um carro elétrico, o Senegal mandou agora um satélite meteorológico para o espaço, a Zâmbia tem um comboio elétrico que vai do Norte ao Sul, a Tanzânia tem transportes urbanos e até metrô e quando você abre a página de Moçambique, para além de não termos nada, o pouco que nós temos, nós destruímos. Nós queimamos.

Temos barcos da EMATUM que não funcionam, os armazéns de arroz são destruídos e até tiramos a linha férrea e queremos sabotar a electricidade. Quer dizer, este niilismo, esta vontade de destruição que habita em Moçambique, porque a guerra de 16 anos, como eu disse antes era para destruição, as manifestações que se faziam no Centro de Moçambique eram para queimar os camiões. Quer dizer, nem sequer era para impedir a passagem, era para queimar camiões. E



voltamos à uma nova onda de violência, que consiste essencialmente em destruir. Nós pensamos que somos pacíficos, mas se vocês olharem, não há na nossa região nenhum país que teve tanto morticínio como nós. E se vocês olharem para o número de guerras e de mortos que tivemos, pode-se perguntar quem é comparável a nós em termos de porrada, em destruir. Quer dizer, nós continuamos a pensar que somos pacíficos.

Mas enfim, para terminar com a resposta longa à tua pergunta, este período de manifestações mostrou muitas coisas ao mesmo tempo. A fragilidade do nosso Estado, ponto um. O Estado estava para cair e ficou claro o quanto ele é extremamente frágil, independentemente das forças armadas, militares ou armas que possa ter. Em segundo lugar, a veia destrutiva que habita os jovens moçambicanos. Ver rapazes dos 13 à 14 anos a bloquear estradas, a queimar, a rir, quase a fazer festa e você olha e diz: mas onde estamos? Como as pessoas saem para queimar pneus, carros, camiões, para destruir comboios que passam nas linhas de ferro? Esta veia niilista que nos habita. Sabem? O niilismo nasceu na Rússia, no século XIX. E parece que nós estamos no niilismo russo do século XIX, que destruiu, matou muita gente, reis e até presidentes etc. Esta é a segunda coisa que eu constatei neste período de conflito. A terceira coisa que eu constatei é o nível de descontentamento popular. O nível de anti-Frelimo que as pessoas tinham resulta da maneira como nos últimos 30 anos, a Frelimo rompeu com o contrato social e como a ideia de enriquecimento individual substituiu-se à ideia de uma partilha de bens para todos nós. Em quarto lugar, o desafio que nós académicos e intelectuais temos, que é de participar a recoser o tecido social, remoralizar o país, reconstruir uma dinâmica de contrato em que todo moçambicano se sinta parte e tenha clareza de que o esforço que ele individualmente leva a cabo, vai ter apoio de uma instituição nacional. E se isto não acontecer, se não conseguirmos coser, a unidade nacional vai estar em causa e veleidades de separação e de ruptura vão começar a incrementar-se e a aumentar. Vamos estar, muito mais fragilizados do que nós estamos.

Temos um estado completamente fraco, frágil. E também economicamente somos um país assistido, que depende da vontade de outros mesmo na conjuntura mundial de grandes recursos que Moçambique tem. Ouvi dizer que tem uma mina de grafite que vai abrir na província de Niassa. Mas, se cada vez que houver grandes empreendimentos, houver conflitos, nós corremos o risco de ter mais conflitos pela frente do que os que tivemos no passado visto que temos muitos recursos. E para que não seja isso, é preciso que tenhamos maneiras de fazer com que os recursos



naturais beneficiem as populações. Se não fizermos, o risco de conflitos que temos pela frente é muito grande.

O sentimento de fundo que eu tenho é o que acabo de dizer, mas mais do que o sentimento de dor profunda que tenho, o que vejo nisto tudo é a responsabilidade que tenho e que temos é a responsabilidade de participar e recoser Moçambique, custa que custar. Mas, recoser Moçambique significa necessariamente fazer duas coisas a nível interno, que são fazer reformas profundas a nível do Estado. Nós temos que reformar o Estado e reformar à sério, desde a despartidarização do Estado, a separação dos poderes, a revisão dos poderes presidenciais, o estatuto do parlamento, a liberdade do judiciário e um executivo mais comprometido com o bem comum e menos com ele próprio. Se nós não fizermos isso, o risco de cairmos em novas fases de conflito é muito grande.

Em segundo lugar, temos que repensar e reformar os nossos processos económicos. Os recursos naturais têm beneficiado muito a empresas estrangeiras e não há dúvida nenhuma disso, basta ver a Mozal no Sul ou a Montepuez Rubi Mining. Basta ver o gás em Cabo Delgado, os grafites sempre em Cabo Delgado ou o gás de Panda em Inhambane, no Sul de Moçambique. Quer dizer, até agora os recursos beneficiaram a muitas empresas internacionais. Há muitos países que ganham com os nossos recursos. A Itália, por exemplo, resolveu o problema da falta de gás para o aquecimento que surgiu depois da guerra entre Ucrânia e a Rússia com gás de Moçambique. Mas se a gente pergunta ao inverso o que é que os moçambicanos ganharam com isso, é muito pouco. É proporcionalmente quase nada em relação ao benefício de outros. Mas, entretanto, entre os moçambicanos que não ganham nada e os estrangeiros como multinacionais que ganham muito, há sempre uma elite no meio que ganha muito dinheiro. E é preciso desconstruir isto. É preciso fazer com que a economia moçambicana não seja uma economia virada a fazer dos recursos para o benefício de indivíduos ou de grupos. É preciso fazer com que isto beneficie o país. Vocês deviam me perguntar como é que fazemos isso? Com a moral? Sim, com a moral. Seria bom que cada indivíduo tivesse consciência do seu lugar e que só pode ser ele e pode ser moçambicano porque os outros também o são, que tudo aquilo que é do país e do povo é de todos e não dele só. Vocês sabem que o direito falhou porque a moral falhou. Se numa sociedade as pessoas se respeitassem, não precisaríamos de polícia de juízes e nem de tribunais, porque a moral sozinha poderia fazer o papel de uma vida colectiva. É exactamente porque a moral falha sempre porque lá onde há homens, há veleidades dessas pessoas se apropriarem daquilo que é comum, que temos



que ter o direito, quer dizer, a rege e a razão pela qual o direito tem que rege a relação entre os indivíduos e para habitar numa sociedade com menor violência possível.

Quando o direito não consegue fazer este papel de equilíbrio, porque a moral não está a conseguir, nunca conseguiu desde que a história é história, lá onde o direito não consegue se impor, então é a violência que vai impor regras. E Moçambique já vive num sistema de violência, uma violência de pobreza, uma violência de desigualdades, uma violência estrutural de guerras e chegamos a esta violência que não tem igual na nossa história pela dimensão e pela profundidade das questões que levanta. Nós vamos ter que encontrar uma solução para isso, senão o futuro vai ser muito sombrio para nós. Essas são as minhas preocupações em volta destes movimentos de últimos anos, mas a resposta é recoser a sociedade. Fazer uma reforma profunda do Estado e uma reforma profunda da economia.

Aquele diálogo interpartidário que foi aprovado pelo parlamento, de lei, tem lá os ingredientes profundos para essa dupla mudança. Agora, oxalá que os actores e aqueles que vão pilotar o processo, os participantes tenham a clareza do espírito dos desafios em que estamos confrontados. Ainda bem que não vão ser só eles, não é como nos Acordos de Roma em que era Dlakhama e a Frelimo. Agora há espaço para que muitos outros integrem o debate. Oxalá que a gente tenha coragem suficiente para meter na mesa os problemas que nós temos, para dar-lhe soluções verdadeiras e não colocar anestesias. Quando coloca anestesia, você tira durante o período que a anestesia funciona, mas uma hora ou duas horas depois a dor volta, então é preciso fazer uma operação. É preciso tirar o mal e tirar este mal vai ser difícil porque é um cancro que penetrou o corpo social moçambicano. Você tem os dirigentes que claramente alguns jogam o jogo individual ou de grupo, mas você vai para o mercado e encontra uma senhora. Você diz que era um 1 kg de morango, mas tem que ir com a balança porque senão ela vai meter uma balança que não é de 1 kg. Se você vai comprar óleo numa coisinha e percebes que ela bateu por baixo para lata subir. O policial vai te mandar parar porque quer um refresco. Então você tem uma sociedade que em termos de valores se desestruturou de baixo para cima. Então a estruturação da nossa sociedade vai ser muito complicada, porque é de baixo para cima.

É só o professor que cobra, é o director que para tramitar um documento tem que cobrar uma coisa. Assim temos uma operação cirúrgica muito importante que temos de fazer para que o nosso país esteja em boas condições. Mas, é evidente que há quem é mais responsável. Estava a pensar outro dia que um país é como uma sombrinha. Agora está a chover aí fora, não é? Eu espero que vocês



tenham um guarda-chuva. Um país é como um guarda-chuva. O guarda-chuva levanta-se em cima e nós que estamos lá em baixo estamos cobertos e não nos molhamos porque temos o guarda-chuva em cima. O problema é que às vezes, o guarda-chuva torna-se pequeno, porque o número de pessoas que estão que estão por baixo aumentou, então você tem que aumentar o tamanho do guarda-chuva. Nós éramos 8 milhões quando o nosso país se tornou independente e agora somos 33 milhões. Então quer dizer que se o guarda-chuva era pequeno, você tem que aumentar e nós estamos a produzir menos do que produzíamos no momento da independência. Temos um problema. Temos de aumentar a dimensão do guarda-chuva, porque senão alguém vai ficar sem comida e se ficar sem comida, não estará satisfeito, então não se identifica com esta nação.

Você tem um segundo problema. Tem alguém que está lá por baixo do guarda-chuva quem é gordo e quer ocupar muito espaço, então empurra os outros para fora. Os outros molham-se e os outros não estão satisfeitos, não encontram resposta porque o guarda-chuva não lhes cobre.

O terceiro problema é você deixar o guarda-chuva furar-se. Então você tem um guarda-chuva levantado, mas a chuva continua a entrar. E nós somos quase um guarda-chuva furado, com as nossas dívidas. Com as dívidas que provém da estrutura da nossa economia, desde a independência e com as recentes dívidas ocultas. Somos um guarda-chuva furado, então temos que remendar o guarda-chuva. Temos que alargar o guarda-chuva e temos que impedir que gordos ocupem muito espaço, porque isso impediria que outros ficassem cobertos pela guarda-chuva, mas o mais importante é quem que agarra a guarda-chuva.

Quando a guarda-chuva começa a ficar grande, você agarra e não dá um fraquinho lá, porque ele não vai aguentar. Você não dá o guarda-chuva a uma pessoa que tem deficiências, porque não vai aguentar. É preciso homens fortes e estes homens fortes não são só da política. Estes homens fortes são o CTA, da economia, são as academias e vocês vêm as críticas que estamos a receber como academia porque não temos meios ou que não somos participativos. São as elites políticas, elites económicas e elites intelectuais. Se nós não formos suficientemente fortes para agarrar o guarda-chuva, para que ela não incline a esquerda, à direita para a frente e nem para trás, porque sempre que você faz inclinar para um lado, você deixa alguns a molhar-se e esses que se molham vão te perguntar: "Afinal porque é que eu tenho que estar nesta guarda-chuva e não buscar outra se esta me deixa molhar sempre?"

Com estas questões, então a unidade nacional está em causa, a paz de um país está em causa. Nesta função de conservarmos um guarda-chuva, tem que estar atentos para que não haja gordos, para



fazer com que o guarda-chuva não se incline a favor de uns, em detrimento de outros e para que ela não se fure e se alargue o suficiente para acolher todos. É um desafio permanente que temos que ter em conta e isto exige responsabilidade de uns e de outros. Esta responsabilidade ou nós acatamos e respondemos convenientemente, ou então metemos em causa no fundo da nossa moçambicanidade, da nossa independência, da nossa liberdade, que é a razão da luta que se fez desde a escravatura, do colonialismo e até chegarmos as independências de verdade. As independências e liberdades não são uma conquista perene, são uma conquista que foi dura para conquistar e tem que ser cuidada como um ovo. Se você tem um ovo na mão, não podes deixar se não se parte.

Moçambique é uma coisa muito frágil como os bebés. Você tem um bebé. Você agarra e tem medo de o deixar cair porque se cai no chão perdes o bebe. Então, Moçambique é uma coisa que deve ser não simplesmente agarrada com cuidado, mas também tem que ser acarinhada. Somos tão indiferentes uns dos outros, no espaço, em condições que ou sabemos acarinar ou então corremos grandes riscos. Eu diria que as minhas preocupações levam à esta longa resposta.

16

Boletim GeoÁfrica: *Professor nós acompanhamos no momento dessa crise pós-eleitoral a criação de um grupo de intelectuais e académicos que o professor liderou. Gostaríamos de saber qual é a avaliação que faz daquele grupo porque vimos a entrar em contacto com vários políticos e outros actores importantes para a pacificação do país, queremos ouvir a avaliação que faz daquele grupo e os desafios que enfrentou.*

Professor Catedrático Severino Ngoenha. Se esse grupo tivesse terminado a sua missão, eu poderia contar porque seria história. Mas, esse grupo continua a trabalhar. Então não vou poder dizer muita coisa por uma questão de descrição, até por que qualquer coisa que eu dissesse podia ser interpretado de uma maneira por uns ou por outros e poderíamos até comprometer a missão, e essa missão é importante, que não merece ser comprometida. Vocês estão de acordo comigo, que a ideia de voltarmos a paz do nosso país, uma paz que dura no tempo, não pode ser comprometida. Vou dizer só uma coisa importante e que eu digo a mim mesmo e digo as pessoas do grupo quando estamos mais ou menos em crise.

No dia 23 e de Março, o presidente Chapo e Venâncio Mondlane, apertaram-se a mão e foi um acto que foi publicitado, tornou-se público. Eles deram-se a mão e desde o dia 23 de Março, não voltaram a morrer pessoas, não morreram mais crianças, não houve gente baleada, não se foram feitas barreiras que impediam os carros de passar, as pessoas de ir trabalhar, não temos mais



perseguções nos bairros. Tudo isso estava a acontecer desde o mês de outubro. Quantas pessoas aquele gesto salvou? Quantas pessoas vocês imaginam que tivesse morrido? Já passaram dois meses e dois dias, não é? Imaginem que o ritmo de mortes. Não havia um dia que não morresse gente. Em 64 dias, imaginem que morresse no mínimo uma pessoa por dia. Teriam morrido 64 pessoas. Quer dizer que aquele gesto deles em dar-se a mão, provavelmente salvou no mínimo 104 pessoas. Não me refiro a infraestruturas estragadas, dias de trabalho, recrudescimento de economia de produção, crianças que não vão a escola, médicos que não chegam ao hospital onde morre gente. Ainda bem que este processo existe. É bom que exista, que trabalhemos e todo o grupo para termos sucesso. Então não é do grupo que tem que se falar, mas sim dos protagonistas e dos resultados que eles obtiveram com aquele aperto de mão.

Boletim GeoÁfrica: *Como é que avalia a situação ou a actuação das Organizações da Sociedade Civil no período pós-eleitoral no sentido de criação de um espaço para o consenso e para a coesão social?*

Professor Catedrático Severino Ngoenha

17

Eu penso que quando uma casa está a arder, a gente corre com baldes de água para apagar o fogo. Chamamos os bombeiros e a primeira coisa que os eles fazem quando chegam é apagar o fogo. Não estamos interessados em saber quem meteu fogo, porque queimou e quem é o responsável. Isso discutimos depois, a prioridade absoluta é apagar o fogo. E durante este período de Outubro à Março, nós tínhamos uma casa a arder no sentido figurado do termo, mas também no sentido real do termo. Então me parecia que é a função principal que nós tínhamos era de apagar o fogo. Houve quem trabalhou para apagar o fogo.

Alguns jornalistas até fazem perguntas como, de quem a culpa? De quem é a responsabilidade? Me parece que esta postura não é a melhor. Algumas ONG's também tiveram uma postura que pareciam meter mais petróleo e gasolina do que apagar o fogo. Neste sentido, penso que nem todos fomos isentos de erros. Refiro-me à sociedade civil, aos jornais e os jornalistas e a certos indivíduos que até podiam estar feridas com muita coisa, com muitas injustiças que subiram na vida ou sucumbiram na vida e que os levavam a ter raiva ou razões de revolta contra uns em outros, mas insisto que se houver uma casa à arder, todos devemos correr para apagarmos o fogo. Depois é que temos que tentar perguntar quem meteu o fogo e porque, mas naquele momento nós tivemos algumas ONGs e alguns jornalistas que não estiveram à altura do desafio com que estávamos



confrontados. E penso também que neste momento em que a situação continua confusa, não é tempo de fazer processos às pessoas. Eu penso que continuamos num período em que precisamos da presença de todos como bombeiros a apagar o fogo e depois vai ser necessário que cada um faça o exame de consciência própria, sobre aquilo que foi o seu papel neste momento dramático da nossa história e se perguntarmos porque que agiram como agiram, tem razões e razões profundas, aceitáveis e justas e, enfim, cada um tem a sua consciência para agir, mas eu penso que o momento que atravessávamos era um momento que exigia de nós muita união, muita coesão e muita responsabilidade. A responsabilidade de um jornal não é só informar, mas por detrás da informação, há uma formação.

É preciso direcionar aquilo que nós comunicamos a apaziguar e fazer com que as pessoas remem na mesma direcção, para acabar com conflitos. Isto é válido para as ONGs que não são em princípio supostas para serem partes do conflito, mas parte da solução dos conflitos e algumas delas infelizmente não conseguiram ser isso. Mas, enfim vamos deixar que este período doloroso passe e vamos esperar que todos neste momento de reconstrução do tecido social, refiro-me a este debate que há-de haver de reconciliação entre os partidos e a sociedade civil no geral, que todos participemos a apagar o fogo e depois a reconstruir a casa queimada, para que Moçambique possa ser uma casa que dá calor aos próprios filhos e que dê esperança aos mais jovens e as gerações futuras.

Boletim GeoÁfrica: No período antes da proclamação dos resultados eleitorais pelo Conselho Constitucional, portanto, depois da votação, o Professor defendia uma “terceira via” para que não houvesse focos de conflitos e violência e, eu penso que o professor na altura não foi compreendido. Eu gostaria de saber o que é que o professor queria transmitir com esse pensamento de uma “terceira via” para que não houvesse focos de conflitos e violência?

Professor Catedrático Severino Ngoenha. Eu posso responder isso em duas partes diferentes. A primeira eu fiz muita reflexão. Pensei, vi o que era Moçambique. Nós tivemos duas partes distintas dos nossos 50 anos de independência, a primeira parte é de um partido único que vai de 1975 a 1990, se quisermos. Eu chamo isso de primeira república. E quando escrevemos a segunda Constituição oriunda dos Acordos de Roma, entramos numa segunda via. A primeira via terminou de maneira violenta. Foi a guerra dos dezasseis anos que acabou terminando com a primeira via. A segunda via é claramente socialmente e economicamente violenta, porque ela produz poucos ricos e muita pobreza nos demais e eu digo que nem a primeira via foi completamente boa, e nem



a segunda via está sendo isenta de problemas e de erros, e mais uma vez, posso voltar a dizer que o contrato social da moçambicanidade ficou a falhar, nunca tivemos tantos ricos como agora, mas tantos em sentido de quantidade de dinheiro nas mãos deles, mas em quantidade de pessoas é muito pouco. Chego aqui em Lichinga, vejo que as coisas continuam na mesma, mas continuam na mesma em Lichinga, em Chimoio, quer dizer, há pobreza, mas há indivíduos que vão para Dubai, para Qatar e até temos pessoas que compram helicópteros privados. É falta clara de um contrato social. Enfim, os contratos que se foram feitos, há gente fez contratos para ter percentagem boa para si próprio em detrimento das pessoas.

Há gente que foi morta em Motepuez até enterrada em baixo, chamamos de garimpeiros aqueles que se alimentavam com aquilo com a pequena pedra que tiravam. Eles são proibidos de fazê-lo. Vem estrangeiros e tiram muito mais dinheiro, em conluio com os nossos. O dinheiro vai para fora, mas as pessoas que já eram pobres ficam ainda numa miséria maior, então isso provoca claramente revoltas e isso é fruto da maneira como as elites pensam. Eu não quero responsabilizar o mundo exterior, não gosto dele, deste imperialismo que nunca para em relação a nós.

19

Os acordos que a França fez com os países francófonos é uma pouca-vergonha, mas é revelador daquilo que o imperialismo faz ou daquilo que esta ganância do Ocidente faz em relação aos pequenos e nas nossas economias. Não é isso que eu me refiro. Eu me refiro à parte interna, então o que é que fazemos? Sabes, muitas vezes quando a gente tem problemas faz fugas em frente, então a gente diz: "Olha o Japão resolveu isto desta maneira. Olha Singapura agora é um país dos dragões da Ásia porque fez assim, mas o que é que fez a Malásia, o Qatar, o Dubai e Arábia Saudita? Lançamo-nos a olhar para a historicidade de outros sem pensar que cada situação é uma e única, e temos que partir para encontrar soluções.

A terceira via não pretendia ser uma utopia de alguma coisa que Moçambique e os moçambicanos não conhecessem. A nossa retrospectiva crítica era olhar para Moçambique e dizer assim: "Se nós tivemos duas fases, uma com partido único, outras com muitos partidos o que é que foi bom, e o que é que falhou na primeira república? O que nos interessa não é o que falhou, é o que foi bom, e o que foi bom, foi uma preocupação daquilo que chamaram palavras de ordem. Era unidade, trabalho e vigilância. Um país unido, que conta com as suas próprias forças. Um país que vigia-se para que não haja excessos da parte de nenhum dos seus próprios membros. Um país que metia o acento na questão da justiça, abrimos escolas para toda a gente hospitalais gratuitos, mesmo as cooperativas de consumo se quiserem faziam uma distribuição mais ou menos igual.



Nós não estaríamos aqui se não tivesse havido este processo e ele não foi livre de erros. Ele cometeu excessos e um dos excessos que ele cometeu por razões internas de pressão regional e internacional, foi que ela limitou as liberdades dos indivíduos. Todos tinham que ser da Frelimo, tinham que pensar como a Frelimo, tinham que fazer como a Frelimo pensava e etc. E como digo, por razões ideológicas internas, pela guerra fria, pela política internacional e pela pressão regional, todas as desculpas que quisermos levantar e que até em parte são verdadeiros, então teve uma parte extremamente positiva, que é o contrato social, mas ela limitou a liberdade dos indivíduos.

A República que nasceu das cinzas da primeira, que nasce com os Acordos de Roma, ela trouxe-nos as liberdades que nos faltavam antes, podemos ter partidos, podemos ter universidades livres, podemos ter jornais independentes, podemos ter televisões independentes. Trouxe-nos isso que faltava-nos antes, mas tirou-nos a justiça social, porque a partir do momento que ela existiu, quando eu ganho muito dinheiro, ganho para mim próprio, e os outros eu não tenho responsabilidade em relação a eles, então a terceira via era recuperarmos os valores que já experimentamos. Não era tentar fazer como a Singapura ou Malásia ou Japão, era dizer que nós já tivemos durante 15 anos da nossa história, uma república preocupada com a justiça social.

Estamos a experimentar uma república desde 1990 a esta parte, preocupada com as liberdades, então por que não tentar uma terceira via, que não é uma via socialista, não é uma via liberal, mas é uma mistura em termos de valores, não de sistema entre a busca necessária da justiça social e a preservação, e até o incremento da liberdade dos indivíduos. Isso ia ter corolários na maneira como teríamos que organizar os poderes públicos, as reformas do Estado de que falei antes. Isso tinha que teria consequências na maneira como íamos dividir o bolo económico, pequeno ou grande, que seja que Moçambique tem. Esta era a minha preocupação.

Eu tive uma experiência quando estava na França, de ver jornalistas que convidavam políticos e discutiam com eles, e as perguntas que faziam não era sobre o que a Renamo que trouxe da democracia, ou a Frelimo que trouxe a libertação ou MDM que nunca foi à guerra etc. Eles apresentavam a situação país e perguntavam aos políticos, como é que você quer resolver a situação da educação? Como é que você está pensado em melhorar a saúde e as infra-estruturas?

O que é que você pensa sobre a pobreza, sobre a habitação. E os políticos eram obrigados a posicionar-se em função das necessidades reais, as pessoas que iam votar sabiam quais eram as prioridades políticas, as orientações económicas que aqueles candidatos iam ter. Quando eu falava disso com os amigos jornalistas, todos estavam de acordo, mas no momento de fazer, no segundo



mandato de Guebuza, e no primeiro do Nhusy não consegui ter gente a sentar-se ao meu lado a dizer: "Vamos fazer isso, então eu disse: "OK vou fazer isso eu sozinho", e durante todo o período pré-eleitoral, eu disse a toda a gente que eu e fazia campanha, mas não era candidato. Acho que vocês ouviram isso muitas vezes. Eu fazia campanha, mas não era candidato.

O que eu fazia como campanha. A Frelimo tem uma comissão de documentação e essa comissão convidou-me, como convidou muitas outras pessoas. Eu fui para lá e falei com eles. O Venâncio Mondlane me ligou a fazer-me perguntas sobre o que que eu pensava, e eu disse exatamente ao Venâncio o que tinha dito a Frelimo, fui falar com a Renamo e eu disse exactamente ao Ossufo Momade o que tinha dito aos outros dois, e depois fui ter com Lutero Simango e disse exatamente a mesma coisa, e o que eu disse era aquilo que eu dizia em público. Era dizer que nós precisamos de reformar o país e meter o acento forte nas instituições. É preciso termos instituições fortes e ter instituições fortes significa que as pessoas que lá estão são idóneas e a idoneidade tem a ver com competência e tem a ver com uma deontologia profissional, quer dizer, uma ética e se nós não tivermos isto, por melhores ministros ou bons indivíduos que tenhamos, o país não vai progredir. Este é o primeiro aspecto.

21
A grande reforma que temos que fazer é nas instituições, a nível do país. Para mim, isto é um elemento forte. A segunda coisa que tínhamos de fazer, é apostar muito na juventude. Nós em Moçambique temos entre 10 e 12 milhões de crianças e jovens que vão da escola primária à escola secundária. Temos 250.000 mil estudantes universitários e se nós pegássemos no fundo soberano temos, abrissemos universidades técnicas e injetássemos meios e disséssemos a estes jovens que vocês vão aprender, vão ter meios, vão ter privilégios, e mais do que privilégio, uma missão, o vosso trabalho é com a nova tecnologia, aumentar a produção agrícola, com a nova tecnologia, fazer pontes, fazer estradas e fazer habitações. É isso que estamos a ver da China.

A China está a transformar o país de um dia para o outro e quem está a transformar não é o povo de baixo, são os engenheiros que fazem as pontes. Aquelas pontes que a gente vê na China, são os engenheiros que o fazem, quer dizer que são pessoas que foram extremamente formadas e que assumem esta missão de catapultar o país para as melhores dimensões. Olhem em qualquer país onde houve desenvolvimento, você teve uma elite que era nacionalista e que tomou nas costas a responsabilidade de levantar o país. Não há nenhum país que conseguiu se levantar sem que tenha havido uma grande responsabilidade por parte das suas elites. Então era preciso formarmos estas elites.



Os 250.000 estudantes universitários actuais são uma proporção inferior ao número de estudantes que depois da independência formaram outros quadros, me refiro da geração 8 de março. Eles deram educação à vocês todos. Agora estamos numa nova etapa, um novo desafio e eu penso que nós devíamos apostar na educação, ter maior confiança em nós próprios, dar mais oportunidade aos nossos jovens, responsabilizar mais os nossos jovens e poderíamos sair e não ficar a ver o Canadá que manda satélites para o espaço ou ficar a olhar para Zâmbia com metro ou a Tanzânia com comboio ou Burquina Faso com carros eléctricos e nós a olhar, até destruindo o pouco que nós temos. Nós tínhamos que ter uma política de mudança e de fortificação das nossas instituições. Uma aposta radical e rigorosa na nossa juventude.

Para isso, eu pensava na altura que era preciso e renegociar os contratos, mas hoje já evoluí e penso que nem quero renegociar os contratos. Por mim, a parte moçambicana precisa de ser nacionalizada. Eu era capaz de pensar que é melhor discutirmos os contratos com a parte estrangeira, mas a parte moçambicana está a violar um princípio da Constituição, que diz que a terra e o subsolo pertencem ao Estado e ao povo moçambicano no seu conjunto. Com esse dinheiro, bem empregue e bem orientado, nós podíamos fazer catapultar o país.

A terceira via era possível porque tirar o dinheiro das mãos de poucos, para meter nas mãos de todos, significa voltar a justiça social, sem meter em causa em nenhum momento, as grandes liberdades, isto era o que eu pensava.

Quando terminou a campanha, eu parei a minha campanha e eu estava convencido que a partir daquele momento, ia descansar, e que não teria como influenciar as decisões de um partido e ou do partido que ganhasse para governar, mas logo, a seguir aconteceu este conflito, que só se atenuou no dia 23 de Março, e a partir de do mês de Outubro, a minha missão passou por dizer que agora sou bombeiro, tem que acarretar água e maior quantidade de água possível para apagar o fogo. Continuo a pensar que para que este fogo fique completamente apagado, é preciso fazermos reformas do Estado e da economia, senão vocês já viram algumas vezes que a gente pode apagar o fogo e não se dá conta que lá em baixo ainda continua a arder o carvão, e de um momento para outro, passa alguém com um papel e boom. E perguntamos, o que foi que aconteceu? Mas não tínhamos apagado o fogo? Isso acontece porque não apagamos em condições.

As vezes penso que Moçambique neste momento é um grande campo com capim seco, com muito sol e basta um pequeno fósforo, uma pequena beata que a gente atira, o fogo pode pegar, e se o fogo pega, vamos ter muito mais dificuldades de apagar no futuro, e ele pode ainda mais meter em



causa a unidade territorial do nosso país, e seria um desastre, por questões pragmáticas, porque se nós não conseguimos resistir a invasões externas, sendo o território de 33 milhões de habitantes, não é ficando mais pequenos que vamos conseguir.

Boletim GeoÁfrica: *Professor, ultimamente tem muitas vozes, quer seja ONGs ou políticas, que vêm abordando mais em relação à democracia. Gostaria de saber do professor, como é que avalia o actual estado da democracia?*

Professor Catedrático Severino Ngoenha. Não é bom. Não é bom por muitas razões. A nossa democracia nasceu não porque éramos convencidos de ser democratas, mas fomos forçados a ser. Foi a guerra que impôs a democracia e em nenhum momento a Frelimo do interior disse que íamos ser democratas. Todas as cidades de Moçambique estavam quase ocupadas e a força das armas obrigou-nos a ser democrático. Fomos obrigados também porque a Guerra Fria acabou e com a Guerra Fria caiu Muro de Berlim e todos os países socialistas deixaram de ser socialistas, então houve uma espécie de dogma democrático imposto pelos vencedores, e aí de ti se não fosse uma democracia, mesmo que fosse para fingir fazer eleições. Todo mundo faz eleições e você não pode dizer hoje que eu não quero a democracia, não sou um país democrático.

Os donos do mundo não iam aceitar, mas os donos do mundo não acreditam muito na democracia para nós, eles querem que todos finjamos que há democracia, mas depois fazem arranjos com um e o outro, lá onde não tem interesses de um certo nível para que isso funcione assim, mas se você olhar para Moçambique, o Dlakhama, quando morreu, a Renamo também morreu, porquê Dlakhama não conseguiu ser democrático no interior de Renamo, pois quando Raúl Domingues emergiu com uma possibilidade ou quando emergiu Davis Simango, tiveram que sair da Renamo, porque não eram acolhidos no interior de um ponto de vista democrático. Olha Dlakhama ficou sozinho, como o grande chefe, e quando ele morreu, infelizmente a Renamo também quase desapareceu, quer dizer que não há um debate interno na Renamo, não há uma democracia interna e se você não tem democracia interna, se você não é democrático. Como é que você quer ser democrático no país? Você é democrático no pequeno para ser no grande. Se você não é democrático no pequeno não pode ser no grande.

Esta crítica que eu faço a Renamo, você pode aplicá-la aos outros partidos. Em todos os outros partidos, um bocadinho de democracia parecia existir na Frelimo, mas você lembra-se de um episódio na Frelimo quando acabou o primeiro mandato de Nhusy houve uma reunião de Comitê



Central para o candidato, o Samito, ousou candidatar-se, e ele foi crucificado e depois veio o Secretário-geral do partido, que na altura era o Roque Silva, e dizia: "você não tem que querer, nós temos que querer que tu queiras". Aquelas asneiras que ele dizia, quer dizer, demonstrava claramente que ali não estava-se disposto a uma democracia de qualquer tipo que fosse, então como é que você vai ter democracia, se e os partidos que fazem a tal democracia não são democráticos, e se os indivíduos que são membros não são democratas. Então não havia democracia.

Nas instituições, um dos pressupostos é a separação de poderes. Entretanto, nominalmente em Moçambique há separação de poderes, mas até o Reitor é nomeado pelo Presidente da República, para não falar de juízes, então como é que você vai ter democracia nisto? Você tem um Parlamento que é Casa do Povo, mas o nosso não é Casa do Povo, é casa de partidos, porque você é nomeado porque é membro de um partido e você tem que agradar o partido e não a comunidade que você supostamente representa, então há aqui, reformas profundas a nossa democracia tem que crescer. Eu não digo que não haja democracia em Moçambique, porque se você olha para os Estados Unidos, que é democracia desde que nasceu e estamos falando do século XVI, mais de dois séculos, você tem Trumps, que chega e faz coisas incríveis, e parece que não há ninguém que pode impedir que ele faça o que ele faz. Obriga as universidades o que elas devem ensinar ou não ensinar e manda fechar instituições. Aquelas trafulhices que o Trump nos faz, demonstram que até os países historicamente mais democráticos, têm problemas de democracia, então é preciso dizer que a nossa democracia é um "já" e é um "ainda não". Temos alguns ingredientes, algumas bases, alguma coisa aconteceu em relação ao período precedente, porém temos um caminho a muito caminho a fazer, mas como eu digo todos os países têm sempre caminhos a fazer.

Há um filósofo que se chama Deridã, que diz que a justiça é sempre em frente de nós, quer dizer que você nunca chega a justiça plena, porque quando você avança e chega ao nível, você tem novas exigências, então a democracia é exatamente a mesma coisa, nunca um país é 100% democrático. Então a democracia é um processo contínuo e não um fim em si. É verdade que somos menos democráticos que muitos, somos mais democráticos do que quilo que já fomos e até somos mais democráticos que outros. Quer dizer que temos um trabalho a fazer todos em conjunto. Aquilo de bom que temos de conservar, sabendo que o nosso bebé pode crescer e tornar-se melhor e outra coisa daquilo que é.



Boletim GeoÁfrica: Professor Ngoenha, sobre a questão da interculturalidade, vemos que agora há muita entrada em Moçambique de investimentos estrangeiros, então queria saber qual é a importância da interculturalidade na construção da sociedade moçambicana

Professor Catedrático Severino Ngoenha. O conceito de interculturalidade quando foi criado tinha a ver com a questão da imigração, e é por isso que é muito interessante a questão que fazes, mas eram imigrantes que saíam da África e iam para a Europa, então de repente a estrutura social da Europa, que era muitas vezes monolítica, viu-se confrontado com a heterogeneidade. Vou dar um exemplo simples, um país como Portugal são todos brancos, todos falam português e todos ou são ou eram católicos e todos foram batizados, todos chamam-se João, André, Maria e de um dia para outro de um dia para outro você tem pretos e árabes, você tem muçulmanos e hindus, você tem gente que não fala português e fala uma língua do Senegal, de Paquistão ou de Moçambique, e gente que pratica religiões que não são tradicionais, e você vive no mesmo prédio, com um que tem a sua mesquita, quer rezar nas escadas, porque é hora da oração um que é um hindu, e por isso o altar está dentro da casa dele, um que se chama Hassan e já não se chama Joaquim, enfim você tem estas misturas todas.

O problema é como viver juntos e nesta tentativa de encontrar uma maneira pacífica de viver com pessoas, com estruturas culturais diferentes, nasceu a ideia da interculturalidade, muitas vezes por detrás deste conceito havia a ideia de querer quase assimilar, aculturar e nacionalizar os outros. Você queria que todos fossem como tu. os Europeus queriam que todos deixassem de se chamar Hassan e passem se chamarem por João, e que todos abandonassem o Islão, o hinduísmo, todos passassem a ser cristãos, que todos abandonassem as línguas deles e passassem a falar as línguas dos europeus. A única coisa que eles não podiam mudar é a cor da nossa pele, porque ela está aí dentro, mas no fundo aquela interculturalidade era falsa. Eu fui Professor de interculturalidade na Suíça e devo ter sido o primeiro Professor de interculturalidade na Universidade de Lausanne, pelo menos e eu tinha sempre que discutir epistemologicamente a função que eles davam essa disciplina, que chamavam interculturalidade.

Vim para Moçambique, sou professor de interculturalidade e quase assim de uma maneira impensada, a interculturalidade era estudar vários autores europeus. Até que houve a questão da guerra aqui no norte de Moçambique, dei-me conta que a interculturalidade não é exterior a Moçambique, é interna porque somos diferentes em religiões, em crenças, raças, culturas. Somos de etnias diferentes, falamos línguas diferentes, condições sociais diferentes, então eu comecei a



pensar que é efémero preocupar-me em discutir sobre Kant e Hegel que estão do outro lado, se não resolvi o meu problema aqui dentro da interculturalidade, então eu envolvi-me muito neste diálogo, por isso vim para aqui em Lichinga, muitas vezes fui a Pemba, a Nampula para recoser a nossa própria sociedade. O desafio é interno a nós.

Mas o desafio é interno a nós por outra maneira. É que como nós moçambicanos emigramos para a África de Sul. A maior comunidade negra na Alemanha é moçambicana, por causa da RDA. Como temos muitos que emigram para Portugal. Também temos de outras nações que vem para nós. Como é que nós queremos ser tratados la fora? Por que é esse tratamento que temos que dar aqueles que vem para dentro da nossa casa. Quando há xenofobia na África do Sul, começam a matar moçambicanos, nós começamos todos a protestar, isto não pode ser. Agora outra coisa África do Sul exige que o moçambicano que chegue lá, tenha chegado de maneira legal e que ele cumpra com os preceitos de vida comum, quer constitucionais, respeite às leis, que trabalhe e pague os impostos, que respeite as regras de vida.

Imagine, nós em Moçambique conduzimos como? A esquerda e há países conduzem à direita, e se você chega aqui se mete a conduzir à direita, você pode fazer acidentes, então é preciso que você conduzia à direita para que você possa viver connosco, mas quando eu for ao teu país, vou conduzir à esquerda ou à direita conforme as regras do seu país. Se eu chego e faço coisas que são contrárias ao viver comum das pessoas, em vez de eu ser uma pessoa que é acolhida, poderei ser rejeitada. Então, é preciso acolher aqueles que vem, sejam acolhidos de boa maneira, mas é preciso que respeitem ao modo de vida local.

Quando estávamos a discutir esta manhã sobre o Islão por exemplo, começaram a chegar nas mesquitas em Cabo Delgado pessoas que não tiravam sapatos quando entravam nas mesquitas e diziam ser muçulmanos. Eu que não sou muçulmano, mas não me passaria pela cabeça não tirar sapatos porque é uma questão de respeitar as regras de funcionamento daquela sociedade, e aqueles que vem para nos ajudar e para viver connosco, são bem-vindos, mas é preciso que defendamos o espaço nacional da chegada daqueles que vão nos criar problemas. O jihadismo é um problema, e se ele vem da Tanzânia ou vem do Quénia ou vem da Somália é um problema que temos que nos defender dele.

Nós temos que continuar a ser um país aberto, temos que acolher aqueles que batem a nossa porta, aqueles que escolhem vir a moçambique porque podem realizar os negócios aqui e porque são apaixonados pelo nosso país, casaram com moçambicanas, porque querem viver neste lugar. As



razões podem ser colectivas ou individuais, pode ser guerra, secas. Como nos queremos ser acolhidos pelos outros. A Frelimo foi acolhida na Tanzânia para fazer a guerra e seria contraditório de repente dizer que não queremos ninguém aqui. Então vocês querem emigrar para os outros países, mas não querem ninguém aqui? São as regras de funcionamento e temos que fazer com que esta vinda seja viver com os outros e nos acolhermos reciprocamente e não seja para criar problemas.

Eu lembro-me que passei não sei em que província, uma vez alguém disse-me assim: "Olha para as antenas de televisão, as antenas de televisão e os electrodomésticos que as pessoas compram, compram nos mercados nos grandes mercados, e muitas vezes quem trazia as pessoas da África Ocidental, porque se as pessoas tivessem que ir comprar nas lojas, nunca teriam televisão. Então quer dizer este que chega de fora não te trazem só coisas más, então você quando fala deles, tem que reconhecer o bem que fazem e não pode limitar-se a dizer que fazem coisas erradas, quando faz coisas erradas tem de corrigi-los, e quando fazem coisas boas tem que elogiá-los, então a presença do outro não é nunca um problema. É um problema a postura que o outro tem e o espaço que nós abrimos.

Se você é um muçulmano que não tira sapatos na mesquita cria problemas, mas se você é um cristão que chega e começa a criar seitas que não respeitam a Constituição é um problema. Sabe? Quando você encontra com alguém que vem de um outro mundo, ele enriquece o que você é, há coisas que ele sabe e faz que você não sabe. Essa aprendizagem faz-nos crescer, então Moçambique tem que ser um país que acolhe e aceita que os outros venham viver connosco. A gente tem que sempre zelar para que esses outros que chegam não seja factores de desarmonia e de conflitos, mas que se integrem e participem na vida comum do país estamos a construir.

27

Algumas publicações de Severino Ngoenha ...

NGOENHA, S. Por uma Dimensão Moçambicana da Consciência Histórica. Porto: Edições Salesianas, 1992

NGOENHA, S. Filosofia Africana: das independências as liberdades. Maputo: Paulinas, 1993

NGOENHA, S. CASTIANO, J. Pensamento Engajado - Ensaios sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política. Maputo: Editora EDUCAR, 2011.

NGOENHA, S. Intercultura: alternativa a governação biopolítica. Maputo: Publifix, 2013

NGOENHA, S. **A Terceiro Questão**. Maputo: Publifix, 2015

NGOENHA, S. **A (Im)possibilidade do momento moçambicano: notas estéticas**. Maputo: Alcance, 2016

NGOENHA, S. **Resistir a Abadon**. Maputo: Paulinas, 2017

NGOENHA, S. **Mondlhane: Regresso ao Futuro**: Maputo. Real Design-Editora, 2019

NGOENHA, S. **Os tempos africanos do mundo**. Maputo: Editor Publifix, 2022.

VARIA

Artigo



A GEOGRAFIA HUMANISTA COMO AUXÍLIO PARA A CONSTRUÇÃO DA ÁRVORE DE SONHO NA RESPOSTA HUMANITÁRIA AOS DESLOCADOS INTERNOS DO TERRORISMO NO CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MALICA EM MOÇAMBIQUE

*HUMANISTIC GEOGRAPHY AS AN AID TO THE CONSTRUCTION OF THE DREAM
TREE IN THE HUMANITARIAN RESPONSE TO INTERNALLY DISPLACED PERSONS
DUE TO TERRORISM IN THE MALICA RECEPTION CENTER IN MOZAMBIQUE*

29

*LA GÉOGRAPHIE HUMANISTE COMME AIDE À LA CONSTRUCTION DE L'ARBRE À
RÊVES DANS LA RÉPONSE HUMANITAIRE AUX PERSONNES DÉPLACÉES À
L'INTÉRIEUR DU PAYS EN RAISON DU TERRORISME DANS LE CENTRE D'ACCUEIL
DE MALICA AU MOZAMBIQUE*

Por Nelsa João Lazaro & Joaquim Miranda Maloa

Nelsa João Lazaro

Licenciado em Ensino de Geografia pelo Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma - Moçambique.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9425-408X>.
E-mail: lazaronelsa@gmail.com.

Recebido: 19/05/2025

Aceite: 20/06/2025

Joaquim Miranda Maloa

Professor Auxiliar do Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma - Moçambique.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9277-2133>.
E-mail: joaquimmaloa@gmail.com.

Como citar

LAZARO, N. J. & MALOA, J.M. A geografia humanista como auxílio para a construção da árvore de sonho na resposta humanitária aos deslocados internos do terrorismo no centro de acolhimento de Malica em Moçambique. *Boletim GeoÁfrica*, v. 4, n. 12, p. 29-45, jan.-jun. 2025

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender como a Geografia humanista pode auxiliar na construção da árvore de sonho nas respostas de ação humanitária efetuadas por vários atores que operam no Centro de acolhimento de Malica do norte de Moçambique. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, onde entrevistou-se 30 deslocados internos de diferentes faixas etárias e géneros. Os resultados indicam que a Geografia humanista, ao valorizar as percepções subjetivas dos indivíduos sobre o espaço, tem um papel fundamental no fortalecimento e no processo de construção da Árvore de Sonho, promovendo um ambiente mais inclusivo e participativo. Além disso a pesquisa evidenciou a importância de considerar as aspirações e expectativas da população acolhida nas estratégias de ação humanitária, como forma de promover respostas mais eficazes e humanizadas. Por fim, o estudo sugere que futuras pesquisas ampliem o escopo para outros centros de acolhimento, a fim de verificar a aplicabilidade das conclusões em diferentes contextos.

Palavras-Chave: Geografia humanista. Terrorismo. Árvore de Sonho. Ação humanitária. Centro de acolhimento e Malica

ABSTRACT

The article aims to understand the socioeconomic integration of people displaced by terrorism, focusing on the Malica Reception Center in the Lichinga district in northern Mozambique. The central problem lies in the difficulty of displaced people in reintegrating into a new reality, marked by dependence on humanitarian aid and a lack of economic opportunities. The justification for the research is based on the need to understand the obstacles and potential for reintegration, aiming to contribute to the formulation of more effective public policies. The methodology used was a mixed approach (qualitative and quantitative), with a basic and exploratory nature. Interviews were conducted with 2 technicians from the National Institute for Disaster Risk Management (INGD) and 21 displaced people. The results indicate that the main challenges faced by displaced people include conflict in access to land for farming, lack of food and lack of employment opportunities. The presence of structured financial support was also weak. It is concluded that the socioeconomic integration of displaced people requires coordinated measures, inclusive policies and investments in training and employment, to guarantee their autonomy and contribute to local development.

Keywords: Displaced people. Socioeconomic integration. Terrorism. Reception center. Mozambique

RESUMEN

The article aims to understand the socioeconomic integration of people displaced by terrorism, focusing on the Malica Reception Center in the Lichinga district in northern Mozambique. The central problem lies in the difficulty of displaced people in reintegrating into a new reality, marked by dependence on humanitarian aid and a lack of economic opportunities. The justification for the research is based on the need to understand the obstacles and potential for reintegration, aiming to contribute to the formulation of more effective public policies. The methodology used was a mixed approach (qualitative and quantitative), with a basic and exploratory nature. Interviews were conducted with 2 technicians from the National Institute for Disaster Risk Management (INGD) and 21 displaced people. The results indicate that the main challenges faced by displaced people include conflict in access to land for farming, lack of food and lack of employment opportunities. The presence of structured financial support was also weak. It is concluded that the socioeconomic integration of displaced people requires coordinated measures, inclusive policies and investments in training and employment, to guarantee their autonomy and contribute to local development.

Keywords: Displaced people. Socioeconomic integration. Terrorism. Reception center. Mozambique

INTRODUÇÃO

Os procedimentos relativos a gestão dos deslocados internos devem assegurar uma resposta eficiente. O termo deslocado interno é utilizado para descrever pessoas, ou grupos de pessoas, forçadas ou obrigadas a fugir ou abandonar as suas casas ou seus locais de residência habituais, particularmente em consequência de, ou com vista a evitar, os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais, e que não tenham atravessado uma fronteira internacionalmente reconhecida de um Estado (OHCHR *apud* Raquel, 2019).

Os estudos sobre deslocados internos devem se basear em abordagens que deve dar primazia as concepções ou percepções das vítimas ou uma abordagem baseada na comunidade que implica considerar as necessidades, desejos e habilidades dos indivíduos e comunidades. Moçambique tem vindo a registar um número crescente de deslocados internos resultantes de fatores sócio económicos, naturais e humanos.

De acordo com os dados da Organização Internacional para as Migrações de junho de 2022, havia 946.508 pessoas deslocadas, o que equivale a 208.046 famílias. Dessas, 55% são meninas/crianças, 24% são mulheres e 21% são homens. Cerca de 30% (287.664 pessoas) estão em centros de acolhimento ou reassentamento, enquanto os 70% restantes (658.844 pessoas) vivem em casas de famílias que os acolheram, o que significa que a maioria está amontoada em residências e terrenos de parentes, amigos, vizinhos ou pessoas que os receberam (Alberdi *et al.*, 2024; Chingontuane, *et al.*, 2021; Chichava, 2020). A grande maioria, 870.000 pessoas, permanece na província de Cabo Delgado. Enquanto o restante está distribuído pelas províncias de Nampula (74.000), Niassa (2.000), Zambézia (680), Inhambane (86) e Sofala (310) (Alberdi *et al.*, 2024).

A política de estratégia de deslocados internos aponta como problemas que tem sido verificado no processo de gestão dos casos que resultam na resposta incompleta, como a falta de clareza nos papéis de atores chave envolvidos na gestão dos deslocados internos (Raimundo, 2020). Estes problemas identificados norteiam a presente proposta de pesquisa, concretamente a análise dos mecanismos de respostas humanitárias efetuados pelo ator governamental local específica do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) (Hussene, 2024).

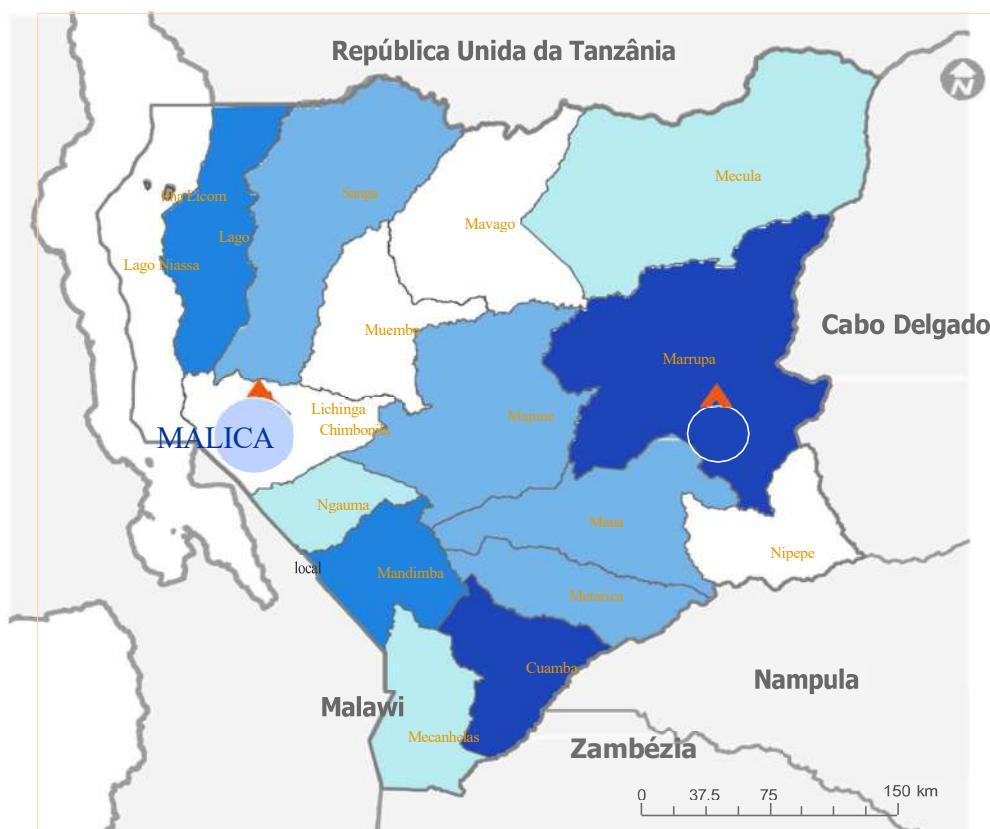
Com base na Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2021 e 2024), para uma resposta humanitária completa deve guiar se por uma abordagem baseada na comunidade

que corresponde considerar as necessidades, anseios e habilidades dos indivíduos e comunidades. Segundo Castles (2023) e Caron (2017), essa abordagem implica basear se nas necessidades, anseios e desejos identificados pela própria comunidade como elemento central que norteiam a realização de intervenções pragmáticas.

Uma das técnicas de envolver a própria comunidade para levantar as suas necessidades pode residir na aplicação da técnica árvore de sonhos. Daqui justifica-se a aplicação da técnica árvore dos sonhos para analisar criticamente o enquadramento dos mecanismos de resposta efetuadas pelo ator INGD num contexto de abordagem baseada em comunidades. O ponto de acolhimento em análise está localizado na localidade de Malica, no distrito de Lichinga, na província do Niassa é a maior Centro de acolhimento, ao Norte faz fronteira com o Posto administrativo de Maniamba do distrito de Lago e Sanga, Sul no Posto Administrativo de Lussanhando e Oeste, com o distrito de Sanga, a Oeste, com a localidade de Meponda.

32

Mapa 1. Localização do Centro de Acolhimento de Malica



Fonte: OIM (2021).

A justificativa para realização desta pesquisa partiu das experiências de trabalhos realizados enquanto pesquisadores por várias vezes visitou esta localidade a partir do qual constatou a existência de diversos atores humanitários que apoiavam o Centro de acolhimento de Malica como também crescentes reclamações dos deslocados por ajuda. Estas constatações parecem evidenciar algumas respostas humanitárias incompletas ou baseadas na consideração nas necessidades identificadas pelos deslocados internos. E neste sentido que diante do reconhecimento da importância da abordagem baseada em comunidades como mecanismos para definição de respostas humanitárias, bem como da técnica da árvore dos sonhos como meio a partir do qual fielmente as próprias comunidades identificam as suas próprias necessidades.

Neste artigo utilizou-se como abordagem a metodologia qualitativa, onde recorreu-se as entrevistas que desempenharam um papel crucial na coleta de dados sobre as experiências e as necessidades das pessoas afetadas por desastres e dos agentes envolvidos na resposta humanitária, as entrevistas ajudaram a capturar informações detalhadas e subjetivas diretamente dos 30 deslocados internos de diferentes faixas etárias e géneros. A entrevista teve como objetivo de compreender como a Geografia humanista pode auxiliar na construção da árvore de sonho nas respostas de ação humanitária efetuadas por vários atores que operam no Centro de acolhimento de Malica. Os entrevistados foram escolhidos com base na disponibilidade e vontade de participar, buscando garantir uma representação diversa da comunidade deslocada. As entrevistas foram conduzidas de forma individual, em ambiente reservado, respeitando os princípios éticos da pesquisa, como o anonimato. O roteiro da entrevista foi elaborado com questões abertas e divididas em categorias temáticas, como: percepção sobre os apoios humanitários, necessidades atuais, sonhos e expectativas futuras.

PROBLEMATIZAÇÃO: HÁ FALTA DE UMA RESPOSTA URGENTE HUMANITÁRIA NO ATENDIMENTO AS VÍTIMAS DE TERRORISMO

Temos observados uma demora nas Gestão e Redução do Risco de Desastres (GRRD) e respostas humanitária as vítimas de deslocados de terrorismo de Cabo Delgado ao norte de Moçambique. Desde outubro de 2017, a província, tem sido assolada pelo fenômeno da violência armada. Como consequência, 946.508 pessoas foram deslocadas para a região sul da província para outras áreas do país até junho de 2022 e 4.398 vítimas fatais foram registradas (Alberdi, 2024).



Duffield (2001) argumenta que a falta de uma resposta humanitária eficaz pode exacerbar as condições de vulnerabilidade e contribuir para o prolongamento de crises gerando dependências em vez de promover desenvolvimento sustentável. Este facto pode culminar para o aumento da vulnerabilidade das pessoas afetadas, quando a resposta é ineficiente as necessidades básicas como abrigo, alimentação, água e cuidados médicos, pode levar a um agravamento da situação dessas pessoas.

Pode também culminar com o crescimento de doenças e desnutrição, a eficiência no fornecimento de serviços de saúde e alimentação pode levar ao aumento de surtos de doenças e ao agravamento da desnutrição especialmente em crianças, idosos e pessoas com condições pré-existentes. A falta de uma resposta rápida e eficaz pode aumentar a mortalidade principalmente em situações de desastres naturais, guerras ou crises complexas. Quando as agências humanitárias ou governo falham em responder de forma eficaz, isso pode minimizar a confiança da população nas autoridades responsáveis e nas organizações de ajuda, dificultando futuras intervenções. Daí se levanta a seguinte questão de partida: *Em que medida a Geografia humanista pode auxiliar a construção de uma árvore de sonho para responder os desafios no Centro de acolhimento de Malica?*

34

O PAPEL DA GEOGRAFIA HUMANISTA NA CONSTRUÇÃO DA ÁRVORE DE SONHO PARA RESPONDER OS DESAFIOS DOS PROCESSOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO NO CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MALICA

A Geografia humanista se desenvolveu a partir da década de 1960 com a contribuição da Antropologia, história, filosofia e psicologia apoio para o pensar geográfico. Assim, ela aproxima estudos filósofos fenomenológico existencialistas, como Maurice Merleau-Ponty que foi o mais importante fenomenólogo francês e suas obras “fenomenologia da percepção” de 1945, de que o ser humano é um ser-no-mundo, ou seja, é um ser ativo na conformação do espaço (Merleau-Ponty, 1996). A fenomenologia francesa esta também vinculada ao alemão do Edmund Husserl considerado o iniciador desta corrente científica que tem por objetivo descrever como as coisas e os objetos se apresentam a consciência. Husserl propõe por tanto a realização do processo de redução fenológico para se obter a essência do fenômeno (Husserl, 2012).



De acordo com Amorim (1992) destacam-se no período 1940 e 1970 os trabalhos com aporte fenomenológico dos seguintes geográficos: John K. Wright, que propôs o termo Geografia como sendo o estudo da imaginação geográfica, Willian Kirk e David Lowenthal, que pautados no behaviorismo, lançam ideias para uma Geografia comportamental que valoriza a experiência vivida e a imaginação na actividade e no pensamento geográfico.

A Geografia humanista passou a se desenvolver em momento de crise paradigmática na ciência Geográfica durante de 1980. Nessa época, a professora da universidade do estado de São Paulo de Rio Claro, Lívia De Oliveira, traduziu os livros “Topofilia” e “Espeço e Lugar” de Yi-Fu Tuan, dando uma importante contribuição para os estudos culturais e humanistas na Geografia (Tuan, 1980).

O breve histórico apresentado anteriormente, apresenta a preocupação dos estudos da Geografia humanista com as relações subjetivas entre pessoas e grupos com espaço a fim de compreender seus valores, comportamentos e aspirações. Por tanto perpassam comumente pelo atendimento do que são as pessoas como ocorre tais relações. Conforme Tuan (1980), uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único, percepção, atitude e valor refletem os três níveis do ser do ser, nota-se então que no universo fenomenológico pessoas formam uma realidade complexa com diferentes manifestações com o corpo, o conhecimento, a vontade, a linguagem, a sociabilidade, a cultura, o trabalho, o jogo e a religião. Simultaneamente através dos cinco sentidos e da mente, pessoas percebem o espaço a sua volta e interagem com ele tornando-se consciente do mesmo. A percepção se desenvolve como resposta desse sentido aos estímulos externos e fornece a pessoa conhecimentos imediatos a respeito do que a cerca (Tuan, 1980).

A Geografia humanista é uma abordagem da Geografia que se concentra nas experiências subjetivas, culturais emocionais dos seres humanos em relação ao espaço e aos lugares. Ela surgiu como uma resposta às abordagens mais objetivas da Geografia, como o positivismo e o behaviorismo que buscam explicação mais pessoais e generalizadas. Dentro deste contexto foca mais na percepção individual e coletiva dos lugares, explorando como as pessoas atribuem significados, valores e emoções aos espaços que habitam. Esta área específica da geografia pode auxiliar a construção da Árvore de sonho.

A árvore de sonho é uma metodologia participativa para levantamento de expectativas e desafios a enfrentar no desenvolvimento de um projecto, em uma analogia que a copa da árvore representa os sonhos, o tronco e o percurso para atingi-los e as raízes aquilo que se tem

como base para alcançá-los. Neste caso, a metodologia é sugerida para o desenvolvimento de um projecto de educação integral em diferentes contextos (Hillman, 1992).

Na construção da árvore de sonhos existem alguns passos que devem ser seguidos: *1º Passo*: O educador mediador irá apresentar o desenho incompleto da árvore de sonhos (apenas o tronco, alguns galhos e as raízes) explicando aos participantes cada uma das suas partes conforme as indicações abaixo: *Copa* composta pelas folhas, flores e frutos a copa da árvore e o que da visibilidade a árvore. Todas as outras partes da árvore existem para que a copa possa existir. Nesta metodologia a copa da árvore com suas folhas flores e frutos representa o nosso sonho. O lugar onde pretendemos chegar. *Raiz* é a parte da árvore que busca que busca na terra os nutrientes e a água necessária para que a árvore cresça e se desenvolve plenamente. Aqui a raiz representa os insumos, aquilo que já possuímos para que possamos construir nosso sonho. *Tronco* é a parte que sustenta a árvore. Muitas vezes o tronco possui alguns arranhões e buracos. Há alguns parasitas que se agarram ao tronco e impedem que se desenvolva. O tronco da árvore representa o projecto em si, o plano de ação que queremos desenvolver para atingir o nosso sonho. E os buracos e parasitas representam os desafios que precisamos enfrentar para alcançar os nossos objectivos.

2º Passo: Feita a explicação, o mediador facilitador deverá convidar os participantes a preencherem copa da árvore de sonho. Por tanto, ele pode incentivar o grupo com perguntas, como por exemplo: quais são as vossas necessidades que comunidades querem e quais são os vossos desejos o que gostariam que fosse melhorado no centro de acolhimento de Malica. Os sonhos, desejos e expectativas devem ser escritos em cartelas em forma de folhas e flores e colados no topo do tronco da árvore.

3º Passo: Em seguida o facilitador mediador convida os participantes a desenhar as raízes da árvore, perguntando por exemplo: quais o insumo para alcançar nossos sonhos o que o centro de acolhimento de Malica já possui e que pode mudar a alcançar seus objetivos as sugestões devem ser escritas em pedaços de papel colados na base junto as raízes da árvore.

4º Passo: Na quarta etapa o interessante que o facilitador mediador faça um levantamento dos buracos no tronco, convidando os participantes a responder questões como: que desafios a comunidade precisarão enfrentar para alcançar seus objetivos quais são as principais dificuldades que a comunidade enfrenta quais são os principais problemas que impedem o alcance dos sonhos novamente os participantes deveram escrever os desafios e colocá-los junto ao tronco da árvore.

5º Passo: Pronto está desenhada a árvore dos sonhos, que identifica os objetivos, desafios e insumos para o desenvolvimento da educação integral no centro de acolhimento de Malica. É fundamental que seja feito um registo da atividade, sistematizando as ideias e sugestões do grupo. Esta atividade pode ser utilizada como estratégia de mobilização e envolvimento da comunidade do centro de acolhimento de Malica para que os seus anseios sejam atendidos, e a partir daí, pode se construir estratégias para que o INGD consiga concretizar os objetivos, isto é, fazer com que a árvore cresça e se desenvolva (JUNG, 2015).

OS ATORES QUE OPERAM NO CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MALICA PARA A RESPOSTA HUMANITÁRIA

Os dados gerais da situação humanitária e o mapeamento dos principais atores humanitários e dos problemas mais urgentes não são suficientes para mostrar a realidade cotidiana que centenas de milhares de pessoas sofrem como vítimas de uma guerra que não provocaram nem procuraram (ALBERDI *et al.*, 2024). No centro de Acolhimento de Malica operam os seguintes atores:

Quadro 1: Atores de apoio que operam no Centro de Acolhimento de Malica

Actores	Responsabilidades
<i>o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco e Desastres (INGD)</i>	Distribuição de bens de primeira necessidade; Coordenação da logística e reabastecimento dos deslocados; Gestão do centro de acolhimento.
Igreja Católica	Apoio espiritual e psicológico; Distribuição de alimentos, roupa e medicamentos; Criação de espaços de oração, esperança e escuta.
A Organização da Mulher Moçambicana (OMM)	Apoio psicossocial e emocional a mulheres e crianças; Campanhas de sensibilização sobre saúde reprodutiva, violência baseada no género e higiene pessoal.
Governo Provincial	Garantia de segurança e ordem pública no centro; Facilitação de serviços públicos essenciais.

Fonte: Autores (2025).

As respostas dos deslocados evidenciam a presença de múltiplas entidades, incluindo a Igreja Católica, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), o Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD) e o Governo. Esta diversidade de atores confirma a ideia de que a

assistência aos deslocados se apoia em esforços conjuntos de organizações governamentais e não-governamentais. Conforme enfatizado por (Bennet, 1998; Abuya, 2003; Ager. Strong, 2008), a colaboração entre diferentes organizações é crucial para garantir uma resposta eficaz, evitando ações isoladas que podem comprometer a qualidade do apoio prestado. A presença simultânea de instituições religiosas, governamentais e de sociedade civil no centro de Malica reforça esta perspectiva, indicando uma tentativa de coordenação para melhor atender às necessidades dos deslocados. Slim (2015) complementa esta visão ao destacar que a colaboração entre entidades diversas é fundamental para assegurar tanto a legitimidade quanto a eficácia da resposta humanitária.

Percepções sobre as ações humanitárias efetuadas pelos atores que operam no Centro de acolhimento de Malica. O termo *perceção* (do latim, *perception*), tem diversos significados e revela, ideia, sensação, imagem, intuição, estímulo, dentre outras, influenciando a condução das pesquisas relacionadas ao termo percepção ambiental. A percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (Zanini, *et al.*, 2021).

Quando perguntamos aos deslocados internos residentes no Centro de acolhimento de Malica sobre qual é a sua percepção sobre as ajudas que eles recebem das entidades. Muitos responderam que são:

Boa, apesar de existir demora na resposta, o que prejudica por vezes a sobrevivência das suas famílias (...) (Entrevistado 7, 2025).

Boa (...), mas as vezes vem uma organização diz que vai nos ajudar em aquilo e outro aquilo e no final nem sabemos que vamos cobrar porque não fazem (...) (Entrevistado 20, 2025).

As respostas dos entrevistados, confirma o resultado de estudo realizado por Alberdi *et al.* (2024), de que apesar de eles avaliarem como positivo a ajuda que recebem do governo, existem desafios na forma como essa ajuda é canalizado, não é implementada de uma forma estratégica e integradora que possa possibilitar que os deslocados internos possam lidar com as carências de acolhimento e reduzir a intensidade dos conflitos sociais. A falta de uma estratégia integradora está a resultar numa maior pressão sobre os escassos recursos e serviços pré-existentes como acesso a água, terras cultiváveis, escolas, centros de saúde etc.). Essa equação

difícil requer uma reflexão profunda e mais eficaz para não repetir erros do passado e construir um futuro melhor. As ajudas humanitárias efetuadas no Centro de Acolhimento de Malica devem ser úteis e coordenadas, pois, os deslocados possuem algumas habilidades (agricultura, empreendedorismo) que podem possibilitar de certa forma o seu sustento, necessitando de um pequeno incentivo por parte das entidades que operam neste centro de reassentamento de deslocados.

Band, *et al.* (2021), argumenta que ajuda aos deslocados devem ser adequados as suas necessidades específicas, culturalmente sensível e centrada nas pessoas. Ele critica a burocratização da ajuda e propõe que as intervenções devem ser ágeis, inovadoras e ajustadas às realidades locais. Barnett e Weiss (2008), a importância de garantir que ajuda humanitária oferecida aos deslocados seja eficaz e conduzida de forma ética. Eles argumentam que uma boa ajuda vai além de fornecer itens básicos, devendo concluir mecanismos que respeitem a dignidade dos beneficiários e incentivam a sustentabilidade.

Perguntados os deslocados internos residentes no Centro de acolhimento de Malica responderam que recebem como ajuda por parte das diferentes entidades é ou não suficiente, e se necessitam de mais além do que já recebem.

Apenas dava para o básico, sim necessitamos de adubo para as culturas das machambas porque crescem pouco e necessitamos de dinheiro para começar um negócio. (Entrevistado 2, 2025).

Não é suficiente a ajuda que recebemos porque é pouca. Sim, necessitamos de uma formação básica (culinária, costura etc) e adubo para machamba. (Entrevistado 13, 2025).

A ajuda que recebemos não é suficiente. Sim necessitamos de emprego ou dinheiro para começar um negócio. (Entrevistado 8, 2025).

Os deslocados internos alegam que precisam ainda de ajuda, principalmente olhando para o lado dos insumos agrícolas e um incentivo de negócio, para que eles mesmos possam produzir e desta feita garantir o auto-sustento. Para Feijo *et al.* (2022), discute que a ajuda aos deslocados deve ser suficiente não apenas para garantir a sua sobrevivência, mas também sua dignidade. Ele sugere que quando os deslocados necessitam de mais ajuda do que inicialmente oferecida, é necessário mobilizar recursos adicionais e desenvolver parcerias mais eficazes entre governos, ONGS e organismos internacionais. Questionados os deslocados internos sobre o que as Organizações da Sociedade Civil (OSC) deveriam fazer para melhorar as suas vidas? Eles responderam:

Ter um emprego (...) (Entrevistado 11, 2025).

Voltar para Cabo Delgado e recomeçar a vida (...) (Entrevistado 1, 2025).

Os deslocados internos anseiam ter uma integração económica, para melhorar a sua condição económica. Pois são vários os problemas económicos que eles enfrentam (falta de alimentação, falta de vestuário, falta de casas condignas etc.), são algumas coisas que eles muito se queixam. Christensen e Harild (2009), argumenta que os deslocados frequentemente expressam a necessidade de maior autonomia e oportunidades para reconstruir suas vidas. Segundo a autora, os deslocados muitas vezes solicitam de acesso ao trabalho, educação e à liberdade de movimentos como formas de melhorar suas vidas. Eles valorizam políticas que promovam a auto-suficiência ao invés da dependência da ajuda externa. Filomeno (2020), observa que os deslocados desejam mais do que apenas assistência emergencial, eles pedem oportunidades de integrar-se nas economias locais, seja através de trabalho ou empreendedorismo. Eles afirmam ainda que os deslocados frequentemente pedem por políticas de longo prazo, que promovam a sua integração e permitam que contribuam para a sociedade em que estão inseridas.

Questionados sobre quais são os sonhos que os deslocados internos têm em relação a sua integração social? Eles responderam:

Gostaria que tivesse uma boa relação com a comunidade local porque a nossa relação não é muito boa (Entrevistado 10, 2025).
Gostariam que a relação com a comunidade local se mantivesse, porque é boa, e gostaria que tivéssemos emprego (Entrevistado 5, 2025).

Jacobsen (2005) destaca que os deslocados frequentemente sonham com a integração social, que lhes permita relacionar com a comunidade, para ganhar a vida por meio do trabalho ou empreendedorismo. Para muitos deslocados, o sonho de uma vida melhor envolve não apenas a sobrevivência, mas a criação de uma nova identidade como membros produtivos da sociedade. Questionados sobre que tipo de apoios gostariam de receber para garantir uma fonte de rendimento fixa? Eles responderam:

Gostaria de produzir mais para vender os mesmos produtos (...) (Entrevistado 11, 2025).

Gostariam gostaria de empreender porque é o que eu sei fazer (...) (Entrevistado 16, 2025).

Pelas respostas observa-se que há um forte anseio em empreender, visto que o sustento dos deslocados é de apenas agricultura e das ajudas que recebem. Miller e Rasmussen (2017) e Melting e Thompson (2016), destacam que muitos deslocados pede por oportunidades de capacitação profissional para que possam que possam adquirir habilidades relevantes no mercado de trabalho programas de educação e treinamento em áreas de alta demanda ajudam a aumentar as chances de obter uma renda estável. Jacobsen (2003), argumenta que deslocados enfrentam geralmente dificuldades para a cessar capital inicial para iniciar pequenos negócios. Políticas que facilitem o acesso a créditos a taxas baixas ou microcréditos são frequentemente apontados como uma forma de apoiar a criação de pequenas empresas, garantindo assim uma forma de renda sustentável.

COMO A GEOGRAFIA HUMANISTA PODE AUXILIAR NA CONSTRUÇÃO DA ÁRVORE DE SONHO DOS DESLOCADOS INTERNOS DO CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MALICA

41

A Geografia, sobretudo em sua vertente humanista, desempenha um papel fundamental na construção de “futuros possíveis” para a população do centro de acolhimento Malica. Ao ir além da análise físico-espacial e considerar os significados afetivos, culturais e identitários do lugar, a Geografia contribuiativamente para a construção do que pode ser chamado de "árvore de sonhos", uma metáfora para os projectos de vida e aspirações das comunidades em situação de vulnerabilidade. Muitos dos deslocados internos deixaram as suas casas, precisam de reconstruir as suas vidas através de reconstrução de sonhos para um futuro melhor.

A geografia humanista trabalha com as Percepções, ideal para transformar “lugares” através de experiências humanas, emoções e memórias. No contexto de deslocamento, reconstruir esse sentido de “lugar” é essencial para restaurar a identidade dos indivíduos e coletividades. Assim, a Geografia oferece as bases para o enraizamento simbólico e material dos deslocados, formando as raízes da árvore de sonhos: *pertencimento, segurança e dignidade*. Percebemos através das respostas dos nossos entrevistados que eles reconstruiram as suas identidades como estratégias de acesso a recursos locais, como terras férteis, fontes de água, vias de acesso e oportunidades de mercado etc.

A geografia humanista, pelo carácter humanista, permite ouvir a população vulnerável e construindo os sonhos pela integração o que muitas Organizações da Sociedade Civil e Estatal

que operam nesses centros de acolhimento não parte dos sonhos, mas nas respostas pré-definidas, onde os deslocados não são protagonistas das suas vidas, precisamos mudar esta lógica para reconstruir sonhos destruídos, fazendo crescer os “ramos de sua árvore”: sonhos de educação, reinserção social e trabalho.

Por fim, a Geografia humanista é uma “jardineira da árvore de sonhos”, não impõe soluções prontas, mas cultiva com cuidado os desejos e necessidades locais. Como afirma Slim (2015), o apoio humanitário deve ser sensível à dignidade, à esperança e à subjetividade dos assistidos. Assim, a Geografia, ao articular o território com o humano, contribui para que os deslocados floresçam, mesmo em solo marcado por ruturas e perdas.

CONCLUSÃO

42

O artigo permitiu compreender de forma aprofundada a dinâmica de apoio humanitário no Centro de Acolhimento de Malica, destacando o papel crucial da Geografia humanista na construção dos sonhos dos deslocados internos do terrorismo de Cabo Delgado. Inicialmente, foi possível identificar diversos atores que operam no centro de acolhimento de Malica, como a Igreja Católica, o Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD), a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e o próprio Governo. Esta diversidade confirma a importância da cooperação entre organizações governamentais e não-governamentais para garantir uma resposta humanitária eficaz e coordenada.

As percepções dos entrevistados revelam que as ajudas recebidas ainda não são suficientes para assegurar a sua autonomia e dignidade a longo prazo. As respostas apontaram para a necessidade de incentivos agrícolas, formação profissional e apoio ao empreendedorismo como meios para fortalecer a sua auto-suficiência.

Neste contexto, a Geografia humanista emerge como uma ferramenta estratégica para a construção dos sonhos dos deslocados internos, ao considerar o espaço não apenas como território físico, mas como um lugar carregado de significados, identidades e possibilidades. Ao mapear recursos, promover o planeamento participativo e respeitar o sentido de pertença dos deslocados, a Geografia contribui para a criação de condições favoráveis à realização de seus projectos de vida e à integração social plena.

Na realização de trabalho de campo, que forneceu informações para a construção desse artigo, houve acesso limitado a fonte de dados, a proponente da pesquisa teve dificuldades em



obter informações mais detalhadas ou completas sobre suas percepções e ações devido a uma barreira que é a língua, uma vez que uma parte dos deslocados se comunica com a língua maconde diferentemente com a língua portuguesa ou local (*Chiya*¹). A ausência de financiamento adequado ou de ferramentas tecnológicas para uma coleta de dados mais amplos como (análise de mapas participativos) reduziu de certa forma a abrangência da pesquisa.

Assim, temos a consciência que este artigo centrado no centro de Acolhimento de Malica as conclusões podem não ser generalizáveis para outros contextos humanitários, limitando a aplicação dos resultados em outras áreas geográficas ou situações de acolhimento. Mas também temos a consciência que a Geografia humanista envolve estudo das percepções sobre o espaço e a experiência humana as interpretações dos dados podem ser subjetivas, afetando a generalização dos resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

43

- AGER, A.; STRANG, A. Understanding Integration: A Conceptual Framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, p. 166–191, 2008. <https://doi.org/10.1093/jrs/fen016>
- ALBERDI, J., CUNHA, T., ZAMBRANO, L., MATUSSE, A., ERNESTO, A., COSSA, L. **Guerra, deslocamentos forçados e resposta à crise em Cabo Delgado Moçambique**. Barcelona: Ayuda en Acción. 2024.
- ABUYA, E. Refugees and Internally Displaced Persons: Examining Overlapping Institutional Mandates of the ICRC and the UN High Commissioner for Refugees. **Singapore Journal of International & Comparative Law**, n. 7, p. 236–266, 2003
- ALEXANDER, D. Principles emergency planning and management. Permission. Health in Emergencies and Disasters Quarterly. **Pidemiol Community Health**, v. 56, n. 5, p.59-64. 2013
- BANDE, A., NHAMIRRE, B. & CORTEZ, E. **Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito**. Maputo: CIP; 2021, p.7-12.
- BENNET, J. Forced migration within national borders: the IDP agenda. **Forced Migration Review**, v. 1, 1998
- BRNETT, M.; WEISS, T. G. **Humanitarianism in question: politics power, ethics**. NY: Cornell University Press, 2008.

¹ Língua de origem Bantu falada na província de Niassa.



CARON, C. Hosting the Displaced-And Being Hosted. **Forced Migration Review**, n. 55, p.56-58, 2017

CASTLES, S. Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation. **Journal of the British Sociological Association**, v. 37, n. 1, p. 11-33, 2023

CHICAVA, S. **Os primeiros sinais do 'Al Shabaab' em Cabo Delgado: Algumas histórias de Macomia e Ancuabe**. IESE: Maputo, 2020.

CHINGOTUANE, E; SIDUMO, E; HENDRICKS, C; van NIEUWKERK, A. **Strategic Options for Managing Violent Extremism in Southern Africa: The Case of Mozambique**. Friedrich-Ebert-Stiftung, Maputo Office, 2021

CHRISTENSEN, A.; HARILD, N. **Forced displacement: The development challenge**. Washington DC: Social Development Department, The World Bank Group, 2009

FEIJÓ, J; MAQUENZI, J; SALITE, D & KIRSHNER, J. Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no norte de Moçambique ao longo do ano de 2021. **Observador Rural**, n. 127, 2022

FILOMENO, F. O acolhimento aos deslocados internos pelo conflito de Cabo Delgado. Dissertação de Mestrado em Ação Humanitária, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2020

HILLMAN, J. **O Coração e a Alma da Psicologia: O Sentido dos Sonhos e do Imaginário**. São Paulo: Editora Cultrix, 1992.

HUSSEN, A. **Intuição, tomada de decisão e desastre naturais: Caso do Instituto Nacional de Gestão de Redução de Riscos de Desastres (INGD) –Moçambique**. Dissertação de Reintegração em Administração, Universidade Federal de Pampa, Santana do Livramento –RS, 2024.

HUSSERL, E. **Investigações Lógicas** Rio de Janeiro: Forense Universitária, V. 2, Parte 1, 2012

JACOBSEN, K. The economic life of refugees. **Development and change**, v.3, n. 5, p.681-704, 2002

JUNG, C. G. **O Homem e Seus Símbolos**. São Paulo: Editora Cultrix, 2015

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996

MEHLING, A.; THOMPSON, M. **Humanitarian Aid: A Guide to Coordination in Disaster Response**, London: Routledge, 2016

MILLER, K. E.; RASMUSSEN, A. The Mental Health of Refugees and Displaced Persons: A Global Perspective. **International Review of Psychiatry**, v. 29, n. 1, p. 36-46, 2017

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Estratégia Nacional da OIM Para Moçambique**. Maputo: OIM, Moçambique, 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Estratégia Nacional da OIM Para Moçambique Avaliação Multi-Sector de Locais. Roda 5. Moçambique – Niassa**. Maputo: OIM Moçambique, 2021.

RAIMUNDO, I. O ciclo vicioso de deslocamento forçado e a formação de espaços incompletos em Moçambique. **GeoUERJ**, n. 37, 2020, p.1-26. DOI: 10.12957/geouerj.2020.53912

RAQUEL, A. de J. O deslocado interno como conceito: da formação de uma categoria às implicações do termo. **Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil**, Rio de Janeiro, V. 8, p.1-14, 2019. DOI: 10.12957/neiba.2019.41867. e41867

SLIM, H. **Humanitarian Ethics: A Guide to the Morality of Aid in War and Disaster**. Oxford: Oxford University Press, 2015

TUAN, Y.-F. **Space and Place: The Perspective of Experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977

ZANINI, A. M; SANTOS, A. R dos; MALICK, C. M.; OLIVEIRA, J. A de; ROCHA, M. B. Estudos de percepção e educação ambiental: um enfoque fenomenológico: estudos de percepção e educação ambiental. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 23, n. 1, p. 1-14, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172021230127er>

VARIA

Artigo



IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS CICLONES TROPICAIS EM MOÇAMBIQUE

SOCIOENVIRONMENTAL IMPACTS OF TROPICAL CYCLONES IN MOZAMBIQUE

***IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES DE LOS CICLONES TROPICALES EN
MOZAMBIQUE***

46

Por Alfatílio Sevenhane Batela Húo, Deolinda Lurdes Inácio, Hélio João da Silva Andicene & Daniel Cuinhane

Alfatílio Sevenhane Batela Húo

Doutorando em Energia e Meio Ambiente, Mestre em Desenvolvimento Económico Regional e Local; Universidade Católica de Moçambique (UCM).
<https://orcid.org/0009-0008-9660-6555>
Contato: alfahuo80@gmail.com

Deolinda Lurdes Inácio

Doutoranda em Direito Público, Mestre em Administração e Gestão de Negócios, Universidade Católica de Moçambique (UCM).
Contato: deolindalurdesinacio@yahoo.com.br

Hélio João da Silva Andicene

Mestrando em Gestão Ambiental, Licenciado em Engenharia Florestal, Universidade Católica de Moçambique (UCM).
Contato: handicene@gmail.com

Daniel Cuinhane

Mestrando em Gestão e Administração Educacional, Licenciado em Ensino de Biologia, Universidade Católica de Moçambique (UCM)
Contato: danielcuinhane2@gmail.com

Submetido: 05/04/2025

ACEITE: 18/06/2025

Como citar

HÚO, A.S.B; INÁCIO, D.L., ANDICENE, H.J da S., CUINHANE, D. Impacts socioambientais dos ciclones tropicais em Moçambique. *Boletim GeoÁfrica*, v. 4, n. 12, p. 46-60, jan.-jun. 2025



RESUMO

O presente artigo visa analisar os impactos das mudanças climáticas na África Subsaariana, abordando como esses fenômenos climáticos afetam as comunidades locais, os ecossistemas e as economias regionais. A África Subsaariana é uma das regiões mais vulneráveis às mudanças climáticas devido à sua dependência da agricultura, à pobreza e à escassez de infraestrutura robusta para enfrentar eventos climáticos extremos. A região é caracterizada por altas temperaturas, secas prolongadas e inundações, que agravam a insegurança alimentar, intensificam os conflitos por recursos naturais e comprometem o desenvolvimento socioeconômico. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando a revisão bibliográfica como principal metodologia. Foram analisados estudos acadêmicos publicados nos últimos dez anos, relatórios de organizações internacionais, e publicações de governos e ONGs sobre os impactos das mudanças climáticas e as estratégias de adaptação na África Subsaariana. Os resultados da pesquisa revelam que a região enfrenta uma crescente intensificação dos impactos climáticos, incluindo aumento das temperaturas médias, maior frequência de secas e tempestades intensas, e variações nos padrões de precipitação. A agricultura, que emprega uma grande parte da população, é particularmente afetada por esses eventos climáticos, com redução na produção de alimentos e agravamento da insegurança alimentar.

Palavras Chave: Impactos sociais. Impactos ambientais. Ciclones tropicais. Moçambique.

ABSTRACT

This article aims to analyze the impacts of climate change in sub-Saharan Africa, addressing how these climate phenomena affect local communities, ecosystems, and regional economies. Sub-Saharan Africa is one of the regions most vulnerable to climate change due to its dependence on agriculture, poverty, and a lack of robust infrastructure to cope with extreme weather events. The region is characterized by high temperatures, prolonged droughts, and floods, which exacerbate food insecurity, intensify conflicts over natural resources, and jeopardize socioeconomic development. The research adopts a qualitative approach, using literature review as the main methodology. Academic studies published in the last ten years, reports by international organizations, and publications by governments and NGOs on the impacts of climate change and adaptation strategies in sub-Saharan Africa were analyzed. The results of the survey reveal that the region faces an increasing intensification of climate impacts, including rising average temperatures, greater frequency of droughts and intense storms, and variations in precipitation patterns. Agriculture, which employs a large part of the population, is particularly affected by these weather events, with reduced food production and worsening food insecurity.

Keywords : Social impacts. Environmental impacts. Tropical cyclones. Mozambique.

RÉSUMÉ

Cet article vise à analyser les impacts du changement climatique en Afrique subsaharienne, en abordant comment ces phénomènes climatiques affectent les communautés locales, les écosystèmes et les économies régionales. L'Afrique subsaharienne est l'une des régions les plus vulnérables au changement climatique en raison de sa dépendance à l'agriculture, de sa pauvreté et d'un manque d'infrastructures solides pour faire face aux événements météorologiques extrêmes. La région se caractérise par des températures élevées, des sécheresses prolongées et des inondations, qui exacerbent l'insécurité alimentaire, intensifient les conflits pour les ressources naturelles et compromettent le développement socio-économique. La recherche adopte une approche qualitative, en utilisant la revue de la littérature comme méthodologie principale. Des études académiques publiées au cours des dix dernières années, des rapports d'organisations internationales et des publications de gouvernements et d'ONG sur les impacts du changement climatique et les stratégies d'adaptation en Afrique subsaharienne ont été analysés. Les résultats de l'enquête révèlent que la région est confrontée à une intensification croissante des impacts climatiques, notamment la hausse des températures moyennes, l'augmentation de la fréquence des sécheresses et des tempêtes intenses, et les variations dans les régimes de précipitations. L'agriculture, qui emploie une grande partie de la population, est particulièrement touchée par ces événements météorologiques, avec une baisse de la production alimentaire et une aggravation de l'insécurité alimentaire.

Mots-clé: Impactos sociales. Impactos ambientales. Ciclones tropicales. Mozambique.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas estão emergindo como uma das maiores ameaças globais do século XXI, com impactos profundos e variados em diferentes regiões do mundo. Na África Subsaariana, onde as comunidades urbanas estão em rápida expansão, esses impactos não se restringem apenas ao ambiente físico, mas afetam também diretamente a coesão social e comunitária. O aumento das temperaturas, a variabilidade das precipitações e a intensificação de eventos climáticos extremos, como secas e inundações, têm desencadeado uma série de desafios que ameaçam a segurança alimentar, o acesso à água e a estabilidade econômica.

À medida que as condições climáticas se tornam mais adversas, as comunidades urbanas enfrentam a necessidade de adaptação, o que pode levar a tensões sociais e ao aumento das desigualdades. As populações vulneráveis, muitas vezes marginalizadas em contextos urbanos, são as mais afetadas, resultando em deslocamentos forçados e conflitos por recursos escassos. Além disso, a capacidade das comunidades de se unirem em face dessas adversidades é frequentemente prejudicada por fatores como pobreza, falta de infraestrutura e ineficácia nas políticas públicas. Neste contexto, a coesão comunitária torna-se um fator crítico para a resiliência urbana. Comunidades coesas são mais capazes de se organizar, mobilizar recursos e desenvolver soluções criativas para os desafios impostos pelas mudanças climáticas. No entanto, a crescente pressão ambiental pode minar essas dinâmicas sociais, tornando essencial o entendimento dos mecanismos que afetam a coesão comunitária nas áreas urbanas da África Subsaariana.

Este artigo analisa como as mudanças climáticas intensificam as desigualdades existentes, levando à fragmentação social e comprometendo a coesão comunitária em áreas urbanas da África Subsaariana. A problemática central reside em compreender os mecanismos através dos quais os impactos climáticos exacerbaram as divisões sociais e econômicas, marginalizando grupos vulneráveis, dificultando a formação de redes de apoio e prejudicando a coesão comunitária.

O texto explora as mudanças climáticas na África Subsaariana, com foco específico em Moçambique, um dos países mais vulneráveis às suas consequências no continente. A área de estudo abrange mais especificamente as províncias costeiras de Moçambique, que têm sido severamente impactadas por eventos climáticos extremos, como ciclones tropicais, inundações e secas prolongadas. A escolha desse país como estudo de caso é motivada pela sua alta exposição



aos efeitos das mudanças climáticas, que afetam diretamente a segurança alimentar, a infraestrutura e as comunidades locais, especialmente aquelas situadas em zonas costeiras e rurais.

METODOLOGIA

A revisão bibliográfica foi estruturada em várias etapas com o objetivo de proporcionar uma análise abrangente e crítica da literatura existente sobre as desigualdades, fragmentação social e coesão comunitária em contexto de mudanças climáticas nas áreas urbanas. As etapas são detalhadas a seguir:

- ✓ **Critérios de Inclusão:** Estudos empíricos e teóricos publicados em periódicos revisados por pares, relatórios de organizações não-governamentais, documentos de políticas públicas e livros que abordem as interseções entre mudanças climáticas, desigualdades sociais e coesão comunitária na África Subsaariana.
- ✓ **Critérios de Exclusão:** Trabalhos que não tratem especificamente da África Subsaariana ou que não se relacionem diretamente com os temas centrais da pesquisa.
 - Utilização de bases de dados acadêmicas como Google Scholar, JSTOR, Scopus e Web of Science para realizar buscas sistemáticas. Foram utilizados termos-chave como "mudanças climáticas", "desigualdades sociais", "fragmentação social", "coesão comunitária" e "África Subsaariana".
 - A pesquisa incluiu publicações em diferentes idiomas (principalmente inglês e português) e foi realizada considerando um intervalo de tempo que abrange os últimos 10 anos, para garantir a atualidade das informações.
 - Leitura crítica dos resumos e, quando pertinente, dos textos completos dos estudos selecionados, avaliando a relevância e a qualidade metodológica dos trabalhos.
 - Redação de um documento que sintetize os principais achados, destacando as relações entre desigualdades, fragmentação social e coesão comunitária no contexto das mudanças climáticas.
 - Discussão das implicações dos resultados para a formulação de políticas públicas e para futuras pesquisas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Moçambique, país situado na costa sudeste da África, é altamente vulnerável aos ciclones tropicais devido à sua localização geográfica e características socioeconômicas. A extensa faixa costeira de aproximadamente 2.470 quilómetros coloca o país na rota de ciclones originados no Oceano Índico, especialmente na bacia do Sudoeste do Oceano Índico, uma das mais ativas em termos de formação desses fenômenos (Climatelinks, 2021). A vulnerabilidade de Moçambique é exacerbada por fatores como a pobreza generalizada, a urbanização desordenada e a dependência da população dos recursos naturais para subsistência. Mais de 60% da população vive em áreas costeiras baixas, onde as intensas tempestades do Oceano Índico e o aumento do nível do mar colocam em risco a infraestrutura, a agricultura costeira, os principais ecossistemas e a pesca (Climatelinks, 2021).

Estudos indicam que as principais cidades de Moçambique, que concentram uma grande parte da população e dos ativos econômicos, estão localizadas ao longo da zona costeira. O aquecimento global dos oceanos e uma atmosfera mais quente aumentam a probabilidade de eventos extremos se tornarem mais frequentes e intensos, levando ao aumento de danos nas cidades costeiras (Rebelo, 2020). Além disso, a elevação do nível do mar e os efeitos das marés meteorológicas contribuem para a vulnerabilidade costeira, aumentando o risco de inundações e erosão. A utilização do Índice de Vulnerabilidade Costeira Simplificado (IVCs) tem sido uma ferramenta eficaz para avaliar essa vulnerabilidade, considerando fatores como densidade populacional e características geográficas (Nzualo, Silvestre, 2020). Portanto, a vulnerabilidade de Moçambique aos ciclones tropicais é resultado de uma combinação de fatores geográficos, socioeconômicos e ambientais. A compreensão desses fatores é essencial para o desenvolvimento de políticas eficazes de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A tabela abaixo apresenta uma análise detalhada dos ciclones tropicais que atravessaram Moçambique entre 2019 e 2024, com o objetivo de identificar e caracterizar os principais eventos climáticos extremos que afetaram o país durante esse período. A identificação desses ciclones será fundamental para entender a frequência, intensidade e as trajetórias desses fenômenos, que têm-se tornado cada vez mais frequentes e intensos devido às mudanças climáticas.



Tabela 1: Ciclones tropicais que atravessaram Moçambique no período de 2019 - 2024

Ano	Nome do Ciclone	Data de Passagem	Intensidade (Categoria)	Áreas Atingidas
2019	Idai	Março de 2019	Categoria 4	Sofala, Manica, Zambézia, Inhambane, Gaza
	Kenneth	Abril de 2019	Categoria 4	Cabo Delgado, Nampula
2020	Eloise	Fevereiro de 2021	Categoria 3	Sofala, Manica, Zambézia
2021	Chalane	Dezembro de 2020	Categoria 1	Sofala, Zambézia
	Eloise	Fevereiro de 2021	Categoria 2	Sofala, Manica, Zambézia
2022	Gombe	Março de 2022	Categoria 2	Sofala, Zambézia, Tete
2023	Freddy	Fevereiro de 2023	Categoria 4	Maputo, Gaza, Inhambane
	Chirwa	Janeiro de 2023	Categoria 2	Zambézia, Nampula
2024	Batsirai	Fevereiro de 2024	Categoria 3	Manica, Sofala, Inhambane, Gaza

Fonte: Elaborado pelos autores

51
Esta tabela fornece uma base sólida para a análise dos impactos sociais, econômicos e ambientais causados por esses ciclones, e servirá como um ponto de partida para as discussões sobre as estratégias de adaptação e mitigação necessárias para enfrentar os desafios climáticos no futuro. De seguida apresentam-se a discussão sobre os impactos sociais, econômica e ambiental provocado pelas mudanças climáticas.

Impactos sociais das mudanças climáticas

A relação entre mudanças climáticas e coesão comunitária nas áreas urbanas da África Subsaariana tem sido objeto de crescente atenção acadêmica. As evidências sugerem que as mudanças climáticas não apenas afetam o ambiente físico, mas também impactam as dinâmicas sociais, a solidariedade e a resiliência das comunidades urbanas. O deslocamento forçado devido a eventos climáticos extremos gera tensões nas comunidades urbanas. Segundo Bettini *et al.* (2017), as migrações climáticas resultam muitas vezes em conflitos entre comunidades estabelecidas e recém-chegadas, dificultando a coesão social.

A competição por recursos escassos, como água e terra, é uma preocupação crescente. Mastrorillo *et al.* (2016) afirmam que a degradação ambiental e a escassez de recursos podem exacerbar desigualdades sociais, levando a um aumento da desconfiança entre comunidades. A saúde pública é um aspecto crítico que influencia a coesão social. Schwerdtle *et al.* (2018)

ressaltam que o aumento de doenças relacionadas ao clima pode sobrecarregar os sistemas de saúde e, consequentemente, as redes comunitárias.

Imagen 1: Uma família que enfrenta os desafios das mudanças climáticas em Moçambique



52

Fonte: INGD (2023)¹

Os ciclones tropicais em Moçambique resultaram em altos custos sociais, perda de vidas humanas, deslocamento de pessoas e danos às condições de vida. As comunidades vulneráveis, especialmente nas regiões costeiras e em áreas baixas, são as mais afetadas. A passagem dos ciclones Idai (2019) e Freddy (2023) foi particularmente devastadora, ceifando cerca de 1.000 vidas na África Austral, em particular em Moçambique e afetando aproximadamente 2,6 milhões de pessoas (UNDRR, 2019). Eles causaram também um grande número de feridos e pessoas desaparecidas, exacerbando a crise humanitária. Com a destruição de casas e infraestruturas, milhares de pessoas foram forçadas a abandonar suas casas e procurar abrigos temporários em centros de deslocados. Estima-se que cerca de 130.000 pessoas ficaram desabrigadas pela passagem do ciclone Idai (Gómez *et al.*, 2020).

¹ Fonte: <https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=tclKrMLQ&id>



Impactos econômicos das mudanças climáticas

As mudanças climáticas impactam diretamente em setores como agricultura, principal fonte de subsistência para muitas famílias, pesca e turismo. A destruição das plantações e da infraestrutura agrícola resultou em grandes perdas de produção de alimentos. O ciclone Idai afetou gravemente as colheitas em províncias como Sofala e Manica, causando uma perda de aproximadamente 60% das culturas agrícolas em algumas áreas (FAO, 2019). Niang *et al.* (2014) destacam, assim, que a alteração dos padrões climáticos pode reduzir a produtividade agrícola, levando à insegurança alimentar e à migração em busca de melhores condições de vida.

Pequenos negócios e empresas foram, também, devastados pelos ciclones. No caso do ciclone Freddy, estima-se que o impacto econômico tenha sido de mais de US\$ 200 M, considerando os danos à infraestrutura e ao setor produtivo (OCHA, 2023). Entre 2019 e 2024, os ciclones causaram também danos econômicos significativos a infraestrutura vital, como rodovias, pontes e redes elétricas. A tabela 2 apresenta dados numéricos sobre os impactos econômicos das mudanças climáticas na África Subsaariana entre 2019 e 2023, baseada em informações de relatórios do IPCC, OMS, PMA e PNUD.

53

Tabela 2: Situação econômica das mudanças climáticas na África Subsaariana de 2019 – 2023.

Ano	Impacto econômico estimado (US \$ bilhões)	Sectores mais afectados	Percentual de redução do PIB (%)	Pessoas afectadas (M)
2019	30	Agricultura	1.2	50
2020	34	Água e Saneamento	1.5	65
2021	37	Saúde	2	70
2022	45	Infraestrutura	2.3	75
2023	52	Agricultura e Saúde	3	90

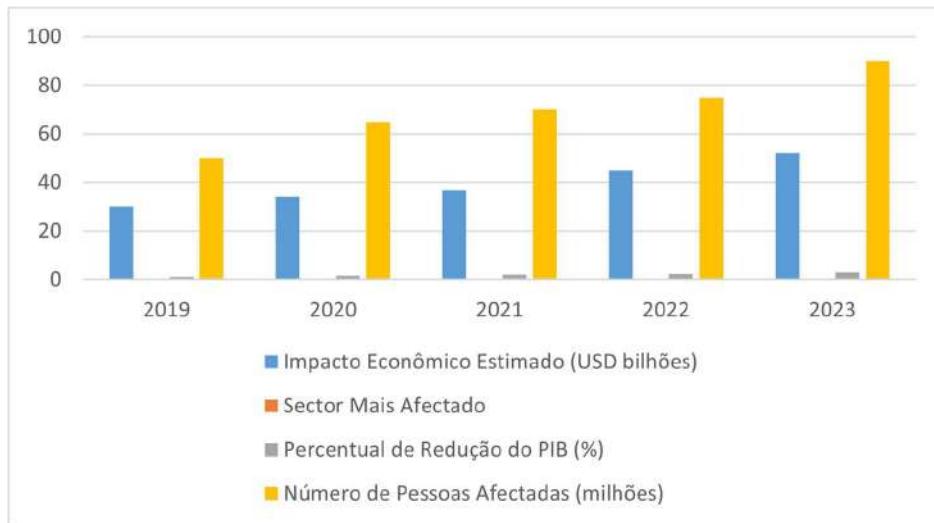
Fonte: Elaborado pelos autores

Os ciclones tropicais causaram, assim, perdas econômicas substanciais. Os impactos mais severos foram registrados em 2023, com perdas avaliadas em 52 bilhões de US\$. A agricultura tem sido consistentemente o setor mais impactado, dada a vulnerabilidade das plantações e das atividades rurais aos ciclones e suas consequências (erosão, alagamentos, perda de colheitas). A



perda econômica no setor agrícola afeta diretamente a segurança alimentar e as economias locais, pois muitos trabalhadores dependem da agricultura para seu sustento (FAO, 2019).

Gráfico 1: Impactos económicos e sociais das mudanças climáticas na África subsaariana (2019-2023)



Fonte: Adaptado pelo aurores

A redução do PIB devido aos ciclones tem sido uma tendência crescente, refletindo a magnitude dos danos e a dificuldade de recuperação após cada evento. Em 2023, o impacto no PIB foi de 3%, o maior registrado, resultando de uma combinação de danos em múltiplos setores chave, incluindo agricultura, saúde e infraestrutura. Os setores mais impactados variam ao longo dos anos:

- A agricultura foi o setor mais afetado em 2019 e 2023, refletindo a destruição de plantações e a interrupção das cadeias produtivas.
- Em 2020, o setor Água e Saneamento foi severamente afetado, principalmente por inundações e a destruição de infraestruturas de abastecimento e distribuição de água potável, causando surtos de doenças transmissíveis, como cólera e hepatite (WHO, 2020).
- A saúde se tornou o setor mais afetado em 2021, devido aos danos em hospitais e centros de saúde, somados ao aumento dos casos de doenças pós-ciclone, como malária e cólera (Gómez *et al.*, 2020).

- A base infraestrutural foi gravemente danificada em 2022, afetando rodovias, pontes e serviços essenciais, o que impactou diretamente as condições de vida e as economias locais (Zavala *et al.*, 2019). Na página que se segue apresentamos um exemplo de infraestrutura destruída pela passagem do ciclone em Moçambique.

Imagen 2: Estrada destruída pela passagem de um ciclone em Moçambique



Fonte: INGD (2023)²

A quantidade de pessoas afetadas pelos ciclones tem aumentado ao longo dos anos, refletindo não só a intensidade das tempestades, mas também o crescimento da população e a vulnerabilidade das áreas afetadas. Em 2023, cerca de 90 milhões de pessoas foram impactadas de forma direta ou indireta pelos ciclones. A vulnerabilidade econômica resultando em desemprego e insegurança nas comunidades urbanas Ochieng *et al.* (2020) enfatizam que a perda de empregos em setores dependentes do clima pode causar desintegração social e aumentar a marginalização.

² Ciclone-freddy-mol_Easy-Resize.com_.jpg (1600×1064)



Impactos ambientais das mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm gerado uma série de impactos ambientais significativos na África Subsaariana, afetando ecossistemas, biodiversidade, recursos hídricos e a segurança alimentar. A revisão de literatura evidencia esses impactos, destacando suas implicações para a região e causam alterações nos padrões de precipitação e temperatura. Segundo Niang *et al.* (2014), as projeções indicam um aumento nas temperaturas médias e uma variabilidade maior nas chuvas, resultando em períodos de seca e inundações mais intensos

As mudanças climáticas tornam a disponibilidade de água uma questão crítica na África Subsaariana. Omondi *et al.* (2020) destacam que a alteração dos ciclos hidrológicos pode resultar em escassez de água, comprometendo tanto o abastecimento urbano quanto a agricultura. A biodiversidade enfrenta ameaças significativas. Foden *et al.* (2013) indicam que muitas espécies estão em risco de extinção devido à perda de habitat e às alterações nas condições climáticas.

Eventos climáticos extremos, como secas, inundações e novos padrões de precipitações e temperatura estão se tornando mais frequentes e intensos. Seneviratne *et al.* (2012) sugerem que o continente africano é particularmente vulnerável a esses eventos, que têm consequências devastadoras sobre a produtividade agrícola e a segurança alimentar (Mastrorillo *et al.*, 2016)

As mudanças climáticas também afetam a qualidade do ar e a saúde pública. Schwerdtle *et al.* (2018) discutem como as alterações climáticas podem aumentar a poluição do ar e, consequentemente, gerar problemas de saúde, especialmente em áreas urbanas.

A pesca, uma importante fonte de proteína para muitas comunidades está em risco devido às mudanças climáticas. Allison *et al.* (2009) destacam que a acidificação dos oceanos e a elevação da temperatura da água estão afetando as populações de peixes e a biodiversidade marinha. Portanto, os ciclones tropicais têm também um efeito profundo no ambiente natural de Moçambique. A destruição das áreas costeiras, dos ecossistemas e da biodiversidade pode ter efeitos de longo prazo. A imagem que se segue ilustra a degradação da biodiversidade causada pela passagem do ciclone em Moçambique.

Imagen 3: Perca da biodiversidade da flora e fauna



Fonte: INGD (2019)³

57

A força dos ciclones causou a destruição de vastas áreas de manguezais, florestas e zonas agrícolas, afetando a biodiversidade local. As florestas tropicais de Moçambique, que desempenham um papel fundamental na regulação do clima e na conservação da fauna, foram devastadas em áreas como a província de Zambézia (Beesley *et al.*, 2020).

A inundação das áreas costeiras e a salinização do solo devido ao ciclone IDAI e outros ciclones resultaram, por sua parte, em um aumento na erosão e na degradação da qualidade do solo, dificultando a recuperação das atividades agrícolas e afetando a segurança alimentar a longo prazo (FAO, 2019).

CONCLUSÃO

As mudanças climáticas na África Subsaariana têm consequências profundas e interconectadas que afetam não apenas o meio ambiente, mas também as estruturas sociais e econômicas das comunidades urbanas. Os impactos sociais, como a crescente insegurança alimentar, a migração forçada e as tensões comunitárias, minam a coesão social, tornando as

³ <https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=s36CfX5Y&id>



comunidades mais vulneráveis e menos resilientes. A degradação ambiental, resultante da variação climática, contribui para a perda de habitats, a escassez de recursos naturais e a deterioração da saúde pública, exacerbando ainda mais os desafios enfrentados pelas populações urbanas.

Economicamente, as mudanças climáticas alteram os padrões de emprego e a estabilidade financeira das comunidades, aumentando as disparidades sociais e dificultando a adaptação a novas realidades. A falta de investimentos em infraestrutura resiliente e políticas públicas eficazes agrava essa situação, levando a um ciclo vicioso de vulnerabilidade e exclusão.

Em síntese, a inter-relação entre os impactos sociais, ambientais e econômicos das mudanças climáticas ressalta a necessidade de abordagens holísticas e integradas para enfrentar esses desafios na África Subsaariana. Investir na coesão comunitária não apenas ajuda a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, mas também promove um futuro mais sustentável e equitativo para as populações urbanas da região.

A pesquisa recomenda às colaborações entre diferentes disciplinas, como sociologia, ecologia, economia e ciência política, para obter uma compreensão mais holística dos impactos das mudanças climáticas. Estudos interdisciplinares podem revelar como as variáveis sociais, ambientais e econômicas interagem e afetam a coesão comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELKAN, I. O. Climate change adaptation and the role of urban governance in Africa. *Urban Climate*, v. 25, p. 98-109, 2018.
- ADGER, W. N.; HUGHES, T. P.; FOLKE, C; CARPENTER, S. R. e ROCKSTROM, J. (2013). Social-ecological resilience to coastal disasters. *Science*, 339(6129), 959-963.
- ADELKAN, I. O. Climate change adaptation and the role of urban governance in Africa. *Urban Climate*, v. 25, p. 98-109, 2018.
- ALLISON, E. H.; PERRY, A.; BADJECK, M. C.; ADGER, N. W.; CONNWAY, D.; HALLS, A.S.; PILLING, G.; REYNOLDS, J.D.; ANDREW, N. L. e DULVY, N. K. Vulnerability of national economies to the impacts of climate change on fisheries. *Fish and Fisheries*, 10(2), 173-196, 2009.



BEESLEY, L.; HAMER, T.; IVENS, S. Environmental impacts of cyclones on Mozambique's coastal ecosystems. **Global Environmental Change**, v. 62, n. 1, p. 102037, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2020.102037>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BBC. **Ciclone Idai: A maior tragédia da história recente de Moçambique**. 2019. BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BETTINI, G.; VIVEN, G. **Climate change and human mobility: Challenges for policy-making**. Environmental Science & Policy, v. 69, p. 1-10, 2017.

CLIMATELINKS. **Mozambique: climate change impacts and adaptation strategies**. 2021. Disponível em: <https://www.climatelinks.org>. Acesso em: 05 fev. 2025.

FAO. **Cyclone Idai – Impact on agriculture and livelihoods in Mozambique**. 2019. Food and Agriculture Organization. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 05 fev. 2025.

FEWSNET. **Cyclone Freddy's impact on Mozambique**. 2022. Famine Early Warning Systems Network. Disponível em: <https://www.fews.net/mozambique>. Acesso em: 05 fev. 2025.

GÓMEZ, G.; ZAVALA, C.; MAKONDE, A. **Cyclone Freddy: A humanitarian and environmental disaster in Mozambique**. 2020. Global Humanitarian Assistance. Disponível em: <https://www.globalhumanitarianassistance.org>. Acesso em: 05 fev. 2025.

NUNN, N.; POMERANZ, K. Climate change and its implications for cultural heritage in Africa. **Climate Change**, v. 141, n. 1, p. 107-121, 2017.

NZUALO, A.; SILVESTRE, M. Avaliação da vulnerabilidade costeira em Moçambique utilizando o Índice de Vulnerabilidade Costeira Simplificado (IVCs). 2020. Disponível em: Avaliação da vulnerabilidade costeira na costa Moçambicana: Índice de Vulnerabilidade Costeira simplificado | AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos. Acesso em: 05 fev. 2025.

OCHA. **Cyclone Freddy: Mozambique response and impacts**. 2023. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Disponível em: <https://www.unocha.org>. Acesso em: 05 fev. 2025.

REBELO, M. S. DA C., **Exposição, Vulnerabilidade e Risco aos Perigos Naturais em Moçambique: o caso dos ciclones tropicais no Município de Angoche**. Tese de doutoramento, Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável (Geografia e Planeamento), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2020.



SOVACOOL, B. K. The political economy of climate change adaptation: A case study of urban resilience in Africa. **Climate Policy**, v. 18, n. 1, p. 44-56, 2018.

SEEVIRATNE, S; NICHOLLS, N.; EASTERLING, D.; GOODESS, C. M.; KANAE, S.; KOSSIN, J.; LUO, Y.; MARENKO, J.; MCINNES, K.; RAHLM, M.; REICHSTEIN, M.; SORTEBERG, A.; VERA, C.; ZHANG, X. Changes in climate extremes and their impacts on the natural physical environment. **Climatic Change**, 2012, 115(3-4), 349-367.

UNDRR. **Cyclone Kenneth – Impact and Response**. 2020. United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Disponível em: <https://www.undrr.org>. Acesso em: 05 fev. 2025.

WHO. **Health impacts of Cyclone Idai in Mozambique**. 2020. World Health Organization. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 05 fev. 2025.

WALKER, B., HOLLIN, C. S.; CARPENTER, R e KINZIG, A. (2004). Resilience, adaptability and transformability in social-ecological systems. **Ecology and Society**, 9(2), 5.

ZAVALA, C.; BÉJAR, M.; DÍAZ, S. Economic losses due to Cyclone Idai in Mozambique.

Environmental Economics and Policy Studies, v. 21, n. 4, p. 549-566, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10018-019-00267-3>. Acesso em: 05 fev. 2025.

VARIA

Artigo



CONTRIBUIÇÃO DO ECOTURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES DA ZONA TAMPÃO DO PARQUE NACIONAL DE ZINAVE (MOÇAMBIQUE)

CONTRIBUTION OF ECOTOURISM TO THE DEVELOPMENT OF COMMUNITIES IN THE BUFFER ZONE OF ZINAVE NATIONAL PARK (MOZAMBIQUE)

CONTRIBUCIÓN DEL ECOTURISMO AL DESARROLLO DE LAS COMUNIDADES DE LA ZONA DE AMORTIGUAMIENTO DEL PARQUE NACIONAL DE ZINAVE (MOZAMBIQUE)

61

Por Joaquim Gomes André Chitata, Gildo Ernesto Mazine & Zacarias Augusto Rungo

Joaquim Gomes André Chitata

Docente e Pesquisador do Programa de Graduação da Universidade Save (Moçambique).

Contato: jchitata09@gmail.com,
<https://orcid.org/0000-0003-3124-7519>.

Submetido: 13/03/2025

Aceite: 20/05/2025

Gildo Ernesto Mazine

Estudante na Universidade Aberta – ISCED (Moçambique).

Contato: gmazine1@isced.ac.mz.

Zacarias Augusto Rungo

Docente e Pesquisador do Programa de Graduação da Universidade Save (Moçambique).

Contato: zacariasaugustorungo0@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5029-7290>.

Como citar

CHITATA, J.G.A.; MAZIVE, G.E.; RUNGO, Z. A. Contribuição do ecoturismo para o desenvolvimento das comunidades da zona tampão do parque nacional de Zinave (Moçambique). *Boletim GeoÁfrica*, v. 4, n. 12, p. 61-74, jan.-jun. 2025

RESUMO

O artigo analisa a Contribuição do Ecoturismo para o Desenvolvimento das Comunidades da Zona Tampão do Parque Nacional de Zinave, Moçambique. As áreas protegidas, como o Zona Tampão do Parque Nacional, são essenciais para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento econômico local. A pesquisa, realizada com residentes da zona tampão, revela que a agricultura é a principal atividade econômica, mas o ecoturismo surge como uma alternativa viável, gerando renda e empregos. Aproximadamente 75% dos agregados familiares consideram o ecoturismo relevante para suas economias. Os turistas são atraídos pelas belezas cênicas e pela biodiversidade do parque, e a prática do ecoturismo promove o comércio local e a melhoria das condições de vida. O estudo destaca a importância de integrar as necessidades das comunidades locais nas iniciativas de conservação, garantindo benefícios mútuos. Além disso, ações do Zona Tampão do Parque Nacional e do governo local têm sido implementadas para capacitar as comunidades e promover o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida. O ecoturismo, portanto, é visto como um modelo sustentável que equilibra conservação e desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Ecoturismo. Comunidade local. Desenvolvimento Sustentável. Participação Comunitária. Zona Tampão. Parque Nacional de Zinave

ABSTRACT

The article analyses the Contribution of Ecotourism to the Development of Communities in the Zinave National Park Buffer Zone, Mozambique. Protected areas, such as the National Park Buffer Zone, are essential for biodiversity conservation and local economic development. The survey, carried out with residents of the buffer zone, reveals that agriculture is the main economic activity, but ecotourism has emerged as a viable alternative, generating income and jobs. Approximately 75 per cent of households consider ecotourism to be relevant to their economies. Tourists are attracted by the park's scenic beauty and biodiversity, and ecotourism promotes local commerce and improved living conditions. The study emphasises the importance of integrating the needs of local communities into conservation initiatives, guaranteeing mutual benefits. In addition, actions by the National Park Buffer Zone and the local government have been implemented to empower communities and promote the sustainable use of natural resources, contributing to food security and improving quality of life. Ecotourism, therefore, is seen as a sustainable model that balances conservation and economic development.

Keywords: Ecotourism. Local Community. Sustainable Development. Community Participation. Buffer Zone. Zinave National Park

RESUMEN

El artículo analiza la Contribución del Ecoturismo al Desarrollo de las Comunidades en la Zona de Amortiguamiento del Parque Nacional de Zinave, Mozambique. Las áreas protegidas, como la Zona de Amortiguamiento del Parque Nacional, son esenciales para la conservación de la biodiversidad y el desarrollo económico local. La encuesta, realizada a los residentes de la zona de amortiguamiento, revela que la agricultura es la principal actividad económica, pero el ecoturismo ha surgido como una alternativa viable, generadora de ingresos y puestos de trabajo. Aproximadamente el 75% de los hogares consideran que el ecoturismo es relevante para sus economías. Los turistas se sienten atraídos por la belleza paisajística y la biodiversidad del parque, y el ecoturismo fomenta el comercio local y la mejora de las condiciones de vida. El estudio subraya la importancia de integrar las necesidades de las comunidades locales en las iniciativas de conservación, garantizando beneficios mutuos. Además, se han puesto en marcha acciones por parte de la Zona de Amortiguamiento del Parque Nacional y el gobierno local para empoderar a las comunidades y promover el uso sostenible de los recursos naturales, contribuyendo a la seguridad alimentaria y mejorando la calidad de vida. El ecoturismo, por tanto, se considera un modelo sostenible que equilibra la conservación y el desarrollo económico.

Palabras clave: Ecoturismo. Comunidad local. Desarrollo Sostenible. Participación Comunitaria. Zona de Amortiguamiento. Parque Nacional de Zinave

INTRODUÇÃO

As áreas protegidas são relevantes bases de conservação da diversidade ecológica em Moçambique. Elas incluem as áreas de proteção permanente, os parques nacionais, as reservas, cidades de conservação, áreas de conservação comunitária, fazendas do bravo, santuários, entre outras áreas compostas por elementos naturais de particular valor científico, educativo, paisagístico, cultural e até recreativo, como é o caso do Parque Nacional do Zinave. A importância dessas áreas vai além da conservação da biodiversidade, pois elas também desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico local, especialmente através do ecoturismo. A implementação do ecoturismo nas áreas de conservação, como parques, permite desenvolver equipamentos de apoio e infraestruturas, como novos meios de hospedagem, serviços, entretenimento, mão-de-obra qualificada, meios de transporte, oportunidades de expansão dos empreendimentos e novos empregos, serviços alimentares, entre outros (Amâncio e Gomes, 2001). Estudos realizados em contextos africanos, como os de Mowforth e Munt (1998), demonstram que o ecoturismo pode gerar benefícios econômicos significativos para as comunidades locais, ao mesmo tempo em que promove a conservação ambiental.

A biodiversidade representa um pilar vital para o desenvolvimento das áreas de conservação e é atraente para a prática de safaris, turismo sinergético e de natureza. Além disso, a biodiversidade é vista como a base para o sustento da maioria da população residente nos parques e na zona tampão, o que reforça a necessidade de integrar o ecoturismo como uma forma de turismo sustentável. Contudo, são necessários cuidados extraordinários para garantir que os impactos das atividades ecoturísticas possam ser avaliados, controlados e minimizados. A literatura aponta que a falta de planificação e gestão adequada pode levar a consequências negativas, como a degradação ambiental e a marginalização das comunidades locais (Stronza, 2001).

A utilização de espaços naturais para atividades ecoturísticas pode possibilitar uma alternativa econômica tanto para a comunidade local quanto para garantir a sustentabilidade ambiental das áreas tampão. Dessa forma, o ecoturismo é considerado um tipo de negócio ambientalmente correto (Dale, 2005).

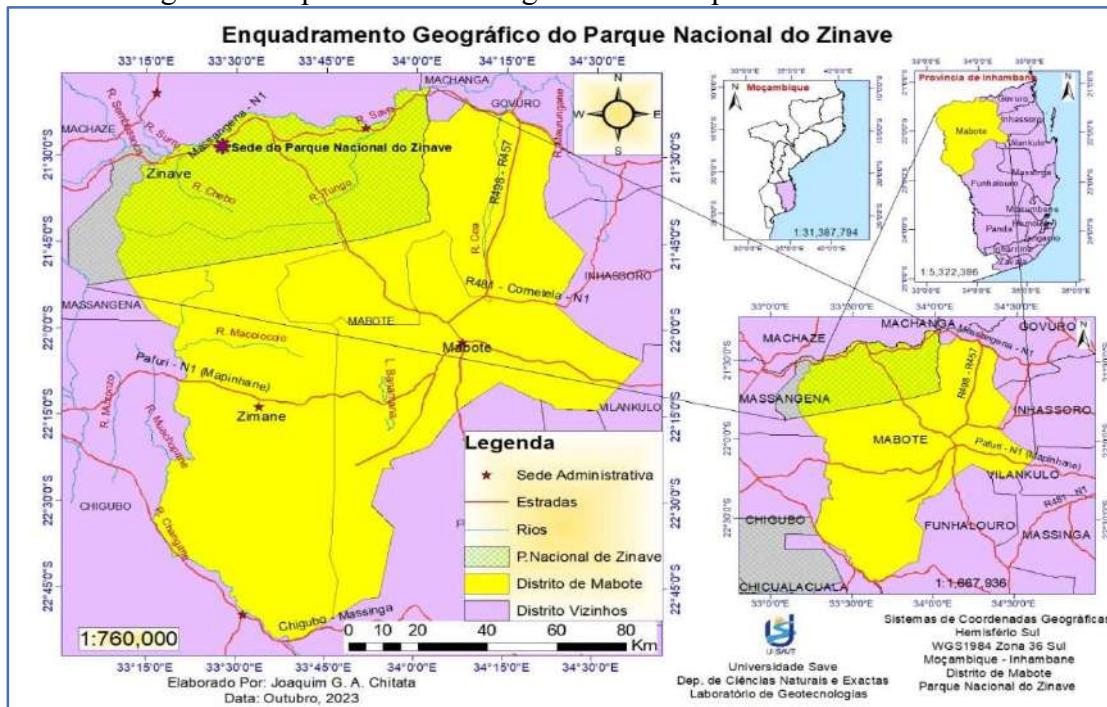
Este estudo tem como propósito a avaliação da contribuição da prática do ecoturismo no desenvolvimento da comunidade da zona tampão do Parque Nacional do Zinave em particular, e ao distrito de Mabote no geral, conciliando os objetivos de

conservação com o desenvolvimento local sustentável. Assim, este estudo não apenas se alinha com as práticas de ecoturismo sustentáveis observadas em outros contextos africanos, mas também visa fornecer um modelo que possa ser replicado em outras áreas protegidas de Moçambique, promovendo um equilíbrio entre conservação e desenvolvimento econômico.

ÁREA DE ESTUDO

O Parque Nacional do Zinave (PNZ), situado na província de Inhambane, no distrito de Mabote, se estende até uma pequena parte do distrito de Massangena, na província de Gaza e está localizado entre as coordenadas $21^{\circ} 20' 00''$ e $21^{\circ} 52' 00''$ de latitude Sul, e $33^{\circ} 04' 00''$ e $35^{\circ} 61' 00''$ de longitude Este. Ele abrange aproximadamente 400.000 hectares e possui uma zona tampão de 5 km ao seu redor. Seus limites incluem a Norte os distritos de Machaze e Machanga, separados pelo rio Save, a Nordeste o distrito de Govuro, a Sul o posto administrativo de Zimane e Mabote Sede e a Leste novamente o posto administrativo de Mabote e a Oeste e sudoeste o distrito de Massangena (figura1).

Figura 1. Enquadramento Geográfico do Parque Nacional do Zinave



Fonte: Autores (2023)

Trata-se de uma área de transição entre zonas húmidas e secas, servindo como um importante corredor para mamíferos nômades do grande rio Limpopo. O Parque Nacional de Zinave (PNZ) é notável por abrigar os cinco grandes animais terrestres: rinoceronte, elefante, hipopótamo, leão e leopardo.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa adotada neste estudo é fundamentada em uma abordagem quali-quantitativa, que se justifica pela necessidade de uma compreensão abrangente do fenômeno em questão. A pesquisa trabalhou com uma amostra de cerca de 192, sendo que 11 comunidades da zona tampão foram abrangidas (Punguene, Mechisso, Maculuve, Malindile, Tanguane, Cufamune, Chocuane, Covane e Zimane com 18 inqueridos por cada, Matata com 17 e Machaquete com 11), um técnico afecto as actividades económicas do PNZ e um afecto aos serviços distritais das actividades económicas de Mabote. Cada comunidade foi representada por um líder, submetido a entrevista. A seleção foi feita de maneira a garantir a diversidade de opiniões e experiências, refletindo a realidade socioeconómica da comunidade local.

A combinação de revisão bibliográfica, observação direta e entrevistas estruturadas aos líderes comunitários e submissão de entrevista por inquérito aos chefes de agregados familiares permitiu uma triangulação de dados que enriquece a análise e proporciona uma visão mais holística do impacto do ecoturismo.

A análise dos dados foi feita tanto qualitativa quanto quantitativamente, permitindo a identificação de padrões e a avaliação do impacto do ecoturismo na melhoria das condições de vida e na promoção da conservação ambiental. Essa dualidade na análise é essencial, pois, como argumenta Bunge (1985), a ciência trabalha com a pressuposição do possível, reforçando a necessidade da metodologia científica empregada para facilitar a compreensão dos resultados.

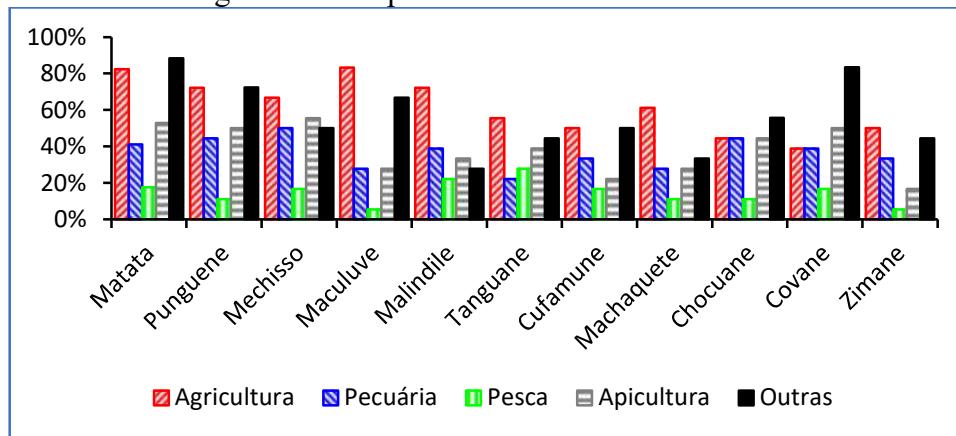
ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Principais Actividades de Subsistência na Zona Tampão do Parque Nacional de Zinave

O sistema econômico das comunidades da zona tampão do Parque Nacional do Zinave (PNZ) depende, em grande parte, da atividade agropecuária, especialmente da agricultura, similar ao que é observado em diversas regiões rurais de Moçambique. A atividade agropecuária também se alia à colheita de frutos silvestres, à pesca, à produção de mel, ao comércio, ao artesanato e à construção, os quais desempenham um papel fundamental na melhoria da dieta alimentar das famílias e na geração de renda dos agregados familiares. Dados do inquérito realizado junto a líderes comunitários e residentes das comunidades da zona tampão (Figura 2), confirmam que a agricultura é uma das atividades considerada fundamental pela maioria dos agregados familiares.

66

Figura 2. Principais actividades de subsistência



Fonte: Autores (2022)

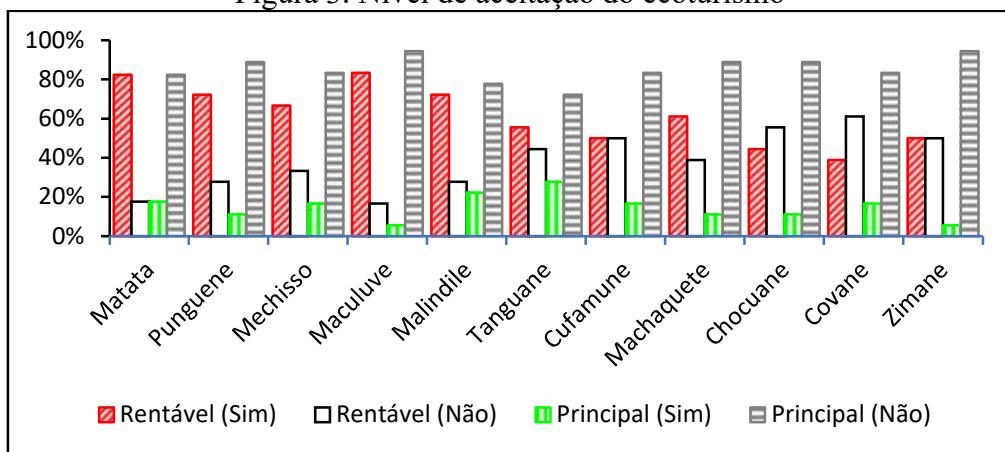
A agricultura, embora tenha uma importância econômica para famílias moçambicanas relevante, por exemplo, empregando boa parte da força laboral (80%) moçambicana (Cunguara *et al.*, 2011; Celcer *et al.*, 2018a; MOSCA, 2017), em muitas regiões, tal como acontece nas comunidades ao redor do PNZ, continua sendo praticada essencialmente para fins de subsistência, maioritariamente de sequeiro, muito sensível às condições climáticas (Suit; Choudhary, 2015), praticada em machambas (parcelas de cultivo ou produção agrícola) pequenas de gestão familiar (Benfica; Cunguara; Thurlow, 2019; Talacuece *et al.*, 2016) e com rendimentos agrícolas classificados como baixos, daí

que a prática do ecoturismo nas comunidades da zona tampão do PNZ é considerada uma actividade alternativa de grande importância.

Os resultados da pesquisa indicam que parte significativa (média de 75%) dos agregados familiares da zona tampão praticam e consideram o ecoturismo como sendo de contributo relevante para a geração de renda das famílias, como também o consideram rentável (62%) e alguns têm-na como actividade principal (85%), sendo que os principais sectores de interesse (Figura 3) são: comércio (média de 62%), restauração (32%), alojamento (15%), observação da natureza (inclui serviços de guia) (38%) e cultura (inclui demonstrações culturais, venda de produtos de artesanato) (39%).

Manhiça *et al.*, (2020), numa pesquisa semilar na Reserva Especial de Maputo (REM), constatou que a implementação de projetos de ecoturismo, como o estabelecimento de um Lodge Comunitário e a produção de mel, constituem mecanismos que oferecem alternativas de renda para as comunidades locais. Desta forma, tanto na REM quanto no PNZ, visando garantir um modelo de gestão sustentável, é fundamental que as iniciativas de conservação integrem as necessidades e práticas das populações locais, promovendo benefícios mútuos que assegurem a proteção dos ecossistemas e a melhoria das condições de vida das comunidades.

Figura 3. Nível de aceitação do ecoturismo



Fonte: Autores (2022).

A percepção positiva do ecoturismo é corroborada por Yacob *et al.* (2007), que destacam que o desenvolvimento do ecoturismo gera oportunidades de emprego significativas nas comunidades. A transição para o ecoturismo é vista como uma alternativa viável à agricultura tradicional, que, embora ainda relevante, frequentemente

apresenta limitações de rendimento e é suscetível a variações climáticas. Assim, o ecoturismo não apenas diversifica as fontes de renda, mas também fortalece a resiliência econômica das comunidades locais. Ainda, Yacob *et al.*, (2007) ressalta que, embora o ecoturismo seja reconhecido como uma força positiva para o desenvolvimento local, é crucial que se implementem estratégias para maximizar os benefícios econômicos e sociais, garantindo que uma maior parte dos recursos gerados permaneça dentro da comunidade.

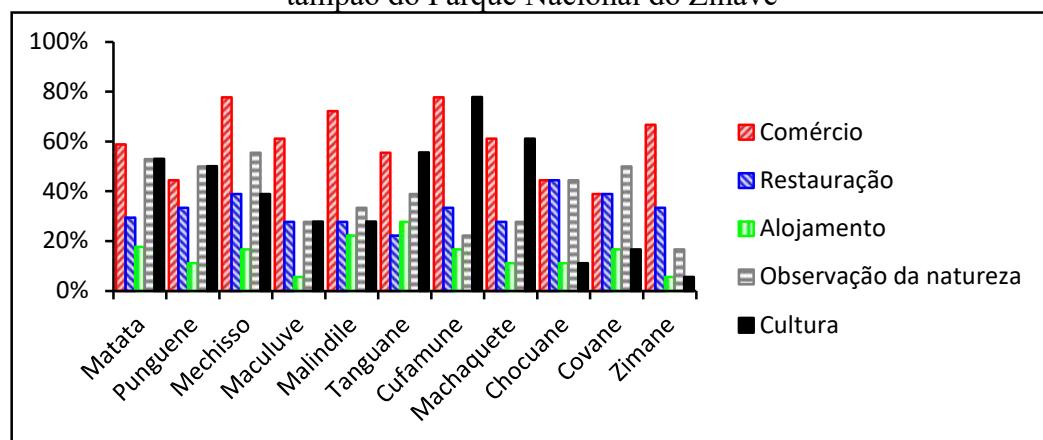
Contribuição do ecoturismo no desenvolvimento das comunidades

Em relação a contribuição do ecoturismo no desenvolvimento das comunidades da zona tampão do Parque Nacional de Zinave, destacam-se algumas razões de atracção dos turistas, sendo que alguns destes (86,04% dos entrevistados) destacam a busca por ambiente de lazer, descanso, diversão e o encanto das belezas cénicas do local (figura 4). Os demais (13,96%) afirmaram que o contacto com a natureza e facto de ser um local para aprendizado e pesquisa, além de representar um património cultural digno de valorização, são os factores determinantes para a escolha do PNZ como destino de visita, como pode se constatar dos depoimentos de dois líderes comunitários:

O PNZ é um local bem interessante tanto para lazer como para estudos [...]. É um local de vida silvestre, óptimo para lazer, pesquisas com beleza encantadora e única [...].

[...] acho encantadora aquela comunidade que vive no parque e seus arredores, e muitas outras que se encontram por lá [...]. É um lugar onde podemos observar grandes riquezas naturais deste país [...].

Figura 4. Sectores do ecoturismo de maior interesse para as comunidades da zona tampão do Parque Nacional do Zinave



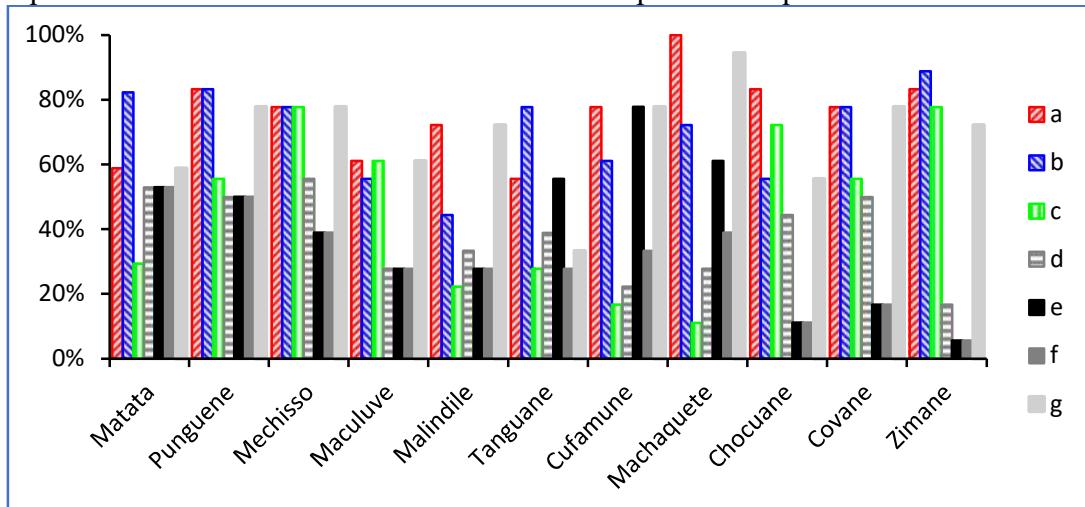
Fonte: Autores (2022).

Discutir os resultados com a literatura, considere o artigo em anexo, fundamental colocar em negritos os trechos que serão acrescentados e citar o autor do artigo: Dentre as percepções qualitativas que se tornaram evidentes após a análise das respostas subjetivas dadas pelos entrevistados, as belezas cênicas do local, assim como o ambiente preservado, são os principais motivos que fariam os visitantes retornarem ao PNZ. Desta feita, o movimento de turistas, que beneficia tanto o PNZ quanto as comunidades na zona de tampão, é ainda impulsionado pela gastronomia, locais históricos, obras de arte esculturais, línguas, religião, entre outros elementos turísticos e culturais.

Os resultados da análise qualitativa revelam que as belezas cênicas e o ambiente preservado do Parque Nacional de Zona (PNZ) são fatores cruciais que atraem visitantes e incentivam seu retorno. Além disso, o movimento turístico beneficia tanto o PNZ quanto as comunidades locais na zona de tampão, sendo impulsionado por uma diversidade de elementos culturais e turísticos, como a gastronomia, locais históricos, obras de arte esculturais, línguas e religião. Essa dinâmica é enfatizada por Yacob *et al.* (2007), que destaca que o ecoturismo não apenas gera renda, mas também promove o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais. A prática do ecoturismo é percebida como uma alternativa viável à agricultura tradicional, contribuindo para a diversificação da economia local e a criação de empregos.

As percepções dos residentes sobre os benefícios do ecoturismo representam impactos positivos no desenvolvimento local (figura 5), destacando-se em 76% dos inqueridos que sublinham a prática do ecoturismo gera oportunidades de emprego e promoção do comércio local, e consequente aumento na renda.

Figura 5. Contributo do ecoturismo no desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida das comunidades na zona tampão do Parque Nacional de Zinave



Legenda: a – Geração de emprego; b – Aumento da renda; c – Promoção do comércio; d – Promoção de produtos e serviços; e - Promoção da cultura local; f - Melhoria das infra-estruturas básicas; g – Melhoria das condições habitacionais.

Fonte: Autores (2022).

O nível de satisfação das comunidades residentes na zona tampão do PNZ em relação a prática do ecoturismo é elevado. Revela que com os ganhos obtidos foi possível fazer investimentos diversos, construir infra-estruturas sociais (hospitais, escolas, etc.), adquirir bens, organizar e participar de eventos de promoção da cultura local e de promoção da conservação da natureza, entre outros. Os inquiridos afirmaram estar satisfeitos com a presença do Parque, assim como revelaram também que a conservação da natureza é importante, pois compreende uma fonte de geração de renda importante. Os benefícios do ecoturismo são visíveis nas comunidades da zona tampão, especialmente através do aumento de estabelecimentos de serviços, como alojamento e restauração, exemplificado pelo Tondo Lodge. Além disso, destacam-se feiras agrícolas e eventos de venda de produtos artesanais, que incentivam a participação das comunidades locais em diversas atividades

Conservação e Desenvolvimento Sustentável no Parque Nacional do Zinave

O Parque Nacional do Zinave, instituído em 1973 pelo Diploma Legislativo nº 47/73, abrange uma área de 37.000 hectares e visa promover o ecoturismo e a conservação da biodiversidade. O principal objetivo dessa iniciativa é proteger diversas espécies faunísticas, incluindo grandes mamíferos como elefantes (*Loxodonta africana*), girafas (*Giraffa camelopardalis*), zebras (*Equus quagga*) e outras. Essas espécies fazem parte da rica biodiversidade da região, que também se encontra em conexão com o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PLANO DE MANEJO DO PNZ, 2010).

Em 1992, a gestão do parque foi estruturada sob a supervisão da Direção Nacional de Florestas e Fauna Bravia. Entre 1998 e 2012, foi implementado o Projeto de Áreas de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento do Turismo (ACTFD), com os objetivos de conservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, além de promover o desenvolvimento econômico sustentável para as comunidades locais.

Em 2013, os limites do PNZ foram realinhados pelo Decreto nº 88/13, aumentando sua área para 400.000 hectares. Essa mudança teve como finalidade equilibrar as zonas com alta densidade populacional e aquelas com menor índice populacional, assegurando uma gestão eficaz dos recursos naturais e incentivando o turismo responsável. Em 2015, foi formalizado um Acordo de Co-gestão do PNZ entre o Ministério da Terra e Desenvolvimento Rural (MITADER) e a *Peace Parks Foundation* (PPF), que destinou USD 20 milhões para as operações do parque durante cinco anos. Esse acordo tem como foco a conservação da biodiversidade e a manutenção da integridade ecológica do parque, além de fortalecer sua capacidade de gestão. Uma das iniciativas importantes inclui a capacitação das comunidades locais para o uso sustentável dos recursos naturais, como lenha e carvão, visando aprimorar as condições de vida e atender às necessidades básicas. Para as comunidades reassentadas, desenvolveu-se uma estratégia com a associação Vuka Zinave, priorizando atividades agrícolas e criação de caprinos, de acordo com as potencialidades de cada aldeia.

Os recursos do fundo social, que representam 20% da receita do PNZ, são utilizados em projetos para reduzir a pressão sobre os recursos naturais e atender às necessidades das comunidades. Em 2020, foram realizadas diversas iniciativas, incluindo um projeto emergencial relacionado à COVID-19 e à apicultura. Um representante da

comunidade enfatizou: "As iniciativas do Parque têm ajudado a melhorar nossa qualidade de vida, especialmente em tempos difíceis como a pandemia. No entanto, precisamos de mais apoio técnico para nossas atividades agrícolas."

Além disso, em parceria com o governo distrital, o PNZ tem promovido a conscientização sobre o turismo comunitário. A gestão do parque e o governo local reconhecem a importância de estudos detalhados e análises do contexto local. Entre 2019 e 2021, houve várias ações para fortalecer a relação entre a administração do parque e as comunidades, com um líder comunitário observando: "A relação que temos hoje com o Parque é muito melhor do que antes. Agora, nos sentimos ouvidos."

Em resposta aos desafios da estiagem em regiões semiáridas como os distritos de Mabote, Massangena e Govuro, foram fornecidas sementes resistentes à seca. Um agricultor local mencionou que: "A distribuição de sementes resistentes tem sido crucial para manter nossas plantações e alimentos, especialmente em um ano tão difícil." O PNZ tem desenvolvido projetos que garantem a segurança alimentar e nutricional, implementando práticas de gestão sustentável dos recursos naturais, como a agricultura de conservação, capacitando clubes de amigos do meio ambiente nas escolas e estabelecendo sistemas de abastecimento de água e saneamento

Imagen 1. Campos de produção de hortícolas e leguminosas do projecto agricultura de conservação



Fonte: Autores (2022)

Um educador do clube ambiental e líder comunitário compartilhou: "a capacitação que estamos recebendo não apenas melhora o nosso entendimento sobre o meio ambiente, mas também nos prepara para promover mudanças em nossas comunidades." A partir dessas experiências e depoimentos, conclui-se que a interação entre o Parque Nacional

do Zinave e as comunidades locais é fundamental para garantir a conservação ambiental, enquanto promove o desenvolvimento social e económico.

CONCLUSÃO

Baseando-se nos dados recolhidos das comunidades da zona tampão PNZ, assim como da interacção tida com vários outros intervenientes do PNZ e dos Serviços Distritais de Actividades Económicas, evidenciamos que a prática do ecoturismo tem um contributo significativo no desenvolvimento das comunidades da zona tampão do Parque. A atividade é considerada uma fonte de sustento para muitos agregados familiares, pois contribui para o aumento de oportunidades de emprego, crescimento da renda, estímulo ao comércio, promoção de produtos e serviços, assim como contribui para a promoção da cultura local, melhoria das infra-estruturas básicas e condições habitacionais. Contribui ainda, no fortalecimento de outras actividades desenvolvidas pela comunidade, como agricultura, pecuária, pesca e piscicultura, dando possibilidade de ter-se um mercado garantido, assim como beneficiam-se de iniciativas promovidas pelo Parque e que tem como foco estes sectores já considerados de maior interesse para as comunidades locais;

O envolvimento das comunidades e do Governo local na gestão e elaboração de estratégias de gestão do Parque foi confirmado, pois a administração do PNZ tem promovido encontros regulares envolvendo estes actores e, portanto, acredita-se que esta acção dita a contribuição positiva das comunidades na conservação da natureza e preservação da biodiversidade no interior e ao redor do parque. Porém, sugere-se ao PNZ a criação de mecanismos para uma melhoria continua da interação com as comunidades, sensibilizando no aumento dos níveis de conservação, assim como na capacitação em matéria de gestão de projectos e iniciativas locais que visam o desenvolvimento do ecoturismo.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, R.; GOMES, M. A. O. **Ecoturismo e sustentabilidade**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.
- BENFICA, R.; CUNGUARA, B.; THURLOW, J. **Linking agricultural investments to growth and poverty: An economywide approach applied to Mozambique**. Agricultural Systems, v. 172, p. 91-100, 2019. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eeeagisys/v_3a172_3ay_3a2019_3ai_3ac_3ap_3a91-100.htm. Acesso em: 17 mai. 2022.
- BUNGE, M. **Epistemología, curso de atualização**. Barcelona: Ariel, 1985.
- CUNGUARA, B.; FAGILDE, G.; GARRETT, J R.; UAIENE, R.; HEADEY, D. **Growth without change: The elusiveness of agricultural and economic transformation in Mozambique**. Paper apresentado na conferência sobre transformação rural urbana em Moçambique, Accra, 11-12 mai. 2011. Disponível em: <https://www.acismoz.com/wpcontent/uploads/2017/06/Tranformacao%20Rural%20Urbana%20ENG.pdf.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2022
- DALE, P. Definindo ecoturismo... para quê? para quem? In: MENDONÇA, R.; MANHIÇA, A. M.; NHALEVILO, E. A.; ANTUNES, S. C. Reserva Especial de Maputo: uma visão histórica e a sua importância na conservação da biodiversidade. **Revista de Ciência Elementar**, v. 8, n. 3, p. 045, set. 2020. <http://doi.org/10.24927/rce2020.045>
- MOSCA, J. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. **Revista NERA**, n. 38, p. 68-105, 2018. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i38.5296>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and Sustainability: New Tourism in the Third World**. London: Routledge, 1998.
- NEIMAN, Z. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.
- MINISTÉRIO DE TURISMO (MITUR). **Plano de Maneio Parque Nacional do Zinave**. Maputo, 2010.
- SUIT, K. C.; CHOUDHARY, V. **Mozambique: Agricultural Sector Risk Assessment**. Agriculture Global Practice Technical Assistance Paper. Washington DC: World Bank Group Report Number 96289-MZ, 2015.
- TALACUECE, M. *et al.* Modeling of soybean under present and future climates in Mozambique. **Journal of Climate**, Boston, v. 4, n. 2, p. 31-45, jun. 2016.
- STRONZA, A. Anthropology of Tourism: Forging New Ground for Ecotourism and Other Alternatives. **Annual Review of Anthropology**, v. 30, p. 261-283, 2001.

VARIA

Artigo



CAPITAL HUMANO, GÉNERO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS DO EMPODERAMENTO DA MULHER NUM CONTEXTO DE CHOQUES CULTURAIS (MOÇAMBIQUE)

HUMAN CAPITAL, GENDER AND EDUCATION: CHALLENGES OF WOMEN'S EMPOWERMENT IN A CONTEXT OF CULTURAL CLASHES (MOZAMBIQUE)

CAPITAL HUMAIN, GENRE ET ÉDUCATION : LES DEFIS DE L'AUTONOMISATION DES FEMMES DANS UN CONTEXT DE CONFLITS CULTURELS (MOZAMBIQUE)

75

Por Palvina Manuel Nhambi

Submetido: 24/04/2025
Aceite: 29/06/2025

Palvina Manuel Nhambi

Docente na Universidade Católica de Moçambique-FAGRENM-Tete e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Inovação Educativa na Faculdade de Educação e Comunicação-UCM-Nampula
<https://orcid.org/0009-0002-5490-0007>
pnhambi@ucm.ac.mz

Como citar

NHAMBI, P.M. Capital humano, género e educação: desafios do empoderamento da mulher num contexto de choques culturais (Moçambique). **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 12, p. 75-87, jan.-jun. 2025



RESUMO

Moçambique, assim como vários outros países, intensifica debates sobre género e educação como formas de enquadrar a mulher em várias actividades construtivas da sociedade. Esses debates carecem ainda do modelo eficaz de representação de mulher emancipada e emancipadora, pois o predomínio do modelo androcêntrico, devido aos choques culturais ainda se faz sentir em quase todos os domínios da sociedade. A mulher moçambicana ainda é vista e tratada como propriedade do marido, do patrão e da sociedade, e só nessa condição de subalterna é que ela pode ser reconhecida e fazer algo valioso. Por essa razão as instituições pouco confiam elevados cargos à mulher, apesar da sua formação académica, porque ela tem na retaguarda um homem como pilar sustentador das suas decisões pela influência da cultura. Este cenário é característico da educação da mulher influenciada por imagens estereotipadas duma libertação falsa e fácil, pois a submissão dela em relação ao homem e ao sistema, situa-se ao nível das relações interpessoais, do discurso e de representação do poder. O artigo reconhece que a mulher educada contribui para o desenvolvimento do capital humano e este para o desenvolvimento da sociedade. Por isso, numa abordagem qualitativa de matriz interpretativa, e seguindo o método indutivo, esta pesquisa, por meio duma análise bibliográfica e análise narrativa descritiva de conteúdos, procura responder a um duplo objectivo: compreender os desafios actuais do empoderamento da mulher, e trazer ao debate o choque existente entre os modelos tradicionais de educação da mulher e as exigências actuais da educação libertadora em que a mulher é chamada a ser protagonista da sua própria história.

Palavras-chave: Capital humano. Género. Educação. Empoderamento da mulher. Moçambique

ABSTRACT

Mozambique, like several other countries, intensifies debates on gender and education as ways of including women in various constructive activities of society. These debates still lack an effective model of representation of emancipated and emancipated women, since the predominance of the androcentric model, due to cultural clashes, is still felt in almost all domains of society. The Mozambican woman is still seen and treated as the property of her husband, her employer and society, and only in this subordinate condition can she be recognized and do something valuable. For this reason, institutions do not entrust high positions to women, despite their academic training, because they have a man behind them as the mainstay of their decisions due to the influence of culture. This scenario is characteristic of the education of women influenced by stereotyped images of a false and easy liberation, since her submission in relation to men and the system is situated at the level of interpersonal relationships, discourse and representation of power. The article recognizes that educated women contribute to the development of human capital and this to the development of society. Therefore, in a qualitative approach with an interpretative matrix, and following the inductive method, this research, through a bibliographic analysis and descriptive narrative analysis of contents, seeks to respond to a double objective: to understand the current challenges of women's empowerment, and to bring to the debates the clash between the traditional models of education for women and the current demands of a liberating education in which women are called to be protagonists of their own history.

Keywords: Human capital. Gender. Education. Women's empowerment. Mozambique

RÉSUMÉ

Le Mozambique, comme plusieurs autres pays, intensifie les débats sur le genre et l'éducation comme moyens d'intégrer les femmes dans diverses activités constructives de la société. Ces débats manquent encore d'une femme émancipée et émancipatrice, car la prédominance du modèle androcentrique, due aux affrontements culturels, se fait encore sentir dans Presque tous les domaines de la société. La femme mozambicaine est toujours considérée et traitée comme la propriété de son mari, de son patron et de la société, et ce n'est que dans cette condition subordonnée qu'elle peut être reconnue et accomplir quelque chose de précieux. Pour cette raison, les institutions confient rarement des postes élevés aux femmes, malgré leur formation académique, car elles ont derrière elles un homme comme pilier soutenant leurs décisions par l'influence de la culture. Ce scenario est caractéristique d'une éducation des femmes influence par des images stéréotypées de libération fausse et facile, car leur soumission par rapport aux homes et au système se situe au niveau des relations interpersonnelles, du discours et de la représentation du pouvoir. L'article reconnaît que les femmes instruites contribuent au développement du capital humain et ce au développement de la société. A ainsi, dans une approche qualitative avec une matrice interprétative, et suivant la méthode inductive, cette recherché, à travers une analyse bibliographique et une analyse narrative descriptive des contenus, cherche à répondre à un double objectif: comprendre les enjeux actuels de l'autonomisation des femmes, et porter dans les débats le choc entre les modèles traditionnels d'éducation des femmes et les exigences actuelles d'une éducation libératrice dans laquelle les femmes sont appelées à être les protagonistes de leur propre histoire.

Mots-clés : Capital humain. Genre. Education. Autonomisation des femmes. Mozambique

INTRODUÇÃO

Moçambique, assim como vários outros países, intensifica debates sobre género e educação como formas de enquadrar a mulher em várias actividades construtivas da sociedade. Esses debates carecem ainda do modelo eficaz de representação de mulher emancipada e emancipadora, pois o predomínio do modelo androcêntrico, devido aos choques culturais ainda se faz sentir em quase todos os domínios da sociedade. A mulher moçambicana ainda é vista e tratada como coisa pertencente ao homem, ao patrão e à sociedade, e só nessa condição de subalterna é que ela pode ser reconhecida e fazer algo valioso. Por essa razão as instituições pouco confiam elevados cargos à mulher, apesar da sua formação académica, porque ela tem na retaguarda um homem como pilar sustentador das suas decisões pela influência da cultura. Este cenário é característico da educação da mulher influenciada por imagens estereotipadas duma libertação falsa e fácil, pois a submissão dela em relação ao homem e ao sistema, situa-se ao nível das relações interpessoais, do discurso e de representação do poder. O artigo reconhece que a mulher educada contribui para o desenvolvimento do capital humano e este para o desenvolvimento da sociedade.

77

PROBLEMATIZAÇÃO E OBJECTIVOS

É notável a preocupação da promoção intensiva dos debates sobre género em Moçambique, algo que não é exceção de vários outros países como forma de enquadrar a mulher nas actividades construtivas da sociedade. Mas estes debates, apesar de reconhecermos algum progresso nas relações homem-mulher, carecem ainda do modelo eficaz de representação de mulher emancipada e empoderada. O que acontece é que o predomínio do modelo androcêntrico de dominação, devido aos choques culturais, à persistência de tendências colonialistas de dominação da mente, e devido ao domínio de um único modelo de conhecer (a ciência, hegemonia do ocidente) que comprometem a representação simbólica boa da imagem do homem e da mulher, ainda se faz sentir em quase todos os domínios da sociedade. É só notar que a mulher moçambicana ainda é vista como coisa pertencente ao homem e que, sem ele, ela nada pode fazer.

Este cenário faz com que a educação da mulher ainda seja influenciada por imagens estereotipadas duma libertação falsa e fácil da mulher, pois a submissão dela em relação ao homem



e ao sistema, não se situa apenas ao nível das relações interpessoais, mas também ao nível do discurso, do modo de pensar (epistemologia) e de representação do poder, o que é mais complicado.

Neste sentido, reconhece-se, por um lado, que o desenvolvimento do capital humano é uma estratégia chave para o desenvolvimento da sociedade, e reconhece-se também, por outro lado, que a educação da mulher, vista a partir duma visão pós-colonialista, é de extrema importância para o desenvolvimento do capital humano no contexto do Sul Global (Santos, 2007). Por isso, ao se falar do género, da cultura e da educação da mulher como estratégia para o desenvolvimento do capital humano, há que se falar de libertação da mente ou de descolonização da mente, e, no contexto de Tete, há que se falar também da descolonização da cultura, das estruturas e dos sistemas de poder (sobretudo o poder económico). É neste sentido que nos surge a seguinte inquietação: Como é que o discurso pós-colonial pode contribuir para que o género, a cultura e a educação da mulher possam ser estratégias do desenvolvimento do capital humano no contexto de choques culturais?

Em termos de objectivos, a pesquisa tem um objectivo geral duplo, no seguinte: por um lado, procura-se compreender os desafios actuais do empoderamento da mulher, e, por outro lado, baseando-se nas perspectivas pós-coloniais, procura-se trazer ao debate o choque existente entre os modelos tradicionais de educação da mulher e as exigências actuais da educação libertadora em que a própria mulher, oprimida pelo sistema, é chamada a ser a protagonista da sua própria história na condição de subalterna. Neste sentido, os objectivos específicos foram arrolados do seguinte modo: (a) descrever os desafios actuais do empoderamento da mulher num contexto marcado pelo domínio do Norte Global sobre o Sul Global por meio do domínio dos recursos naturais existentes no Sul; (b) discutir os conceitos de género e de cultura a partir duma visão epistemológica pós-colonialista, reconhecendo neles a presença de outros tipos de saber (ecologia de saberes, Santos, 2007); e (c) reflectir em torno de algumas linhas de educação da mulher mais orientadas para a libertação da sua mente e da sua “velha” imagem, tornando-a protagonista da sua própria história.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

Para o alcance dos objectivos acima arrolados, a pesquisa teve as seguintes opções metodológicas: (a) em relação ao tipo de pesquisa quanto à abordagem, seguiu-se a abordagem



qualitativa de matriz interpretativa; quanto aos objectivos, a pesquisa é descritiva de teor interpretativo-construtivista; (b) em relação ao método de abordagem, a pesquisa é dialéctica; (c) e em relação ao método de procedimento, a pesquisa monográfica.

No quadro seguinte, a partir de uma pesquisa e análise bibliográfica, são apresentadas as técnicas de recolha e análise de dados em correspondência com os objectivos específicos:

Tabela 1. Objectivos específicos

Objectivos específicos	Técnicas de recolha de dados	Técnicas de análise de dados
Descrever os desafios actuais do empoderamento da mulher num contexto marcado pelo domínio do Norte Global sobre o Sul Global por meio do domínio dos recursos naturais existentes no Sul.	Recolha bibliográfica: dados secundários.	Análise bibliográfica e interpretativa Análise descritiva de conteúdos Análise temática
Discutir os conceitos de género e de cultura a partir duma visão epistemológica pós-colonialista, reconhecendo neles a presença de outros tipos de saber (ecologia de saberes)	Recolha bibliográfica: dados secundários.	Análise bibliográfica e interpretativa Análise reflexiva Análise temática e descritiva de conteúdos
Reflectir em torno de algumas linhas de educação da mulher mais orientadas para a libertação da sua mente e da sua “velha” imagem, tornando-a protagonista da sua própria história.	Recolha bibliográfica: dados secundários.	Reflexão e análise interpretativa Construção teórica

Fonte: A autora (2024).

A PROBLEMATIZAÇÃO DO CONCEITO DE GÉNERO E DE CULTURA A PARTIR DO DISCURSO PÓS-COLONIAL EM DANTAS

O conceito de género era tido, na teoria feminista, apenas como sinónimo de mulher. Falar sobre o género era falar sobre as mulheres. Mas Dantas (s.a.) mostra-nos que o discurso pós-colonial, que é um discurso de desconstrução epistemológica do modelo colonialista para a reconstrução epistemológica a partir de vários “lugares” epistemológicos, problematiza a concepção colonialista do género para propor uma outra reflexão em que a questão de género toma em consideração não só a mulher, mas ambos os sexos.

Nesta linha, ganha sentido também a cultura. A concepção de mulher e de homem sempre responde à visão do que significa ser homem ou mulher numa determinada cultura e num determinado tempo. Para tal, Dantas serve-se da contribuição de Santos (2007), em que este explica o sentido daquilo que ele denomina de ecologia dos saberes. A partir desta visão, a cultura precisa de ser encarada como uma forma de saber que precisa de ser valorizada (ou criticada) como os outros tipos ou domínios de saber sem privilégios de nenhum.

PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO POPULAR NO PÓS-COLONIALISMO

Paulo Freire abre espaço para se pensar na educação para autonomia, libertação do homem e da mulher dos domínios do colonialismo, do capitalismo e do racismo. A educação e só a educação liberta. Nesta perspectiva deve-se ter o espírito crítico como um dos critérios da busca da liberdade pela educação. É por isso que:

uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é proporcionar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante. (Freire, 1996, p.22)

No pensar de Paulo Freire não há espaço para que o ser humano exista e viva no comodismo na esperança de que o outro reflecta em seu lugar e condicione a sua forma de ser e de agir, enquanto for educado. A educação dada e recebida sem excepção de género produz efeitos iguais na mulher, assim como no homem de forma individualizada e isso permite fazer com que cada um se realize e se assume como livre, pois a educação liberta. E esta liberdade é consistente graças ao espírito crítico de quem tem conhecimento de algo. De acordo com Meksenas (1994), é importante ter conhecimento porque é através do mesmo que a actividade humana ganha significado, facilita a relação com os seres e com o meio ambiente em que se encontra inserido. Pela educação, o ser humano é capaz de melhorar a sua forma de ver, analisar os fenómenos e passar a agir de maneira crítica, sustentando-se num olhar mais global e transformador da sociedade. Desta forma, é possível entender que a transformação do que se encontra ao redor do homem e a sua própria transformação, são fontes de libertação deste homem diante das forças que a natureza apresenta.

A educação não faz parte de um processo reservado à memória e que pode ser considerado acabado, mas sim faz parte de um processo abrangente e contínuo, por essa razão é dinâmica e exige



“um engajar num autêntico ‘êxodo para frente’, num constante aperfeiçoamento da realidade, num esforço nunca acabado, sempre intenso” (Furter, 1966, p. 122). Esta ideia é sustentada por Dewey (1978) ao afirmar que “a educação é processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras.”(p. 17) De facto, a educação permite fazer uma revisão dos passos dados e a dar com perspectiva de avaliá-los e reorganizá-los na busca da excelência quanto possível para se manter vital, porque “a vida social se perpetua por intermédio da educação. O que a nutrição e a reprodução são para a vida fisiológica, a educação o é para a vida social.” (Dewey, p. 19). Savater (1997, p. 102) considera que:

É educação aquela que tem objectivo de completar a humanidade do neófito, mas essa humanidade não pode realizar-se em abstracto nem genericamente, nem sequer consiste no cultivo de um gérmen idiossincrático latente em cada indivíduo, mas tem como função imprimir melhor uma orientação social precisa, isto é, a que cada comunidade considera preferível. O homem que a educação deve plasmar dentro de nós não é o homem tal como a natureza o criou, mas sim tal como a sociedade quer que ele seja; e querê-lo tal como o exige a sua economia interna.

81

A educação, quando entendida na visão de Savater, é possível perceber que ela está aberta para todos, mas apenas os interessados se beneficiam de acordo com as exigências mutáveis de cada época e circunstância e isso garante que o neófito depois de se formar seja capaz de dar resposta aos questionamentos da sociedade. A educação molda o ser homem e torna-o apto para enfrentar os desafios que o mundo apresenta.

De acordo com Gadotti (2006) a educação opera transformações nos indivíduos de maneira silenciosa, mas activa e persistente nos aspectos ideológicos através das lutas ideológicas que a escola tem enfrentado. A educação pode sim ocorrer em qualquer lugar, sobretudo a informal, mas a formal tem a escola como o local onde tudo se alinha de acordo com os desafios da actualidade, porque só assim a educação tem utilidade na sociedade, uma vez que, “os seres nascem não apenas inconscientes, mas também indiferentes aos objectivos e hábitos do grupo, precisam de tomar consciência deles e de se interessarem activamente por eles. A educação, e apenas a educação, encurta essa distância.” (Dewey, 2007, p. 21).

A EDUCAÇÃO DA MULHER E A PROBLEMÁTICA DO GÉNERO NA VISÃO DE GABRIELA SILVA

O Papa Francisco, aos senhores bispos da Colômbia, disse o seguinte: “a esperança na América Latina tem um rosto feminino”. Nesta ideia do Papa Francisco, é possível verificar a importância de educar a mulher, criando assim condições para que seja também ela detentora e transmissora de vida digna, que só é possível para quem teve a oportunidade de ser educada. Pensar em renovar a sociedade por meio da educação, excluindo o envolvimento da mulher, aquela que inspira um rosto de esperança para os dias melhores, pode ser sinal de um projecto fracassado.

Gabriela Silva, nas considerações finais do seu texto “Educação e género em Moçambique”, falando da educação da mulher em Moçambique, partindo de dois estudos de caso chega às seguintes constatações:

A colónia portuguesa, em colaboração com a Igreja Católica, contribuiu negativamente na formação dos indígenas uma vez que havia divisão programada para o acesso à educação, isto é, havia a educação dos brancos (ensino elementar) e dos negros (ensino rudimentar) em que o primeiro, o elementar, tinha como objectivo elevar cada vez mais a raça branca ao estatuto de superior dos indígenas, pois, o ensino rudimentar se preocupava apenas em ensinar o negro a ler e escrever para melhor corresponder nas actividades laborais. Era um ensino de baixa qualidade porque em maior parte era ministrada por professores não qualificados e como consequência havia muitas reprovações e contribuíam para a estagnação dos indígenas na mesma classe ou para um avanço lento dos mesmos. Neste tipo de educação acima apresentada não se contemplavam as mulheres, o que agudizou mais a questão da exclusão desta camada social. Neste caso, a mulher é excluída pela raça e ainda pela cultura em que se encontra inserida. Ora vejamos, por ser indígena, não tem oportunidade plena de se formar, isto é, a sua formação é condicionada pelo branco, seu patrão. Para além de se condicionar a formação, são selecionados também os conteúdos a serem ensinados, com a intenção de concretizar os anseios a raça branca que tem os indígenas como submissos as suas ordens e oprimidos no seu estado de inferiores comparativamente a eles que são os patrões. Esta é uma realidade de exclusão, mas o homem sai mais ou menos beneficiada em relação a mulher, que pelo peso cultural, não podia fazer parte da educação. A mulher é obrigada a ficar em casa, cuidar das actividades domésticas e ainda é chamada de dona de casa, tudo para



permitir que ela se sinta confortável numa realidade de retrocesso. Como se pode considerar dona, alguém que lhe é tirada o direito de conquistar seus bens e se realizar como os outros? Se a mulher é rosto de esperança, segundo o Papa Francisco, há que compreender que o rosto deve ser visível para que a verdadeira esperança se expanda a todos que contemplarem esse mesmo rosto. Não se deve tirar espaço a mulher e a própria mulher, precisa mostrar se preocupada em situações em que é excluída. Dizer não a qualquer exclusão, só é possível pela educação e através de uma análise crítica dos fenómenos sociais.

As mulheres passam a ganhar espaço na educação só depois da independência, mas de forma incipiente e caracterizada com marxismo. (Silva 2007). Esta foi o cenário que o negro viveu e de forma acentuada a mulher, por essa razão há ainda problemas do género na educação, pois, hoje, há várias formas de exclusão da mulher. Em título de exemplo, é frequente escutar discursos que demonstram a submissão da mulher ao homem, mesmo que a mesma tenha estudado e a desempenhar cargo de chefia. Nas Instituições, várias actividades realizadas pelas mulheres, fora do local habitual de trabalho, acontecem, graças a um sim dado pelos homens e não apenas pelas próprias mulheres. São raras as vezes em que um homem deixa de tomar uma decisão que lhe obriga a viajar, só porque quer antes consultar a sua esposa, mas isso é frequente para as mulheres e é visto como sinal de respeito. Mas se de facto, isso, não é nenhum retrocesso porque se exige o seu cumprimento só na mulher!? São pequenos exemplos, que até parecem insignificantes, mas que relevam quão a mulher continua excluídas e inibida de dar passos para sua realização, a fim de merecer ser dona no verdadeiro sentido.

83

ENFRENTANDO OS DESAFIOS ACTUAIS DO EMPODERAMENTO DA MULHER

Como podemos entender, os discursos pós-coloniais ajudam-nos a reler a nossa história a partir de outros prismas. A perspectiva colonialista ensinou-nos que há um tipo de saber válido, há um tipo de verdade válida, há um tipo de cultura válida, há um modelo de ser homem e mulher válidos, há um tipo de domínio válido etc. O resto é subalterno (Spivak), sem história (Hegel), sem identidade etc.

Neste modelo, a mulher africana é subalternizada três vezes: por ser mulher, por ser esposa e por ser africana. Ser subalterna por ser mulher, é notável em situações em que a sociedade



discrimina actividades para mulheres e para homens. Se encaixa aqui a ideia apresentada acima, em que a mulher não lhe é dada o direito de tomar a última decisão, pois este privilégio está reservada ao homem. Ser esposa é outra forma de subalternização, quando esta mulher é colocada na posição de cuidar do homem e obedecer-lhe plenamente. Neste caso o homem é patrão e superior, que tudo pode em relação a sua esposa, mas nunca ao contrário. A subalternização da mulher por ser africana, faz com que seja desvalorizada pelos europeus, vista como incapaz de pensar logicamente como as outras mulheres não africanas. Santos (2007) procura desconstruir o modelo que cria a separação entre o Norte Global (dominante) e o Sul Global (dominado). A exploração dos recursos naturais em Tete foi idealizada sob esta separação. E isto custa caro para as mulheres que vivem nos contornos destas actividades. Como desconstruí-la no nosso contexto?

RECONSTRUINDO OS CONCEITOS DE GÉNERO E DE CULTURA A PARTIR DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

84

Falar de epistemologias do Sul é falar dos outros modos de saber pertencentes ao Sul Global que são ignorados pelo modelo científico (tido como hegemónico) de conhecimento. É preciso compreender que o uso da razão não está reservada ao sul, mas sim para todos ser humano localizado em qualquer parte do planeta. É urgente o envolvimento de todos para a mudança deste cenário. Quem é considerado como modelo de conhecimento, deve reflectir e se dedicar para que pelo menos seja digno de merecer esta designação. E para quem não é, se foco no que é possível fazer para construir seu conhecimento e exteriorizar.

Com o conceito *ecologia de saberes*, Santos (2007) leva-nos a reconhecer a existência de saberes autênticos no nosso meio, saberes constituídos por valores, tradições, intuições, linguagens simbólicas etc. que precisamos de revalorizar e ressignificar duma forma crítica e reflexiva, produzindo um modo de *falar* das coisas, e uma forma de produzir um *sentido global* (globalismo localizado) do mundo. Os conceitos de género e de cultura, em si, já respondem a um conjunto de significações que emergem a partir da distinção entre o Norte Global e o Sul Global. Precisam de ser ressignificados e revalorizados a partir da lógica da ecologia de saberes, sem medo de incorrer em erros nem em incoerências, pois é um exercício em processo, mas um exercício válido. (Dantas, s. a.).

A partir da perspectiva feminista e pós-colonialista, o género passa a ser uma categoria dinâmica que revaloriza as várias significações do sentido de ser homem e ser mulher nos diferentes contextos do Sul Global. Neste sentido, a cultura passa a ser o lugar próprio da afirmação do “eu”, um eu inconformado devido à negação que sempre sofreu como oprimido, mas também um eu cheio de esperança porque se reencontrou, um eu que caiu na conta de que ele (o subalterno) pode falar por si (Spivak) numa lógica de pedagogia do oprimido (Freire).

LEVANTANDO A VOZ A PARTIR DA SUA CONDIÇÃO DE SUBALTERNA

Ao redor das Minas em Tete, estão os subalternos, que tentam quotidianamente levantar a voz soltando gritos de socorro. Têm sido gritos de desespero por notarem que maior parte dos integrantes da Mina, não fazem parte dos locais e perdem a esperança de que um dia os locais irão escutar os seus gritos. As comunidades reassentadas, são também subalternas, deslocadas das suas zonas de conforto, afastadas da história que os liga com os antepassados e condenados a estarem em terras improdutivas e sem vias de acesso, sim é mais uma das formas de subalternização. É nestas zonas que a mulher também se encontra e junto da sua família, inala a poeira proveniente da extração mineira, como oprimido que precisa de ter voz e se libertar. Como se pode ver, dizer não a educação de um indivíduo, é suficiente para declarar a condenação do mesmo a uma situação de oprimido e subalterno.

ALGUMAS LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER

Quais são as linhas de orientação para a educação da mulher podemos propor como forma de libertar (ou descolonizar) a sua mente e a sua “velha” imagem, tornando-a protagonista da sua própria história? Aprender do passado e da história: todas as lutas de mulheres como Noémia de Sousa, Alda Lara, Clarice Lispector, Paulina Chiziane, e todo o movimento de emancipação social da África são um exemplo vivo da voz do oprimido, do inconformismo do subalterno. Estas mulheres ao se encontrar numa altura em que não tinha liberdade, fizeram da escrita a sua arma potente para soltar e tornar público o seu descontentamento. Podemos afirmar que foi a melhor opção, porque enquanto é possível fazer calar a oralidade, não há como impedir o avanço de uma



escrita que já se encontra no seio da sociedade. É mas um facto real que mostra a importância da educação de todos os indivíduos, pois só se beneficia da escrita quem foi educado. Uma educação que seja libertadora, mostrando à mulher que precisa de se libertar duma imagem negativa de mulher submissa, para reinventar uma imagem de mulher emancipada e emancipadora.

DESENVOLVENDO O CAPITAL HUMANO A PARTIR DA MULHER

Precisamos de reabilitar as categorias de “mulher negra”, de “mãe”, de “mãe negra”, de “África negra” por meio da releitura de textos como “Let my people go”, “Quero conhecer-te, África”, “Negra” de Noémia de Sousa e outros textos no quadro da emancipação social a partir das epistemologias do sul numa leitura pós-colonial.

Se é verdade que o capital humano se consegue por meio de uma boa educação e uma boa saúde, então temos que supor que a presença duma mulher-mãe emancipada e emancipadora, lutadora e sonhadora, pode ser o cavalo de batalha para podermos falar de um verdadeiro desenvolvimento do capital humano em qualquer contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de considerações finais, é pertinente que se tenha a concepção do termo “género” como aquele que abrange homens e mulheres dotados de saberes e imersos numa determinada cultura que não pode ser vista como isenta de críticas. Há que assumir a educação como porta primordial que leva os seres ao alcance da verdadeira liberdade, fazendo com que o ser humano sobretudo a mulher se assume como ser capaz de pensar, agir, realizar-se e para tal precisa estar ciente de que a educação é capaz de transformar os indivíduos subalternos e oprimidos para o estado de seres livres. Assim sendo, a cultura, jamais poderá ser vista como ocasião de criação de desigualdades, mas sim espaço apropriado da afirmação dos seres humanos pensantes.

Toda posição e o agir dos seres devem ser direcionados para a realização de quem as possuem e dos que ainda estão na busca de liberdade. É pertinente a compreensão da criação de espaço para a busca incansável da educação que permite o alcance de novos horizontes, ampliando a visão e modificando a forma de ver e analisar os fenómenos.

A verdadeira liberdade, não depende apenas do exterior, isto é, da criação do ambiente que favorece a conquista dessa liberdade, mas também depende da vontade de quem se encontra pressionada em ir ao encontro das oportunidades que estão ao seu alcance a fim de dar a volta a sua situação atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEWEY, J. **Vida e Educação**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.

DEWEY, J. **Democracia e Educação**. Lisboa: Plátano Editora, S.A. 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

FURTER, P. **Educação e Vida**. São Paulo: Editora Vozes Limitadas, 1966.

Gadotti, M. **Concepção Dialética da Educação**. (15^a.ed.). São Paulo: Cortez, 2001.

MAKSENAS, P. **Sociedade, Filosofia e Educação**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SAVATER, F. **O valor de educar**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.



VARIA

Artigo



A CONCEPÇÃO DOS GESTORES, PROFESSORES E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR EM MOÇAMBIQUE: SUA INFLUÊNCIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO EFECTIVA DESTA POLÍTICA EDUCATIVA

THE CONCEPTION OF MANAGERS, TEACHERS AND GUARDIANS ABOUT SCHOOL INCLUSION IN MOZAMBIQUE: THEIR INFLUENCE ON THE EFFECTIVE IMPLEMENTATION OF THIS EDUCATIONAL POLICY

LA CONCEPCIÓN DE DIRECTIVOS, DOCENTES Y TUTORES SOBRE LA INCLUSIÓN ESCOLAR EN MOZAMBIQUE: SU INFLUENCIA EN LA IMPLEMENTACIÓN EFECTIVA DE ESTA POLÍTICA EDUCATIVA

Por Perlo Miquidade António Rabeca

Perlo Miquidade António Rabeca

Doutorando em Ciências de Educação com Especialização em Educação Inclusiva e Pedagogia Diferenciada na Universidade Piaget de Moçambique, Director do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Rovuma (Moçambique)
Contato perlorabeca@gmail.com

Submetido: 01/05/2025

Aceite: 22/05/2025

RABECA, P.M.A A concepção dos gestores, professores e encarregados de educação acerca da inclusão escolar em Moçambique: sua influência para a implementação efectiva desta política educativa. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 12, p. 88-99, jan.-jun. 2025

Resumo

Este estudo investigou acerca da concepção dos gestores, professores e encarregados de educação acerca da inclusão escolar em Moçambique: Sua influência para implementação efectiva desta política educativa. Actualmente é pertinente discutir este assunto, pois cada um destes intervenientes possui uma função a cumprir para a concretização desta modalidade de ensino. O investigador buscou reflectir como a concepção dos gestores escolares, professores encarregados de educação acerca da inclusão escolar influência na implementação efectiva desta modalidade de ensino. E, o método empregado para elaboração deste artigo foi uma revisão bibliográfica que trata do tema, juntamente com a experiência do investigador também serviu de suporte para o trabalho. Os resultados indicaram que, enquanto não se consciencializar os gestores escolares, professores e encarregados de educação acerca da filosofia da inclusão escolar, eles não contribuirão efectivamente para a sua implementação. Ademais, é necessário reavaliar o orçamento alocado as escolas, que deve ser suficiente para cobrir os custos necessários para a criação das condições de acessibilidade que possibilitam a inclusão de todos os alunos no ensino regular. Espera-se que este estudo sirva de reflexão de como a concepção dos actores escolares influência na implementação da inclusão escolar.

Palavras-Chave: Inclusão escolar. Concepção dos gestores, professores e encarregados de educação. Política educativa.

Abstract

This study investigated the conception of school managers, teachers and guardians about school inclusion in Mozambique: its influence on the effective implementation of this educational policy. It is currently pertinent to discuss this subject, since each of these stakeholders has a role to play in the implementation of this teaching modality. The researcher sought to reflect on how the conception of school managers, teachers and guardians about school inclusion influences the effective implementation of this teaching modality. And the method used to prepare this article was a bibliographic review that deals with the subject, together with the researcher's experience also served as support for the work. The results indicate that, until school managers, teachers and guardians are made aware of the philosophy of school inclusion, they will not effectively contribute to its implementation. Furthermore, it is necessary to reassess the budget allocated to schools, which must be sufficient to cover the costs required to create accessibility conditions that enable the inclusion of all students in regular education. It is hoped that this study will serve as a reflection on how the conception of school actors influences the implementation of school inclusion.

Keywords: School inclusion. Conception of managers, teachers and guardians. Educational policy.

Resumen

Este estudio investigó la concepción de los administradores escolares, docentes y tutores sobre la inclusión escolar en Mozambique: su influencia en la implementación efectiva de esta política educativa. Actualmente, es pertinente discutir este tema, ya que cada uno de estos actores tiene un rol que desempeñar en la implementación de esta modalidad de enseñanza. El investigador buscó reflexionar sobre cómo la concepción de los administradores escolares, docentes y tutores sobre la inclusión escolar influye en la implementación efectiva de esta modalidad de enseñanza. El método utilizado para preparar este artículo fue una revisión bibliográfica que aborda el tema, junto con la experiencia del investigador que también sirvió como soporte para el trabajo. Los resultados indicaron que, hasta que los administradores escolares, docentes y tutores sean conscientes de la filosofía de la inclusión escolar, no contribuirán eficazmente a su implementación. Además, es necesario reevaluar el presupuesto asignado a las escuelas, el cual debe ser suficiente para cubrir los costos necesarios para crear condiciones de accesibilidad que permitan la inclusión de todo el alumnado en la educación regular. Se espera que este estudio sirva como reflexión sobre cómo la concepción de los actores escolares influye en la implementación de la inclusión escolar.

Palabras clave: Inclusión escolar. Concepción de directivos, docentes y tutores. Política educativa.

INTRODUÇÃO

O artigo procura analisar como os gestores escolares, professores e profissionais da Educação concebem a inclusão escolar no processo de implementação efectiva desta política educativa nas escolas de Moçambique. Em nosso entender, esta reflexão é relevante, visto que permite perceber se as práticas educativas desenvolvidas pelos professores nas escolas em Moçambique, respondem às exigências da escola actual, uma vez que o estabelecimento escolar do passado não acolhia todos os alunos, pois não havia condições permitindo o acesso e a permanência de crianças apresentando certas deficiências ou limitações.

Com o passar do tempo, os psicólogos e pedagogos passaram a procurar uma inserção na escola regular essas crianças excluídas do sistema escolar. Foi então elaborado um novo modelo de ensino, chamado “ensino inclusivo”, que consiste numa prática educativa democrática e humanística, que acolhe de todos os alunos nas escolas regulares com condições adaptativas. Actualmente, a prática inclusiva dentro do sistema escolar leva à aproximação daqueles que se mostram sob risco de serem excluídos de determinado contexto e demonstram grandes chances de fracasso (Santos, Oliveira, 2021, p. 31). Consideramos que a maioria das escolas regulares ainda não reúnem condições adaptativas para acolhimento de todos os alunos, sobretudo aqueles que apresentam necessidades educativas especiais significativas. Além disso, ainda se verificam algumas práticas educativas que não se relacionam com as exigências de uma escola inclusiva, uma vez que nessas escolas não existe consideração pelas diferenças apresentadas pelos alunos durante a aula. A cultura escolar sendo, em geral, marcada pela homogeneização e por um carácter mono cultural, ela inviabiliza as diferenças, tende a apagá-las e desconsidera a igualdade entre alunos (Moreira; Candau, 2008).

Em nosso entender, em Moçambique maior parte dos actores escolares têm dificuldade para conceber a inclusão escolar, dificultando a implementação efectiva desta política educativa. Surge, assim, algumas questões para reflexão: É possível efectivar a inclusão escolar enquanto os actores escolares não conhecem a filosofia desta política educativa? Que mecanismos devem ser adoptados para consciencializar os actores escolares acerca da filosofia da inclusão escolar? Por isso, se os actores escolares não conhecem a finalidade da inclusão escolar, a escola não está preparada para acolhimento desta política educativa.



O sistema escolar reagiu muito lentamente e, com reticências ao debate sobre os direitos das crianças, em parte por desconhecimento ou entendimento equivocado do significado das mudanças legais, em parte porque esta mudança alavancou a universalização da matrícula escolar trazendo para a escola muitos dos que eram “naturalmente” excluídos. (Guara; Machado, s/d, p.101).

Consideramos que se maior parte dos professores ainda desconhece a filosofia da inclusão escolar, esses profissionais adoptam uma pedagogia uniforme¹ que consiste em tratar os alunos como se houvesse um modelo padrão de alunos que devem ser considerados como exemplos a seguir pelos restantes. Esta maneira de conceber o ensino dificulta a implementação efectiva da inclusão escolar. O modelo de nova escola deve valorizar a integração destes alunos no ensino regular, o que supõe reorganização a escola de modo a responder às necessidades de todos os seus alunos –não apenas aqueles que tem deficiência, mas também aqueles que não tem o ritmo de aprendizagem ou grau de sucesso do designado “aluno padrão” (Madureira, Leite, 2003).

Para tornar a inclusão como uma realidade nas escolas, é preciso, que haja mudança na maneira como alguns professores concebem o ensino, capacitando-lhes, para conhecerem a pedagogia diferenciada que atende as particularidades individuais dos alunos, permitindo que todos consigam aceder ao currículo. Visto que:

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atende às diferenças individuais respeitando as necessidades de qualquer aluno. Sob esta ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que por inúmeras causas, exógenas, temporárias ou permanentes, apresentam dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento (Carvalho, 2004, p.29).

Escola inclusiva é um espaço aberto para atendimento de todos, permitindo que qualquer aluno se sinta acolhido pelo professor e os seus colegas. Para isso, não deve haver discriminação e o material didáctico usado dentro da sala de aula deve ser diversificado de modo a atender as peculiaridades individuais dos alunos.

Para a elaboração deste artigo, foi empregado uma revisão bibliográfica que trata do tema, juntamente com a experiência do pesquisador.

¹ Aquela que atende a todos os alunos como se todos fossem iguais.

CONCEITO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Consideramos que a inclusão escolar é um novo paradigma de ensino que atende a todos os alunos numa mesma escola, sem que haja nenhuma discriminação linguística, étnica, sociocultural e socioeconómica, entre outras. De certeza que este modelo de ensino conflita com as práticas educativas desenvolvidas pelas escolas do passado, que não consideravam as peculiaridades e potencialidades dos alunos. Diferentemente daquilo a escola actual, onde se promove a inclusão incentivando a participação activa de todos os alunos, fornece oportunidades para que todos os alunos compartilhem suas próprias experiências e perspectivas, contribuindo assim para um ambiente de aprendizado mais enriquecedor, considerando a importância da cultura e do contexto dos discentes (Filho, 2024). Pelo contrário, na escola tradicional, os professores usam com maior predominância o método expositivo, dificultando o envolvimento dos alunos nas discussões e debates acerca dos conteúdos da aula.

92

Tanto no modelo expositivo como na instrução directa, o tipo de ensino é de transmissão e está centrado no professor e não no aluno. O professor limita-se a expor os conteúdos programados e o aluno absorve todo conteúdo ou uma boa parte dele. [...] não possibilitam a discussão nem as actividades em pequenos grupos, ou seja, não favorece o ensino centrado nos alunos e na interação dos mesmos (Neves, 2014, p.8).

Nas escolas de Moçambique, ainda se observam práticas educativas que não atendem as exigências de uma escola democrática, isto porque os professores na sua maioria, adoptam estratégias didácticas-pedagógicas durante as aulas. Eles não incentivam a participação activa dos alunos em debates e discussão dos conteúdos da aula, tornando as aulas monótonas e menos produtivas. Ou seja, a maioria dos professores usa com frequência os métodos expositivos, pois nunca tiveram alguma formação em matéria de pedagogia da diversidade permitindo a concretização de um ensino inclusivo.

Sendo a educação especial uma área de estudo relativamente nova no campo da pedagogia, muitos professores encontram-se desestabilizados frente às concepções e estruturais sociais, no que diz respeito às pessoas consideradas “diferentes”. Dessa forma, a partir do século XVI, a educação busca teorias e práticas focadas no ensino de qualidade, com profissionais comprometidos em dar aos seus alunos um ensino de qualidade, independente de suas diferenças individuais (Rocha, 2017, p.5).

Nesse cenário, os agentes ligados as formações de professores em exercício devem repensar a formação destes professores com base nos novos paradigmas de ensino, constituindo um mecanismo para a consciencialização dos professores em relação às exigências da escola actual.

O SURGIMENTO DA INCLUSÃO ESCOLAR EM MOÇAMBIQUE

No entanto, a partir da segunda metade do século XX, o paradigma da inclusão como acção política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa dos direitos de todos os estudantes de estarem aprendendo e participando juntos, sem nenhum tipo de discriminação adquiriu maior ênfase, no cenário mundial (Barbosa *et al.* 2018). A educação inclusiva, é uma área nova em Moçambique, onde o acesso à educação escolar era marcado por uma discriminação socioeconómica e racial que favorecia os brancos e filhos dos chamados negros assimilados. Não havia leis que defendiam uma educação para todos.

A preocupação de criar-se um sistema educativo, que atende a todos os alunos sem discriminação de cor ou condição económica surge no período pós-independência, quando se entendeu que a educação era um instrumento fundamental para o desenvolvimento social. A educação passou a ser prioridade para a formação de todos os moçambicanos. Portanto, a educação deixou de ser discriminatória, sendo um direito para todos até o nível desejado, inclusive para os moçambicanos negros que não eram assimilados. Almejando acolher e incluir as crianças rejeitadas pelo sistema escolar colonial, o Departamento de Educação Especial criou, em 1986, “turmas diagnosticas” para atender aquelas crianças que apresentavam problemas de aprendizagem (repetência mínima de dois anos na mesma classe). Esses alunos foram alocados num turno regular e num turno especial com acompanhamento psicopedagógico. Os resultados alcançados foram considerados positivos pelos técnicos do Departamento de Educação especial do Ministério da Educação de Moçambique (Silva, 2021).

Portanto, no período anterior a aprendizagem de todos os alunos das escolas podia existir, mesmo na ausência de as directrizes bases para a efectivação da política de inclusão escolar. A educação inclusiva acontecia então com base em leis avulsas. Com a declaração de Salamanca, o governo moçambicano projetou leis defendendo a educação das crianças com deficiências em

escolas comuns. No entanto, num primeiro momento não era possível alcançar uma educação inclusiva devido as condições que as escolas ofereciam. Esse modelo, supõe uma transformação total da escola tradicional para o acesso, permanência de todos os alunos, sem que haja nenhuma restrição. Segundo Stubbs (2008, p. 8) “a educação inclusiva refere-se a um vasto leque de estratégias, actividades e processos que procuram fazer do direito universal para a qualidade uma realidade importante para a educação”. Por isso que, em Moçambique, por falta de condições que procuram universalizar a educação nas escolas, referimos o ensino é exclusivo.

CONCEPÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES, PROFESSORES E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Para tornar-se uma realidade nas escolas de Moçambique, a inclusão escolar pressupõe condições de acessibilidade pedagógica, física e social que permitem o acolhimento de todos os alunos na escola regular. Pelo contrário, ainda se observa que, como foi mencionado, a maior parte dos professores têm dificuldades de aplicarem uma pedagogia da diversidade, dificultando a implementação efectiva desta modalidade de ensino. Segundo Miranda e Filho (2012, p. 12) “muitos professores e professoras acreditam que devem receber a preparação para trabalharem com estudantes com deficiência a partir de uma formação profissional que, vinda de fora (orientações, direção, estado) dê a eles autonomia para atuar”.

Além disso, as infraestruturas escolares não estão preparadas para o acolhimento de alunos com necessidades educativas especiais, sobretudo as crianças com problemas motrizes. Ademais, ainda existem preconceitos associados a educação escolar de pessoas que apresentam uma certa deficiência ou limitação.

Em resultado disso, alguns estudos desenvolvidos em Moçambique concluíram que a maioria dos professores não aplica a filosofia do ensino inclusivo, talvez porque, ao longo da formação, eles não cursaram disciplinas que abordam o ensino inclusivo e nunca foram capacitados para isso. Esta situação dificulta e dificultará a concretização de uma “escola para todos”. Além disso, os gestores escolares não incorporam a filosofia do ensino inclusivo, por considerar que atende apenas os alunos que apresentam “deficiências notórias” deixando-se de lado as outras crianças que também necessitam de uma atenção especial.



Constatamos, assim, que, na maior parte das escolas moçambicanas, a concepção dos professores em relação ao ensino inclusivo não responde às exigências emanadas pela declaração de Salamanca e dos demais documentos que regulam esta actividade. Os estabelecimentos escolares ainda adoptam estratégias didácticas-pedagógicas do ensino tradicional que não respeita as diferenças individuais dos alunos em sala de aula, não havendo equidade no tratamento para a inclusão. O recurso, ainda predominante, do método expositivo não permite que os alunos desenvolvam o senso crítico, a autonomia, criatividade, inovação e o senso de imaginação. Essas acções pedagógicas contrariam as exigências da escola actual. Por isso, aconselha-se que, os professores implementam métodos e técnicas para responder a diversidade na sala de aula.

Além dos professores, os gestores escolares dificultam a implementação efectiva da inclusão escolar, promovendo uma gestão autoritária e centralizadora das unidades escolares. Os directores envolvem pouco os actores escolares na tomada decisão. As reuniões servem para informar e não para obter opiniões dos colaboradores acerca das pautas. Ou seja, não existe uma gestão democrática e participativa contribuindo para a existência de uma escola inclusiva. Os directores, na sua maioria, não têm uma preparação prévia de gestão de uma unidade inclusiva. Do mesmo modo, os encarregados de educação, que não se envolvem na vida escolar dos seus educandos, delegam toda responsabilidade de ensinar e educar aos professores, dificultando a implementação efectiva da inclusão escolar.

Ao analisar as propostas pedagógicas elaboradas pelas escolas em Moçambique, como ferramentas para ensino e aprendizagem de todos, percebe-se que não são contempladas as necessidades dos estudantes em relação as suas características. Verifica-se ausência de adaptações curriculares, de recursos de comunicação e/ou didácticos. Além disso, a não correspondência das demandas educativas impossibilita o acesso pleno à educação, negando a formação cidadã como princípio da organização social democrática que vem sendo constituída em Moçambique. (Guebert; Rodrigues, 2021, p. 255)

Para permitir a inclusão de todos os alunos na escola regular de Moçambique, precisamos assim que os professores adotam o conceito de inclusão escolar, tendo em conta que esta modalidade de ensino surge para responder às especificidades individuais dos alunos.



OS RESULTADOS DA CONCEPÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES, PROFESSORES E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A implementação da inclusão escolar é, com certeza, prejudicada por sua representação distorcida pelos actores escolares que perpetuam a exclusão dos alunos que se encontram em desvantagens. Por isso, os professores devem abandonar os princípios didácticos-pedagógicos do ensino tradicional:

O alargamento da escolaridade obrigatória e a massificação do ensino transportaram para a escola uma diversidade de alunos caracterizados por envolvências sociais e culturais, interesses, valores, conhecimentos e ritmos de aprendizagem que tenha em conta e respeite as características e necessidades de vasto público discente que alberga. Exige-se das instituições de ensino uma educação de qualidade para todos: uma educação plural, democrática, inclusiva e hábil na construção de uma sociedade assente em valores de cooperação, parceria e solidariedade (Neves, 2014, p.119).

96

Embora se observa o alargamento e a massificação do ensino, a maior parte dos professores não está preparada pedagógica e didacticamente para práticas pedagógicas associadas aos novos paradigmas de ensino. Os métodos passivos, que não colaboram para envolver os alunos em debates e discussões, continuam tornando as aulas menos dinâmicas e participativas, enquanto métodos e técnicas diversificadas para atingirem todos os alunos durante as aulas poderiam melhorar a qualidade das aulas:

Com a publicação do relatório Warnock inicia-se a abolição de uma fronteira rígida entre a criança normal e a criança deficiente, vindo a contribuir para a noção de aluno com necessidades educativas especiais e que a escola não pode ser um local de elite, rejeitando todos aqueles que não se enquadram dentro de parâmetros pré-estabelecidos de “normalidade”, mas deverá ser aberta a todos os alunos, onde cada criança, qualquer que seja o seu problema, encontrara resposta dentro da escola (Rodrigues, 2006, p. 57-58).

Embora os documentos dizem-nos que não deve existir uma fronteira rígida entre as crianças “normais” e as crianças com deficiência nas escolas de Moçambique, não existe um ensino diferenciado. Os professores não respeitam as particularidades individuais dos alunos e não aplicam metodologias diferenciadas. Os sistemas de ensino estão elaborados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e diferentes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquelas

manifestações das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjectivo, o afectivo, o criador, ser os quais não conseguimos romper com o velho modelo para produzir a reviravolta que a inclusão impõe (Montoan, 2003, p.12).

Para superar-se os problemas contemporâneos ligados a educação, sugerimos que, os professores devem repensar suas práticas pedagógicas, concebendo um modelo de ensino atendendo as diferenças individuais dos alunos durante as aulas. Precisa-se habilitar sistemas de educação para todos os estudantes, como foco principal naqueles que são tradicionalmente excluídos de oportunidades educacionais. São considerados aprendizes excluídos aqueles das famílias mais pobres, minorias étnicas e linguísticas, povos indígenas e pessoas com necessidades especiais e de deficiências. (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, 2019).

CONCLUSÃO

97

Enquanto os gestores escolares, professores, encarregados de educação em Moçambique não serão consciencializados acerca da filosofia da inclusão escolar, eles não vão poder contribuir para a implementação efectiva desta modalidade de ensino. Entendemos que para a superação dos problemas relacionados com a inclusão escolar na maioria das escolas, é preciso que, o governo, através do Ministério de educação, aloque um orçamento capaz de responder às exigências para a criação deste modelo de escola.

A primeira pergunta de nossa introdução era a seguinte: É possível efectivar-se a inclusão escolar enquanto os actores escolares não conhecem a filosofia desta política educativa? De certeza, não será possível efectivar a inclusão escolar enquanto os actores escolares (gestores escolares, professores e encarregados de educação) não sabem de que se trata. Como consequência disso, constata-se nas escolas que maior parte dos professores continuam aplicando metodologias de ensino durante as aulas o método de expositivo continua predominante. Além disso, não existe consideração pelas diferenças entre os alunos. Tratando-os como se todos fossem iguais, contribui-se para o fracasso escolar.

Entendemos que a inclusão escolar requer que os agentes ligados à formação de professores em exercício em Moçambique repensem a capacitação contínua dos professores sobre essa problemática, de modo que possam enfrentar os novos desafios impostos pela escola actual.

Em relação a outra segunda questão: Que mecanismos devem ser adoptados pelas escolas para consciencializar-se os actores acerca da filosofia da inclusão escolar? É imprescindível, que os responsáveis pela capacitação de gestores escolares e professores em exercício repensem acerca de capacitações, que abordam acerca da inclusão escolar, de modo a lhes准备 para as novas exigências da escola. Para envolver a família na escola, é essencial adoptar-se uma gestão democrática e participativa, que possibilita a participação de todas as partes interessadas na tomada de decisão, contribuindo de maneira significativa para a construção de uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, D. de S. *et al.* Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua contribuição no cenário internacional. *Actualidade investigativas*, v.18, n. 2, 2018
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: Com os Pingos nos “is”. Porto Alegre: Portugal, 2004.
- FILHO, J. de M. **O currículo na escola inclusiva**: flexibilização curricular. Revista caderno pedagógico. V.21, nº 8, p 01-41. (2024)
- GUARÁ, I.M.F. Rosa e MACHADO, M. E. **A integração escolar e acolhimento**: Ponte entre a proteção social e a educação escolar. Revista cadernos do Debate NAAPA. V.2, (s/d)
- GUEBERT, M.C.C e RODRIGUES, M, A. **Sistema Educativo em Moçambique**: as estratégias internacionais de inclusão, Interdisciplinar dos Direitos Humanos, V.9, nº1, p.255-274. (2021).
DOI: <https://doi.org/10.5016/ridh.v9i1.51>
- MADUREIRA, I. P. e LEITE, T S: **Necessidades Educativas Especiais**. Universidade Aberta. Lisboa: Portugal, 2003.
- MONTOAN, M. T.E. **Inclusão Escolar o que é? Porque? Como fazer?** 1^a ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- MOREIRA, A F. e CANDAU, V. M. **Multiculturalismo Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2^a ed. São Paulo: Vozes, 2008.
- NEVES, Maria Ricardo. **Organização de Espaço Educativo, “Quebra” A Rotina**. 2014. Dissertação (Mestrado em 1º e 2º Ciclo de Ensino Básico). Escola Superior de Educação, Nova de Gaia, 2014.
- PAPIM, A, A, P. *et al.* **Inclusão escolar perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas**. Porto Alegre: fi, 2018.
- ROCHA, A. B. Oliveira. **O papel do professor na educação inclusiva**. Ensaio Pedagógico, V.7 nº 2, Jul/Dez 2017

- RODRIGUES, I. T. Maria. **Necessidades Educativas Especiais**: a mudança pelo relatório Warnock. Dissertação (Mestrado em ciências de educação na área de especialização de formação pessoal e social), Departamento de Ciências de Educação. Universidade de Aveiro, 2006.
- SANTOS, M. P. e OLIVEIRA, A. M. **Ensinando e aprendendo com Paulo Freire, Pedagogias, Pesquisas e Práticas educacionais**, 1^a ed: Campinas Brasil: Quipa, 2021
- SILVA DA, D.B.M. **Percorso histórico da educação especial à educação inclusiva em Moçambique: análise de políticas educacionais 1990-2019**, CADERNOS do APLICACAO pesquisas em Educação Básica, V.34, nº 2,(2021): DOI: <https://doi.org/10.22456/2595-4377.109065>
- STUBBS, Sue. **Educação Inclusiva**. School of Education, University of Manchester: Ingrid Lewis, 2008
- UNESCO (2019). **Manual para garantir inclusão e equidade na Educação**. Disponivel em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508> Acesso 15 de Maio de 2025.
- XAVIER, A. Roberto e SILVA, M. do S. Lopes. **Educação inclusiva, Diversidade e Direitos Humanos**, Viçosa: Impuce, II-Congresso instituto Dominu,2018.

VARIA

Artigo



EFICÁCIA DAS PASSAGENS SEMIAUTOMÁTICAS NA GARANTIA DA QUALIDADE TOTAL (MOÇAMBIQUE)

EFFECTIVENESS OF SEMIAUTOMATIC PASSAGES IN ENSURING TOTAL QUALITY (MOZAMBIQUE)

EFICACIA DE LOS PASAJES SEMIAUTOMÁTICOS PARA GARANTIZAR LA CALIDAD TOTAL (MOZAMBIQUE)

100

Por Palvina Manuel Nhambi, Roberto Adolfo & Ronaldo Fulgêncio Sebastião M'Gogodo

Palvina Manuel Nhambi

Doutoranda no Programa De Pós-Graduação em Inovação Educativa na Faculdade de Educação e Comunicação-UCM

<https://orcid.org/0009-0002-5490-0007>

pnhambi@ucm.ac.mz

Submetido: 17/05/2025

ACEITE: 20/06/2025

Roberto Adolfo

Mestrando em Gestão e Administração Educacional na Faculdade de Gestão dos Recursos Naturais e Mineralogia-UCM
adolfroberto@gmail.com

Ronaldo Fulgêncio Sebastião M'Gogodo

Mestrando em Gestão e Administração Educacional na Faculdade de Gestão dos Recursos Naturais e Mineralogia-UCM
rsebastiaomgogodo@gmail.com

Como citar

NHAMBI, P.M.; ADOLFO, R.; M'GOGODO, R.F.S. Eficácia das passagens semiautomáticas na garantia da qualidade total (Moçambique). *Boletim GeoÁfrica*, v. 4, n. 12, p. 100-115, jan.-jun. 2025



RESUMO

O artigo aborda sobre passagens semiautomáticas e os princípios da qualidade total na educação, com ênfase no contexto educacional moçambicano. As passagens semiautomáticas, enquanto medida para mitigar a repetência e promover a inclusão escolar, têm gerado preocupações quanto à sua eficácia na garantia de um ensino de qualidade. Por isso aqui exploram-se os desafios e oportunidades associados a essa prática numa das escolas secundárias da Província de Tete. Metodologicamente a pesquisa quanto a bordagem é qualitativa, aos objetivos é explicativa e de natureza básica. Os depoimentos dos entrevistados mostram que, as passagens semiautomáticas frequentemente comprometem o desenvolvimento das competências necessárias para o avanço acadêmico e na prática cria desigualdades, perpetuando lacunas de aprendizado que afetam o desempenho dos alunos nos níveis subsequentes de ensino. Por isso, conclui-se que a implementação das passagens semiautomáticas precisa estar alinhada a políticas de suporte educacional integradas, com foco no monitoramento e na capacitação docente. Tais estratégias podem garantir que a inclusão escolar não comprometa a qualidade do ensino como tem acontecido atualmente. Este artigo contribui para o debate sobre a eficácia de políticas educacionais, oferecendo subsídios para gestores e formuladores de políticas em contextos semelhantes.

Palavras-Chave: Passagens Semiautomáticas. Qualidade Total. Políticas Educacionais. Moçambique

ABSTRACT

This article discusses semiautomatic grade transitions and the principles of total quality in education, with an emphasis on the Mozambican educational context. Semiautomatic grade transitions, as a measure to mitigate grade repetition and promote school inclusion, have raised concerns about their effectiveness in ensuring quality education. Therefore, here we explore the challenges and opportunities associated with this practice in one of the secondary schools in Tete Province. Methodologically, the research is qualitative in its approach, and its objectives are explanatory and basic in nature. The interviewee's testimonies show that semi-automatic grade transitions often compromise the development of skills necessary for academic advancement and, in practice, create inequalities, perpetuating learning gaps that affect students' performance in subsequent levels of education. Therefore, we conclude that the implementation of semiautomatic grade transitions needs to be aligned with a focus on monitoring and teacher training. Such strategies can ensure that school inclusion does not compromise the quality of education as has been the case at present. This article contributes to the debate on the effectiveness of educational policies, offering support for managers and policymakers in similar contexts.

Keywords: Semiautomatic Passages. Total Quality. Educational Policies. Mozambique

RESUMEN

Este artículo analiza las transiciones de grado semiautomáticas y los principios de calidad total en la educación, con énfasis en el contexto educativo mozambiqueño. Las transiciones de grado semiautomáticas, como medida para mitigar la repetición de curso y promover la inclusión escolar, han suscitado inquietudes sobre su eficacia para garantizar una educación de calidad. Por lo tanto, en este artículo exploramos los desafíos y las oportunidades asociadas con esta práctica en una escuela secundaria de la provincia de Tete. Metodológicamente, la investigación tiene un enfoque cualitativo y sus objetivos son explicativos y básicos. Los testimonios de los entrevistados muestran que las transiciones de grado semiautomáticas a menudo comprometen el desarrollo de las habilidades necesarias para el progreso académico y, en la práctica, generan desigualdades, perpetuando brechas de aprendizaje que afectan el rendimiento de los estudiantes en los niveles educativos posteriores. Por lo tanto, concluimos que la implementación de las transiciones de grado semiautomáticas debe estar alineada con políticas integradas de apoyo educativo, con énfasis en el seguimiento y la formación docente. Estas estrategias pueden garantizar que la inclusión no comprometa la calidad de la educación, como ha ocurrido actualmente. Este artículo contribuye al debate sobre la eficacia de las políticas educativas, ofreciendo apoyo a gestores y responsables políticos en contextos similares.

Palabras clave: Pasajes Semiautomáticos. Calidad Total. Políticas Educativas. Mozambique.

INTRODUÇÃO

A educação é essencial na sociedade pela sua capacidade de contribuir na formação do cidadão e é graças a ela que é possível notar uma sociedade justa e equitativa, pois só com a formação é possível ter cidadãos preparados e resistentes perante os desafios do século XXI. A constante preocupação de equilibrar a inclusão educacional e a qualidade de ensino, ainda faz parte dos desafios, especialmente na realidade Moçambicana, País em via de desenvolvimento, mas cada vez mais com índice de natalidade e a procura pela educação, cada vez mais crescente. Nesse cenário, a adoção das passagens semiautomáticas tem gerado debates intensos, pois, enquanto busca evitar a exclusão escolar e reduzir a repetição de classe, levanta preocupações sobre seu impacto na aprendizagem e na formação integral dos alunos.

As passagens semiautomáticas, compreendidas como uma prática em que os alunos são promovidos ao próximo nível de ensino independentemente de seu desempenho acadêmico, foram implementadas em vários contextos como resposta às altas taxas de reaprovação e evasão escolar. Em Moçambique, políticas educacionais como a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 6/2003) e a Política Nacional de Educação (2018) evidenciam o esforço do Governo em assegurar a permanência dos alunos na escola. Entretanto, essa prática suscita questionamentos sobre sua efetividade no cumprimento dos princípios da qualidade total na educação, que incluem excelência, melhoria contínua e formação de cidadãos plenos e competentes.

Do ponto de vista teórico, autores como Nhancale (2020a), Dava (2023a) e Macuácia (2021a) destacam que a progressão semiautomática pode ser uma estratégia válida quando acompanhada por suporte pedagógico eficaz, como reforço escolar e acompanhamento individualizado. No entanto, esses mesmos estudiosos apontam que, em muitos casos, a prática não vem acompanhada de mecanismos que assegurem o aprendizado efetivo dos alunos. Consequentemente, a adoção das passagens semiautomáticas, sem critérios claros e apoio adequado, faz surgir críticas que apontam afastamento da dedicação dos alunos comprometendo desta feita a qualidade do ensino e tornar a qualidade total de ensino apenas como um sonho inalcançável.

Neste artigo, examina-se de maneira crítica as passagens semiautomáticas e os princípios da qualidade total na educação, com base em uma pesquisa de campo numa das escolas secundárias da Província de Tete em Moçambique, trazendo os impactos dessa prática no processo de ensino-aprendizagem, identificando desafios e oportunidades para sua implementação em sistemas



educacionais como o de Moçambique. Além disso, propõe-se discutir como é que as estratégias de gestão educacional e pedagógica podem alinhar essa prática às metas de qualidade total, minimizando seus efeitos negativos. Assim, ao explorar esse tema, espera-se contribuir para o debate acadêmico e oferecer subsídios para a formulação de políticas educacionais que promovam não apenas a inclusão, mas também a qualidade do ensino e a formação integral dos alunos, pois, nada vale manter os alunos na escola sem agregarem conhecimentos que só o ensino é capaz de proporcionar. A relevância do estudo reside na necessidade urgente de compreender as implicações das passagens semiautomáticas, visando a construção de sistemas educacionais mais eficazes e justos, sobretudo para um Moçambique em via de desenvolvimento, uma vez que a educação é tida como a base sustentador do desenvolvimento de uma nação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Passagem semiautomática

103

O termo semiautomático, é usado frequentemente nas escolas moçambicanas e constitui uma prática educacional em que através da qual, os alunos se beneficiam de uma promoção de avançar para o nível académico posterior sem levar em consideração os conhecimentos apreendidos na classe atual, tudo para evitar a repetição de classe ou reprovação. Na visão de Nhancale (2020), não é errada a existência desta prática, mas sim a mesma peca quando não é acompanhada por outras medidas, como por exemplo o apoio pedagógico e avaliação contínua de modo a permitir que os alunos adquiram as competências necessárias.

A passagem semiautomática é também entendida como política que auxilia o sistema educacional na redução de repetição de classes ou níveis e permite a progressão dos alunos mesmo sem possuírem as competências académicas desejadas. A implementação das passagens semi-automáticas constitui sim, uma política útil, quando é cuidadosamente planejada com foco na qualidade de ensino e no acompanhamento constante do desenvolvimento académico dos alunos (Dava, 2023).

O debate sobre passagens semi-automáticas é actual por ser uma medida tomada para aumentar o acesso à educação e reduzir os índices de repetição, contudo, é necessário que antes de aplicar esta medida, se faça uma avaliação rigorosa e se garanta meios para suportarem a decisão para se evitar ter alunos que concluem os níveis de escolaridade, mas mal preparados. Normalmente as

passagens semiautomáticas devem ser combinadas com a intervenção pedagógica, isto é, ter-se a certeza de que os alunos sairão capazes de aplicar a teoria na prática a fim de resolver problemas sociais (Langa, 2015).

De acordo com Nhancale (2020), Dava (2023) e Langa (2015), acima citados, a questão de passagens semiautomáticas que os mesmos abordam, deixam transparecer os desafios e benefícios e ainda mostram claramente que a medida aumenta o número de aprovações, mas infelizmente, também contribui negativamente para a redução da qualidade de ensino. Para estes autores, é urgente a combinação das passagens semi-automáticas com estratégias que garantam o desenvolvimento das competências essenciais dos alunos.

Qualidade total

A qualidade total é um processo dinamizador do ensino que concorrem para a qualidade total contemplando todas as dimensões de ensino, inclusive a gestão, o currículo e avaliação. Neste caso a participação de toda a comunidade escolar, a supervisão constante das atividades nas escolas, são indispensáveis, sobretudo quando o objectivo centra-se no aperfeiçoamento dos padrões educacionais (Almeida, 2018).

A qualidade total está essencialmente ligada com o ambiente educacional onde todos os recursos materiais e humanos, são usados de maneira eficaz e eficiente. Para que isso aconteça, é necessário valorizar a gestão participativa envolvendo a todos os atores, como educadores e alunos, a fim de garantir a concretização das práticas pedagógicas de alta qualidade e consequentemente a promoção de uma educação também de qualidade (da Silva, 2017). E para Macuácuia (2021), aborda a qualidade total na educação como implementação de estratégias pedagógicas que visam a eficácia do ensino e a satisfação das necessidades dos alunos. Ele defende que a qualidade total deve ser uma prática que envolva todos os elementos do sistema educacional, incluindo a gestão escolar, a formação de professores e o engajamento dos alunos. Almeida (2018), da Silva (2017) e Macuácuia (2021), compartilham uma visão comum sobre a qualidade total na educação, destacando a importância da gestão educacional, avaliação contínua e participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional. Eles concordam que a qualidade total deve ser abordada de maneira sistêmica e integrada, envolvendo todos os aspectos do ensino e a colaboração de

gestores, professores e alunos. A melhoria contínua e a eficácia pedagógica são vistas como essenciais para garantir um ambiente educacional mais eficiente e inclusivo, atendendo às necessidades dos estudantes.

Políticas educacionais

As políticas educacionais são consideradas como conjunto das normas, regras e orientações que são usadas como auxiliares na organização, desenvolvimento e avaliação do sistema de ensino. Referir que as políticas educativas são extremamente importantes na garantia de ensino de qualidade, assim como na equidade em relação ao acesso à educação. As políticas de educação devem ser concebidas como dinâmicas e flexíveis a adaptação consoante o contexto. O dinamismo das políticas educativas deve estar apto a atender às necessidades sociais, assim como a transformação do contexto na esfera sociocultural (Sanches, 2017). As mesmas políticas educativas, são usadas pelo governo como estratégias eficazes na melhoria do sistema educacional, sobretudo na promoção da inclusão social e na garantia da educação para todos. A educação, saúde e outras áreas são relevantes na promoção e desenvolvimento dos seres humanos e da sociedade no seu todo. Todas essas áreas estão integradas nas políticas educacionais (Santos, 2019).

Os governos usam as políticas educacionais para estabelecerem prioridades e directrizes no sistema educacional a fim de garantir a qualidade de ensino e promover e ensino para todos (Mucavele, 2016). É importante que as políticas educacionais tenham como base as evidências de acordo com o contexto local, mas também a revisão das mesmas deve ser contínua e consistente para que se garanta a eficácia. De acordo com os autores acima citados, as políticas educativas são apropriadas para orientar a organização e desenvolvimento do sistema de ensino dentro dos parâmetros de qualidade, equidade e acesso à educação. Os pesquisadores ainda enfatizam a necessidade de adequar as políticas à realidade sociocultural atual, por essa razão, as políticas mudam de acordo com a exigência de cada tempo e isso, requer uma participação activa dos atores sociais. Não obstante, também os autores realçam a importância da existência de um controlo das atividades e da supervisão das políticas a fim de se apurar a eficácia das mesmas no contexto. Ou por outra, para que se concluía que uma política responde às necessidades educacionais de uma

determinada população, é necessária uma vistoria com a intenção de descobrir as vantagens do que está a ser feito no terreno.

As políticas educacionais são chamadas a serem flexíveis e capazes de serem adaptadas aos desafios da educação, às exigências sociais e económicas de um determinado País. E só assim que as políticas educacionais permitirão que o desenvolvimento humano e social aconteça sem deixar ninguém de fora, isto é, respeitando a questão da inclusão e equidade.

ADOPÇÃO DAS PASSAGENS SEMI-AUTOMÁTICAS EM SISTEMAS EDUCACIONAIS.

A adoção das passagens semiautomáticas em sistemas educacionais é sustentada por fundamentos teóricos e legais que visam, principalmente, garantir o acesso à educação e reduzir os índices de repetência, promovendo a continuidade do processo de aprendizagem dos alunos. Essa prática tem respaldo em várias abordagens, tanto pedagógicas quanto jurídicas, que enfocam a melhoria do sistema educacional.

106

Fundamentos teóricos

Teoria da inclusão educacional

A inclusão é um dos principais fundamentos que sustentam a passagem semiautomática, pois a medida busca garantir que todos os alunos, independentemente do seu desempenho acadêmico, tenham acesso ao ensino seguinte, evitando a exclusão escolar por repetência. Segundo Sanches (2017), a inclusão educacional não deve ser apenas uma política de acesso, mas também de qualidade, que envolve a adaptação do sistema educacional às necessidades dos alunos.

Teoria da progressão escolar contínua

A progressão contínua é outro princípio que justifica as passagens semiautomáticas, com base na ideia de que os alunos devem avançar para o próximo nível de ensino sem interrupções devido a falhas temporárias no desempenho acadêmico. Dava (2023) argumenta que, ao eliminar

a repetência, as passagens semiautomáticas podem ajudar a diminuir as taxas de abandono escolar, promovendo a continuidade na educação.

Fundamentos legais

No contexto educacional, os fundamentos legais são as leis, decretos, regulamentos e diretrizes que orientam e legitimam as práticas educacionais, como a adoção de passagens semiautomáticas, por exemplo. Eles garantem a conformidade com os direitos e deveres da sociedade, proporcionando um quadro normativo que assegura a justiça e a equidade no sistema educacional. A adoção das passagens semiautomáticas em sistemas educacionais em Moçambique é sustentada por uma base legal robusta que busca promover inclusão, equidade e o direito universal à educação. A Constituição da República de Moçambique (2004) estabelece que a educação é um direito fundamental de todos os cidadãos, garantindo que o Estado deve proporcionar condições para o acesso igualitário ao ensino básico. Essa premissa fundamenta as passagens semiautomáticas como uma estratégia que abre espaço para o acesso à educação de maneira inclusiva.

O Plano Estratégico da Educação 2020-2029 reforça esse compromisso ao propor ações que minimizem a repetência e maximizem a retenção escolar. O documento prioriza estratégias de progressão contínua para alunos, acompanhadas de suporte pedagógico, como forma de assegurar a permanência nas escolas e evitar o abandono escolar. Complementando isso, a Lei n.º 18/2018, conhecida como Lei do Sistema Nacional de Educação, reafirma a importância de um ensino inclusivo e equitativo. Ela prevê mecanismos que garantam a progressão de todos os alunos, em alinhamento às práticas de passagens automáticas, assegurando o direito à continuidade dos estudos.

Além disso, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, é um marco global que influencia as políticas moçambicanas. Ao priorizar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade, a agenda endossa práticas como as passagens automáticas para combater as desigualdades educacionais e garantir que nenhum aluno seja deixado para trás. Esses fundamentos legais convergem em uma visão que prioriza o direito à educação e a inclusão, destacando a necessidade de alinhar essas práticas a medidas que assegurem a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos alunos.

Portanto, os fundamentos teóricos e legais sobre as passagens semiautomáticas convergem em promover uma educação inclusiva e equitativa, priorizando a garantia do direito universal à educação. Ambos destacam que essa prática combate desigualdades ao evitar que a repetência e o abandono escolar prejudiquem o progresso acadêmico dos alunos. Do ponto de vista teórico, autores como Nhancale (2020) e Dava (2023) argumentam que as passagens automáticas são estratégias essenciais para reduzir a exclusão e manter os alunos no sistema educacional.

No âmbito legal, documentos como a Constituição da República de Moçambique (2004), o Plano Estratégico da Educação 2020-2029 e a Lei do Sistema Nacional de Educação (Lei n.º 18/2018) reforçam a importância de políticas inclusivas, assegurando a progressão dos alunos enquanto garantem medidas para melhorar a qualidade do ensino, como reforço pedagógico e capacitação docente. Ambos fundamentos compartilham o entendimento de que a inclusão deve ser acompanhada por estratégias pedagógicas e de suporte, evitando que as passagens semiautomáticas comprometam o aprendizado. Assim, tanto a teoria quanto a legislação convergem para construir um sistema educacional mais justo e de qualidade, que alinhe o acesso universal ao desenvolvimento integral dos alunos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto a metodologia, o artigo seguiu a pesquisa qualitativa, uma vez que o tema remete-nos a compreender sobre as implicações das passagens semiautomáticas e isso depende mais dos depoimentos orais dos participantes da pesquisa. Assumimos que o presente artigo é de natureza básica, uma vez que não mostra preocupação em resolver um problema pontual em um determinado lugar e ainda, a pesquisa não foi desenvolvida com intuito de responder a um problema prático, mas sim como mais uma contribuição científica. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é de campo, pois foi necessário entrevistar quatro professores que lecionam a 12^a classe e mais seis alunos da 12^a classe. A escolha dos participantes foi mesmo intencional porque pretendíamos conversar sobre passagens semiautomáticas com pessoas que já passaram por esta mesma prática.



Apresentação e discussão dos dados

Impactos das passagens semi-automáticas na aprendizagem dos alunos e na qualidade do ensino.

De acordo com os quatro professores entrevistados, as passagens semiautomáticas adotadas no sistema de ensino moçambicano apresentam diversos impactos tais como: “*a redução da dedicação por parte de alguns alunos e professores que assumem o resultado final como automático*” (P1 e P4).

“*Eu sinto que há sim um impacto que está relacionado a falta de vontade para dar todas as aulas, pois a diferença é igual ou mesmo inexistente comparativamente a professores que cumprem com o previsto no plano*” (P2).

“*Não há espaço para perder tempo em ensinar tudo ou ensinar bem, uma vez que no final a aprovação em 100% dos alunos é exigida a partir do topo, sem respeitar a base que define o que foi vivenciado pelo professor e aluno*” (P4).

E de uma forma colectiva, os quatro professores disseram “*que enquanto o sistema de educação continuar a não valorizar o professor, os impactos irão se agravar cada vez mais*” (P1, P2, P3 e P4).

“*Até então a implementação das passagens semiautomáticas já devolveu à sociedade alunos que concluíram seus níveis de escolaridade sem se quer saberem ler ou mesmo escrever perfeitamente o próprio nome*” (P2 e P4).

De todos os impactos, este último foi considerado como o mais forte, embora até então, não despertou a consciência dos fazedores das políticas de educação no país. Estes impactos, como se pode notar são negativas e ganham sustento na visão de Dava (2023), ao afirmar que apesar da melhoria de taxa de progressão e a redução da repetência, as passagens semiautomáticas promovem desfasamento de aprendizagem. A falta de um sistema de suporte agrava o cenário, uma vez que faz com que os alunos avancem sem o domínio dos conteúdos lecionados e sem competências desejadas e isso compromete a qualidade do ensino e a formação integral dos alunos.

Das respostas dadas pelos professores, há uma que revela um agir isolado ou por outra sem a devida supervisão ou acompanhamento do que é feito na sala de aulas. Visto que foi dito que dar todas as aulas ou dar algumas, dá na mesma. Esta visão encontra enquadramento em Langa (2015), ao salientar que as passagens semiautomáticas podem afetar negativamente a qualidade do ensino



se não forem acompanhadas de estratégias de monitoramento contínuo. Segundo ele, a prática pode gerar alunos mal preparados e incapazes de enfrentar os desafios das etapas seguintes, afetando negativamente a eficácia do processo educacional. Logicamente que a devolução de alunos com níveis escolares concluídos, mas sem saber ler e escrever, é um dos sinais que fere o propósito da educação, e moçambique é chamado a despertar. E perante a esta realidade Macuácuia (2021) alerta afirmando que há risco de diminuição da qualidade do ensino, pois muitos alunos podem não adquirir as habilidades fundamentais, o que pode afetar o aprendizado a longo prazo e a preparação para a vida profissional.

Os autores sustentam claramente a posição dos entrevistados, uma vez que destacam que, ao avançar os alunos para o próximo nível sem a aquisição plena das competências necessárias, existe o risco de desfasagem no aprendizado, dificuldades nas etapas seguintes do ensino e preparação inadequada para desafios futuros. Todos os autores enfatizam que, para evitar esses impactos negativos, é crucial que a passagem semiautomática seja acompanhada de medidas de suporte pedagógico, como monitoramento contínuo e apoiar os alunos que necessitam de reforço. A conclusão comum é que, sem uma abordagem mais integrada e cuidada, a passagem semiautomática pode, em vez de melhorar a educação, prejudicar a qualidade do ensino e a preparação dos alunos para etapas mais avançadas da sua educação e vida profissional. E os problemas que apoquentam a sociedade continuarão e na tentativa de resolver o problema, a solução será superficial.

RELAÇÃO ENTRE O TIPO DE AVALIAÇÃO COM PASSAGENS AUTOMÁTICAS E OS PRINCÍPIOS DA QUALIDADE TOTAL NA EDUCAÇÃO

Nesta para seis alunos da 12^a classe foram submetidos a entrevista em que procurávamos buscar a visão dos mesmos em relação ao tipo de avaliação e sua relação com as passagens semi-automáticas. Fez-se uma síntese das respostas e ficou como essencial o seguinte: “*como alunos fazemos as avaliações porque constituem regra de todos que estudam. Mas olhando pela forma como as mesmas avaliações são elaboradas, notamos que os professores assumem que somos fracos, elaborando avaliações fáceis e ainda mais os mesmos ajudam na resolução (A1 e A4).*



“As avaliações até certo modo desencorajam os que estão na escola para estudar de verdade, mas não há como, visto que as mesmas reflectem o tipo de aulas que são dadas ao longo do ano” (A2).

“Como aluno o que posso dizer em relação as avaliações, se nem sequer sei qual é o processo que é usado para atribuição das notas, apenas posso afirmar que a única coisa que se espera é passar de classe” (A3 e A5)

“As avaliações que fazemos são de verdade ou falso e isso é muito fácil de responder até para quem não teve tempo de prepara-se para aprova. Pior que todos é possível copiar a resposta dos colegas, uma vez que há maior aglomeração de alunos na mesma sala e sem nenhum controlo” (A6).

Na segunda questão pedimos para que fizessem uma relação das respostas que deram com as passagens semiautomáticas. E a resposta foi surpreendente pois disseram que “*não existe uma relação entre a avaliação e as passagens semiautomáticas porque mesmos que perdem avaliações por qualquer que seja o motivo também aprovam, assim como os que foram avaliados e tiveram sempre negativas, aprovam igualmente*” (A1, A2, A3, A4, A5 e A6).

As respostas dos alunos revelaram aquilo que é a realidade de algumas escolas moçambicanas, sobretudo as escolas públicas. As avaliações são feitas sim, mas estão totalmente desfocadas dos objetivos de uma avaliação, que é procurar aferir o nível de compreensão dos alunos em relação a matéria dada. A forma como são feitas, desmotiva a dedicação dos alunos e lhes deixa confiantes de que no final do ano irão aprovar de classe. A relação entre passagens automáticas e os princípios da qualidade total também foi discutida por autores de diferentes países, com análises que enfatizam o equilíbrio entre acesso e qualidade na educação. É neste sentido que Nhancale (2020) entende o processo de ensino e aprendizagem e as passagens semiautomáticas, quando não são acompanhadas de estratégias sólidas e reforço pedagógico, são um verdadeiro desastre e prejuízo aos alunos, prejudicando o princípio da melhoria contínua. E como solução deste problema, Macuácuia (2021) propõe que a implementação das passagens automáticas seja acompanhada de uma gestão eficaz e avaliação rigorosa para garantir que os alunos realmente alcancem as competências necessárias. Ele sugere que, sem monitoramento, a prática pode violar os princípios da qualidade total, como excelência e satisfação dos envolvidos. E nesta mesma lógica, Saviani (2008) critica a ausência de estratégias de acompanhamento que



garantam o aprendizado efetivo e defende que políticas como essas só podem alcançar qualidade total se forem acompanhadas de infraestrutura e formação docente adequadas.

Em relação aos depoimentos aqui apresentados, notamos que ainda há necessidade de uma tomada de consciência por parte de todos atores de educação a fim de tornar a qualidade total como uma realidade. E de acordo com Libâneo (2012), as práticas de passagens semiautomáticas devem estar integradas a políticas de suporte educacional que assegurem a equidade sem prejudicar a qualidade. Para ele, a qualidade total requer que todos os alunos tenham acesso condições para aprender, independentemente de avanços automáticos. Os autores concordam que as passagens automáticas têm o potencial de promover a inclusão e a permanência no sistema educacional, mas alertam que, sem políticas de suporte pedagógico, a prática compromete os princípios da qualidade total. Eles destacam a importância de estratégias como reforço escolar, avaliação contínua e formação docente para equilibrar inclusão e qualidade.

DESAFIOS DE ENSINO NA CONQUISTA DA QUALIDADE

112

Na perspetiva de colher os desafios enfrentados no ensino, optamos em fazer uma conversa com os professores e as respostas foram as seguintes: “*ser professor hoje em dia é desafiador, uma vez que para ensinar é preciso ser muito criativo e cheio de vontade*” (P1).

“*o nosso ensino está cheio de desafios, veja que há falta de condições mínimas nas escolas e isso faz com que o processo de ensino e aprendizagem não seja de qualidade. O professor é obrigado a dar aulas a mais de cinquenta alunos numa e única sala sem carteiras*” (P2).

“*Os desafios de ensino são tantos e estão associados a infraestruturas precárias, insuficiência de recursos (livros, biblioteca, internet...), que não deviam faltar no processo de ensino*” (P3).

“*O ensino, de modo particular aqui na escola enfrenta elevados desafios. O próprio professor não está satisfeito com o nível de vida que leva. O salário não cobre as necessidades do dia e consequentemente as aulas são dadas num ambiente de desânimo*” (P4).

Também foi apontado como desafio “*constantes mudanças curriculares e tudo indica que neste ano 2025, a nova ministra de educação, cultura e desenvolvimento humano, recém-empossada, irá imprimir mudanças no sistema de educação. E o professor terá que reinventar-se nas novas mudanças*” (P1; P2; P3 e P4).



A questão de salas superlotadas; das constantes reinvenções dos professores para que as aulas aconteçam; da precariedade das instituições de ensino; a falta de livros, de bibliotecas e internet e o baixo salário dos professores, fazem parte dos desafios apontados pelos entrevistados. Ora vejamos, todos estes elementos são uma parte integrante do processo de ensino e aprendizagem para que a qualidade de ensino aconteça e culmine com a qualidade total. Esta realidade constitui um contraste a visão de Almeida (2018) e Macuácia (2021), que prioriza o envolvimento dos fazedores de educação, a utilização das estratégias pedagógicas, assim como uma gestão que acompanha de perto as atividades que decorrem no terreno. E ainda reforçam dizendo que os integrantes quando agem de forma individualizada, mesmo com boas ações, nunca atingirão a qualidade total, visto que esta exige categoricamente um total envolvimento.

CONCLUSÕES

113

As passagens semiautomáticas, como política educacional, apresentam um paradoxo entre a busca pela inclusão escolar e os desafios na qualidade do aprendizado e na eficácia do ensino. Este artigo destacou que, enquanto essa prática pode reduzir a repetência e promover maior retenção de alunos no sistema escolar, ela frequentemente compromete a formação integral dos estudantes e viola os princípios da qualidade total na educação.

A revisão bibliográfica mostrou que as passagens automáticas não garantem por si só uma educação de qualidade, uma vez que muitos alunos são promovidos sem o domínio necessário dos conteúdos básicos. Isso pode gerar impactos negativos a longo prazo, como dificuldades no aprendizado em níveis avançados e desfasagens que prejudicam a progressão acadêmica. No entanto, quando implementadas com estratégias de apoio, como monitoramento contínuo, reforço escolar, e capacitação docente, as passagens semiautomáticas podem ser transformadas em uma ferramenta que promove não apenas a inclusão, mas também o aprendizado efetivo. A análise revelou que a qualidade total no ensino só pode ser alcançada se houver uma articulação entre políticas de progressão e princípios educacionais que assegurem a excelência e o desenvolvimento pleno do estudante.

Os resultados da entrevista, mostram que as passagens semiautomáticas têm um impacto negativo, pois empobrecem a dedicação dos intervenientes no processo de ensino e aprendizagem,



visto que os que ensinam, no final do processo não têm espaço para decidir sobre os resultados e isso faz com que os mesmos se esforcem pouco. E alguns dos que aprendem partem do princípio de que vão aprovar, embora com lacunas de apreensão em relação ao que foi ensinado. O afastamento do professor na decisão final em que é definida quem deve aprovar ou reprovar, é vista como perpetuação das dificuldades e da má qualidade de ensino.

De acordo com os entrevistados, o tipo de avaliação que lhes é submetido, favorece a questão das passagens semiautomáticas, visto que as mesmas avaliações em maior parte não estão alinhadas aos objetivos da disciplina, ofuscando desta maneira a questão da qualidade. Também concluímos que a falta de implementação de estratégias que ligadas ao reforço das ações dos professores e a formação dos mesmos, reduz ou anula a qualidade de ensino.

As conclusões também apontam vários desafios do ensino na conquista da qualidade, tais como: superlotação das salas; a falta de recursos (livros e internet); a precariedade das instituições, isto é, a falta de condições adequadas para que o processo de ensino decorra, ruma à qualidade de ensino e por fim a questão de salário também foi apontada como parte dos desafios. A qualidade de ensino, neste local, ainda é um dado a ser conquistado, pois os aspetos aqui apontados perfazem um conjunto daquilo que é exigido para que a qualidade total aconteça, pois a mesma depende da complementariedade de vários sectores da educação.

BIBLIOGRÁFIA

- ALMEIDA, I. C. M. **Políticas educativas e passagens automáticas no contexto moçambicano**: Análise e desafios. Maputo, Moçambique: Editora Universitária, 2018
- ALMEIDA, I. C. M. **Qualidade total e gestão educacional em Moçambique**: uma análise crítica. Maputo, Moçambique: Editora Universitária, 2018
- DAVA, J. **Impactos das políticas educacionais na inclusão escolar em Moçambique**. Maputo: Centro de Estudos em Educação e Políticas Públicas. Moçambique, 2023
- DA SILVA, M. N. **Gestão participativa e a qualidade total no ensino básico. Desafios e práticas em Moçambique**. Maputo, Moçambique: Editora Universitária, 2017
- LANGA, A. M. J. **Políticas educativas e suas implicações na educação básica em Moçambique**. Maputo. Moçambique: Editora académica, 2015
- Lei nº 6/2003. *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Moçambique*.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática e prática pedagógica**: Para uma abordagem crítico reflexiva. SP. Cortez, 2012,



MACUÁCUA, C. T. L. **Estratégias pedagógicas para garantir a qualidade total no ensino em Moçambique**. Maputo. Moçambique: Editora académica, 2021

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (2018). *Política Nacional de Educação*.

MUCAVELE, I. L. **Políticas educacionais e seus impactos no sistema educativo de Moçambique**. Maputo. Moçambique: Editora académica, 2016

NHANCALE, E. M. **Educação inclusiva e estratégias pedagógicas: Reflexões sobre passagens automáticas**. Maputo: Editora Moçambicana, 2020

República de Moçambique. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Imprensa Nacional, 2024

República de Moçambique. **Plano Estratégico da Educação 2020-2029**. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2018

República de Moçambique. *Lei n.º 18/2018, Lei do Sistema Nacional de Educação*. Maputo: Imprensa Nacional, 2018

SANCHES, P. T. **Políticas públicas e educação**: análise crítica das políticas educacionais em Moçambique. Universidade Pedagógica de Moçambique. Maputo. Moçambique: Editora académica, 2017

SANTOS, L. A. **A construção de políticas educacionais para a inclusão social**. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo. Moçambique: Editora académica, 2019

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008

VARIA

Artigo



O IMPACTO DA APOSENTADORIA NA VIDA DO COLABORADOR: ESTUDO DE CASO, SERVIÇO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO DE LICHINGA, MOÇAMBIQUE (2024)

*THE IMPACT OF RETIREMENT ON THE EMPLOYEES' LIFE: A CASE STUDY OF
THE DISTRICT EDUCATION SERVICES OF LICHINGA, MOZAMBIQUE (2024)*

*EL IMPACTO DE LA JUBILACIÓN EN LA VIDA DE LOS EMPLEADOS: ESTUDIO DE
CASO DEL SERVICIO DISTRITAL DE EDUCACIÓN DE LICHINGA, MOZAMBIQUE
(2024)*

116

Por Inácio Agostinho Saize, Carlos Luís Aristides & Rosário Martinho Sunde

Inácio Agostinho Saize

Mestrando em Psicologia das Organizações
na Faculdade de Educação e Psicologia da
Universidade Rovuma (UniRovuma-Moçambique).

isaize@unirovuma.ac.mz

<https://orcid.org/0009-0006-1129-2581>

Carlos Luís Aristides

Docente de Língua inglesa na Escola Básica
de Namutequelua- Moçambique.

carlosluisaristides93@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-0369-4154>

Rosário Martinho Sunde

Docente de Psicologia na Faculdade de
Educação e Psicologia da Universidade
Rovuma (UniRovuma-Moçambique).

rsunde@unirovuma.ac.mz

<https://orcid.org/0000-0001-5906-3856>

Submetido: 29/05/2025

Aceite: 20/06/2025

Como citar

SAIZE, I.A; ARISTIDES, C.L; SUNDE, R. Impacto da aposentadoria na vida do colaborador: estudo de caso, serviço distrital de educação de Lichinga, Moçambique (2024). *Boletim GeoÁfrica*, v. 4, n. 12, p. 116-145, jan.-jun. 2025



RESUMO

O estudo tem por objetivo analisar o impacto da aposentadoria na vida do colaborador. Participaram da pesquisa 8 funcionários aposentados (4 homens e 4 mulheres) e 3 gestores do Serviço Distrital de Educação de Lichinga (2 homens e 1 mulher). Metodologicamente, trata-se de um estudo de campo de caráter exploratório, com abordagem quali-quant. Para os dados quantitativos, aplicou-se estatística descritiva por frequência relativa, por meio do SPSS (v.25); os dados qualitativos foram tratados pela análise de conteúdo. Os resultados indicam que, embora os aposentados tenham noções sobre aposentadoria, não recebem acompanhamento dos gestores, o que gera sentimentos de abandono, desprezo e inutilidade em relação à entidade patronal. Evidencia-se a ausência de psicólogos organizacionais, profissionais capacitados para lidar com tais situações. Verifica-se, ainda, que a função pública moçambicana carece de um programa estruturado para aposentadoria, delegando aos gestores, sem formação específica, a responsabilidade de orientar os funcionários. Assim, o estudo sugere a inserção de psicólogos organizacionais nas instituições do Estado, a fim de promover o bem-estar e a qualidade de vida dos colaboradores.

Palavras-chave: Aposentadoria. Psicologia organizacional. Bem-estar do trabalhador. Moçambique.

ABSTRACT

The study aims to analyze the impact of retirement on employees' lives. The research involved eight retired employees (four men and four women) and three managers from the District Education Service of Lichinga (two men and one woman). Methodologically, it is a field study with an exploratory character and a qualitative-quantitative approach. Quantitative data were analyzed using descriptive statistics based on relative frequency through SPSS (v.25), while qualitative data were processed using content analysis. Results indicate that although retired employees have some understanding of the retirement process, they do not receive support from managers, leading to feelings of abandonment, neglect, and uselessness toward the employing entity. The absence of organizational psychologists — professionals trained to handle such situations — is evident. Furthermore, the public sector in Mozambique lacks a structured retirement program, delegating the responsibility to managers who lack specific training. The study recommends the inclusion of organizational psychologists in state institutions to promote employees' well-being and quality of life.

Keywords: Retirement. Organizational psychology. Worker well-being. Mozambique.

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo analizar el impacto de la jubilación en la vida de los empleados. Participaron ocho funcionarios jubilados (cuatro hombres y cuatro mujeres) y tres gestores del Servicio Distrital de Educación de Lichinga (dos hombres y una mujer). Metodológicamente, se trata de un estudio de campo con carácter exploratorio y enfoque cuali-cuantitativo. Los datos cuantitativos fueron analizados mediante estadística descriptiva por frecuencia relativa, utilizando el programa SPSS (v.25), y los datos cualitativos, mediante análisis de contenido. Los resultados indican que, aunque los jubilados poseen nociones sobre el proceso de jubilación, no reciben acompañamiento por parte de los gestores, lo que genera sentimientos de abandono, desprecio e inutilidad frente a la entidad empleadora. Se evidencia la ausencia de psicólogos organizacionales, profesionales capacitados para abordar estas situaciones. Además, se observa que la función pública mozambiqueña carece de un programa estructurado de jubilación, delegando dicha función a gestores sin formación específica. El estudio sugiere la incorporación de psicólogos organizacionales en las instituciones del Estado, con el fin de promover el bienestar y la calidad de vida de los empleados.

Palabras clave: Jubilación. Psicología organizacional. Bienestar del trabajador. Mozambique.



INTRODUÇÃO

O processo de preparação para a aposentadoria é crucial para a população (Arraché, 2012), considerando as mudanças demográficas que vêm ocorrendo nas últimas décadas (Rafalski; Andrade, 2017), bem como as mutações económicas e providenciarias (Colleti; Poletto; Scorsolini-Comin, 2020). Nos termos do artigo nº. 171/2022 de 11 de fevereiro “a aposentação é a garantia social de o funcionário do Estado usufruir da Segurança Social Obrigatória, nos termos da legislação específica” (Moçambique, 2022, p. 72). No dicionário, encontram-se algumas definições, tais como: “que obteve aposentadoria”, “que deixou de trabalhar por falta de saúde ou por ter atingido determinado limite de idade”; “que não é mais utilizado, que perde a serventia”; “que está alojado em um aposento”.

A aposentadoria é um processo que pode ser compreendido por meio de uma perspectiva psicológica, visando a compreender e enfatizar os antecedentes comportamentais, subjetivos e as consequências para o indivíduo. Segundo Laidlaw e Pachana (2009), podemos notar um envelhecimento da população, que é ocasionado por um aumento da expectativa de vida. Apesar de uma parte da população conseguir conservar a sua qualidade de vida, outra parte, mais significativa, tem perda considerável de qualidade vida por conta de transtornos psicológicos e cognitivos, doenças crónicas e perda de funcionalidade, o que, associado as implicações financeiras e políticas, influencia diretamente o processo de aposentadoria (Ferreira, 2016). Segundo França e Murta (2014), o processo, ao ser enfrentado sem preparação, pode gerar diversos impactos no contexto global do indivíduo, por representar o término de uma carreira profissional. É comum que pessoas se isolem por conta da falta do contacto com colegas e do ambiente de trabalho. Com a aposentadoria, muitos tem seu nível de vida financeira diminuído e apresentam dificuldades de como utilizar o tempo ocioso (Arraché, 2012).

O objetivo do estudo foi de avaliar o papel do psicólogo organizacional na preparação do funcionário para a vida na aposentadoria em Moçambique. Em função desse objetivo foram delineadas as seguintes questões norteadoras do estudo: quais são os critérios usados para definir os funcionários que passam à aposentadoria? É notável a existência do psicólogo organizacional na Direção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano da Província de Niassa? Qual é o papel do psicólogo organizacional na preparação dos funcionários e agentes do estado para aposentadoria?



Qual é o plano de intervenção de psicólogo organizacional que consiste na preparação dos funcionários e agentes do Estado pós-aposentadoria?

O interesse pelo estudo surgiu quando um dos autores, ao conversar com seu progenitor já em fase de aposentadoria, ouviu dele que “no dia que deixasse de trabalhar morreria”. Naquele momento, não compreendeu a dimensão da preocupação do pai. Com o tempo, vivenciou outra experiência com um funcionário da Direção Provincial da Educação e Desenvolvimento Humano (professor), prestes a se aposentar, que relatou a ausência de preparação, tanto do agente quanto do processo de desligamento (reforma), gerando sentimento de inutilidade e comprometendo sua qualidade de vida. Esses fatores fazem com que aqueles que contribuíram por anos para a educação sejam “descartados”, sem qualquer orientação sobre o que podem ser ou fazer após a aposentadoria.

Espera-se que, com a intervenção do psicólogo organizacional na preparação para aposentadoria, o funcionário possa sentir-se útil ao refletir, em conjunto, sobre as diversas possibilidades que possui – com perspectivas renovadas de mudança, seja para uma nova atividade remunerada ou para o lazer, conforme sua vontade. Dessa forma, ele recupera o desejo-de viver e de produzir, tanto para si quanto para a sociedade onde se encontra inserido. Como novidade, o estudo vem colmatar a escassez de estudos relacionados à preparação para a aposentadoria dos funcionários e agentes do Estado, uma vez que o assunto apenas é abordado na legislação moçambicana concretamente no EGFAE.

O TRABALHO

Na antiguidade, o trabalho era entendido como a atividade dos que haviam perdido a liberdade. O seu significado confundia-se com o de sofrimento ou infortúnio. O homem, no exercício do trabalho, sofre ao vacilar sob um fardo. O fardo pode ser invisível, pois, na verdade, é o fardo social da falta de independência e de liberdade (Kurz, 1997, p.3).

A visão de trabalho sempre esteve ligada a algo negativo, ruim, associado à tortura, sofrimento, pena e labuta. Para Albornoz (1995), o conceito de trabalho oscila e está ligado, muitas vezes, às ações dos homens carregadas de emoções, dor, suor do rosto ou fadiga. Contudo, tais condições são vistas como fator fundamental para a sobrevivência e realizações do sujeito, e devem gerar certo reconhecimento social.



Na atualidade, podemos perceber o trabalho como um conjunto de atividades realizadas, esforço feito por indivíduos com o objetivo de atingir uma meta. O trabalho possibilita ao ser humano transformar a natureza para saciar as suas necessidades. É o trabalho que faz com que o indivíduo demonstre ações, iniciativas e desenvolva habilidades. É com o trabalho que ele também poderá aperfeiçoá-las.

Na mesma sequência de ideias, o trabalho é definido por Karl Max como a atividade na qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento (Marx; Engels, 2007, p.67). Contudo, a palavra trabalho tem origem no latim *tripalium*, um instrumento antigo usado na lavoura. Mais tarde o *tripalium* era também um objeto romano utilizado para a tortura, *tipaliare* significava ser torturado.

APOSENTADORIA

120

Etimologicamente, aposentar-se vem do verbo latino intransitivo “*pausare*”, que significa pousar, parar, cessar, descansar, tomar aposento. Corresponde, em francês, ao verbo “*retirer*” ou “*retraiter*”, cujo sentido é retirar-se, isolar-se, recolher-se em casa, e em inglês, ao verbo “*to retire*”: ir embora, recolher-se. A aposentadoria pode ser vista como prêmio argumentam Zanelli e Silva (1996), um jubilo, uma recompensa aos esforços depreendidos ao longo da carreira, possibilitando a concretização de planos ou sonhos protelados por muito tempo. Porém, de acordo com a perspectiva dos autores, a aposentadoria é como um pêndulo, oscilante entre o sentimento do prémio e renovação e o sentimento de desesperança.

O ENVELHECIMENTO

O envelhecimento e as atitudes perante os idosos têm sofrido alterações e espelham “por um lado, o nível de conhecimentos sobre a fisiologia e anatomia humanas e, por outro lado, a cultura e as relações sociais das várias épocas” (Paúl; Fonseca, 2005, p.12). Dessa forma, consiste num processo de “deterioração endógena e irreversível das capacidades funcionais do organismo. É um fenómeno inevitável e inerente a própria vida”, igual à fase final de um processo de desenvolvimento e diferenciação, ou seja, é um processo contínuo, ativo e diferencial. Inicia-se muito antes de alcançarmos a idade



adulta e constrói-se ao longo da vida (OMS, 2005). Já, para Martins (2008), o envelhecimento é um processo complicado, assíncrono, diverso, onde as disparidades aparecem dentro do próprio indivíduo, entre um indivíduo e outro, de uma população para a outra e em distintas gerações. Refere-se ainda que o envelhecimento consiste num processo adaptativo, moroso e contínuo, que implica diversas modificações em todos os sentidos, e que intervém nos fatores biológicos, psicológicos e sociais.

TRABALHO NA TERCEIRA IDADE

A valorização do idoso no meio social é um desafio que requer respostas urgentes da sociedade. Para os Assistentes Sociais é muito mais que um desafio, é um comprometimento ético-político. Respeitar a dignidade do cidadão é também ir à luta contra qualquer tipo de preconceito ou exclusão e buscar estratégias de enfrentamento, para que a pessoa tenha condições de enfrentar com autonomia as dificuldades impostas pelo atual sistema socioeconómico de Moçambique.

Para efetivar ações, é necessário conhecer as reais necessidades dos idosos e compreender o que pensam sobre sua condição de aposentado e o trabalho em suas vidas, pois os desafios são muitos. Para quem deseja retornar ao mercado, a disputa é intensa e as exigências crescentes. Em um sistema que valoriza a juventude, o trabalho para idosos é mais escasso, pois são vistos como incapacitados e com menor força produtiva, desconsiderando-se, muitas vezes, a experiência acumulada. Devido à forte concorrência no mercado, as empresas exigem perfis cada vez mais qualificados, capazes de atender suas expectativas. Os empregadores poderiam valorizar os idosos como consultores e treinadores, permitindo que transmitam suas experiências aos jovens. Isso ampliaria as oportunidades de trabalho para idosos que não vivem bem apenas com a aposentadoria. As empresas ganhariam, ao reduzir custos com treinamentos externos e o tempo de aprendizado dos iniciantes. Contudo, a sociedade ainda mantém estereótipos e mitos sobre os idosos.

Convive-se em uma sociedade que tem muita dificuldade em lidar com as diferenças e que estigmatiza o sentimento de impotência e de exclusão, ao afastar determinadas pessoas do mundo produtivo. É importante que se desvalem essas formas de preconceito, estigma e exclusão e que sejam socializados os conhecimentos sobre



envelhecimento e trabalho, para que sejam construídas estratégias de intervenção, que incluam os diversos segmentos da sociedade envolvidos com essa questão.

O desemprego cresce de forma acelerada e a força de trabalho está sendo substituída pelas novas tecnologias, como computadores e robôs. Pode-se dizer que o que mais se globaliza nos dias de hoje é a tecnologia, dificultando a inserção no mercado de trabalho. Na globalização da economia não existem chances iguais para todos, vencendo o que tiver melhores condições de competitividade. Convive-se com um mundo cada vez mais digitalizado e contraditório, em que as pessoas se sentem perdidas com a velocidade dos avanços tecnológicos, sendo obrigadas a evoluir rapidamente em conhecimentos e habilidades para serem incluídas no mercado de trabalho. As pessoas devem preparar-se e atualizar-se continuamente para disputar a inserção no mundo do trabalho, para não sofrer com a exclusão, a pobreza e o desprezo. No entanto, este fato não depende apenas da capacidade do sujeito, mas das possibilidades em geral. Cada pessoa tem sua história e seu ritmo de vida, o que engloba também dimensões contextuais relacionadas a fatores econômicos, sociais e políticos.

122

TIPOS DE APOSENTADORIA

Conforme a legislação sobre gestão de recursos humanos do Estado e reforma salarial (Moçambique, 2022), a aposentadoria é: obrigatória, voluntária ou extraordinária.

✓ Aposentadoria compulsória

Conforme o artigo 176/2022 (Moçambique, 2022), a aposentadoria é obrigatória quando o funcionário completa 60 anos de idade, pelo menos 15 anos de serviço prestado ao Estado e satisfeito, ou venha a satisfazer, os encargos para a pensão de jubilação.

✓ Aposentadoria voluntária

No item nº1 do artigo 175/2022, a aposentadoria é voluntária quando requerida pelo funcionário que reúna o tempo de serviço mínimo ou idade fixada. Para tanto, torna-se necessário que se: “a) tenha completado 35 anos de serviço prestado, correspondendo a 420 contribuições mensais efectuadas, independentemente da idade e sexo; ou b) reúna cumulativamente: i. 55 anos de idade; e ii. pelo menos 15 anos de serviço, correspondendo a 180 contribuições mensais efectuadas” (Moçambique, 2022, p. 73).



✓ Aposentadoria extraordinária

Conforme o artigo 177/22, a aposentadoria extraordinária decorre de uma ou mais circunstâncias alheias à vontade tanto do funcionário ou agente do Estado quanto do próprio Estado resultante de:

- a) doença grave e incurável contraída em virtude das funções exercidas; b) acidente em serviço de que resulta na incapacidade permanente de prestar serviço; c) ferimento em combate, na defesa da Pátria ou na prevenção ou combate às calamidades naturais, bem como em ações de salvamento de vidas humanas ou na defesa da legalidade de que resulte incapacidade permanente; e d) diminuição física ou mental decorrente de militância na clandestinidade, na Luta de Libertação Nacional ou em combate na defesa da Pátria (Moçambique, 2022, p. 74)

No nº 2 do mesmo artigo, o funcionário ou agente do Estado que tenha completado 15 anos de serviço e, no mínimo, 180 contribuições para o Sistema de Segurança Social Obrigatória dos Funcionários e Agentes do Estado, tem ainda direito à aposentadoria extraordinária, dependendo do grau de desvalorização.

123

PAPEL DO PSICÓLOGO NA PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA

Implantar um Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) exige alinhar as necessidades da organização às dos colaboradores. Nesse contexto, o psicólogo organizacional busca equilibrar os interesses da empresa e o bem-estar dos trabalhadores, sem favorecer apenas um lado. Sua atuação vai além das demandas tradicionais, enfrentando tabus e superando concepções ultrapassadas sobre a aposentadoria, com uma abordagem mais atual e sensível ao processo.

O papel desempenhado pelo psicólogo organizacional e do trabalho corresponde em assumir um enorme desafio, para além de gerir capital humano, potencializar estratégias organizacionais que viabilizem o desenvolvimento de pessoas e a implementação de programas que valorizem a saúde mental do trabalhador. Nesse contexto, como destaca Rodrigues *et al.* (2005, p.56), “se trabalha através de uma prática que priorize a promoção da qualidade de vida, caminho este que deve passar necessariamente por estratégias de desenvolvimento do indivíduo e de sua relação como membro de um grupo”.



Nesse sentido, Costa e Soares descrevem que:

Entende-se que a aposentadoria não deve ser vista como o fim dos projectos, mas sim como um recomeço no qual a dimensão temporal da identidade alterada precisa ser reestruturada. Para tanto, é necessário resgatar outras actividades, as quais podem, inclusive, propiciar mais prazer do que as anteriores, estabelecer novos laços afectivos, descobrir ou redescobrir desejos, enfim, ter novos projectos de futuro. (Costa; Soares, 2009, p 103).

Apontar a aposentadoria sob uma perspectiva reflexiva, para o desenvolvimento de projetos futuros e uma nova perspectiva de vida, é dar-se conta de que o seu enfrentamento esbarra em indivíduos que vivenciam a aposentadoria sob uma óptica inversa, onde se acentuam os problemas de ordem psicológica e social. Frente a esses aspectos, o papel do psicólogo não é apenas em sua participação integrada nas construções de programas de preparação para aposentadoria, mas em todo processo e duração desta nova etapa da vida do sujeito. Ao desmistificar o tabu do envelhecimento, o psicólogo passa a trabalhar diretamente com as dificuldades encontradas na não-aceitação do envelhecer, uma vez, que esses estigmas também fazem parte da fase da aposentadoria. Nesse momento, o respectivo papel profissional se amplia frente às características e necessidades antagônicas de cada organização, visando promover estratégias que possibilitem preservar e reestruturar a saúde mental do trabalhador.

Visto sob o aspecto da implementação e avaliação, Murta *et al.* (2014) fomentam acerca do "Viva Mais", programa de preparação para aposentadoria desenvolvido com colaboradores da Universidade de Brasília, e destacam que as representações e vulnerabilidades da aposentadoria acometem em sofrimento psíquico oriundo de dificuldades emocionais que antecedem e sucedem o processo. Nesse sentido, o carácter biopsicossocial do programa esteve relativo aos fatores biológicos, psicológicos e sociais, os quais deteve a construção e aplicabilidade de intervenções para o aposentando. Logo, o psicólogo organizacional ao implementar o PPA, também visualiza a necessidade de uma atuação que possibilite troca, integração e cooperação com outros profissionais, como médicos, sociólogos, advogados, economistas, assistentes sociais, entre outros.

França (2002) aponta que os PPA's devem ofertar integração acerca de informações explicativas sobre o trâmite da aposentadoria; assistência e orientação psicológica; trabalhos que fomentem a educação através de atividades que possibilitem o desenvolvimento intelectual e coletivo; fortalecimento das relações sociais através de grupos operativos; assistência médica que possibilite a promoção à saúde e qualidade de



vida; análise de situações financeiras, proporcionando a discussão sobre: salários, renegociação de dívidas, investimentos e estabilidade financeira.

Esses serviços podem ser realizados por meio da escuta e do acolhimento individual, como na assistência médica e na orientação psicológica. Assim como por meio de cartilhas informativas; encontros e rodas de conversas; palestras e *workshops*. Além, de atividades externas de lazer, que integrem a cultura e o meio ambiente ao bem-estar físico e mental do aposentando (França, 2002).

Na construção do PPA “Aposenta-Ação”, executada por Soares *et al.* (2007) com os colaboradores em fase de aposentadoria de uma universidade pública, foi-se elucidada a interdisciplinaridade adotada. Ou seja, mesmo sendo o princípio do projeto um trabalho grupal em psicologia, buscou-se transitar por outros campos de saber, almejando atender às demandas trazidas pelos aposentados.

O pressuposto é de que, ao participar do Programa Aposenta-Ação, o sujeito não seja somente orientado para um trabalho de autoconhecimento, revisão de prioridades e elaboração de novo projecto de vida para esta nova fase, mas também, por meio de trocas e experiências entre os participantes dos grupos, possa descobrir novas oportunidades de inserção social. (Soares *et al.*, 2007, p. 149).

Nesse sentido, o psicólogo nas organizações atua promovendo "a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, [...] auxiliando o bem-estar psíquico, exercitando a dimensão política e educativa de seu papel profissional" (Rodrigues *et al.*, 2005, p. 53-60). Apesar da pouca produção e execução de Programas de Preparação para Aposentadoria (PPAs) no Brasil, sua atuação é fundamental na estruturação e implementação dessas ações. As produções científicas existentes, em sua maioria desenvolvidas por psicólogos, tomam a aposentadoria e o mundo do trabalho como objeto central de estudo, reforçando a relevância social do tema.

MÉTODOS

O estudo é exploratório e de caráter qualitativo, assumindo o paradigma interpretativo. A pesquisa qualitativa é produzida a partir das percepções dos sujeitos que participam da pesquisa. Neste estudo, administrhou-se um roteiro de entrevista semiestruturada, como explicado no item de instrumentos. A pesquisa contou com 8



participantes aposentados, sendo quatro do sexo masculinos e igual número do sexo oposto onde as idades variavam de 50 a 60 anos.

Os participantes foram selecionados intencionalmente, com base nos seguintes critérios de inclusão: estar aposentado de forma extraordinária, voluntária ou obrigatória e consentir livremente em participar da entrevista. O número de entrevistados foi definido pelo critério de saturação empírica, que se estabelece quando novas informações deixam de emergir e o acréscimo de participantes não altera a compreensão do fenômeno. Isso ocorre quando os dados obtidos passam a se repetir, não contribuindo de forma significativa para aprofundar a análise teórica baseada nas evidências coletadas (Fontanella; Ricas; Turato, 2008). Trata-se de um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de dados (Thiry-Cherques, 2009). Assim, apesar do número de entrevistas ser reduzido, tal fato não constitui uma barreira à análise, uma vez que, de uma maneira geral, em pesquisas qualitativas o número de pessoas é menos importante do que o empenho de enxergar todas as possibilidades de se aproximar do objeto empiricamente, prestando-se atenção a todas as suas dimensões e interconexões.

Instrumentos

Para a realização da pesquisa, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada, composto por 13 questões abertas sobre as vivências do funcionário aposentado e o papel do psicólogo organizacional, elaborado pelos autores com o objetivo de obter informações sobre o tema. As entrevistas foram registradas e transcritas integralmente. O processo de coleta de dados teve início com a apresentação do inquérito aos participantes, acompanhada do termo de consentimento livre e esclarecido, seguindo todos os procedimentos éticos e formais. Em seguida, os pesquisadores explicaram a condução da entrevista conforme a natureza e os objetivos do estudo.

Procedimentos

O protocolo deste estudo foi avaliado e aprovado pela Direção Científica da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Rovuma, que emitiu uma credencial datada de 4 de setembro de 2020. Após a obtenção da credencial seguiu-se pela oficialização da pesquisa junto das autoridades da instituição investigada, que foi favorável. Esse procedimento deveu-se a ausência de um comitê de ética para pesquisa



na universidade em que o primeiro e terceiro autores estão vinculados, tal como acontece em muitas instituições de ensino superior moçambicanas.

Obtida a autorização, procedeu-se a apresentação do primeiro pesquisador que realizou as entrevistas, tendo este explicado de forma breve os objetivos, o método, a relevância e os riscos da pesquisa. E os aposentados que se disponibilizaram e consentiram em participar da pesquisa foram entrevistados. Respeitaram os direitos dos participantes em pesquisas com seres humanos, a saber: livre aceitação, privacidade, acesso à informação, anonimato e livre arbitro. Não houve qualquer compensação financeira ou material para participar nas entrevistas.

As entrevistas decorreram no mês de agosto do ano 2024, em tempo letivo de trabalho e no local de trabalho. A duração das entrevistas variou entre 25 e 40 minutos. O registro das entrevistas fez-se através da transcrição das falas/relatos dos aposentados, que depois foram descarregadas para o *laptop* e *google drive*, para garantir o uso posterior, em casos de extravio ou avaria do *laptop* e *celular*.

A análise das entrevistas foi realizada por meio da análise de conteúdo. O processo teve início com a escuta e transcrição integral das entrevistas pelo primeiro autor. Em seguida, o segundo e o terceiro autores realizaram, de forma independente, nova escuta e (re)transcrição para identificar possíveis omissões. As transcrições foram então codificadas com a letra A, seguida de números arábicos, conforme a ordem de participação na coleta de dados: A1 para o primeiro aposentado, até A8, e G1 para o primeiro gestor, até G3, último gestor entrevistado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos participantes

Fizeram parte do estudo oito (8) indivíduos, quatro (4) do sexo masculino e quatro (4) do sexo feminino. Este resultado espelha o modo de vida capitalista que o mundo enfrenta, pois, com as dificuldades financeiras nas famílias, a luta pela igualdade de gênero — principalmente no trabalho — e a emancipação da mulher na educação tendem a aumentar. Ou seja, nota-se a fluidez de mulheres no posto de trabalho, diferentemente dos anos passados, em que a mulher era menos emancipada e tinha apenas o dever de fornecer cuidados primários à família.



Na descrição da amostra por idade, a faixa etária dos 50-60 anos teve menor número de aposentados com 2 (25%), seguido da maioria, 6 aposentados (75%) na faixa acima de 60 anos, conforme ilustra o gráfico 2. De acordo com a tabela (1) relativo ao nível académico, 5 (62.5%) declararam-se do nível superior e 3 (37.5%) do nível médio. Os resultados demonstram maior número de aposentados com o nível superior patente no grau de graduados, que de certa forma é um dos níveis mais cobiçados pelos funcionários e agentes do Estado. No que respeita ao estado civil, os resultados da entrevista indicaram que a maior proporção foi para a variável Casados com 5 (62.5%) sujeitos, seguida de Viúvos com 2 (25%) e, por fim, de Solteiros com 1 (12.5%) participante apenas.

Tabela 1: caracterização dos participantes

Género	
Masculino	4 (50%)
Feminino	4 (50%)
Idade (anos)	
Dos 50-60 anos	2 (25%)
Acima de 60 anos	6 (75%)
Nível académico	
Superior	5 (62.5%)
Médio	3 (37.5%)
Estado civil	
Casado (a)	5 (62.5%)
Solteiro (a)	1 (12.5%)
Viúvo (a)	2 (25%)

Fonte: Resultados da pesquisa. Organização própria (2024).

Categorias I: significações sobre a aposentadoria

Esta categoria tem como objetivo perceber as atribuições significativas dos aposentados sobre a aposentadoria. Assim, ela é composta pelas seguintes subcategorias: conhecimento sobre a aposentadoria, idade de aposentadoria, motivação a aposentadoria.

Conhecimento sobre a aposentadoria

No primeiro momento aferiu-se o nível de conhecimento sobre aposentadoria e colocou-se, a seguinte questão: o que se entende por aposentadoria? Esta pergunta deu origem as seguinte resultado:

“É um processo voluntário quando requerido pelo funcionário que reúne o tempo de serviço mínimo de idade fixados para o efeito” (A1).

“Aposentadoria para mim é uma fase em que um funcionário da função pública atinge uma idade em que obrigatoriamente deixa de trabalhar e fica em casa” (A2).



“É um período correspondente a 35 ou 40 anos de conferido aos funcionários e agentes de serviços, no aparelho de estado depois de ter exercido actividades no Estado” (A3).

“Aposentadoria para mim é um acto administrativo da passagem à aposentadoria por ter atingido o tempo de servido a idade limite nos termos da lei” (E4).

“É o momento em que um funcionário é desvinculado das actividades que vinha exercendo, passando a gozar de um descanso (A4)”.

“É um desvinculamento de um trabalhador do elo de prestação de trabalho por os seguintes requisitos: tempo de serviço (35 anos ou mínimo de 15 anos); idade: 65 anos homem, 55 mulher; outros factores-incapacidade: físico ou mental comprovado pelo serviço de saúde” (A6).

“Aposentadoria refere-se ao afastamento remunerado que um trabalhador faz de suas actividades após cumprir determinados requisitos estabelecidos no direito” (A7).

“É um período ou tempo de repouso em que um funcionário ou agente de estado obtém depois de cumprir trinta e cinco anos de serviço no aparelho de estado” (A8).

Conforme os resultados apresentados, percebe-se que os funcionários aposentados estão cientes do significado de aposentadoria, pois é notável a interpretação desta como o desligamento entre o funcionário e o mundo do trabalho. Na mesma linha de pensamento, alguns autores como Oliveira (2001) afirmam que aposentadoria “sugere descanso, repouso, quietude, alívio, desaceleração, parada, ruptura com os estilos de vida assentados no trabalho cotidiano e o consequente formalismo que o caracteriza: horários, responsabilidades [...].” É a passagem da vida formal no trabalho para a desocupação, e consequentemente pelo ócio.

Zanelli, Silva e Soares (2010) explicam que a aposentadoria sugere a passagem de um ciclo no qual há vinculação com o trabalho para outro, orientado pela desocupação, pelo ócio e pelo lazer. Proporciona ao indivíduo a possibilidade real de um mundo de não trabalho, e tal mundo pode ser percebido de forma negativa ou positiva.

Percepção sobre a idade de aposentadoria

A subcategoria em alusão busca perceber dos entrevistados sobre a noção da idade de aposentadoria. Para tal, foi feita a seguinte questão norteadora: com que idade se aposentou? E dela foram dadas as seguintes respostas:

“Aposentei-me com 60 anos de idade” (A1).

“Eu me aposentei com 55 anos de idade e 36 anos de serviço” (A2).

“aposenta-se com 60 anos de idade ou menos, conforme o estado de saúde do funcionário” (A3).

“com 57 anos” (A4).

“Com 56 anos de idade” (A5).

“Aposentei-me com 63 anos” (A6).

“com 58 anos”. (A7)

“Sessenta e quatro anos” (A8).



De acordo com o artigo 173/22, “A contagem de tempo é o procedimento administrativo pelo qual se efectua a conferência e apuramento do tempo de serviço prestado ao Estado, contado da data de admissão até ao último dia indicado na certidão de efectividade do funcionário do Estado” (Moçambique, 2022, p. 73). Esse tempo deve ser cumprido até os 60 anos do servidor, que deve ter pelo menos 15 anos de serviço prestados ao Estado e tenha satisfeito ou venha a satisfazer os encargos.

De acordo com os artigos supracitados, conclui-se que a aposentadoria é determinada tanto pelo tempo de serviço quanto pela idade do funcionário, o que significa que ele ou ela pode atingir 60 anos, mas não os 15 anos de serviço, e ainda assim ter a aposentadoria obrigatória. Nesse contexto, verificou-se que nenhum dos inquiridos excedeu ou esteve acima dos 65 anos quando foi abrangido pela aposentadoria.

Estudos feitos por França (2002) afirmam que “trabalhadores que se aposentarem antes dos 50 anos, poderão viver mais tempo a aposentadoria do que a vida inteira de trabalho” (p.78). Logo, viver-se-ão mais tempo para aproveitar a aposentadoria já que a expectativa de vida tende a aumentar.

Categoria II: procedimentos no processo de aposentadoria

A presente categoria objetivou analisar os procedimentos no processo de aposentadoria nos funcionários públicos entrevistados aposentados. A categoria é representada pelas seguintes subcategorias: acompanhamento no processo de aposentadoria e informe sobre o tempo de antecedência da aposentadoria.

Acompanhamento no processo de aposentadoria

Para saber se há acompanhamento no processo de aposentadoria, fez-se a seguinte questão: teve acompanhamento ao longo do processo? vide os resultados a seguir:

- “Não” (A1).
- “Ao longo do processo não tive nenhum acompanhamento, foi muito rápido, trata os documentos e fica em casa!” (A2).
- “Não tive acompanhamento ao longo do processo” (A3).
- “Ao longo do processo da aposentadoria tive apenas acompanhamento documental” (A4).
- “não respondeu” (A5).
- “Não” (A6).
- “Sim” (A7).
- “Não” (A8).



Como se observa nesta subcategoria, as verbalizações dos aposentados evidenciam a ausência de acompanhamento no processo de aposentadoria, o que gera sentimentos de abandono, desprezo e inutilidade por parte da entidade patronal. Estudos sugerem a criação de programas de pós-aposentadoria que ofereçam recursos para enfrentar essa nova fase (França; Carneiro, 2009; Oliveira; Farinelli, 2008; Lima; Soares; Luna, 2010). Também propõem uma reflexão sobre o papel da psicologia na orientação de carreira e aposentadoria, ampliando as possibilidades de atuação do psicólogo e incentivando sua inserção nas atividades de orientação ao longo da vida laboral (Costa; Soares, 2009; França; Soares, 2009; Lima; Soares; Luna, 2010; Soares et al., 2007).

A orientação profissional anterior à aposentadoria torna-se relevante ao possibilitar ao indivíduo a construção de novas escolhas e novos projetos, o redimensionamento da visão vinculada à condição de aposentado e uma reflexão sobre a relação entre identidade e trabalho (Selig; Valore, 2010). Em vastas pesquisas feitas por Zanelli, Silva e Soares (2010), concluiu-se que “muitas pessoas podem sentir aposentadoria de maneira dolorosa, permeado de sentimento de insegurança e dúvidas em relação ao vazio provocado pela falta da actividade, do trabalho, bem como pela perda dos vínculos oriundos do ambiente laboral (p.45)”.

Com este raciocínio urge a necessidade de se fazer acompanhamento a estes colaboradores por uma equipe multissetorial incluindo psicólogos do trabalho para o apoio psicossocial, técnicos dos recursos humanos para o devido seguimento da documentação sobre o desligamento no sentido de que os colaboradores não se sintam abandonados pela entidade patronal.

TEMPO DE ANTECEDÊNCIA À APOSENTADORIA

No intuito de perceber se houve algum tempo de antecedência ao funcionário antes da aposentadoria, fez-se a seguinte questão: com quanto tempo de antecedência foi informado sobre a aposentadoria? Os resultados seguem-se:

- “Não respondeu” (A1)
- “Fui informado com dois anos de antecedência” (A2).
- “Não tive” (A3.)
- “A aposentadoria é antecedida de uma informação de desligamento, dois meses antes” (A4).
- “Dois meses” (A5).
- “Seis (6) meses” (A6).
- “Há onze (11) meses” (A7).
- “Ninguém me informou, apenas o controle de tempo foi individual”(A8)



Com os resultados, entende-se que os funcionários aposentados tiveram um tempo de antecedência irregular, o que reflete a desorganização da instituição que os tutela, podendo assim causar consequências na saúde ocupacional destes funcionários, desencadeando doenças como estresse, depressão, hipertensão. Apesar da Lei 4/2022, que rege o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE) ser um instrumento de fácil acesso, é necessário que o funcionário tenha uma antecedência da sua aposentadoria no mínimo de 2 anos.

Para Zanelli, Silva (1996),

“a transição que ocorre na aposentadoria pode ser facilitada sobremaneira quando promovem situações ou vivências no contexto organizacional, enquanto a pessoa ainda executa as suas actividades de trabalho, pois, romper bruscamente suas rotinas é potencializar um início de desajustes em várias esferas da vida pessoal (p. 30-31)”.

132

Ainda, segundo os autores, muitas pessoas vivenciam os momentos antecedentes à aposentadoria de forma obscura, agindo de maneira pueril, revelando falta de esclarecimentos e resistências diante da situação.

Diante disso, é fundamental esclarecer ao trabalhador que “as influências pelas quais passa ou passará têm implicações decisivas na adequação e ajuste individual. E [...] facilitar a concepção de atividades alternativas ou, [...], repensar projetos de vida” (Zanelli; Silva, 1996, p. 32). Nesse sentido, a preparação, a tomada de consciência e a busca por novas áreas de interesse incentivam a descoberta de potencialidades, contribuindo para a prevenção de conflitos emergentes. Preparar-se para a aposentadoria é, portanto, “ensinar que as possibilidades de ação não se esgotam com o fim de uma carreira” (Zanelli; Silva, 1996, p. 32).

Categoria III: projetos de vida após a aposentadoria

A presente categoria teve como objetivo aferir a possível condição de existir uma atividade ou projeto de vida remunerativa ou de lazer nos aposentados. Esteve composta pelas seguintes subcategorias: existência de projeto de vida após a aposentadoria, tipo de projeto, vínculo com outra instituição após a aposentadoria.



Projeto de vida após a aposentadoria

Para saber da existência do projeto de vida após aposentadoria fez-se a seguinte questão que subsidia a presente categoria: *desenvolve um projeto pessoal neste momento de aposentado?* Seguem as respostas dos informantes:

- “Sim”(A1, A2, A3,).
“Não”(A4,A6, A7, A8).

De forma satisfatória, os funcionários aposentados, na sua maior parte, afirmaram que desenvolvem um projeto pessoal após a aposentadoria. Lima (2006) afirma que a aposentadoria é um evento importante para as pessoas e pode acarretar impactos positivos ou negativos. A aposentadoria pode ser um momento bom, de construir projetos novos, com mais tempo livre ou ser um momento de perda da atividade laboral, da identidade profissional ou mesmo de afastamento dos colegas de trabalho.

Na pesquisa de Crespo *et al.* (2006), com 253 funcionários da Universidade de Santiago de Compostela, os sentimentos frente à aposentadoria foram de ilusão e esperança, com interesse em continuar trabalhando, embora o maior temor fosse a limitação do poder aquisitivo. Já os participantes do estudo de Cintra, Ribeiro e Andrade (2010) veem a aposentadoria como forma de complementar renda, ampliar vínculos e vivenciar o trabalho com mais leveza. Duarte e Silva (2009) registraram sentimento de insegurança, ora por instabilidade financeira, ora pela perda do papel social. Vivências de perdas e ganhos marcam a fase pré e pós-aposentadoria, destacando-se a busca por liberdade, melhor convívio familiar e qualidade de vida.

O trabalhador ativo, antes exigido social e economicamente a cumprir com o seu destino de trabalhador, tinha suas escolhas dirigidas pela lógica da produção e do consumo. Transformado em trabalho, vivia uma rotina imersa em rituais quotidianos, nos quais muitos forjavam sua identidade no labor e, por meio dele, conquistavam o reconhecimento de seu valor, que lhes conferia prestígio.

O afastamento dele faz com que o tempo livre não esteja mais relacionado com o quotidiano. Há necessidade de mudança de hábitos quotidianos. Há necessidade de mudar os hábitos quotidianos. O círculo de amizades ligadas ao trabalho diminui, enquanto a convivência familiar se intensifica, podendo ser harmoniosa ou conflituosa. Na aposentadoria, os idosos tendem a reduzir suas relações sociais. O convívio, os relacionamentos e a troca de experiências, antes viabilizados pelo trabalho, são



substituídos pelo isolamento e pela ociosidade, marcando a velhice com sentimentos de inutilidade produtiva e incapacidade de estabelecer novas relações sociais.

Contudo, a sociedade é contraditória. Por um lado, considera a aposentadoria como um direito e uma conquista do trabalhador, depois de muitos esforços e anos de trabalho. Por outro, desvaloriza o sujeito depois de aposentado, que passa a ser visto como improdutivo – inútil. O idoso aposentado necessita, muitas vezes, permanecer trabalhando por necessidade financeira, considerando-se que, para grande maioria dos moçambicanos, os valores recebidos como aposentadoria não cobrem as suas necessidades de manutenção e de seus dependentes, principalmente quando cabe ao idoso o papel de mantenedor do grupo familiar.

Tipo de projeto de vida

A presente subcategoria tem como objetivo identificar os tipos de projetos de vida implementados pelos funcionários aposentados. Portanto, obteve as seguintes respostas:

- (A1) “Construção de uma maternidade na província de Niassa-distrito de Mecanheias no povoado de Muanheue”.
- (A2) “Estou numa escola privada”.
- (A3) “Transporte colectivo de população na zona norte da província”
- (E4) (sem resposta)
- (A4) “Leccionação”.
- (A6) (sem resposta)
- (A7) (sem resposta)
- (A8) “Criação de uma associação denominada de (APREN), com objectivo de fundar um instituto de formação de professores”.

De acordo com os resultados, verifica-se que os aposentados ainda continuam a exercer uma atividade laboral em projetos não pessoais como lecionação em escolas privadas, criação de institutos e centros de saúde, enquanto uma minoria dos aposentados preferiu em não responder.

Assim, pode-se deduzir que apesar de terem alcançado os 35 anos de serviço na função pública ou completar 60 anos de idade, estes não conseguiram ter um projeto individual após a aposentadoria, apesar de se mostrarem aptos e ativos para desempenhar atividades laborais. Estes resultados convergem com um estudo feito na dissertação de mestrado de Amoroso (2008), em que a pesquisadora buscou identificar, entre os professores da rede pública e privada da educação básica e superior do Distrito Federal, quais eram as motivações para se continuar na carreira após a aposentadoria.

A autora também investigou os possíveis fatores que influenciam a não permanência na profissão e buscou identificar a importância da formação continuada para os que permanecessem na profissão. Os resultados evidenciaram que a grande maioria dos professores da educação superior e da rede privada de ensino deseja continuar trabalhando após a aposentadoria, motivada pela expectativa de manutenção da saúde física e mental e pela troca compensatória na relação professor/aluno. Além disso, esses participantes consideraram a profissão gratificante e com muitos desafios, o que estimula a continuidade do trabalho após a aposentadoria.

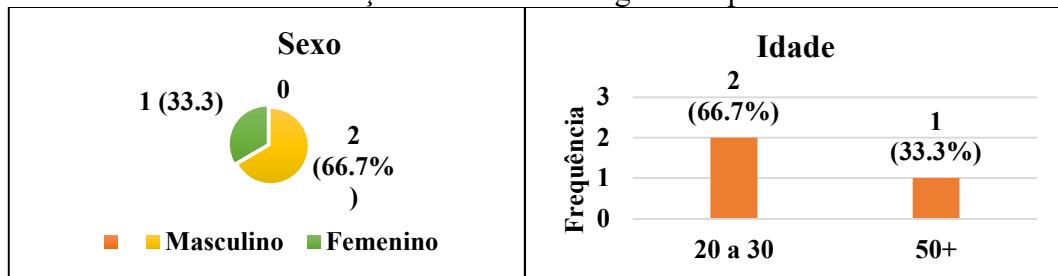
Na mesma sequência, Pimenta *et al.* (2008), ao avaliarem os aspectos que poderiam interferir na qualidade de vida de 87 sujeitos, destacaram que os aposentados que praticavam atividade física regular ou que tinham alguma atividade de trabalho no momento da pesquisa apresentaram melhores índices de qualidade de vida.

Assim como outros estudos apontaram uma tendência ao aumento do bem-estar após a aposentadoria, em função da maior disponibilidade de tempo para os relacionamentos familiares e sociais e do maior investimento em atividades físicas e de lazer (Oliveira; Torres; Albuquerque, 2009; Vailant; DiRago; Mukamal, 2006). A satisfação na vida após a aposentadoria depende dos significados que os indivíduos atribuem a esta, dos recursos internos e das circunstâncias externas, conforme as conclusões de Alvarenga *et al.* (2009) e de Pinquart; Schindler (2007).

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS GESTORES

Os dados sociodemográficos dos gestores, agrupam-se nas seguintes variáveis: gênero, idade, tempo de serviço como gestor dos recursos humanos, e nível académico, conforme são ilustrados nos gráficos abaixo:

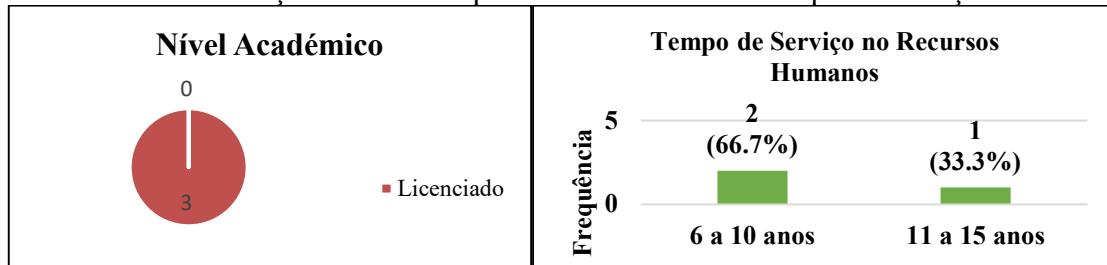
Gráfico 1. Descrição da amostra dos gestores por sexo e idade



Fonte: Organização própria.

De acordo com os resultados apresentados, tiveram maior participação os gestores do sexo masculino (66.7%), em relação ao sexo feminino (33.3%). As idades dos gestores por faixa etária indicam que a maior parte destes se enquadram na faixa de 20 a 30 anos (66.7%), seguida da faixa acima dos 50 anos – 1 (33.3%).

Gráfico 2. Descrição da amostra por nível académico e tempo de serviço no RH

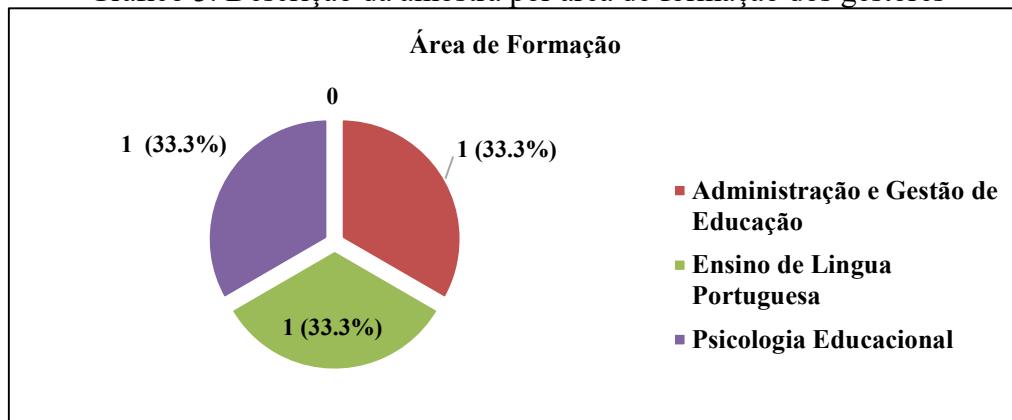


Fonte: Organização própria.

136

No que concerne ao nível acadêmico dos gestores, consta que todos estão enquadrados no nível de licenciatura, conforme se verifica no gráfico (3), ou seja, todos 3 participantes. No que diz respeito a amostra dos gestores por tempo de serviço no setor dos recursos humanos, os resultados indicaram que o intervalo dos 6 a 10 anos (66.7%), teve maior participação, enquanto o intervalo de 11 a 15 anos (33.3%) teve baixo tempo de serviço. Assim, conclui-se que os gestores, na sua maioria, apresentam tempo de serviço no setor dos recursos humanos inferior a 15 anos, o que pode determinar pouca experiência na área de atuação.

Gráfico 3. Descrição da amostra por área de formação dos gestores



Fonte: Organização própria.



De acordo com o gráfico 3, a descrição da amostra por área de formação dos gestores indicou que o primeiro gestor inquerido é formado em Administração e Gestão de Educação – 1 (33.3%); o segundo gestor é formado em Ensino de Língua Portuguesa – 1 (33.3%); e o último gestor formado em Psicologia Educacional – 1 (33.3%). Todos possuem o nível de académico de graduados.

Categoria IV: noções básicas sobre a aposentadoria

A presente categoria tem como objetivo perceber as noções básicas que os gestores têm sobre a aposentadoria e é subordinada a três (3) subcategorias, nomeadamente: Benefícios da aposentadoria, participação em programas de aposentadoria e Percepção sobre a preparação a aposentadoria.

Benefícios da aposentadoria

Debruçou-se, aqui, sobre os benefícios que a aposentadoria pode dar aos colaboradores sob ponto de vista dos gestores, e fez-se a seguinte questão: *quais são os benefícios da aposentadoria?* Assim seguem-se os resultados:

“O funcionário para de descartar para efeito de compensações.” (G1).

“Após a aposentadoria, o funcionário não sofre os descontos é neste molde que ele poderá ter mais tempo para realizar as suas actividades.” (G2).

“O funcionário cessa os descontos que vinha para a sua aposentadoria e depois de aposentado passa a fazer os seus trabalhos livremente.” (G3).

Segundo Zanelli; Silva (1996), apesar de todos esses aspectos da aposentadoria, com os quais o indivíduo se depara nessa fase de transição, alguns podem enfrentar isso tudo de maneira saudável. Contudo, muitos, em decorrência de não saberem lidar com as mudanças dessa nova etapa da vida, podem adoecer.

Para esse autor, a transição que ocorre na aposentadoria pode ser facilitada quando se promovem situações ou vivências grupais dentro do contexto organizacional, enquanto a pessoa ainda exerce seu papel profissional e executa as atividades de seu trabalho. O rompimento brusco e repentino da rotina, por outro lado, parece potencializar o início dos desajustes nas várias esferas da vida pessoal. Antunes (1997) apresenta um argumento diferente sobre o assunto. Para este autor, os pré-aposentados de países desenvolvidos, por exemplo, com alto poder aquisitivo e que conseguiram acumular recursos financeiros, materiais e intelectuais durante a vida laboral, provavelmente atribuem significados e



enfrentam o período da aposentadoria de maneira diferente dos trabalhadores de baixo poder aquisitivo, que se encontram em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

As desigualdades sociais ficam ainda mais evidentes nesse período, afetando diferentemente os trabalhadores em função da posição hierárquica que ocupam, das condições intelectuais que possuem, do estado biológico de degradação ou conservação em que se encontram. (Antunes, 1997).

Participação em programas de aposentadoria

A presente subcategoria teve como objetivo descrever a participação em programas de aposentadoria, pois percebe-se a necessidade de existência destes com o objetivo de fazer o acompanhamento dos aposentados na garantia do bem-estar destes após o desligamento. Assim fez-se a seguinte questão: *participa em programas de aposentadoria?* Os resultados se seguem:

“Sim.” (G1, G3).

“Não.” (G2).

Apesar da maioria dos gestores participar dos programas de aposentadoria, a realidade do país difere da de outros na diáspora que contam com esse importante recurso. Atualmente, tais programas promovem a reflexão e a conscientização sobre a aposentadoria, considerando aspectos físicos, organizacionais e psicossociais. O processo de orientação tem como base sensibilizar os envolvidos sobre o fenômeno, fortalecendo a dimensão humana. Busca-se também reduzir práticas injustas, como o descarte simbólico de aposentados, que, ao retornarem à organização, precisam usar crachás e agir como visitantes, ignorando sua trajetória e contribuição (Zanelli; Silva; Soares, 2010).

Neste espaço, são avaliados as perdas e os ganhos a serem conquistados na manutenção de interesses, na recuperação de antigos projetos ou na elaboração de um novo *script* de vida. No programa, também deve ser facilitado o planejamento para a aposentadoria, por meio do intercâmbio de informações, incentivo à reflexão e ampliação do campo perceptivo referente a construção de quadros de futuro, de modo a estimular a responsabilidade individual e coletiva dos pré-aposentados (Zanelli; Silva; Soares, 2010; Zanelli; Silva; Tonner, 2013).



Percepção sobre a preparação a aposentadoria

Partindo do pressuposto de que o trabalho ocupa lugar central na vida humana, comprehende-se as dificuldades de as pessoas lidarem com as rupturas quando chegado o momento da aposentadoria. A aposentadoria significa a exclusão do mundo produtivo, que é a base da sociedade moderna. Como as pessoas são reconhecidas socialmente a partir das ações profissionais, o desligamento do trabalho, na transição para a aposentadoria, afeta a identidade pessoal. Assim, querendo se aferir sobre a percepção sobre a preparação para a aposentadoria, fez-se a seguinte questão: *como tem sido a preparação para aposentadoria dos funcionários?* Os resultados estão descritos a seguir.

“A preparação para a aposentadoria consiste na solicitação do funcionário de forma a conciliar e encarrar o processo de aposentadoria como um acto administrativo normal previsto por lei como um direito do mesmo” (G1)
(não respondeu) (G2).

“Para consciencializar ou preparar psicologicamente o funcionário porque vai numa outra fase da vida e acto administrativo por lei” (G3).

139

Categoria V: tramitação da documentação sobre a aposentadoria

Esta categoria teve como objetivo colher opiniões sobre o processo de tramitação da documentação de aposentadoria e é subsidiada pelas seguintes subcategorias: procedimentos de tramitação dos documentos, existência de um psicólogo organizacional, acompanhamento da instituição no processo de aposentadoria, e relação entre os gestores e os aposentados.

Procedimentos da tramitação dos documentos

Sobre a subcategoria procedimentos de tramitação dos documentos apenas dois gestores responderam. Assim, fez-se a seguinte questão: *Qual tem sido o procedimento seguido na tramitação do processo de aposentadoria?*

(Não respondeu) (G1).

“Organização dos documentos, solicitar o pedido de certidão de efectividade e no final mandamos ao conselho executivo provincial” (G2).

“Solicita-se o funcionário para fazer o pedido de certidão de efectividade nas finanças e depois monta-se o processo de aposentação” (G3).

De acordo com Krepk; Gonzaga (2008), o gestor de pessoas deve atentar à natureza das relações humanas no ambiente organizacional, criando situações que estimulem o comprometimento com os objetivos da instituição. O clima deve favorecer a iniciativa, a criatividade e a motivação para que os colaboradores aproveitem as



oportunidades da empresa. Assim, a gestão de pessoas visa: alcançar os objetivos organizacionais; garantir competitividade; oferecer pessoas bem treinadas e motivadas; aumentar a autorrealização e a satisfação no trabalho; manter a qualidade de vida no ambiente laboral; administrar mudanças; e promover políticas éticas e socialmente responsáveis.

Existências de um psicólogo organizacional

Os resultados revelaram a não existência de psicólogos nessa área e foi subsidiada pela seguinte questão: *Existe um psicólogo organizacional no processo de tramitação dos documentos ligados à aposentadoria?*

“*Não*” (G1, G2, G3).

O psicólogo tem o papel de pesquisador ao investigar, junto dos trabalhadores de diferentes classes sociais, o sentido e o significado de se aposentar, dado ao peso atribuído socialmente a essa condição, que pode ser uma forma peculiar de sofrimento. Sofrimento este causado pelo sentimento de inadequação social e angústia quanto às perspectivas de sobrevivência. Portanto, cabe ao psicólogo, em equipe multiprofissional, elaborar programas que contemplam variáveis importantes à qualidade de vida no trabalho e, especificamente, as questões relacionadas à subjetividade do trabalhador.

A aposentadoria apresenta-se como evento potencialmente estressante, especialmente aos trabalhadores que possuem envolvimento excessivo com o seu trabalho. O desequilíbrio entre o tempo de vida empregado em atividades profissionais e o tempo destinado aos demais âmbitos da vida pode resultar em sentimentos de incapacidade por parte do trabalhador que, ao se aposentar, é desafiado a administrar o tempo livre que passa a dispor. Nesses casos, aposentar-se pode resultar em uma significativa dificuldade de aceitar novos estilos de vida com o deslocamento do tempo livre para si.

Acompanhamento da instituição no processo de aposentadoria

As instituições são responsáveis para a garantia do bem-estar e qualidade de vida dos seus colaboradores. A questão de aposentadoria deve ser levada com seriedade, pois o vínculo do colaborador desligado não pode ser visto como a inutilidade do mesmo. Por este motivo, fez-se a seguinte questão: *como tem sido o acompanhamento da instituição no processo de aposentadoria?*

“*Sim, existe uma preparação e acompanhamento aos aposentados*” (G1).



“Normalmente os técnicos da área fazem uma preparação sim, mas infelizmente alguns colegas não recebem o comunicado da mesma forma se sentindo desconfortável” (G2).

“Sim, tem existido um acompanhamento do funcionário aposentado junto a sua família”(G3).

Embasado na constatação de que a aposentadoria se constitui como uma etapa da vida que necessita de preparação, sente-se a necessidade de garantir os direitos da população idosa no âmbito governamental, promovendo elaboração de políticas para a preparação para aposentadoria, estimulando elaboração e implementação de programas dessa ordem nas organizações de trabalho.

CONCLUSÕES

Feitas as abordagens sobre o impacto da aposentadoria na vida do colaborador, apresentam-se a seguir as ilações finais do trabalho. Numa primeira parte apresentam-se as conclusões finais do estudo e, posteriormente, avança-se com as sugestões com vista a melhorar a qualidade de vida dos aposentados. O trabalho é fundamental para o desenvolvimento pessoal e reconhecimento social, tendo o aposentado dificuldades de desvincular-se do mesmo. O trabalho representa o papel de regulador da organização da vida humana, em que horários, atividades e relacionamentos pessoais são determinados conforme as suas exigências, sendo fundamentais para a vida social. Os resultados indicaram que os aposentados têm noção do conceito da aposentadoria, a idade para a aposentadoria e os diferentes tipos. Estes conhecimentos são essenciais para este grupo de funcionários, visto que, na atualidade as mudanças das leis são feitas de forma constante no EGFAE e vê-se a necessidade do funcionário aposentado ficar a par de todas as atualizações. Os resultados também concluem que apesar dos aposentados terem noções sobre aposentadoria estes não têm tido acompanhamento no processo de aposentadoria pelos gestores, culminando, assim, a um sentimento de abandono, desprezo e inutilidade pela entidade patronal.

Ainda, sabe-se que os funcionários aposentados tiveram um tempo de antecedência irregular sobre a aposentadoria, o que reflete a desorganização da instituição que os tutela, podendo, assim, causar consequências gravíssimas na saúde ocupacional destes funcionários, desencadeando doenças como estresse, depressão, hipertensão, entre outras. Assim, com o rápido crescimento da população idosa, são necessárias intervenções direcionadas à saúde, inserção no mercado de trabalho, medidas de proteção



social e garantias para uma boa qualidade da sua vida futura. Além de aprofundar os estudos teóricos sobre o processo de envelhecimento, compete aos profissionais realizar investigações na área, desvelando a realidade da vida das pessoas que estão na terceira idade, em seus diversos aspectos.

A aposentadoria é uma fase que pode representar satisfação, quando bem-sucedida e resultado de anos de serviço que permitiram ao funcionário se organizar e alcançar uma vida tranquila. Por outro lado, pode ser vivida com tensão, nervosismo e inconformismo, já que desligar-se do ambiente de trabalho após anos de dedicação nem sempre é visto de forma positiva. Muitos aposentados precisam continuar trabalhando por necessidade financeira, considerando que, para grande parte dos moçambicanos, os valores da aposentadoria não cobrem as despesas pessoais e dos dependentes, especialmente quando o idoso é o principal provedor da família. Diversos estudos já publicados apontam o surgimento de doenças psíquicas após a aposentadoria, e alguns funcionários chegam a resistir ao desligamento junto às autoridades patronais. É neste contexto que os resultados achados no presente estudo evidenciaram a falta de psicólogos organizacionais, profissionais bem formados para lidar com situações do gênero. Ademais, pode-se verificar que no contexto da função pública, o país não possui um programa para aposentadoria.

O trabalho do psicólogo é repassado aos gestores que não possuem critérios e nem formação específica para lidar e orientar de forma coerente o processo de aposentadoria. Outrossim, lembrar que o psicólogo nas organizações de trabalho atua enquanto profissional que visa a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, auxiliando o bem-estar psíquico, exercitando a dimensão política e educativa de seu papel profissional. Segundo os dados colhidos durante a investigação aos três gestores inqueridos, 1 (um) é formado em Língua Portuguesa, o que reflete total adaptação deste gestor em matéria de gestão dos recursos humanos. Essa adaptação deu seguimento a outros gestores formados em Administração e Gestão Educacional e Psicologia Educacional.

De acordo com as conclusões da pesquisa, sugere-se: criação de um programa de assistência à saúde do aposentado, com foco na saúde mental gratuita nos hospitais; inserção de psicólogos organizacionais no atendimento ao aposentado, por meio de mobilidade de quadros ou formação específica; criação de um plano de financiamento de projetos para aposentados com apoio do governo; abertura de oportunidades em serviços



voluntários para os que ainda se sentem motivados a continuar contribuindo, auxiliando na integração de novos funcionários; incentivo à prática de lazer, como esportes, viagens e convívio com familiares e amigos, visando à melhora da saúde mental e física e à valorização do tempo com entes queridos; e criação de um sindicato dos aposentados, para garantir reconhecimento ao valor e contribuição prestados ao país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ALVARENGA, L. N.; KIYAN, L.; BITENCOURT, B.; WANDERLEY, K. S. Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 796-802, 2009.
- AMOROSO, S. R. B. **Motivações e expectativas de docentes face à aposentadoria: elementos para uma política de formação continuada**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. Campinas: Cortez, 1997.
- ARRACHÉ, E. M. **Qualidade de vida e expectativas com a pré-aposentadoria em servidores da UFRGS**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Qualidade de Vida e Envelhecimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- CINTRA, T. S.; RIBEIRO, D. F.; ANDRADE, A. S. O cotidiano de aposentados que continuam trabalhando de maneira informal na indústria calçadista: percepções sobre a aposentadoria e o trabalho atual. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 277-287, 2010.
- COLLETTI, M.; POLETTI, M.; SCORSOLINI-COMIN, F. Como se preparar para a aposentadoria? Apontamentos para uma intervenção clínica inspirada na Psicologia Positiva. In: GIACOMONI, C. H.; SCORSOLINI-COMIN, F. (orgs.). **Temas especiais em psicologia positiva**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- COSTA, A. B.; SOARES, D. H. P. Orientação psicológica para a aposentadoria. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 97-108, 2009.
- CRESPO, A. M. C.; SANTOS, J. M. M.; FERNANDEZ, C. A.; MOAR, M. C. G. Expectativas hacia la jubilación del personal de la Universidad de Santiago de Compostela. Rincón Científico, **Comunicaciones Gerokomos**, v. 17, n. 2, p. 75-81, 2006.
- DUARTE, C. V.; SILVA, L. L. M. Expectativas diante da aposentadoria: um estudo de acompanhamento em momento de transição. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 45-54, 2009.
- FERREIRA, H. G. Envelhecimento bem-sucedido: estamos preparados? **Revista Ciências em Saúde**, v. 6, n. 4, p. 1-3, 2016.
- FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17–27, 2008.



- FRANÇA, C. L.; MURTA, S. G. Fatores de risco e de proteção na adaptação à aposentadoria. **Psicologia Argumento**, v. 32, n. 76, p. 33-43, 2014.
- FRANÇA, L. H.; CARNEIRO, D. Programas de preparação para a aposentadoria: um estudo com trabalhadores mais velhos em Resende (RJ). **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 12, n. 3, p. 429-448, 2009.
- FRANÇA, L. H. **Repensando a aposentadoria com qualidade: um manual para facilitadores de programas de educação para aposentadoria em comunidades**. Rio de Janeiro: Centro de Referência e Documentação sobre Envelhecimento, Universidade Aberta da Terceira Idade – UERJ, 2002.
- FRANÇA, L. H.; SOARES, D. H. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia. Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 738-751, 2009.
- KREPKE, A. F.; GONZAGA, C. A. M. Perfil dos gestores de recursos humanos: um estudo nos supermercados de Irati. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, v. 3, n. 1, 2008.
- KURZ, R. A origem destrutiva do capitalismo: modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 1997, p. 3, c. 5.
- LAIDLAW, K.; PACHANA, N. A. Aging, mental health, and demographic change: challenges for psychotherapists. **Professional Psychology: Research and Practice**, v. 40, n. 6, p. 601-608, 2009.
- LIMA, M. B. F.; SOARES, D. H. P.; LUNA, I. N. A arte de aposentar-se: programa de preparação para a aposentadoria com policiais federais. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 15, n. 2, p. 293-312, 2010.
- MARTINS, J. Investigação em enfermagem: alguns apontamentos sobre a dimensão ética. **Pensar Enfermagem**, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 62-66, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MURTA, S. G.; ABREU, S.; LEANDRO-FRANÇA, C.; CONCEIÇÃO, A. C.; GUNTHER, I. A. Preparação para a aposentadoria: implantação e avaliação do programa viva mais!. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, n. 1, p. 1-9, 2014.
- MOÇAMBIQUE. **Legislação sobre gestão de recursos humanos do Estado e reforma salarial**. 2022.
- OLIVEIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALBUQUERQUE, E. S. Análise do bem-estar psicossocial de aposentados de Goiânia. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 4, p. 749-757, 2009.
- OLIVEIRA, F. M.; FARINELLI, M. R. Empregados aposentáveis: construindo um projeto para a qualidade de vida. **Suplemento da Revista Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo**, v. 18, n. 4, p. 11-15, 2008.
- OLIVEIRA, J. de. **Aposentadoria**: um caminho que nem sempre leva o caminhante ao melhor lugar. Belo Horizonte: Cultura, 2001. 271 p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: OMS, 2005.
- PAUL, C.; FONSECA, A. **Envelhecer em Portugal**. Lisboa: Climepsi Editores, 2005.
- PIMENTA, F. A. P. *et al.* Avaliação da qualidade de vida de aposentados com a utilização do questionário SF-36. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 54, n. 1, p. 55-60, 2008.
- PINQUART, M.; SCHINDLER, I. Changes of life satisfaction in the transition to retirement: a latent-class approach. **Psychology and Aging**, v. 22, n. 3, p. 442-455, 2007.



- RAFALSKI, J. C.; ANDRADE, A. L. Desenvolvimento da Escala de Percepção de Futuro da Aposentadoria (EPFA) e correlatos psicossociais. **Psico-USF**, v. 22, n. 1, p. 49-62, 2017.
- RODRIGUES, M. *et al.* A preparação para a aposentadoria: o papel do psicólogo frente a essa questão. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 6, n. 1, p. 53-62, 2005.
- SELIG, G. A.; VALORE, L. A. Imagens da aposentadoria no discurso de pré-aposentados: subsídios para a orientação profissional. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, n. 1, p. 73-87, 2010.
- SOARES, D. H. P. *et al.* **Aposenta-Ação**: programa de preparação para aposentadoria. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, [S. l.], v. 12, 2007. DOI: 10.22456/2316-2171.4984.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT, Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 20–27, 2009.
- VAILLANT, G. E.; DiRAGO, A. C.; MUKAMAL, K. Natural history of male psychological health, XV: Retirement satisfaction. **American Journal of Psychiatry**, v. 163, p. 682-688, 2006.
- ZANELLI, J. C.; SILVA, N. **Programa de preparação para aposentadoria**. [S.l.]: Insular, 1996.
- ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; SOARES, D. H. P. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho**: construção de projetos para o pós-carreira. Porto Alegre: Artmed, 2010. 143 p.
- ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; TONDERA, N. Orientação para aposentadoria e gestão de pessoas nas organizações. In: BORGES, L. O.; MOURÃO, L. (orgs.). **O trabalho e as organizações**: atuações a partir da Psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2013. p.



VARIA

Artigo



SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PÓS NAUFRÁGIO NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

**MENTAL HEALTH IN PRIMARY HEALTH CARE AFTER THE SHIPWRECK ON THE
ISLAND OF MOZAMBIQUE**

**SALUD MENTAL EN LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD TRAS EL NAUFRAGIO EN
LA ISLA DE MOZAMBIQUE**

Por Rosário Martinho Sunde, Mariamo Anli Andiame & Olindo Nhamaze Soca

146

Rosário Martinho Sunde

Docente de Psicologia na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Rovuma (UniRovuma-Moçambique).

rsunde@unirovuma.ac.mz

<https://orcid.org/0000-0001-5906-3856>

Submetido: 13/03/2025

ACEITE: 20/06/2025

Mariamo Anli Andiame

Docente da Universidade Mussa Bin Bique-Moçambique

mariamoanliandiame@gmail.com

Como citar

SUNDE, R.; ANDIAME, M.A; SOCA, O.N. Saúde mental na atenção primária à saúde pós naufrágio na Ilha de Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 12, p. 146-158, jan.-jun. 2025

Olindo Nhamaze Soca

Docente da Universidade Rovuma (UniRovuma-Moçambique)

socaolindonhamaze@gmail.com



RESUMO

O artigo aborda a importância de serviços de apoio psicológico emergencial em contextos de desastres e acidentes naturais que resultam em perda de vidas humanas e bens. A iniciativa relatada decorre da prática clínica prestada às famílias enlutadas pelo naufrágio ocorrido em 7 de abril de 2024, na Ilha de Moçambique, que vitimou 98 pessoas. A intervenção foi realizada por uma equipe composta por 23 estudantes de Psicologia Clínica e docentes, que atenderam 56 pessoas em dois dias, nos distritos de Lumbo, Chembeze e Lunga. As sessões incluíram escuta ativa, avaliação psicológica, psicoeducação e construção de planos de vida. Identificaram-se sintomas como culpa, tristeza profunda, ansiedade, depressão, desesperança, uso de substâncias e ideação suicida. Em alguns casos, os entrevistados deixaram de se alimentar e relataram perda de sentido para viver. Conclui-se que, diante de tragédias, é necessário organizar intervenções sistemáticas e prolongadas. Recomenda-se que instituições de saúde e ensino criem mecanismos permanentes de apoio psicológico, com palestras e rodas de conversa voltadas à reconstrução emocional das vítimas.

Palavras-chave: Saúde mental. Atenção primária. Naufrágio. Transtornos mentais. Apoio psicológico

ABSTRACT

This article addresses the importance of emergency psychological support services in the context of disasters and natural accidents resulting in the loss of human lives and property. The initiative reported stems from the clinical practice provided to grieving families affected by the shipwreck that occurred on April 7, 2024, on the Island of Mozambique, which claimed 98 lives. The intervention was conducted by a team of 23 Clinical Psychology students and professors who assisted 56 individuals over two days in the districts of Lumbo, Chembeze, and Lunga. The sessions included active listening, psychological assessment, psychoeducation, and the construction of life plans. Symptoms such as guilt, deep sadness, anxiety, depression, hopelessness, substance use, and suicidal ideation were identified. In some cases, individuals stopped eating and reported a loss of meaning in life. It is concluded that, in the face of tragedies, systematic and extended interventions are necessary. It is recommended that health and educational institutions establish permanent mechanisms for psychological support, including lectures and discussion groups aimed at victims' emotional recovery.

Keywords: Mental health. Primary care. Shipwreck. Mental disorders. Psychological Support

RESUMEN

El artículo aborda la importancia de los servicios de apoyo psicológico de emergencia en contextos de desastres y accidentes naturales que resultan en la pérdida de vidas humanas y bienes. La iniciativa descrita surge de la práctica clínica brindada a las familias en duelo por el naufragio ocurrido el 7 de abril de 2024 en la Isla de Mozambique, que dejó 98 víctimas fatales. La intervención fue realizada por un equipo compuesto por 23 estudiantes de Psicología Clínica y docentes, quienes atendieron a 56 personas en dos días en los distritos de Lumbo, Chembeze y Lunga. Las sesiones incluyeron escucha activa, evaluación psicológica, psicoeducación y elaboración de planes de vida. Se identificaron síntomas como culpa, tristeza profunda, ansiedad, depresión, desesperanza, consumo de sustancias e ideación suicida. En algunos casos, los entrevistados dejaron de alimentarse y reportaron pérdida del sentido de vida. Se concluye que, ante tragedias, es necesario organizar intervenciones sistemáticas y prolongadas. Se recomienda que las instituciones de salud y educativas establezcan mecanismos permanentes de apoyo psicológico, incluyendo charlas y grupos de diálogo dirigidos a la recuperación emocional de las víctimas.

Palabras clave: Salud mental. Atención primaria. Naufragio. Trastornos mentales. Apoyo Psicológico.



INTRODUÇÃO

Por muitos anos, o conceito de saúde mental sofreu mudanças para responder às questões de direitos humanos e à dignidade a saúde do ser humano. Durante séculos, muitas denúncias foram levantadas acerca de cuidados violentos adotados por instituições psiquiátricos no tratamento das doenças mentais. Assim, depois de muitas lutas e reformas no sistema psiquiátrico, os países e instituições não governamentais reconheceram a necessidade de se buscar a prática para o cuidado em saúde mental. Dessa forma, a partir do século XXI, vários documentos foram divulgados para orientar novos cuidados que respeitem os direitos humanos daqueles que sofrem de transtornos psicológicos e emocionais.

A discussão sobre a saúde mental não possui uma perspectiva unidimensional, pois é influenciada por diversos fatores e múltiplas abordagens teóricas. Atualmente, com uma concepção mais humanista do ser, a saúde mental apoia-se no modelo de atenção biopsicossocial, sendo entendida como uma condição de bem-estar cognitivo-emocional que possibilita ao indivíduo utilizar suas habilidades, recuperar-se do estresse cotidiano e manter sua produtividade na comunidade (Auad, Avelar, Bellini, 2023). Nesse contexto, a promoção do equilíbrio psicológico e da qualidade de vida da população, segundo Sunde (2023), depende tanto da ampliação de redes especializadas e de excelência, quanto da capacidade financeira para manter o sistema, da qualificação dos profissionais dedicados à atenção psicossocial e da existência de políticas nacionais e internacionais que promovam a implementação de programas e projetos nessa área.

Por outro lado, a atenção primária à saúde é uma estratégia de organização voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada a maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades (Albert, Lobo, Storti, 2019). Portanto, os cuidados primários de saúde são direitos básicos e essenciais, baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e da comunidade. Assim, em situações de acidente ou desastre natural, a saúde mental deve ser considerada prioridade. Por isso, é fundamental promover um conjunto de ações, tanto individuais quanto coletivas, que assegurem a proteção, a prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação,



redução de danos e manutenção do bem-estar, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral capaz de impactar positivamente a condição geral das coletividades.

O naufrágio do dia 7 de abril de 2024, que vitimou cerca de 98 pessoas na Ilha de Moçambique abalou o país, o governo e as organizações não-governamentais. Em pouco tempo, as notícias se espalharam pelas televisões e pela Internet. No âmbito desta sensibilidade e ciente das implicações psicológicas a curto, médio e longo prazo deste acidente, a equipe de psicólogos, docentes e estudantes do 4º ano de Psicologia Clínica se disponibilizou para dar apoio psicológico as famílias enlutadas pelo naufrágio.

O artigo objetiva, assim, investigar a necessidade e a importância de serviços de apoio psicológico emergencial em contextos de desastres e acidentes naturais que culminam na perda de vidas humanas e bens. Ciente que a rede de apoio psicológico é insignificante no território, convida-se todas as forças públicas e privadas, singulares e coletivas, à promoção de políticas territoriais que fomentem o engajamento na promoção da saúde mental e bem-estar das vítimas de acidentes que Moçambique sofre.

149

MATERIAIS E MÉTODOS

Este é um estudo de caso, baseado na abordagem qualitativa, realizado por meio de sessões de intervenção psicológica com familiares das vítimas de naufrágio que vitimou cerca de 98 pessoas no dia 7 de abril de 2024. Em dois dias – 29 e 30 de abril – foram assistidas 56 pessoas enlutadas. Entre os beneficiários, incluem-se familiares de primeiro grau, como pais, irmãos e filhos das vítimas; familiares de segundo e terceiro grau; e até vizinhos que foram afetados pelo incidente.

Para tanto, foi constituída uma equipe de apoio psicológico composta por 23 estudantes do 4º ano do curso de Psicologia Clínica, matriculados no ano letivo de 2024 em uma das universidades sediada na cidade de Nampula (Moçambique), e por dois docentes de psicologia. A equipe preparou roteiros de entrevista e sessões de psicoeducação com o objetivo de aliviar a dor de perda e prevenir problemas psicológicos.

Figuras 1 e 2: Equipe de finalistas do Curso de Psicologia Clínica



Fonte: foto capturada pelos autores (2024).

O processamento e a interpretação dos dados foram realizados por meio de análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2011) e Saldaña (2013), segundo a qual o processamento de informação segue três etapas: i) codificação; ii) agrupamento de códigos em unidades de análise; e iii) categorização.

A fase de codificação, conforme os autores, consiste em: i) recorte: escolha das unidades; ii) enumeração – escolha das regras de contagem; e iii) classificação e a agregação – escolha das categorias. Portanto, a codificação é um processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, que permitem descrever ideias relevantes do conteúdo. Por outro lado, o processo de agrupamento dos códigos em unidades de análise consiste na agregação de conteúdos e ideias semelhantes, facilitando uma descrição mais coesa. A categorização, por sua vez, visa identificar elementos constitutivos segundo os critérios semântico (categorias temáticas), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido) ou expressivo, como no caso de categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem (Bardin, 2011; Saldaña, 2013).

A análise de conteúdo, como fundamenta Bardin (2011), constitui um conjunto de técnicas que procura compreender a comunicação, isto é, a prática da língua realizada por emissores identificáveis no respondente. Trata-se de um tipo de análise que vai além do conhecimento das variáveis de ordem psicológica, sociológica e histórica por meio de um mecanismo de dedução; ela também considera indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de informações detalhadas.

RELATOS DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO EM CAMPO

Após o naufrágio e a ampla divulgação nas mídias e órgãos de comunicação, a equipe supracitada, composta por 25 indivíduos, ofereceu serviço de apoio psicológico às famílias enlutadas. Na sequência, por volta das sete horas da manhã do dia 30 de abril de 2024, a comitiva deslocou-se à Ilha de Moçambique e, posteriormente, no dia 31, à Lunga — local de partida do barco que naufragou, com 130 ocupantes, em direção àquela região. Entre os ocupantes estavam mulheres, homens e crianças, totalizando 98 vítimas fatais, das quais 55 eram crianças, 34 mulheres e nove homens.

Figuras 3 e 4: Imagens do naufrágio na Ilha de Moçambique.



Fontes: Chumuni (2024); Tribuna do Sertão (2024).

No primeiro dia, foram atendidas 24 pessoas enlutadas; destas, 19 no Posto Administrativo de Lumbo e 5 no Bairro de Chembeze, ambos localizados no distrito da Ilha de Moçambique. No dia seguinte, 31, a equipe deslocou-se ao Posto Administrativo de Lunga, no distrito de Mussuril — local de partida do barco — onde atendeu 32 pessoas.

Foram feitas entrevistas com o objetivo de rastrear sintomas psicológicos relacionados à perda dos parentes. Cada entrevista tinha uma duração média de 80 minutos. Os tópicos incluíam dados sociodemográficos, histórico pessoal e familiar de transtornos mentais, grau de parentesco com a pessoa falecida no incidente, narrativas de episódios psiquiátricos após o naufrágio, rotina diária, alimentação, sono, lazer e visão sobre o futuro.

Figura 5 e 6: Imagens durante a entrevista psicológica



Fonte: Fotos capturadas pelos autores (2024)

Ao longo da triagem, foi possível identificar, de forma geral, sinais iniciais de luto, como a negação do desaparecimento físico do parente, sentimentos de culpa, tristeza profunda, sintomas de ansiedade, medo, depressão, angústia, desesperança e a insegurança emocional. Em alguns casos, os entrevistados passaram quase toda conversa chorando, sem esperança e “com vontade de sumir”. Alguns deixaram de se cuidar, de se alimentar e mudaram o estilo de vida, passando a usar e abusar de álcool e outras drogas. Em outros relatos, deparamos com situações de idealização e tentativa de suicídio, pois, segundo os entrevistados, não há motivos de viver, já que perderam tudo o que tinham. Esses relatos fundamentam-se no fato de que os familiares falecidos eram os únicos sustentáculos de suas vidas, pois alguns eram pescadores, camponeses e comerciantes responsáveis pelo sustento da família.

Um caso particularmente sensível foi de uma anciã de 78 anos, que vivia com seu filho viúvo, o qual perdera a vida no sinistro, deixando sob responsabilidade da anciã os quatro netos. Ela relatou não ter condições de assegurar o sustento financeiro e escolar dos netos, pois, além dela, não há mais ninguém para cuidar das crianças. A única esperança da idosa é o subsídio que recebe do Instituto Nacional de Ação Social (INAS), valor esse que, apesar de existir há muito antes da morte do filho, não cobre as despesas básicas.

Um outro caso que merece destaque é de uma família que perdeu cinco pessoas, entre elas o casal e três filhos que estavam no mesmo embarque. O único sobrevivente, na época, encontrava-se no distrito de Monapo, onde é aluno do nível médio. Durante as cerimônias fúnebres, ele estava na localidade de Lunga. Na entrevista, disse que não sabia se voltaria a escola, pois vivia numa casa alugada e dividia as despesas



com um colega vindo de uma localidade vizinha. Disse ainda que aguardava a decisão dos tios sobre a possibilidade financeira de retornar aos estudos. Ele relatou problemas de sono, ansiedade e sem esperança de que as coisas possam melhorar um dia.

Esses são alguns dos casos entre os 56 atendidos pela equipe em dois dias, em dois distritos distintos. Cada caso apresenta uma história específica e fatores psicossociais associados. As intervenções, para tanto, seguiram seis etapas: acolhimento e escuta ativa; avaliação psicológica e diagnóstico; exploração de fatores de proteção; psicoeducação; e identificação de plano de vida.

A primeira fase consistiu na recepção das famílias enlutadas, na apresentação dos objetivos da visita e da intervenção, na manutenção de uma relação empática, na exploração de dados sociodemográficos, na análise do histórico pessoal e familiar de transtornos psiquiátricos, na percepção da relação de parentesco com a pessoa falecida e na escuta de outras demandas e preocupações trazidas pelos entrevistados. As sessões individualizadas ocorreram sob árvores, em cantinhos de casas e edifícios, sempre respeitando as questões éticas e morais das pessoas envolvidas. Em alguns casos, os entrevistados, após consentimento, aceitaram a assistência e intervenção de dois ou mais profissionais e/ou grupos de estudantes.

A partir dos depoimentos do entrevistado, o psicólogo e/ou estudantes analisaram esses conteúdos à luz da literatura e de instrumentos como o Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (*American Psychiatric Association*, 2014), Classificação Internacional de Doenças (CID-11) (OMS, 2025) e outros meios, como testes e escalas psicológicas, que auxiliam os profissionais de psicologia no processo de avaliação e diagnóstico dos transtornos mentais. De fato, o uso da entrevista motivacional e de uma observação mais ativa garante a percepção dos principais sintomas, facilitando assim o diagnóstico.

A terceira fase foi de buscar, no entrevistado, os fatores de proteção. Estes, constituem condições individuais e ambientais que ajudam as pessoas na gestão de emoções e situações de risco, garantindo uma vida saudável e mais consciente.

Durante a conversa, apesar do acidente que ceifou muitas vidas, as famílias enlutadas vêm uma luz no fundo de túnel, têm esperança de que a vida vai voltar a normalidade. Muitos reportaram, também, receberem apoio financeiro e social de muitas entidades governamentais e não-governamentais. Outrossim, as visitas e acolhimento de pessoas próximas e conhecidas ajudou na restauração da vida e bem-estar. A presença e



apoio que prestamos foi mais um fator de protecção e razão de lutar pela saúde mental e bem-estar.

A quarta fase da entrevista consistiu em oferecer dicas e orientações educativas sobre cuidados e estratégias para a promoção da saúde mental. Geralmente, começa-se esclarecendo o significado dos sinais e sintomas apresentados pelo paciente e a patologia em que se enquadram. Explica-se ainda a etiologia da doença, sua classificação e os diferentes níveis da enfermidade. Em seguida, são apresentados os possíveis procedimentos para reduzir a propagação e/ou eliminar os sintomas. Em psicologia, o tratamento e a cura são realizados pela fala; é por meio dela que o profissional identifica pensamentos disfuncionais no paciente e os transforma em funcionais. Nesta etapa, reforça-se aos enlutados a importância de levar uma vida saudável, que inclui manter uma alimentação equilibrada, praticar exercícios físicos regularmente, ampliar o círculo de interação social, aprimorar pensamentos positivos, desenvolver habilidades de autocuidado e autorregulação emocional, além de reservar tempo para lazer, repouso e exercícios de relaxamento, como respiração profunda, meditação guiada, escaneamento corporal e outras técnicas de atenção plena, especialmente em momentos de crise de ansiedade ou estresse.

Quase no fim de cada intervenção desafiou-se aos entrevistados a identificar, dentro da rotina diária, um conjunto de ações e atividades concretas a serem executadas. A partir dessas atividades, e com apoio do profissional de psicologia, traça-se um plano de vida, que pode ser de curto, médio ou longo prazo. Em psicoterapia, o plano de vida é um esquema com ações ordenadas segundo prioridades e metas bem definidas, cujo objetivo é promover o bem-estar físico, mental e emocional do paciente. Para Moran (2017), um plano de vida é a listagem dos objetivos que uma pessoa pretende concretizar ao longo da sua vida, bem como uma forma ou guia que propõe como alcançá-los, abrangendo metas pessoais, profissionais, espirituais ou sociais, facilitando a visualização dos passos que necessários para a sua realização.

Apesar de alguns enlutados viverem em ambientes de desesperança, com pensamentos distorcidos sobre si, em relação ao mundo e ao futuro, percebeu-se que muitos deles têm muitas responsabilidades desde o encargo familiar, social e financeiro. Enquanto alguns são pilares na família, desempenhando o papel de verdadeiros provedores, outros tem uma função especial nas cidades religiosas, nas comunidades e na vida pessoal.



Os enlutados foram desafiados a deixar o passado de frustração e angústia, buscando uma vida renovada, apesar do desaparecimento físico do familiar. Por isso, muitos levantaram como plano da vida: cuidar da própria saúde e vida, continuar a cuidar dos filhos e cônjuge, abrir um negócio, investir na sua profissão (pescador) e cultivo de produtos alimentares (camponeses). Já os adolescentes e jovens atendidos têm planos convergem em retornar à escola, para preparar seu futuro e ajudar outros membros da família.

REFLEXÕES E DESDOBRAMENTOS CLÍNICOS

O naufrágio na Ilha de Moçambique afetou severamente os familiares e pessoas próximas, que desenvolveram, por exemplo, transtornos psicológicos, dificuldades para dormir e se alimentar, sentimento de culpa, tristeza profunda, sintomas de ansiedade, medo, depressão, angústia, desesperança, insegurança emocional, alterações no sono, anedonia, entre outros problemas emocionais.

Para esses casos, o serviço de apoio e intervenção psicológica pode ajudar os enlutados e pessoas próximas a lidar com o trauma, o sofrimento e as emoções intensas decorrentes da perda de familiares. Na verdade, como fundamentam Melo e Santos (2011), o psicólogo busca compreender as relações entre as pessoas e o meio que as cerca, visando a qualidade de vida e a reparação das questões da vida do indivíduo. Os atendimentos podem ser coletivos, proporcionando flexibilidade e didática no tratamento de questões que muitas vezes são vivenciadas coletivamente. Já os atendimentos individuais são realizados quando se observa uma condição específica (demanda), mas não apresenta tanta ênfase nem exatidão em relação à vulnerabilidade, como ocorre nos atendimentos em grupos (Melo; Santos, 2011).

Na verdade, entende-se que os acidentes e desastres naturais causam inúmeros prejuízos à vida dos envolvidos, ou seja, danos materiais e imateriais que remetem ao valor simbólicos e emocional. Sendo assim, faz-se necessário o acompanhamento psicológico para aqueles que sofrem diante da ruptura de suas rotinas pessoais, familiares, comunitárias, profissionais, entre outros (Souza, 2009). A intervenção, portanto, pode potencializar a resiliência nos enlutados, desenvolvendo mecanismos protetores e de percepções de auto-eficácia, que lhe permitam lidar com o evento traumático, promover



o autoconhecimento e a recuperação, prevenindo novos episódios de transtornos ou reduzir a evolução para quadros psicopatológicos severos.

É possível observar a mudança de humor e comportamentos nos entrevistados ao longo da intervenção. Muitos pacientes iniciam a sessão com baixa autoestima, incapazes de gerir suas emoções, irritados consigo mesmos, com sentimento de culpa, frustrados e outros sintomas disfuncionais, que, durante conversa, vão melhorando o humor e reduzindo o sofrimento psicossomático.

Os estudos propõem estratégias de enfrentamento ao luto, como o apoio proveniente da rede familiar ou comunitária, além da resiliência e capacidade de lidar com a perda. O apoio social é frequentemente considerado o fator mais importante no enfrentamento após a morte de um parente, pois, por meio dele, a pessoa tem a oportunidade de exteriorizar seus sentimentos e encontrar ajuda, caso a situação seja crítica. Mesmo em uma conversa relativamente curta, é possível oferecer suporte, sendo útil explicar a dor ao paciente em termos não clínicos (Sunde; Sunde, 2020; Porter; Claridge, 2019; Mason *et al.*, 2020).

Nos familiares enlutados, foi possível observar essas manifestações. Assistimos a casos em que os enlutados iniciaram a sessão chorando e revoltosos com o desaparecimento físico do familiar, para, depois de alguns minutos, começarem a melhorar sua atitude emocional. Isso é significativo para o profissional e todos que estão preocupados com a saúde mental daqueles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo discute a questão da saúde mental na atenção primária às famílias enlutadas pelo naufrágio que vitimou 98 pessoas das 130 ocupantes a bordo de Posto Administrativo de Lunga, no distrito de Mussuril, com destino à Ilha de Moçambique. Sabendo das implicações psicossociais que a tragédia pode gerar, foi criada uma força-tarefa composta por psicólogos e estudantes de 4º do curso de Psicologia Clínica, com o objetivo de ajudar os afetados diretos. Assim, nos dias 30 e 31 de abril de 2024, a equipe deslocou-se a Ilha de Moçambique e a Lunga, onde atendeu 24 e 32 pessoas, respectivamente.

Devido à situação, os enlutados apresentaram sintomas psicossomáticas, como tristeza, medo, depressão, desesperança, sentimentos de culpa, distúrbio do sono, abuso



de drogas e comportamentos de ideação e tentativa de suicídio. A intervenção psicológica, nesse caso, foi o mecanismo para prevenção e o enfrentamento das doenças mentais e emocionais.

Por meio das entrevistas, os enlutados compartilharam seus momentos de angústia com os profissionais e receberam conforto, além de estratégias para enfrentar seus pensamentos e emoções. Após a conversa, os envolvidos manifestaram um estado emocional melhor do que anterior, com mais motivos e esperança para o futuro, além de expectativas de cuidar da sua vida e das pessoas próximas. Em suma, concluiu-se que é necessária a intervenção nesses locais com a população enlutada, pois ela pode prevenir possíveis problemas psicológicos futuros, promovendo, assim, o bem-estar, a saúde mental e melhorando a qualidade de vida das famílias afetadas.

Apesar das conquistas adquiridas nesses dois dias de trabalho, a equipe percebeu exiguidade do tempo, o que não permitiu explorar ao máximo o sofrimento dos enlutados e intervir da melhor forma. Sugere-se, portanto, que, sempre que ocorrer uma situação que exija uma intervenção emergencial, sejam agendadas programas sistemáticos e longitudinais, com o maior número de dias possível. As instituições de saúde e de ensino devem criar o hábito de estender seu apoio psicológico, promovendo ações e políticas que mobilizem agentes territoriais, estatais e do governo sempre que uma tragédia acontecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, C.; LOBO, A.; STORTI, M. M. T. **Atenção primária à saúde: acesso e comunicação.** Brasília: Confederação Nacional de Municípios – CNM, 2019.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** Porto Alegre: Artmed, 2014.
- AUAD, P. H. B.; AVELAR, G. B.; BELLINI, V. B. O manejo da saúde mental na atenção primária à saúde (APS): uma revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 12, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i12.44055>.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- CHUMUNI, B. Moçambique: governo decreta luto nacional de 3 dias pela morte de 98 pessoas por naufrágio na Ilha de Moçambique. **Zumbo FM**, 9 abr. 2024
- MASON, T. M.; TOFTHAGEN, C. S.; BUCK, H. G. Complicated grief: risk factors, protective factors, and interventions. **Journal of Social Work in End-of-Life & Palliative Care**, 2020. DOI: <10.1080/15524256.2020.1745726>.
- MELO, C. A.; SANTOS, F. A. As contribuições da psicologia nas emergências e desastres. **Psicóloga Informação**, 2011.
- MORAN, J. **A importância de construir projetos de vida na educação.** 2017.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde** – 11^a revisão: versão para estatísticas de mortalidade e morbidade (MMS), 2025

PORTER, N.; CLARIDGE, A. M. Unique grief experiences: the needs of emerging adults facing the death of a parent. **Death Studies**, p. 1–11, 2019. DOI: <10.1080/07481187.2019.1626939>.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. London: Sage, 2013. 306 p.

SOUZA, N. L. de F. **A atuação da psicologia em desastres e emergências: uma visão estratégica**. 2009.

SUNDE, R. M. A territorialidade dos serviços de saúde mental na África e a vulnerabilidade aos transtornos psiquiátricos na pós-pandemia. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 8, p. 135–147, out.–dez. 2023.

SUNDE, R. M.; SUNDE, L. M. C. Luto familiar em tempos da pandemia da covid-19: dor e sofrimento psicológico. **Interfaces**, v. 8, n. 3, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.16891/2317-434X.v8.e3.a2020.pp703-710>.

TRIBUNA DO SERTÃO. Naufrágio de barco de pesca em Moçambique deixa 96 mortos. **Tribuna do Sertão**, 8, 2024.



ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Rafaela Pinto Serpa, pesquisadora convidada neste número, desenvolveu uma pesquisa de doutorado intitulada *Burburka Soomaaliya: Guerra e Colapso do Estado Somali (1988-2000)*.

Rafaela Pinto Serpa

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0937219484081930>

Contato: rafaela.p.serpa@gmail.com

159



Como citar:

SERPA, Rafaela P.. Áfricas na pós-graduação. Entrevista de Rafaela Pinto Serpa, *Boletim GeoÁfrica*. v. 4, n. 12. p. 159-167, jan.-jun. 2025.

Sobre a pesquisadora:

Bacharela em Relações Internacionais (2018) e Mestra em Ciência Política (2020) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2025).

Iniciou sua trajetória de pesquisa em 2015, como bolsista de Iniciação Científica no Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA), onde desde 2018 atua como pesquisadora assistente.

Participou da criação da Revista Brasileira de Estudos Africanos (RBEA) como assistente de edição em 2016 e, desde então, permanece na equipe editorial, atuando atualmente como Editora Assistente.

Entre 2023 e 2025, atuou como docente no curso de especialização em Relações Internacionais: Geopolítica e Defesa, promovido pelo Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da UFRGS, ministrando a disciplina “Inteligência Estratégica e Segurança Nacional”.

Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no CEBRAFRICA, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS (PPGCP) e ao projeto PRO-DEFESA V, voltado à análise da segurança e defesa na África e suas implicações para o entorno estratégico brasileiro.

Tese de Doutorado: SERPA, Rafaela P. 2025. *Burburka Soomaaliya: Guerra e Colapso do Estado Somali (1988-2000)*. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, Brasil, 2025.



Resumo da Tese

A tese de doutorado consistiu em uma análise das múltiplas crises que levaram ao colapso do Estado somali nos anos 1990, a partir de uma abordagem histórica e materialista, inserindo essa experiência no contexto mais amplo do sistema-mundo capitalista. Trata-se, portanto, de um estudo de caso qualitativo que investigou os processos de construção e destruição do Estado somali em três níveis – interno, regional e sistêmico –, permitindo, assim, compreender o papel significativo dos constrangimentos oferecidos pela estrutura, ao mesmo tempo em que considera a capacidade de agência dos Estados frente a essas restrições. A tese foi organizada em quatro capítulos, além de uma introdução que apresenta a problemática, os objetivos e a fundamentação teórico-metodológica, e uma conclusão que articula e interpreta os principais resultados da pesquisa. Os dois primeiros capítulos seguem uma linha temporal, com foco na construção da nação e do Estado. O primeiro aborda a formação histórica da sociedade somali e sua inserção nos sistemas mundiais antigo e moderno, com ênfase no impacto do colonialismo e nas particularidades da formação do Estado na periferia do capitalismo. O segundo capítulo trata da crise do Estado neocolonial e da ascensão do regime socialista em 1969, em meio ao contexto da Guerra Fria, culminando na Guerra do Ogaden (1977–1978), marco que alterou profundamente as dinâmicas de poder internas, regionais e sistêmicas. Os dois capítulos finais rompem com a linearidade temporal para apresentar os principais resultados da pesquisa nos seus diferentes níveis.

160

Qual a relevância da pesquisa?

Esta pesquisa buscou contribuir para o fortalecimento da atuação internacional do Brasil no campo da segurança e da defesa, para a geração de conhecimento científico com aplicação prática e para o aprofundamento acadêmico sobre a África e os conflitos contemporâneos, em uma perspectiva crítica, histórica e materialista. Ao fomentar a produção de conhecimento científico aplicado à Defesa Nacional, ela articula os Estudos Estratégicos aos Estudos Africanos e às Relações Internacionais, promovendo uma análise ampla sobre os desafios contemporâneos de segurança. Dessa forma, a pesquisa fortalece a base de conhecimento nacional sobre segurança internacional e contribui diretamente para a formulação de políticas públicas para essas questões.

Referente a relevância da Somália como objeto empírico, primeiramente, se justifica pela centralidade da África e do Atlântico Sul na política externa e de defesa brasileira. O continente



africano é parte essencial do Entorno Estratégico do Brasil, tanto pelas proximidades geográficas quanto pelos laços históricos, políticos e econômicos.

Um segundo fator de relevância do tema está na importância geopolítica da região do Chifre da África, que conecta o continente africano e a Europa ao Oriente Médio e ao Oceano Índico – este último, projetado como o novo centro geoconômico mundial -, constituindo uma rota energética vital para o comércio global. O Estreito de Bab el-Mandeb é hoje um ponto de estrangulamento por onde passam milhões de barris de petróleo diariamente, sendo alvo constante de disputas entre grandes potências e ameaças transnacionais, como a pirataria. Nesse contexto, a pesquisa demonstra que a pirataria somali, que ganhou visibilidade nos anos 1990, emerge como sintoma do colapso estatal e da ausência de regulação marítima, afetando diretamente o comércio internacional e revelando os vínculos entre instabilidade interna e ameaças transnacionais.

Por fim, a Somália representa um exemplo emblemático de atuação das Nações Unidas em operações de paz. As missões UNOSOM I e II ilustram os limites e dilemas da ação internacional diante do colapso de um Estado. Essas experiências tiveram impactos diretos na reformulação das práticas da ONU e são fundamentais para entender os desafios enfrentados por países como o Brasil, que participam ativamente de operações de paz. Ao analisar essas missões, a pesquisa contribui para refletir sobre os riscos, aprendizados e oportunidades que se colocam para a presença brasileira em cenários de intervenção multilateral.

Ao final, a pesquisa oferece uma contribuição importante para a compreensão crítica das limitações, contradições e desafios enfrentados pelos Estados periféricos, como a Somália, na construção de projetos soberanos e viáveis de desenvolvimento em meio à intervenção externa, à fragmentação institucional e à dinâmica assimétrica do sistema internacional.

Qual o objetivo que norteou a pesquisa?

O principal objetivo da pesquisa foi compreender as causas do colapso do Estado somali nos anos 1990 de forma crítica, superando interpretações reducionistas que ainda hoje dominam parte significativa da produção acadêmica, midiática e institucional sobre os conflitos africanos. De maneira geral, buscou-se romper com duas abordagens predominantes: a leitura identitária, que atribui a violência à persistência de lealdades étnicas ou clânicas; e a leitura institucional, que associa o colapso estatal à suposta incapacidade dos países africanos de reproduzirem os modelos de Estado-nação europeus.



Essas abordagens, principalmente a partir da década de 1980, vincularam a instabilidade no continente africano a estereótipos e categorias simplificadoras, como os conflitos “étnicos” ou “tribais”, ignorando as dinâmicas políticas, econômicas e históricas. Paralelamente, consolidou-se a ideia de “Estados falidos”, associada a índices e indicadores generalistas, que naturalizam o fracasso dos Estados africanos com base em parâmetros eurocêntricos. Nesse contexto, a Somália tornou-se, para muitos, o exemplo clássico de Estado falido: a guerra civil que eclodiu em 1991, o colapso das instituições e a fragmentação do território foram amplamente explicados por meio da ênfase nas divisões clânicas da sociedade somali.

A escolha do caso somali, portanto, decorre justamente dessa centralidade simbólica e analítica atribuída ao país, permitindo colocar em questão explicações superficiais e ahistóricas que o reduziram a um “fracasso naturalizado”. A pesquisa propôs, assim, uma reinterpretação crítica da guerra e do colapso do Estado na Somália, explorando as múltiplas crises que o antecederam e os fatores internos e externos que o condicionaram, buscando contribuir para um entendimento mais amplo sobre as trajetórias estatais na periferia do sistema-mundo.

Outro objetivo central foi analisar criticamente o papel dos atores externos — estatais e multilaterais — nos conflitos africanos, destacando tanto sua atuação direta quanto seus efeitos estruturais sobre a dinâmica interna dos países. No entanto, sem reduzir os africanos à condição de vítimas ou meros espectadores. Nesse sentido, a pesquisa procurou reafirmar a agência das forças sociais africanas e sua capacidade de atuação, reconhecendo que também foram sujeitos ativos nos processos de construção, resistência e destruição do Estado.

Quais foram os principais resultados da pesquisa?

A pesquisa demonstrou que o colapso do Estado somali em 1991 foi resultado de múltiplas crises articuladas em diferentes níveis — interno, regional e sistêmico. Um dos principais resultados foi evidenciar que a destruição do Estado somali não se deve à persistência de estruturas clânicas tradicionais, como amplamente difundido, mas sim à combinação entre a ausência de um projeto nacional integrador, a fragilidade estrutural do Estado pós-colonial e a inserção subordinada da Somália no sistema-mundo capitalista.

O estudo mostrou que a formação do Estado somali ocorreu em meio a legados coloniais desagregadores, contradições territoriais, ausência de base produtiva autônoma e fragmentação social. A economia pastoralista e a frágil integração ao mercado capitalista não permitiram a



consolidação de uma burguesia nacional ou de instituições coerentes com os objetivos de desenvolvimento. Isso criou um Estado formalmente moderno, mas desprovido das condições materiais para sua reprodução.

Outro resultado fundamental foi demonstrar que a guerra e o colapso estatal não ocorreram a parte das dinâmicas internacionais: a geopolítica do Chifre da África, as rivalidades com a Etiópia e o contexto da Guerra Fria foram determinantes para o enfraquecimento do projeto somali. A Guerra do Ogaden entre 1977 e 1978, e o consequente alinhamento com os EUA, mostraram como o abandono de um projeto de Estado autossuficiente em troca de apoio externo a projetos de poder particularistas e excludentes fragilizou ainda mais o país.

Além disso, a pesquisa evidenciou que os Programas de Ajuste Estrutural impostos na década de 1980, bem como as intervenções humanitárias conduzidas nos anos 1990 pelas Nações Unidas, contribuíram decisivamente para o desmonte do Estado. Longe de promoverem estabilidade, essas políticas reforçaram a desintegração institucional e a dependência externa, revelando o papel das instituições internacionais como instrumentos de uma política externa norte-americana voltada à contenção de projetos soberanos na periferia.

Por fim, a tese contribui para a crítica das categorias “Estado falido” e “conflito étnico”, ao revelar que a clanização da política somali foi uma consequência — e não a causa — da destruição estatal. O clã, instrumentalizado por elites locais e atores externos, tornou-se mecanismo de exclusão e clientelismo em um contexto de colapso do projeto nacional. Assim, o caso somali mostra como a fragmentação identitária pode ser funcional à reprodução das hierarquias globais, convertendo zonas periféricas em territórios sob gestão informal da ordem neoliberal.

Em síntese, o principal resultado da pesquisa foi demonstrar que o colapso do Estado na Somália é expressão de uma contradição estrutural do sistema internacional: a tentativa de implantar modelos estatais modernos em sociedades historicamente marginalizadas, sem considerar suas especificidades materiais, sociais e históricas, aliada à lógica de dominação e intervenção externa que impede a construção de alternativas autônomas na periferia do sistema-mundo.



Quais foram os principais obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa?

No plano prático, dois acontecimentos tiveram impacto direto no andamento do trabalho: a pandemia de COVID-19 e a enchente em maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Esses eventos, afetaram tanto as condições materiais quanto institucionais de trabalho, dificultando o acesso a acervos físicos e à rotina acadêmica, e inviabilizaram a realização de trabalho de campo. Além disso, a própria possibilidade de realizar pesquisa de campo na Somália apresentou obstáculos significativos. Trata-se de um país ainda marcado por conflitos armados, instabilidade institucional e graves problemas de segurança, o que impõe riscos à integridade física de pesquisadores. Essas dificuldades são agravadas no caso de pesquisadoras mulheres, em razão de restrições culturais. Soma-se a isso o alto custo logístico e financeiro de uma pesquisa internacional em área de conflito, o que tornou inviável qualquer deslocamento à região.

Outro grande obstáculo foi a escassez de documentos oficiais somalis, muitos dos quais foram perdidos ou destruídos em meio ao caos da guerra civil. Como consequência, tornou-se necessário recorrer a fontes externas, como documentos produzidos por Etiópia e Estados Unidos, além de órgãos multilaterais como ONU, FMI e Banco Mundial. A cobertura da imprensa internacional também foi limitada, especialmente nos períodos mais críticos do conflito, quando inclusive as Nações Unidas já haviam se retirado do país.

Apesar dessas dificuldades, o processo de digitalização de documentos, especialmente os produzidos até os anos 2000, facilitou o acesso a materiais relevantes. Muitos documentos confidenciais das décadas de 1970 e 1980 já haviam sido desclassificados, o que ampliou as possibilidades de análise. Ainda assim, foi necessário lidar com o fato de que, no contexto da guerra, os registros oficiais eram também instrumentos de disputa simbólica — a guerra era, em parte, uma guerra de informação. Compreender os diferentes pontos de vista exigiu a triangulação cuidadosa de diversas fontes e a leitura crítica de autores com perspectivas variadas, o que incluiu, por exemplo, a leitura atenta de críticas e análises publicadas na revista *Bildhaan: An International Journal of Somali Studies*, que se mostrou uma fonte importante ao longo da pesquisa.



Algumas publicações recentes da pesquisadora

PEREIRA, Analúcia Danilevitz; SERPA, Rafaela P. Conflict Management in Africa: The African Union? Peace and Security Architecture (APSA). **INTELLECTUS: The African Journal of Philosophy**, v. 2, p. 10-26, 2024. Disponível em: https://intellectus.com.ng/wp-content/uploads/2024/07/INTELLECTUS__PEREIRA_and_SERPA_Vol_2-1.pdf

SERPA, Rafaela P.; FAUSTINI, E; EICHNER, E. F. Soluções contrastantes para a crise africana dos anos 1980: O Plano de Lagos e o Relatório Berg. In: 8º Encontro da ABRI, 2021, online. **Anais do 8º Encontro Nacional da ABRI**, 2021. Disponível em: https://www.encontro2021.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=32

SERPA, Rafaela P.; SAAD, Melina; CASTILHO, Marcelo. Somalilândia: novo enclave na Somália após reconhecimento da Etiópia? Entrevista concedida a Melina Saad e Marcelo Castilho no podcast **Mundioka**, Sputnik Brasil. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20240105/somalilandia-novo-enclave-na-somalia-apos-reconhecimento-da-etiopia-32362518.html>.

Referências sobre o tema

165

- ÁLVAREZ ACOSTA, María Elena (org.). **África subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales**. 1. ed. Ciudad de Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- AMIN, Samir. **The Liberal Virus: Permanent War and the Americanization of the World**. New York: Monthly Review Press, 2004.
- AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. **No centro da etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. 1ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- ARRIGHI, Giovanni. A crise africana: aspectos regionais e sistêmicos do mundo. In: SADER, Emir (org.). **Contragolpes**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. 2ªed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. v. 3
- BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y política**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1983.
- CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Segurança Regional no Chifre da África: conflitos, atores, agendas e ameaças**. 1. ed. Porto Alegre: CEBRAFRICA; CEGOV, 2020. (Série Africana).
- CHAZAN, Naomi *et al.* **Politics and Society in Contemporary Africa**. 3. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 1999. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-1-349-14490-7>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- CLAPHAM, Christopher. **The Horn of Africa: State Formation and Decay**. London: Hurst Publishers, 2023.



HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations**. London: Macmillan Education UK, 1994. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-1-349-23658-9>. Acesso em: 16 ago. 2021.

HALLIDAY, Fred. **Revolution and World Politics**. London: Macmillan Education UK, 1999. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-1-349-27702-5>. Acesso em: 16 ago. 2021.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra I**. 2^aed. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1972a. v. 1

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra II**. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1972b. v. 2

LEWIS, I. M. **A modern history of Somalia: nation and state in the Horn of Africa**. Boulder: Westview Press, 1988.

MAZRUI, Ali Al'Amin; WONDJI, Christophe (org.). **História geral da África., - VIII: África desde 1935**. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

MEARSHEIMER, John J. **Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order**.

International Security, v. 43, n. 4, p. 7–50, 2019. Disponível em:

<https://direct.mit.edu/isec/article/43/4/7-50/12221>. Acesso em: 2 set. 2021.

PEREIRA, Analúcia Danilevitz; XERRI, Salvatore Gasparini. **O Sistema Mundial Contemporâneo: uma Contribuição para o debate sobre Desenvolvimento na Teoria do Sistema-Mundo. AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 41–65, 2020. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/108854>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SAMATAR, Abdi I. **Destruction of State and Society in Somalia: Beyond the Tribal Convention. The Journal of Modern African Studies**, v. 30, n. 4, p. 625–641, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/161268>. Acesso em: 5 maio 2024.

SAMATAR, Ahmed I. **Socialist Somalia: Rhetoric and Reality**. New Jersey: Zed Press, 1988.

SAMATAR, Abdi I. **Structural Adjustment as Development Strategy? Bananas, Boom, and Poverty in Somalia. Economic Geography**, v. 69, n. 1, p. 25–43, 1993. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2307/143888>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SAMATAR, Abdi I.; SAMATAR, Ahmed I. **Bereft of Trust: Reflections on the Causes of the Somali Catastrophe. Bildhaan: An International Journal of Somali Studies**, v. 22, n. 1, p. 4–38, 2022. Disponível em:

<https://digitalcommons.macalester.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1255&context=bildhaan>.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa after the Cold War: Sovereignty, Responsibility, and the War on Terror**. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2018. (Global and Comparative Studies Series, v. 19).

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Eixos do Poder Mundial no século XXI: uma proposta analítica. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 9–25, 2019a.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Regimes Militares Marxistas Africanos, ascensão e queda: condicionantes internos e dimensões internacionais. Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 33–53, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/97061>.



- VISENTINI, Paulo Fagundes. Revoluções e Relações Internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 111–129, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/62727>
- VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MIGON, Eduardo Glaser (org.). **A (In)Segurança da África e sua Importância para a Defesa do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luis Dario; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- WAAL, Alex de. **The Real Politics of the Horn of Africa: Money, War and the Business of Power**. Cambridge: Polity Press, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: The Politics of Independence and Unity**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2005.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. 1^aed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- YUUSUF, Muuse. **The Genesis of the Civil War in Somalia: The Impact of Foreign Military Intervention on the Conflict**. London: I. B. Tauris; Bloomsbury Publishing Plc., 2021.



EXPRESSÕES CULTURAIS

Entrevista



DIÁLOGOS TRANSNACIONAIS: AS VOZES DA LITERATURA E AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM ANGOLA. ENTREVISTA COM NSIMBA JOSÉ

Por Nsimba José, Caroline Coltrin Pereira & Gustavo Augusto Moreira

Nsimba José

Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

nsimbakilongo@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7270962052381673>

Caroline Coltrin Pereira

Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

carolinecoltrin@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0007-7223-7890>

Gustavo Augusto Moreira

Doutorando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

gustavo1997moreira@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0006-2502-1379>

168

Como citar:

JOSÉ, N., COLTRIN PEREIRA, C., MOREIRA, G. A. Diálogos transnacionais: as vozes da literatura e as políticas linguísticas em Angola. entrevista com Nsimba José. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 12, p. 168-176, jan.-jun., 2025

Biografia: Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas pela Universidade Agostinho Neto (Angola), o professor Nsimba José tem sua trajetória acadêmica marcada por uma abordagem interdisciplinar, articulando literatura, semiótica, antropologia, sociologia, história e estudos feministas para investigar as práticas poético-musicais em línguas bantu, especialmente o kikongo e o umbundu, com foco na memória e na performance cultural. Atualmente docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade do Estado do Tocantins (UFT), ele mantém vínculos com a Universidade Agostinho Neto e a Universidade Metodista de Angola. Ele também é pesquisador associado a núcleos dedicados aos estudos africanos e afro-brasileiros e exerce funções editoriais em revistas internacionais voltadas para culturas e línguas africanas. Tem contribuído para o campo dos estudos literários e linguísticos africanos, com publicações e organização de livros que abordam desde a oralidade e performance até questões de identidade cultural e políticas linguísticas. Sua pesquisa destaca a importância das línguas autóctones, especialmente o kikongo, como elementos fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais, históricas e culturais na África e na diáspora, ressaltando também seu caráter transnacional e o papel das línguas no fortalecimento da identidade cultural e das interações interculturais.



Entrevista com Nsimba José

Nesta entrevista, o professor Nsimba José, doutor em Literatura pela UFSC, compartilha a sua trajetória interdisciplinar que articula literatura, linguística, história, geografia e antropologia. Sua pesquisa foca na memória coletiva em canções de mulheres angolanas, oriundas do município Kwimba (Zaire) e da região de Ekunya (Huambo), com o objetivo de explorar a realidade cultural desses locais e a relação entre a materialidade das línguas e a comunicação com a expressão de outros seres, como a natureza e os animais. A partir dessa perspectiva, o pesquisador expõe, de forma mais macro, a organização das políticas linguísticas em Angola e as relações de migração que interferem nas línguas, na cultura e nas vozes da literatura exercida por diferentes sujeitos. Por fim, ele traz uma crítica com relação às políticas que buscam privilegiar o português em detrimento das línguas autóctones, apesar do discurso político envolvido com a questão.

169

Boletim GeoÁfrica. *Para iniciar, poderia compartilhar uma visão geral de sua trajetória acadêmica e agenda de pesquisa? De que forma sua especialização em literatura pode integrar estudos sobre o funcionamento da língua kikongo?*

Sou doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possuo mestrado em Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas pela Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto (Angola), tenho licenciatura em Ciência da Educação, opção Ensino de Línguas e Literaturas Africanas pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (Luanda – Angola), e bacharel em Comunicação Social pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. A minha tese de doutorado incide sobre a memória a partir de canções cantadas por mulheres angolanas, mais concretamente nos rios Kwilu e Bulunga, no município do Kwimba (Zaire), e nos rochedos, na região de Ekunya (Huambo). Baseada nas pesquisas etnográfica, documental e bibliográfica, a tese tem por objetivo contribuir para melhor compreensão possível da realidade sociocultural das regiões estudadas, assim como explicar a maneira como a performance se evidencia nessas práticas poético-musicais que se dão nas esferas da visibilidade e da audibilidade, dirigindo-se para uma audiência real: as *performers*, cujos textos são entoados em kikongo e umbundu, respectivamente. Para atingir os objetivos preconizados, a tese articula a abordagem teórico-metodológica sob o viés interdisciplinar, ou seja, cria um tipo de unidade que não é de



redução, mas de circuito ou rede de interlocuções teóricas que cruzam os domínios de conhecimento como literatura, semiótica, antropologia, sociologia, história e estudos feministas e de gênero. Essa articulação argumentativa possibilitou compreender que, como quaisquer outros documentos, as canções em causa são portadoras de histórias e, por conseguinte, revelam diversas questões vivenciadas pelas comunidades. Ocorre que a enunciação de memórias se inscreve nas práticas poético-musicais das comunidades e nos rios e rochedos, vistos como espaços de interlocução cênica. Atualmente, a agenda da minha pesquisa privilegia a investigação e o estudo de artefatos estético-simbólicos atravessados pelo uso verbal e gesto-visual da palavra e as suas relações com outros operadores de memória, como escultura e tambores. Relativamente à forma como minha especialização em literatura pode integrar estudos sobre o funcionamento da língua kikongo, é importante reconhecer as práticas linguísticas no contexto kongo, as quais estão longe de serem abordadas exclusivamente sob o viés materialista e convencional, que acentua o código verbal como bandeira. Com isso, pretendo sinalizar o paradigma da participação vital, no qual, no contexto bantu-kongo, todos os seres estão interconectados e se comunicam. Dito em outros termos, todos os seres retroalimentam-se — não nos faltam evidências sobre outras vozes e outras gargantas, por assim dizer. Essas vozes não podem ser ignoradas por vários motivos, dentre eles, pois participam da constituição de nossas subjetividades, ou seja, as vozes desses outros seres (aves, ancestrais, minerais, rios, montanhas etc.) afetam e estruturam as nossas visões e percepções do mundo nas suas mais diversas vertentes. Dito isto, entendo que, como bem mostram inúmeros estudos, a literatura enquanto campo discursivo não deixa à parte a língua, que é resultado de todo um processo histórico. Além do mais, é importante pontuar que, no contexto bantu-kongo, são incontáveis as narrativas acerca da comunicação entre o muntu e os outros seres. Por isso, não se pode admirar o fato de que os pastores de gado, os caçadores e os pescadores, por exemplo, revelam conhecimento profundo sobre como se relacionar com o meio ambiente e com os animais de várias espécies. Eles desenvolvem uma apurada sensibilidade visual, gestual, sonora e auditiva, o que faz com que mobilizem práticas comunicativas com outros seres. A literatura acaba sendo também o lugar de práticas sociodiscursivas com profusão temática: sexualidade, violência, guerra, migrações etc.



Boletim GeoÁfrica: *Qual a configuração atual das línguas em Angola? A partir de sua pesquisa, como avalia o papel das diferentes línguas, incluindo o português e as línguas autóctones, na composição territorial do país?*

Angola, assim como outros países africanos, como África do Sul, República Democrática do Congo, Namíbia, República do Congo, Gabão, Zâmbia, Zimbabwe, Moçambique, Malawi, Tanzânia e Kenya, é caracterizado pelo plurilinguismo, dado o fato de existirem várias línguas africanas faladas nesse território. Temos, aqui, dois grupos de línguas africanas, a saber: línguas bantu (cokwe, kimbundu, kikongo, ngangela, olunyaneka, oshindonga, umbundu, entre outras) e línguas não bantu (khoisan). Estudos revelam que o povoamento humano do território angolano data de, pelo menos, 12.000 anos, e, inicialmente, foi habitado pelos khoisan (hotentote, vakankala ou kamusekele também chamados de nosquimanes) e vátwa, segundo João Fernandes e Zavoni Ntondo, em seu livro *Angola: povos e línguas*, publicado em 2002. Um dos marcadores linguísticos que distingue as línguas khoisan das bantu é a presença de clicks. É importante sublinhar que, ao contrário de países como Namíbia e África do Sul, onde as línguas khoisan são faladas e estudadas, em Angola, mesmo no período pós-independência, são bastante exíguos os estudos acerca dos khoisan. Um dos aspectos preocupantes acerca desse assunto é o fato de, por exemplo, as línguas desse grupo não figurarem no processo de ensino e aprendizagem por carecerem de estudos científicos profundos. Isso não pode ser afirmado em relação às línguas bantu, as mais estudadas e ensinadas em Angola. Por exemplo, hoje, temos instituições de ensino superior vocacionadas para a investigação e o ensino das línguas e literaturas em línguas africanas faladas em Angola — destaco a Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, que conta com os cursos de Línguas e Literaturas Africanas e Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas, na graduação e pós-graduação, respectivamente; e o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Luanda), que possui o curso de Línguas e Literaturas Africanas e tem por objetivo formar professores (as) de línguas e literaturas em línguas africanas. É importante apontar que, apesar dos avanços registrados no que diz respeito à pesquisa e ao ensino das línguas africanas faladas em Angola, o processo de ensino deixa muito a desejar por várias razões, dentre elas, a falta de uma política linguística séria, que vise sair dos discursos político-ideológicos para a materialização de um sistema de educação e ensino verdadeiramente plural e inclusivo e que promova justiça social. Para tal, é importante que o processo em causa se desconecte dos modelos herdados dos colonizadores e que seja discutido amplamente, de forma que extrapole as fronteiras



disciplinares. Quanto ao português, que é língua oficial em Angola, há uma abrangência nacional de seus falantes, dado o fato de, por exemplo, ser a língua da administração pública e de ensino nas escolas, sejam elas públicas ou privadas. E volto à questão das línguas africanas faladas nesse território. Passados 49 anos desde a Proclamação da Independência de Angola, temos perguntas inevitáveis, como, por exemplo: quando haverá o ensino efetivo das nossas línguas em todo território? Entendo que a falta de uma política linguística séria faz com que, até hoje, ainda que não se admita explicitamente, esse país continue a legitimar, de certa maneira, o monolinguismo na esfera pública. Um dos perigos dessa perspectiva consiste no fato de se acentuar o monolinguismo em um país heterogêneo, com diversidade linguística e cultural. Essa questão faz-me lembrar o discurso de cariz nacionalista em África, que é resultado de uma série de políticas linguísticas de homogeneização de populações falantes de várias línguas, o que silencia toda uma série de conhecimentos de povos e culturas no continente africano. Tal como se deu na Europa, em África (e Angola não é uma exceção), a constituição de Estados-nações declarou e legitimou territórios considerados nacionais, nos quais também surgiram construções ideológicas de categorias linguísticas como língua oficial que, como mostram inúmeros estudos, ao se acentuar o monolinguismo em contextos plurilingue, (re)desenha-se não só a violência simbólica, mas também o subdesenvolvimento de países.

Boletim GeoÁfrica: No contexto das migrações internas entre áreas rurais e urbanas em Angola, que impactos são observáveis sobre as línguas autóctones? Esses deslocamentos populacionais têm reflexos também na literatura produzida em Angola, em termos de temas e expressões linguísticas?

Nesse contexto, é inevitável o contato de pessoas e de línguas. É observável inclusive na fala de pessoas em trânsito ou não. Isso pode ser verificado em vários níveis linguísticos (fonético, fonológico, morfológico, sintático, apenas para exemplificar). Em síntese, as práticas linguísticas, assim como os sujeitos social e historicamente situados, interagem, influenciam-se uma das outras, em virtude do contato, que também enriquece as línguas, as culturas e os (as) falantes. E, claro, a literatura, enquanto campo de práticas sociodiscursivas, mostra justamente a língua e a potência de seus mistérios, por assim dizer, mas também há outras questões profundas. Nessa perspectiva, destaco que não são poucas as vezes em que se verifica novas formas textuais nas quais se evidenciam reflexos de estruturas tributárias da tradição oral. É o caso de *Mayombe*, romance de



Pepetela (2013), escritor angolano; e o poema *Pão & Fonema*, de Corsino Fortes (1980), poeta cabo-verdiano, cuja composição se constitui a partir de elementos constitutivos da épica oral africana, como mostra Ana Mafalda Leite (1987). Por outro lado, é importante sinalizar que as produções poéticas locais revelam diversos temas e um deles tem precisamente a ver com fluxos migratórios. Aqui, destaco um exemplo: “*Holden, utusonga nzila Ngola*” (Holden, mostre-nos o caminho para Angola), uma composição poético-musical cantada em vários lugares de convivência na região kongo. Ela faz alusão a Holden Roberto, nacionalista e líder da UPNA (União das Populações do Norte de Angola), que depois foi chamada UPA (União das Populações de Angola), em 1958, e transformada em FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), em 1962. Como acentuam Pélissier e Wheeler (2016), o período que antecedeu a independência de Angola, sobretudo a década de 1960, foi marcado pelos debates anuais das Nações Unidas acerca das políticas africanas de Portugal. Um dos efeitos mais significativos das Nações Unidas foi providenciar assistência aos(as) refugiados(as) angolanos(as), que foram impelidos pela guerra em direção a países como Congo-Kinshasa, Zâmbia e Congo-Brazaville. Foi justamente nesse período que muitos(as) angolanos(as) radicados(as) na República Democrática do Congo (RDC), por exemplo, começaram a regressar a Angola. A composição poético-musical a que me refiro não deixa de ser um documento que evidencia o fluxo migratório, que se intensificou com a Proclamação da Independência de Angola em 1975.

173

Boletim GeoÁfrica: *Como especialista na língua kikongo, qual é a sua visão sobre o impacto de seu caráter transnacional? Em que medida a língua kikongo é capaz de contribuir para interações comerciais e culturais com os países vizinhos?*

Este aspecto justifica-se pelo fato desta língua ser falada em algumas regiões de países como Angola, República Democrática do Congo, República do Congo e Gabão. No fundo, essas regiões pertenceram a Kongo dya Ntola (“Reino do Congo”). Nos falantes dessa língua, especialmente aqueles que estão em processos de fluxos migratórios nas zonas fronteiriças desses países, é bastante visível o uso da língua para fins diversos. Há casos em que membros de determinadas famílias têm duas nacionalidades, por exemplo, uns são congoleses e outros, angolanos. A explicação desse cenário é simples, já que a divisão criminosa de África pelos colonizadores europeus deu origem a colônias, países herdados da colonização enquanto processo e do colonialismo enquanto sistema. Com essa divisão, determinadas famílias ficaram divididas, pelo



menos geograficamente, cada uma delas com uma nacionalidade imposta. Certo é que, para muitos nativos da região kongo, por exemplo, nascidos em Angola, quando há algum problema familiar, a sua resolução conta com a participação de outros membros familiares nascidos na RDC. O mesmo pode-se dizer em relação ao povo de língua cokwe, no extremo leste de Angola. Esse povo tem sua extensão em países como RDC.

Boletim GeoÁfrica: *Como a língua kikongo e as outras línguas autóctones se manifestam literariamente em diversos contextos geográficos? É possível identificar particularidades temáticas e estilísticas na literatura de diferentes regiões onde a mesma língua é falada?*

Para além da literatura lida, pensada e teorizada a partir da página, é notável muitas particularidades nos textos estético-simbólicos expressos em kikongo. Falo do que se vem chamando de poéticas da voz, majoritariamente não textualizadas, pois sua circulação dá-se em kikongo e a sua interação com o português, kimbundu, Lingala (língua da RDC) e francês, por exemplo, revela, como não poderia deixar de ser, uma riqueza imprescindível. Parte desse material (textos estético-simbólicos) circulam em suportes como instrumentos musicais e peças de escultura. Essa poética é um campo fértil para investigação e requer especialistas que dominam profundamente a língua e a cultura Kongo, além de poder evidentemente dar outras dimensões a várias disciplinas científicas.

Essa expressão poética pode ser observada abaixo, na imagem 1¹.

¹ A imagem, escolhida pelos autores, exemplifica os textos estético-simbólicos, evidenciando a relação entre a materialidade das línguas e a comunicação simbólica no contexto Kongo. As esculturas desse tipo não são meros objetos artísticos, mas entidades que armazenam e manifestam forças espirituais. O trabalho do escultor e do nganga (especialista ritual) na criação de tais peças reflete a complexidade das práticas culturais Kongo, onde a poética da voz se expressa em suportes não textuais, como a escultura e a música.

Imagen 1. Figura de Poder Masculina (Nkisi), Povo Kongo, Século XIX²



175

Fonte: *Metropolitan Museum of Art*. Domínio Público

Boletim GeoÁfrica. *Há uma política linguística oficial em Angola que influencie a preservação e promoção das línguas autóctones? Quais são as principais diretrizes e os desafios que envolvem política? Qual é o papel atribuído atualmente à língua kikongo nesse contexto?*

A política linguística está amparada em legislações oficiais e institucionais, como a Constituição da República de Angola (CRA), de 2010, artigo 19, artigo 21, alínea n, bem como a Lei de Bases do Sistema de Educação que, no seu artigo nono, aponta que o ensino nas escolas é ministrado em português e que o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e o ensino das línguas nacionais. A esse respeito, como bem mostra a realidade, maior prestígio social e simbólico está reservado ao português, língua hegemônica e de prestígio social, e não às línguas nacionais que, passados 49

² Escultura feita em madeira, ferro, vidro, terracota, conchas, tecido, fibras, pigmentos, sementes e contas. Peça ritualística que abriga forças espirituais, utilizada para cura, proteção e justiça.



anos da independência de Angola, não passam de projetos pilotos, por assim dizer. A situação é mais grave quando se pensa as línguas do grupo khoisan, inexistentes no sistema de educação e ensino angolano. Com isso, infere-se a predominância de um discurso político muitas vezes contraditório e ambivalente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Diário da República, I^a Série, n. 23, 5 fev. 2010. Retificada pela Declaração inserta na I^a Série, n. 165, 31 ago. 2010. Disponível em: <<https://tribunalsupremo.ao/wp-content/uploads/2018/05/constituicao-da-republica-de-angola.pdf>>. Acesso em 10 de maio 2025.
- ANGOLA. Lei nº 13/01, de 31 de dezembro de 2001. **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Diário da República, Luanda, 31 dez. 2001. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/media/1381/file/Lei%2013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf>. Acesso em 10 de maio 2025.
- FERNANDES, J.; NTONDO, Z. **Angola: povos e línguas**. Luanda: Editora Nzila, 2002.
- FORTES, C. **Pão & Fonema**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980
- LEITE, A. M. A discursividade épica em Mayombe de Pepetela. In: FERREIRA, Manuel. (Org). **Literaturas Africanas de Língua Portuguesa**: Compilação das comunicações apresentadas durante o Colóquio sobre literatura dos países africanos de língua portuguesa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p.35-43.
- THE METROPOLITAN MUSEUM OF ART. **Power Figure: Male (Nkisi), Kongo peoples, 19th century**. [Imagen]. Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/316404>. Acesso em: 30 maio 2025.
- PÉLISSIER, R.; WHEELER, D. **História de Angola**. Tradução: Pedro Gaspar Serras Pereira e Paula Almeida. Lisboa: Tinta da China, 2016. 6. ed.
- PEPETELA. **Mayombe**. São Paulo: LeYa, 2013.

EXPRESSÕES CULTURAIS

Ensaio



ENCONTROS QUE ENTRELAÇAM IDEIAS E A CULTURA DA ARTE (Do Ekwenje à Possibilidades Estética Artística e Teatral Angolana)

Por Victorino Cavinja Satchimuco



Quem é Victorino Cavinja Satchimuco?

Vitorino Cavinja Satchimuco é docente do DEI de Teatro da Faculdade de Arte da Universidade de Luanda (Angola). O professor é licenciado em Teatro-Actuação pelo Instituto Superior de Artes (FaArtes) - Faculdade de Artes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), também conhecida como FaArtes/Ufam. Também Bacharel e Mestre em Teologia Sistemática pela Universidade Internacional do Brasil. Atualmente Mestrando em Teatro no programa de Pós-Graduação em Artes (PPGARTES) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar0 (Brasil).

Victorino Cavinja Satchimuco
Mestrando em Artes, PPGARTES,
Universidade Estadual do Paraná (Unespar),
Curitiba, Brasil

Como citar
SATCHIMUCO, V.C. Encontros que entrelaçam ideias e a cultura da arte (do Ekwenje à possibilidades estética, artística e teatral angolana). **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 12, p. 177-197, jan-jun. 2025.



ENCONTROS QUE ENTRELAÇAM IDEIAS E A CULTURA DA ARTE
(Do Ekwenje à Possibilidade Estética, Artística e Teatral Angolana)

Por Victorino Cavinja Satchimuco

RESUMO

As ideias se propagam no desenrolar do desenvolvimento cognitivo da vida humana, e a cultura restringe a inclusão promovendo a diferenciação da visão e da manifestação ideológica do que é ser, do que já foi o ser, e do que venha ser: tudo isto nos remete aos encontros das ideias das pessoas que fazem-no ser, pelo que não sei como chamar o presente texto, um projeto, um artigo ou um trabalho, sei lá, afinal, o avalio como uma provocação de novos olhares de criação e de novos pensamentos de produção de ideias, bem como no que venha expressar, talvez nas algumas alinhas como resultado da minha experiência com a disciplina **Especularidade, performance e campos expandidos**, que compõe o programa de Mestrado em Artes da Fap - Unespar, e como também um resultado de uma curiosidade de ver um novo campo de criação expandido a partir da minha pesquisa, a qual se assenta no estudo dos rituais, a identidade do teatro Angolano, talvez, ainda seja ou também venha ser, uma proposta que instiga a especularidade das ideias, seja da cultura e como da arte, nos moldes pelo qual se entrelaçam as ideias culturais e artísticas, promovendo uma configuração da linguagem criativa de quem as cria. O presente projeto, visa ressaltar o ponto de partida das ideias que se encontram sobre a visão da ligação das linguagens entre a arte e a cultura vice-versa, garantindo uma proposta pelo qual será, ou ainda ser identificada como linguagem do sensível transbordando novas visões e novos lugares onde a permanecia ou o ponto de partida é a visão, é o pensar, é o sentir, ou seja também, ainda, um assunto que pode se chamar reação da ação artística sobre base da visão cultural

INTRODUÇÃO

As ideias são resultadas do processamento e funcionamento psicológico, bem como cognitivos dos seres humanos, os quais decidem mudar algum lugar ou modificar uma realidade, inovar ou incorporar novas formas, ou ainda dar continuidade de princípios proporcionados pelo passado, pelo qual venha se repercutir no campo de suas problemáticas no futuro. Estamos diante de um novo olhar sobre a visão de produção de uma nova realidade que poderá se transformar numa cultura, seja ela passiva ou ativa, mas que poderão cruzar novas percepções do que se ouve, do que se vê, ou do que se pensa, diante deste princípio, o presente trabalho visa expressar a relevância da diferença cultural para promoção da cultura artística, no qual o ser não deixa de ser, se tornando outro ser sem deixar de ser, embora, parece ser uma controvérsia de ideias porque uma pessoa que esteja exposto a viver uma outra realidade acaba pertencendo ao grupo desta nova realidade, fazendo deste um ser, ou pessoa diferente da que já era no princípio.

Na verdade, tanto a cultura artística quanto a cultura social e humana, tendem suas manifestações em ideias, e essas ideias se dão na ação sobre o olhar daqueles que os promovem e os produzem, os ser humanos, mas ainda assim, são dois fatores que permitem ao artista e ao público uma visão de encontro e de conversação ideológica, no qual, é obrigado o princípio da aceitação e pouco o princípio da negação, a onde cada princípio se subpõe ao que estiver em ação e no comando, para melhor saber onde se destaca e como se destaca a percepção sobre base da diferença que se expressa de forma artística, enquanto se compõem ou se destaca a estética ou a poética de qualquer resultado da ação criativa humana, em um determinado espaço definido.



Fotos: Victorino Satchimuco (2020)

Poesia:

Autoria: Poeta Sofrecedor (Victorino Satchimuco)

180

Outro olhar de criar
Outro método de se exprimir
Outra via de chorar
Minha outra forma de sentir
Talvez sempre outro modo de fala
Minha poesia não preço
Minha boca não freio
Minhas lágrimas não morrem tão cedo
Meus medos não têm vergonha por isso não se escondem

A criatividade não é um sentido réplica da vida humana, nem tão pouco a realidade dela, mas sim, a realidade de uma nova proposta de perceber o impercebível, uma outra perspectiva de aceitação e transformação da realidade sobre uma realidade justa que reflete a vida real do ser, seja no espaço físico ou fictício. A criatividade artística é uma realidade transcendental da alma de quem cria a obra, e a define como um objeto que



reverbera a ideia de uma esperança sem vida, em uma vida que já não motiva o corpo que transporte as almas de outros vários corpos que com ele se relacionam. O exercício da criatividade uma viagem imutável onde o conformismo tende de afogar suas mágoas na infalível possibilidade de um objeto falar menos que a voz do artista que transcende o silencio da fala com a boa vontade de se firmar num mundo de diversas diferenças ideológicas, socioculturais, políticas, daí, que a arte ou a criatividade artística não é replica do real mais sim um real apresentado numa visão muito mais subjetiva.

CULTURA DA ARTE

Segundo Paz (1998, p 47), toda frase possui uma referência a outra, e é suscetível de ser explicada por outra. Graças à mobilidade dos signos, as palavras podem ser explicadas pelas palavras: É nesta cosmovisão que nos releva a ideia de se explicar pela ideia, a cultura ser exposta pela cultura, afinal as formas pelos quais elas se expressam dão sentido a ideia da vida e a reação dos feitos dela mesmo. Partindo da ideia que a arte tendeu à vários conceitos no decorrer do tempo, com o desenvolvimento de teorias e surgimentos de vários autores, pesquisadores, artistas e não só, dando sentido a palavra arte na linguagem comum, tal como na linguagem filosófica e pelo qual ainda se entende a arte numa visão do sentido restrito, como obra de arte aquilo que está exposto nos museus, no teatro, nas galerias ou em qualquer contexto teórico, histórico e institucional legitimador. Assim como também, a arte em sentido mais amplo, vindo a ser o resultado daquilo que fez o ser desenvolver, como tempo, lugar, acontecimentos (memórias), dos quais resultam da experiência inovadora (criação), originalidade, de modo que qualquer sector das atividades humanas poderem ter um núcleo reconhecido como artístico, desde que envolva um criativo potente, ou uma experiência estética, um olhar crítico, bem como abertura de um novo modo de habitar no mundo.

De acordo com Mikel Dufenne (2015 p.11). O ser do objeto estético depende da percepção e só se realiza na percepção. Por fim, o problema do estatuto (Percepção) do objeto estético. Visto que ele é não só um em si, como também um para si. É de este pensar que podemos entender, que não se pode perceber o impercebível enquanto agente da ideia, para que o objeto não venha somente ser mais um objeto em exposição, a ideia



de que um encontro entre a experiência do ser criador e a criação, diante do público, só poderá existir se os dois seres tanto o que vê e o que expõem conseguiram entender ou perceber o que foi criado e exposto em um determinado lugar.

Por isso, nesta desenvoltura de ideias, talvez percebamos que a cultura da arte, é uma realidade que se expressa de uma ideia e se desprende de uma ação interna, resultando de uma ideia original, natural e simples numa perspectiva de vida e do quotidiano, visando explorar a outra face da mesma (vida do público e da sociedade em geral) sobre novas formas que se vão encarando durante a sua faze de exposição (ao público) e exploração (do público à obra do artista e do artista ao público), definindo uma outra visão, definindo o lugar, o público, o tempo, definido pelo seu objetivo de existir. Podemos assim, entender que a cultura da arte, expressa esse papel e desejo de coadunar a percepção e a reflexão, visando a existência e permanência da comunicação ou interação de dois seres iguais com experiências diversas e meramente diferentes.

EKWENJE COMO IDEIA CULTURAL

Segundo Altuna (2014), a iniciação às sucessivas etapas da vida da pessoa, nascimento, puberdade, casamento, morte, adquire uma importância constitutiva, fundamental. Sem ela, a pessoa não se vai fazendo, completando, realizando. Só ela situa no lugar religioso, social e ético exato, a torna apta para os seus direitos e responsabilidades e lhe permite movimentar-se sem traumas e com eficácia na pirâmide vital interativa. Nesta mesma perspectiva, os rituais de iniciação são ideias que possibilitam o ser a criar objetos que expressam o valor e o resultado da arte, o ser, no qual está centrado sua forma de expressão para criação e inovação enquanto desenvolve suas técnicas de produção artística diante do seu tipo de linguagem. O Ekwenje, além de ser uma forma de iniciação a vida, também é um centro situações e fazes pelo qual se desperta nele as novas ideias ao olhar de quem cria, situações ou ideias estas que são expressas no dia a dia do iniciado com os outros seres, tal como diante do universo e com o objeto, partindo das características da subjetividade, o qual o mesmo é incapaz de explicar ou descrever, fazendo desta incapacidade a realidade da criatividade da linguagem artística, nomeadamente uma ideia que cruza as outras, para definir no campo da linguagem artística.

Altuna afirma que os ritos de iniciação Bantu, não são ainda conhecidos e nem se sabe ou se chegou a descobrir sua complexidade. Pois há nas suas referências místicas que desconhecemos e utilizam linguagens e nomes cifrados, esotéricos, que nunca revelam ao profano ou estranho (Altuna 2014, p.278). Ao afirmar esta realidade o autor me remete a lembranças das memórias construídas quando fui submetido à escola de iniciação para a minha iniciação, os cantos, os provérbios, os jogos e desafios de vencer as dificuldades quando elas nos obrigavam a lutar pela vida, fizeram e fazem do iniciado um ser colocado em um lugar, onde a ideia primária é o entendimento deste princípio no tempo definido para vida toda, e a isto, posso chamar um processo e um tempo laboratorial para atender a demanda da vida quotidiana depois da escola, nestas ideias e nestes valores absolvidos guardados, são os mesmos pelos quais a arte se apropria para melhor se expressar e se firmar enquanto linguagem. É uma ideia cultural o ekwenge, quando ela define sua existência no processo da vida humana enquanto agente social e transformador, afinal é destas ideias onde se fundamentam a sua coexistência vital e das famílias dos diversos subgrupos, nomeadamente o dos Ovimbundus o qual faço parte e sou originário.

EKWENJE

O ekwenje, (omanla valume vanda vussengue ócio vatetiwe, eci vatetwile, civanguia ati, omanla vakwenje vandele vussengue), são as crianças do gênero masculino, que vão ao convento ou a um lugar recôndito distante do seio familiar para a circuncisão. Depois de retornarem no seio familiar os filhos ou rapazes dizem que foram para a mata para circuncisão. É uma escola de iniciação masculina, que se constitui como particularidade cultural por vários ritos de sucessão, como a separação dos iniciados da família e da comunidade, nos diversos povos e lugares de Angola sendo assim compostos por:

- Reclusão (acampamento aberto na selva).
- Circuncisão
- Situação Marginal
- Ressurreição e Regeneração



Altuna (2014) afirma ser situações que por estarem carregadas de emoções, mistérios, dramatismo, religiosidade e alegria originam uma vivência psíquica que marca e determina para toda a vida o homem bantu. Há muitos anos, e até os dias de hoje, para se fazer o ekwenje, eram necessárias uma preparação prévia, uma preparação psicológica e uma sensibilização, tanto do iniciado quanto da família dos iniciados. A reclusão ou recruta é um exercício feito, para manter e impedir o candidato para não fugir da escola. Para alguns lugares, na primeira noite dos iniciados, a iniciação passava no ombelo, um lugar que foi separado e preparado para receber os candidatos e prepará-los para a vida e para o futuro.

Para Ndafimana, Almeida e Nkhulwavo (2014, p.37), no dia seguinte depois da reclusão, os rapazes eram transferidos para o oombo no meio de uma mata, lugar pouco acessível para os demais membros da comunidade bem como das famílias dos iniciados, e aí eram circuncidados.

Estas escolas estão e sempre estiveram em ação, seja para o norte, sul e centro sul de Angola, com suas diferenças ao quesito que pode passar nelas, com quantos anos deve passar. Por exemplo, na Huíla para os Yanekas, Muhumbi, a idade para a iniciação não era tida em conta, sendo bastante abrangente. Poderia começar de criança de alguns meses ao adulto de 20 anos, enquanto para outras a idade já se leva em conta por causa dos procedimentos e dos momentos que o iniciado estará sujeito aceitar e viver, bem como correr riscos até de morte. Para alguns grupos o ritual de iniciação não era realizado todos os anos, afinal o intervalo de cada cerimónia poderia ser de 10 anos e variar entre 10, 15 anos depois. No ato da circuncisão, para o grupo acima mencionado, os iniciados eram encostados a uma árvore ou sentados sobre uma pedra, tendo por baixo das pernas, empomba (fezes de boi) ardentes, sobre as quais vai caindo o sangue do circuncidado. Nos primeiros dias, o O'ongue passava a noite no oombo com os rapazes, para acudir a qualquer situação anormal e acompanhá-los o melhor possível. Já nos três primeiros dias, depois da circuncisão, muito cedo, todos se deslocavam para a omunhamba, uma árvore escavada, onde os circuncisos molhavam a ponta do pénis na resina, para desinfetar a ferida e fazer curativo de seguida. Tem vários outros passos a seguir para o cumprimento deste processo, para o iniciado ser propriamente considerado iniciado, a serem relatados



no decorrer da dissertação em andamento.

Já na minha terra natal, e durante a minha passagem neste ritual como iniciado da minha tribo, estarei a presentado como memórias que ainda levo comigo nos dias de hoje, buscando possibilidades de relembrar minhas vivencias que darão sentido no desenvolvimento da minha dissertação.

MINHAS MEMÓRIAS

O Onjango Familiar é recinto no qual a família se reúne para tratar assunto da família e não só. Para os regedores ou administradores comunais ou distritais, reis e outros é chamado ombala, que significa tribunal onde se julga violações, adultérios, roubos, traições, injustiças entre outros assuntos sociais na comunidade. Antes de o candidato ir à escola de iniciação masculina, na minha tribo alguns chamavam e até hoje chamam de convento, é preciso que haja uma reunião entre os pais e os tios, junto dos soberanos os quais têm o poder de decidir certos acontecimentos ou eventos socioculturais.

Se encontravam meu pai e meus tios. Naquela conversa em que procuravam encontrar o meu Nawanhangue (em umbundu) aquele que é Meu Padrinho de iniciação, me lembro como se fosse hoje, meu primo chocolate, o qual foi feito Nawahangue. Este é que me acompanhara até o dia dê tem a responsabilidade de negociar com o Puc (Puque) tido como Médico de iniciação, para a minha iniciação, o nawhangue é o meu vigilante, meu padrinho desde o início do ritual de iniciação até o final.

Antes de ser iniciado, o meu Nawahangue tinha a responsabilidade de negociar com o Puc, levando uma galinha, farinha de milho, aguardente, como agradecimento, por ter aceitado seu a filhado na escola de iniciação, permitindo assim o Nawahangue acompanhar a estadia do iniciado no convento. O Nawahangue, que vai me prestar atenção no local de formação e de iniciação, é a pessoa que recebe a comida do iniciado por parte da família. São 3 meses de muita exaustão para o iniciado durante a sua estadia no convento. É o padrinho do iniciado que presta informações do iniciado para com as famílias, tendo em conta os ocorridos de morte de um candidato. Cada família comprara um tecido de pano, para fazer o traje para o dia de se apresentar e voltar a família. Indica-se um iniciado que servirá de guia, para nós chama-se Kessongo que passa adiante dos



outros para mostrar o caminho, enquanto a isto os demais vão seguindo o guia. É um momento de muita alegria entre as famílias, em receber os iniciados com vida, realiza-se uma festa grande conjunta das famílias dos iniciados, outrossim, é em casa do guia onde passam para festejar.

Já na terceira semana, os iniciados são guiados pelos seus Nawahangues aos lugares chamados:

Otchilombola Otchiengue Mukanda

É onde os iniciados serão dirigidos a ter contacto com as figuras que transbordam a espiritualidade dos povos e dos ancestrais de cada povo no grupo. Este processo de direção chama-se Okuvassenguiwa, (okuvassengula). É exercício que visa despertar a superação do medo, isto resume-se em passar de baixo dos pés ou entre o meio das pernas dos Tchingange vulgos (Palhaços).

Nawahangue- Padrinho do candidato ou iniciado Puque – Enfermeiro de faz a circuncisão.

Kessongue - Primeiro iniciado que dirige a caravana para a reintegração ao seio familiar dos iniciados, depois de 3 a 4 meses de reclusão. É em casa dos pais deste iniciado onde se reunia todos os iniciados, sentávamo-nos na esteira, enquanto se dançava, se tocavam os batuques (percussão), juntos cantávamos as canções de vitória e ressurgimento a nova era, depois da sessão em casa do nosso guia ou nosso kessongo, se fazia outra caravana para a casa de cada iniciado até todos serem reintegrados no seio familiar. Era uma festa enorme em casa do guia, porque era realizado pelos pais de todos os iniciados que venceram o desafio.

IDEA CULTURAL E IDEA TEATRAL

Cultura social – humana e a cultura artística, são reflexões que nasceram como um novo campo expandido para refletir a linguagem da atividade criativa e teatral em Angola, sobre base daquilo que tem sido meu pensamento e o meu olhar em tudo a minha volta enquanto artista, e do que vem sido proposto no campo artístico e teatral do qual se manifestam vários princípios que instigam a realidade social, político, econômico, onde a liberdade de expressão é um fator que a muito se leva nos palcos como via de



alcançar a paz no fazer e no desenvolver o espírito de independência e liberdade criativa artística, localmente falando fora das visões do euro-centrado.

Tanto a cultura artística e a cultura geral, social e humana, são reflexas nas ideias, ou seja, nas ideologias que se manifestam a linguagem, e que estes fatores de linguagens tendem a diferenciar ela diante de suas funções ou objetivos.

Curado se submete a reflexão de Santaella (2001) que formula a hipótese de que haja três matizes da linguagem e do pensamento. A **sonora, a visual, e a verbal**, afirmindo que a primeira é uma questão de primariedade, do qual o signo é icônico reumático, a segunda, de secundariedade, signo indicial, discente e a terceira, de terceiridade do signo simbólico argumental. Diz ainda que os três matizes se comportam como vasos intercomunicantes, num intercâmbio permanente de recursos e de transmutação incessantes (Santaella, 2001, p.373). A autora ou estudiosa defende que as linguagens também se hibridizam em cada matriz e embora cada uma delas se presentificam na outra, as três de maneira individual estão no estado mais próximo do puro.

A sonora se aproxima do ícone, a visual do índice e a verbal do símbolo, por isso para compreender a percepção, a noção de sensação é fundamental; A sensação não é nem um estado ou uma qualidade, nem a consciência de um estado ou de uma qualidade, como definiu o empirismo e o intelectualismo. As sensações são compreendidas em movimento: a cor, antes de ser vista, anuncia-se então pela experiência de certas atitudes de corpo que só convém a ela e com determinada precisão Segundo Merleau-Ponty, 1945/1994, p.284, a percepção está relacionada à atitude corpórea. Essa nova compreensão de sensação modifica a noção de percepção proposta pelo pensamento objetivo, fundado no empirismo e intelectualismo, cuja descrição da percepção ocorre através da causalidade linear estímulo-resposta.

São estes estímulos respostas, que nos remetem a viajar sobre a visão da diversidade cultural, dando sentido as várias culturas, uma delas é a que proponho desde o resumo. Então, a Cultura é um conceito amplo que se refere a um conjunto de conhecimentos, valores, tradições, costumes, ideias, símbolos e práticas, ou princípios compartilhados por um determinado grupo ou povo. Pode também se difundir como o elemento fundamental da identidade cultural de um povo por ser um fator que pelo qual



se transmite conhecimentos particulares e locais, como base patrimonial de um determinado povo passando de geração em geração. Assim sendo, a cultura artística ou da arte, pode ser também princípios pelos quais se transladam de lugar a lugar, de artista para artista, onde sua realidade de conceitos e desafios, acarreta no seu âmago necessidades, perguntas e respostas, vivencias e melancolia, ideias e visões que determinam a esperança e experiência do sensível do público da estética pelo qual ela é caracterizada ou percebida, por isso posso julgar, que o encontro ser criador e praticante, (relaciona e faz relacionar as duas culturas), para se expressar, ou resistir à vida nos tempos mais desafiantes e contemporâneos dando oportunidades de outras e experiências fazendo assim, o encontro das ideias e promovendo o entrelace das linguagens.

TEATRO ANGOLANO

O teatro angolano encontra-se em evolução e em desenvolvimento, por causa da preocupação dos grupos contemporâneos em promoverem novos encontros e novos pensamentos, tal como também reverem as ideias que despertam no seu âmago uma expressão local revestida em base de vários fatores culturais nos quais se assentam a realidade de vida dos próprios angolanos e não só. A veracidade dos fatos e presença destes fatores fazem a revolução artística do teatro dia pós dia em salas de espetáculos, em festivais, em salas de debates entre outros aspectos que fazem sua própria composição de fazer, promovendo uma poética artística e teatral de Angola, não obstante das dificuldades que tem vivido e passado para se manter, por isso já podemos sim dizer que já há sim vestígios de resgate dos valores miméticos, lúdicos e sensíveis culturais, para definir sua própria forma de se expressar nos palcos e nas cenas (lugar, como também estrutural).

De acordo com Abrantes (2005), as referências mais antigas do teatro em Angola remetem ao ano 1605, trinta anos depois a fundação da cidade de Luanda. Há registos de uma escola religiosa junto do convento dos Jesuítas da companhia de Jesus. Além desta, outras escolas religiosas também abertas pelos franciscanos. Mais tarde, no século XVII, nota-se a chegada das carmelitas descalços, dos capuchinhos italianos e outras congregações religiosas, as quais na maioria das vezes durante os seus ensinamentos da



verdade cristã, do sagrado, realizavam encenações ou teatralidades a partir das personagens bíblicas, tanto do antigo como do novo testamento.

Nesta senda, verifica-se um mero encontro de ideias, como é o foco deste projeto, dando sentido a relação de adaptação e recepção daquilo que se recebe a partir deste exercício de encenação, onde quem encena transmite uma experiência de um outro lugar e o que recebe ou assiste acaba desenvolvendo esta percepção do novo lugar, de uma nova ação ou situação ao deixar entrar para dentro de si algo novo, é o este processo que desperta o entrelace das linguagens culturais e artísticas entre os seres que dão um novo sentido, disto o ser, está sujeito de fato a uma realidade de linguagem artística e do sensível. Depois desta fase, acontece o princípio do filtro, daquilo que se recebeu durante anos, de modo a velar pelos princípios locais, a fim de criar uma nova realidade embora diferente sobre base do que já foi encontrado antes do processo de aculturação e aceitação, a este fator podemos considerar como dinamização da cultura e o desenvolvimento de uma cultura artística resultante deste encontro de ideias, que vira reverberar no surgimento de uma nova linguagem, sociocultural e artístico. É assim, que de fato se faz uma nova forma de fazer e construir um novo teatro em Angola. Me lembra que, desde 2004, quando comecei a observar e registrar a desenvoltura das manifestações teatrais no país, me traz a memória esta relação entre a cultural patrimonial e a cultura artística, interligando visões de resiliência e resistência ideológicas, proposto pelo ser e pelo criador artístico, onde as línguas regionais marcam sua presença mesmo com a língua portuguesa dentro da cena entre esses encontros de códigos. Grupos se recusam abandonar uma ou outra língua para fazer chegar seus resultados criativos, a isto reflete uma nova forma de fazer o feito, romper a tradição de fazer chegar o que foi feito e uma nova realidade de sentir e fazer sentir o que ainda não foi feito, razão pelo qual destes encontros de ideias desenvolverem esses entrelace culturais para dar sentido a diferenciação das linguagens artísticas, o que também se pode definir como desenvolvimento e presença estética da criação artística.

De acordo com Abrantes (2022), em “Uma obra breve história geral do teatro”, ao fazer a compartimentação da literatura tradicional angolana, o missionário suíço Héli Chantelain, desembarcado em Angola em 1885, constatou que a quinta classe de literatura por ele considerada era a da “poesia e música”, estando nela representados os estilos

épicos, bélico, idílico, cómico, satírico, dramático e religioso. O autor afirma que essa poesia era cantada e a música raramente se compunha sem palavras. Abrantes afirma ainda que fácil e constatar, portanto, que a par das práticas mágico-religiosos, existiram e existem formas festivas e populares de caráter profano, compostas de danças, canções, poemetas, provérbios, advinhas, mitos, lendas, contos, mascaradas etc. É assim, que a visão do entrelace das ideias transcendem o existente para criar o inexistente, como a possibilidade de produzir um teatro que expressa por si só, sua forma, sua particularidade desde então o seu ponto de partida que é a cultura primária. Assim sendo o teatro Angolano se destaca na particularidade dos valores intrínsecos na expressão cultural de quem o promove como também de quem os produz, os elementos expressivos destas particularidades culturais definem novas formas e novos horizonte de ver o princípio da criação artística e teatral em cada lugar ou em cada canto do País:

“No período 1975-1984, marcou-se o despertar das populações para o teatro apresentado naquela época, com destaque para as mensagens com um elevado cariz político e ideológico envolvendo sempre a juventude nos trabalhos

O combate as práticas coloniais e valorização das conquistas e vantagens da Independência. Verifica-se a elevação do nível de cônscia política das populações e exaltação dos heróis da independência e a construção de uma sociedade com ideologia social”; Orlando Domingos, em mesa-redonda por ocasião do dia Mundial do Teatro 27 de Março de 2025 na Faculdade de Artes da Universidade de Luanda.

OBJETOS E SIMBOLOGIAS NA PRODUÇÃO ARTÍSTICAS

Diante do olhar da Antropologia de Turner, Cavalcanti (2020) considera que os símbolos, que são e sempre serão objetos concretos situados entre outros símbolos, funcionam plenamente no contexto ritual. Vai ainda além quando Turner vai dizer que o ritual é, a um só tempo, um contexto sociocultural e situacional característico.

“Nesse ambiente, impregnado de crenças e valores, os símbolos exercem sua eficácia plena como articuladores de percepções e de classificações, tornando-se fatores capazes de impedir e organizar a ação e experiências humanas e de revelar os temas culturais subjacentes”. (Cavalcanti 2020)

São nessas ideias, onde os reflexos daquilo que nos define como ser integrante de um



determinado lugar e de um determinado povo ou grupo, nos vai remeter a novos horizontes de vida e de percepção, podemos ainda entender que os símbolos e os objetos são elementos que subdividem em classes ou em diversas fases, sim, de fato trazem novas percepções e pelos quais se criam novas ideias e novas realidades, novas linguagens e uma delas, é a possibilidade de existência de uma nova característica no objeto final, que pode ser considerado como matéria final ou produto resultante deste encontro de ideias e reflexões, que podemos dividir ou classificar da seguinte forma: **Temporal, Intemporal, Semi temporal da existência humana**

- ✓ Semi Temporal

Fator quase, ou fator metade-temporal, são fatos que revelam a função quase, de um fator situacional que revelam o presente e passado sobre base de fatos que visam informar o futuro a partir de uma simbologia e do objeto.

- ✓ Temporal,

Fator, algo, ou o significado e a existência de algo, contando no tempo, que coexiste, mas que muda suas características, suas formas, suas percepções de acordo a visão social e da população que dão sentido à vida da mesma.

- ✓ Intemporal

Fator que não está sujeito à ação do tempo.

- ✓ Atemporal ou invariável.

Que não pode ser enquadrado em determinada realidade; (Acrônico).

Atemporal é um fator, que permanece válido, belo ou necessário apesar dos anos, décadas, séculos ou milênios que o separam da época atual. Também pode ser algo que embora, extremamente pestilento, persiste em existir, apesar das mudanças radicais que o mundo humano passa ao longo do tempo. São estes fatores do tempo e no tempo que marcam e promovem a existência dos objetos, influenciando assim, o sentido simbologia em qualquer fator expressivo, enraizado no amago do valor sensível da criação como costume, como cultura, como hábitos, mas que englobam também o segredo da inovação e revolução material e imaterial do homem para o artista e do artista para o público.

AS MATRIZES NÃO SÃO PURAS

De acordo com Santaella & Asth (2019), as matrizes têm a função de relacionar dados numéricos, isto na matemática. Por isso o conceito de matriz não é só importante na matemática, mas também em outras áreas já que as matrizes têm diversas aplicações. Matriz é uma tabela organizada em linhas horizontal e n o número de colunas verticais. Daí, que a ideia dos objetos acima mencionados, nos levam a compreender o sentido simbologia do objeto, para entender a linguagem como resultado criativo de uma artista, consagrando sua obra em uma obra arte, dos objetos símbolos, que vos proponho apreciar, abarca esta delimitação cultural, das tribos em geral do povo Bantu, que dia pois dia se navega o sentido do passado, no presente, diversificando assim, o sentido da vida e o modo de viver deste povo, garantindo um futuro que se opõem a ser estudado, a ser entendido e a ser preservado. Ainda assim o raciocino nos leva a concordar com Santalla (2019), quando fala que as linguagens não são puras, porque os objetos, representam uma simbologia, já a simbologia cria uma linguagem, o qual a quem recria sobre ela divergem o conceito das ideias, de acordo, o tempo e o lugar, fato que transcendem o entendimento de qualquer, mas que promove a dinâmica racional do artista, quando se ocupa em entender o sentido dela para o mundo.

TODAS AS LINGUAGENS SÃO HIBRÍDAS

Quando se trata de linguagens existentes, manifestas, a constatação imediata é a de que todas as linguagens uma vez corporificadas, são hibridadas. A lógica das três matrizes e suas 27 modalidades desdobradas em 81 nos permite interligar os processos de hibridização de que as linguagens se constituem. Na realidade, cada linguagem nasce do cruzamento de algumas sub-modalidades de uma mesma matriz ou do cruzamento entre sub-modalidade de duas ou três matrizes. Quanto mais cruzamentos se processarem dentro de uma mesma linguagem mais híbrida ela será. Deste modo, por exemplo a linguagem verbal e oral, apresenta fortes traços de hibridização tanto com a linguagem sonora, quanto com a linguagem visual na gestualidade que acompanha. A criação de narrativas é um aspecto indispensável da experiência humana. Como comenta Barbara Hardy, a criação

de narrativas é um ato fundamental da mente transferido da vida para a arte.

EKWENJE COMO LINGUAGEM HÍBRIDA CULTURAL E ARTÍSTICA

O ritual de iniciação ou de passagem masculina, que vigora nos grupos que compõem o povo Bantu em Angola, é uma escola que envolve particularidades culturais, o mesmo, assim como vimos anteriormente acima, é um dos fatores que desperta de alguma forma uma linguagem artística, ou até mesmo se resumir em um fator de processos criativos de vários artistas locais, seja na dança, na música e no teatro, são fragmentos que tenho vindo a constatar no campo artístico desde 2004. O ser não artista se encontra no meio e em condição de relacionar este pensamento cultural para um pensamento de atividade criativa, da sim, um sentido de entrelace e de encontro de linguagens entre o fator cultural e artístico, ou ainda, de culturas que idealizam uma nova forma de se manter e de se expandir diante deste processo, o valor sensível já mais ficou de fora.

Diante de tudo isto, estimula a necessidade de olhar para as artes, seja qual for ela, constituída por vários objetos e pelas subjetividades dos mesmos e destes desenvolvem a simbologia como base do entendimento do que venha ser diante a quem o interpreta.

Assim, a Dança no Ekwenje também é resultado destes objetos e simbologias que dão sentido a expressão individual, coletiva, para resistir diante de um desafio criativo, por parte dos iniciados no convento, assim como vimos anteriormente, a configuração dos nomes que os iniciados recebem, o nome que o acompanhante ou padrinho iniciado recebe, bem como o médico e os demais iniciados e a nova denominação que o lugar recebe, diversas complexidades e posições fariam a vês, a existência de um determinado espaço, um determinado tempo e um determinado fator histórico, para o processamento de uma obra artística.

Contar e ouvir histórias nos permite três processos fundamentais:

- Organizar momentaneamente a experiência em uma série de memórias;
- Prever um futuro;
- Vivenciar através da história de outros, o que da história de outros, o que nunca experimentamos.

O primeiro, indica noções de quem somos identidade enraizada na memória. O



segundo nos permite ter esperança, expectativas e organizar nossas ações, já o terceiro, forma a base de grande parte de nossa aprendizagem e educação formal.

Todos nós tendemos a construir nossa própria história e pessoal da mesma forma que um artista cria um trabalho de arte, selecionando e ordenando, experiências em um banco de memórias que se torna o significante de nossa identidade. Muito do que nos acontece, é considerado por nossa memória como insignificante, e abandonado na sala de edição enquanto editamos o filme de quem somos. Uma boa saúde mental requer que seja desenvolvida e mantida em uma história pessoal coerente, que seja respeitada, tenha valor e significado. São fatores estes que fazem dar vida a alma criativa, a existência de corpos recheados do pendor artístico, despertando o valor sensível para quem está expondo, para quem está apreciando, para quem está analisando. A arte, é uma linguagem híbrida, voltada a campo de criação, o seu campo de visão os objetos e as simbologias do valor que o artista desprende de suas emoções para despertar emoções ao público para é direcionada.

CONCLUSÃO

Diante de todos aspectos tratados no texto presente, nos remete a uma realidade distinta pelo qual se assenta a percepção do que venha ser a descodificação de ideias e a relação da diferenciação de ideias com base nos seus campos de atuação, a arte nos oferece a liberdade de se expressar enquanto a observamos, bem como a liberdade de o fazer enquanto a produzimos, uma vez que a cultura se restringe no olhar da preservação. E esta preservação instiga a curiosidade de melhorar o entendimento dela por parte do ser criador e artístico, porque desta curiosidade, promove a imaginação para uma nova forma de linguagem expressiva e artística. O ekwenje, como manifestação cultural, contém no seu amago seus princípios de criação e seus fragmentos artísticos não convencionais, já a cultura artística se aproveita destes fragmentos não convencionais para solidificar a qualidade ou melhorar sua forma de permanência e presença artística durante um novo espaço ou lugar, onde nos venha permitir enxergar o encontro das ideias e o entrelace ou cruzamento de novas linguagens sobre base da vida humana enquanto ser pelo qual arte ou objeto e a cultura da arte provem.



Ainda em gesto de conclusão podemos concluir, que os encontros, são aqueles cruzamentos que despertam a relação do ser com o espaço, e que este espaço pode ser lugar de fala, de vida, de experiência para a construção de uma nova realidade, onde o princípio da absolvição de tudo que este lugar e aquilo que o ser traz, desperta o interesse ou o mote os demais encontrados ou o que encontra a criação, de uma obra, um objeto revestido de realidades de uma memória criada no passado, vivendo no agora e futuramente. Assim também Ideias, são aquelas que não só definem o ser, tal como não definem o espaço, mas tendem a despertar uma realidade mais afetiva e abrangente para uma sociedade em construção e em desenvolvimento sobre base de uma estrutura já existente definida por culturas em progressão. O teatro Angolano, está assente nestes fatores, que se destacam como ideias, que se firmam como encontros, quando observados embora o mesmo não venha apenas se constituir por valores e princípios seculares, como também acarretam no seu âmago, valores e princípios sagrados. São estes princípios e valores que definem a realidade atual do teatro angolano como também a pressão da natureza comunitária e social do mesmo povo.

195

Anexos



Onjango = Lugar de decisão e dissolução



Lugar de preparação e formação



Tchingange= Entidade Espiritual e cultural



Puqui, Nawahangue e Ukwenge



Dentre as canções do ekwenge está minha poesia, dela minha linguagem e vida;
Poeta Sofrecedor (Victorino Satchimuco)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, M. J. **Uma breve história geral do teatro.** Angola: Kacimbo, 2022.
- CALVACANTI de CASTRO VIVEROS, L. M. **Drama, Ritual e Performance: Antropologia de Victor Turner.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- CURADO, E. M. Linguagens e Hibridismo. **Texto digital**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 241-255, jul./dez. 2012. DOI: 10.5007/1807-9288.2012v8n2p241
- NDAFIMANA, M. A.; ALMEIDA, T, F. & NKHULWAVO, F. I. T.: **A herança no Grupo dos Ovahanda.** Luanda - Angola: Paulinas, 2014.
- NOBREGA, P. T. Corpo, Percepção e Conhecimento em Merleau-Ponty. **Estudos Psicológicos**, Natal, vol. 13, n. 2, p. 141- 148, 2008.

TAKEDA, T.; SANTAELA, L. **Matrizes da linguagem e Pensamento: Sonora, Visual, Verbal.** São Paulo: Iluminuras, 2013.



GeoÁfrica divulga...

Eventos



IIIº Seminário Internacional GeoÁfrica Áfricas em Movimentos Espaços e Sociedades na África Subsaariana 03-06 de novembro de 2025 Rio de Janeiro-Maputo-Lichinga-Porto Alegre (Formato híbrido)



O grupo de estudos e pesquisa *Espaços e Sociedades na África Subsaariana* - GeoÁfrica, (Programa de Pós-Graduação em Geografia /Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), criado no ano de 2020, organiza o Terceiro Seminário Internacional **GeoÁfrica. Áfricas em Movimentos. Espaços e sociedades na África Subsaariana**. Em colaboração com o Programa de Doutoramento em Geografia da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique) e em parceira com a Universidade Rovuma (Moçambique) e o Centro Brasileiro de Estudos Africanos (UFRGS, Brasil), o Seminário pretende promover a divulgação de pesquisas e estudos sobre o continente africano, a troca de experiências, ideias e debates entre pesquisadora/es de diversos países, a cooperação acadêmica interinstitucional e atividades de extensão. O



Seminário será realizado de forma híbrida entre os dias **03 e 06 de novembro de 2025**, em formato presencial em universidades do Rio de Janeiro, de Maputo, Lichinga e Porto Alegre, além de ser aberto a comunicações remotas. O encontro será estruturado em **15 eixos temáticos** abrangendo problemáticas econômicas, sociais, ambientais, geopolíticas e territoriais que constituem desafios maiores para as sociedades e os governos africanos. Os trabalhos apresentados pela/os pesquisadora/es serão publicados posteriormente.

Cronograma (datas principais)

Envio de resumos: 02/06 a 10/07/2025

Comunicação de aceitação dos resumos: 04/08/2025

Inscrição e Pagamento: 05/08 a 31/08/2025

Realização do seminário: 03 a 06 de novembro de 2025

Envio de artigo para publicação: 01 de setembro até 15 de dezembro de 2025

Publicação dos Anais: 1º Trimestre de 2026

Formato do evento

O formato do evento será híbrido. Espaços serão reservados na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Pedagógica de Maputo, na Universidade Rovuma (Lichinga) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul onde as comunicações e palestras serão presenciais e transmitidas. Pesquisadora/es poderão também participar de maneira remota.

Um link válido ao longo do seminário será atribuído às salas pares e ímpares.

A duração das palestras será definida em função do número de comunicações por mesa.

Operacionalização do Seminário: todas as etapas serão realizadas através da plataforma Even3: envio de resumo, comunicação dos “aceites”, inscrição, pagamento, comunicação da programação, envio das declarações etc. Os links de acesso e informações gerais serão comunicados com antecedência pelo grupo de pesquisa e seus parceiros via e-mail: seminariogeoafrica@gmail.com, Facebook: **GeoÁfrica**; Instagram: **@geo.africas**





1ª Semana de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da UFJF

1º Congresso Internacional Afrofonia:

literatura, ensino e pensamento 100 anos de Frantz Fanon

20 a 24 de outubro de 2025 | Faculdade de Letras UFJF - Juiz de Fora - Minas Gerais

Evento presencial com transmissão online



A “Primeira Semana de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da UFJF e I Congresso Internacional Afrofonia: literatura, ensino e pensamento - edição 100 anos de Frantz Fanon” nasceram a partir da convergência de pesquisas sobre as literaturas africanas e suas diásporas, de docentes vinculados ao programa de pós-graduação PROFLETRAS - Mestrado profissional em Letras da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. O congresso tem como propósito congregar professores universitários, pesquisadores e estudiosos de Literaturas Africanas e suas diásporas, a fim de divulgar as pesquisas acadêmicas e, também, aquelas aplicadas ao ensino. A primeira edição do congresso coincide com o centenário de nascimento do importante investigador da área, Frantz Fanon, a quem será dedicado ao menos um simpósio temático, palestras e mesas de debate. Outrossim, o evento tem em seu nome, “Afrofonia”, a reverberação da existência africana nos muitos espaços geográficos do globo e na presença desse continente no trabalho acadêmico e escolar, como forma de conscientização da contribuição do povo africano à História do mundo. A semana de estudos africanos e o congresso estão previstos para ocorrer entre os dias 20 e 24 de outubro de 2025, na Faculdade de Letras da UFJF.

200



Cronograma de inscrições: Inscrições para participação como ouvinte, via site: de 15/04 a 01/09

Informações, inscrições e submissões:

<https://www.even3.com.br/primeira-semana-de-estudos-africanos-da-faculdade-de-letras-da-ufjf-e-primeiro-congresso-internacional-afrofonia-literatura-ensino-e-pensamento-100-anos-de-frantz-fanon-556164>



I COLÓQUIO DE ESTUDOS EM ÁFRICA E ÁSIA (CEAA) [@ceaa.ufrj](https://www.instagram.com/ceaa.ufrj)

"O espírito de Bandung ainda vive: 70 anos da Conferência Afro-Asiática"

Modalidade: Híbrida (presencial no Instituto de História da UFRJ e online)

Datas: 9, 10 e 11 de setembro de 2025

Inscrições e mais informações: [@ceaa.ufrj](https://www.instagram.com/ceaa.ufrj)

E-mail oficial: coloquioafricasia@gmail.com

201

ICEAA
UFRJ

I Colóquio de Estudos em África e Ásia

O espírito de Bandung ainda vive: 70 anos da Conferência Afro-Asiática

Edital disponível e inscrições para
comunicadores abertas! (12/06 - 10/07)

Acesse o formulário
pelo link na bio @ceaa.ufrj

LEAFRICA
Centro de Estudos Áfricanos

LEOA

CENTRO INTERNACIONAL DE
ESTUDOS ÁRABES E ISLÂNICOS
المؤتمر الدولي لدراسات العرب والإسلام

AZ-MUTE
Laboratório de
ESTUDOS ORIENTAIS
مختبر الدراسات الشرقية



📌 SOBRE O EVENTO

Organização: Laboratório de Estudos Orientais (AZIMUTE) e Laboratório de Estudos Africanos (LEÁFRICA) da UFRJ; Centro Internacional de Estudos Árabes e Islâmicos (CEAI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS); e Laboratório de Estudos Orientais e Asiáticos (LEOA) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). O I CEAA celebra os 70 anos da Conferência de Bandung (1955) e os 50 anos das independências dos PALOPs (1975), refletindo sobre as relações África-Ásia-Brasil em diáspora, política, cultura e história.

📝 CHAMADA PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS

📅 Prazos:

Comunicadores: 12 de junho a 10 de julho de 2025 (envio de resumos)

Ouvintes: 9 de agosto a 9 de setembro de 2025

❖ Eixos Temáticos:

- ✓ Cultura e Política
- ✓ Estudos da Diáspora
- ✓ Gênero e Sexualidade
- ✓ História e Memória
- ✓ Relações Brasil-África-Ásia
- ✓ Religião e Religiosidades (e outros – ver edital completo)

📁 Formatos Aceitos: Comunicações orais (presenciais ou remotas) Trabalhos completos (opcional para publicação nos anais)

📄 Normas para Submissão: Resumo: 200-300 palavras, 3-5 palavras-chave, referências ABNT (NBR 6023/2018).

Enviar em PDF via formulário oficial (link no Instagram [@ceaa.ufrj](https://www.instagram.com/ceaa.ufrj)).

Autoria: Máximo 2 autores; 1 trabalho por pessoa. Apresentação: 10 minutos (com slides, se disponível).

⌚ PROGRAMAÇÃO Mesas especiais (noturnas, híbridas) Simpósios temáticos (diurnos, presenciais/online)

✉️ COMO PARTICIPAR?

1 Comunicadores: Preencha o formulário de inscrição e envie seu resumo até 10/07/2025.

2 Ouvintes: Inscreva-se de 09/08 a 09/09/2025.

3 Trabalhos completos (opcional): Envie até 10/10/2025 para coloquioafricasia@gmail.com.

O link para o edital e para o formulário de inscrição está disponível na seguinte bio do

Instagram: <https://www.instagram.com/ceaa.ufrj/>

Ou acesse diretamente por aqui: beacons.ai/ceaa.ufrj



**ANÚNCIO DA 6.^a CONFERÊNCIA BIENAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS
AFRICANOS DE ÁFRICA (ASAA2025)**
Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) Praia, Cabo Verde
24-27 de setembro de 2025



African Studies Association of Africa

A Associação de Estudos Africanos de África (ASAA) tem o prazer de anunciar que a **6^a Conferência Bienal da ASAA terá lugar na Cidade da Praia, Cabo Verde, de 24 a 27 de setembro de 2025**, co-organizada pela **Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)**. O tema da ASAA2025 é **"Respostas Africanas às Vulnerabilidades Globais: Construir Esperança para o Futuro"**. A Conferência Bienal da ASAA é o maior encontro mundial de académicos/as e investigadores/as africanos/as e centrados/as em África, realizado em África, reunindo uma média de 600 delegados/as provenientes especialmente do continente africano, da diáspora e de diferentes partes do mundo. As edições anteriores tiveram lugar em Ibadan (2015), Accra (2017), Nairobi (2019), Cidade do Cabo (2022) e Lubumbashi (2023). Ao longo dos anos, assistiu-se a um aumento da diversidade de participação, reunindo investigadores/as, intelectuais, comunidades locais, decisores políticos, activistas e agentes empresariais para debater desafios continentais relevantes e os encontros de África com o mundo.

Reserve a data para a ASAA2025 e esteja atento/a ao lançamento do convite à apresentação de propostas para participar na conferência na Praia, Cabo Verde, no Campus do Palmarejo Grande. Junte-se a nós em Cabo Verde para esta experiência bienal transformadora, repleta de partilha de conhecimentos, oportunidades de trabalho em rede e intercâmbios culturais. Em breve, estarão disponíveis mais informações sobre o registo e as diretrizes de apresentação no sítio Web da ASAA. Siga-nos nas redes sociais e partilhe as suas histórias e memórias de conferências anteriores utilizando as hashtags **#ASAA2025** e **#CaboVerde2025**. Estamos ansiosos/as por vos dar as boas-vindas a este evento emocionante.







From Recovery to Resilience in Tourism:
Sustainable Pathways for Transforming Tourism
The Maslow Hotel Sandton, Johannesburg, South Africa
September 1-5, 2025

An International Conference

From Recovery to Resilience in Tourism: Sustainable Pathways for Transforming Tourism

Event Location: The Maslow Hotel Sandton, Johannesburg, South Africa

Event Date: 1-5 September, 2025

Conference organized by the University of Johannesburg, South Africa, and the University of Oulu, Finland.



Conferência “50 Anos da Literatura Moçambicana: Percursos e Práticas Criativas”, 9 e 10 de outubro de 2025

Data: 9 e 10 Outubro 2025

Local: A definir (TBC). Organização: CEsA – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA/CSG/ISEG-ULisboa) e UEM – Universidade Eduardo Mondlane

Apoio: Fundação Calouste Gulbenkian e CEsA/CSG/ISEG-ULisboa

Parcerias: Universidade de Bayreuth, Sorbonne Nouvelle e Universidade Estadual de Campinas





II Graduate Conference of the African Studies Section of the Portuguese Political Science Association

18th of November 2025

The African Studies Section of the Portuguese Political Science Association organises its II Graduate Conference on 18 November 2025 at Iscte - University Institute of Lisbon. The event aims to bring together students and early-career scholars whose research focuses on the African continent and contributes to knowledge production within major areas of political science, comparative politics, political economy, political theory and international relations. The Conference also welcomes research embracing multidisciplinary and multi-methodological perspectives on African Politics.

The Conference is open to graduate students (Master's or PhD) and junior postdoctoral researchers.

Deadline: 15 September 2025

Communication of results: 15 a 30 de Setembro

Format: Hybrid (in person and online).

Organising committee:

Edalina Rodrigues Sanches, ICS-ULisboa
Ana Lúcia Sá, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa
Vasco Martins, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa
Cláudia Generoso de Almeida, IPRI/NOVA
Alexandra Magnólia Dias, NOVA-FCSH
João Conduto, ICS-ULisboa

Contact: sea.apcp@gmail.com

APCP
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
CIÉNCIA POLÍTICA

U LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ICS
INSTITUTO DE CIÉNCIAS SOCIAIS

cei_iscte
Centro de Estudos
Internacionais

fct
Fundação para a Ciéncia e a Tecnologia
C0093000021 1497000262
0000000000



LANÇAMENTOS

**CODESRIA BULLETIN
BULLETIN DU CODESRIA**

NÚMERO / Number / Numéro 2, 2025

DOI : <https://doi.org/10.57054/cb22025>

NÚMERO ESPECIAL MOÇAMBIQUE

**Visão de alguns intelectuais moçambicanos
sobre a violência pós-eleitoral**

link / Lien :
<https://journals.codesria.org/index.php/codesriabulletin/issue/view/488>

[Facebook](#) [Twitter](#) [Email](#) [LinkedIn](#) @codesria - <https://codesria.org> - codesria@codesria.org - publications@codesria.org

Temos o prazer de anunciar a publicação do **número especial do CODESRIA Bulletin No. 2, 2025**, dedicado ao tema:

“Moçambique: Visão de alguns intelectuais sobre a violência pós-eleitoral”

Editor convidado: **Elísio Macamo**

Este volume reúne reflexões críticas sobre o período de agitação política que se seguiu às eleições autárquicas e gerais de 2023–2024 em Moçambique. Os textos abordam a crise a partir de diferentes ângulos: o papel das instituições, a justiça eleitoral, o uso da violência como forma de expressão política, o impacto das redes sociais, e os custos humanos e económicos da repressão. Esperamos que esta edição estimule o debate sobre os desafios da democracia, da legitimidade e do exercício da cidadania em contextos africanos.



**O Futuro dos Estudos Étnicos e Africanos em um Mundo em Franca
Desglobalização**

**XXV ESCOLA DOUTORAL FÁBRICA DE IDEIAS
Edição Salvador**

PERÍODO: 01 A 13 / SETEMBRO DE 2025.

LOCAL:

**Universidade Federal da Bahia (UFBA) / Centro de Estudos Afro Orientais
(CEAO)/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH).**

As inscrições para a escola doutoral internacional da UFBA foram prorrogadas até
9 de julho.

<https://fabricadeideiasufba.org/chamada-publica/o-futuro-dos-estudos-eticos-e-africanos-em-um-mundo-em-franca-desglobalizacao/>

RESUMO

A edição 2025 da escola doutoral Fábrica de Ideias será sua vigésima quinta e coincidirá com a comemoração dos 66 anos do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). A escola doutoral se realiza em duas etapas, uma primeira em formato de simpósio internacional e a segunda como seminário avançado de pesquisa, focado nos projetos de pesquisa dos alunos.

Os últimos 25 anos assistiram as transformações na paisagem intelectual global, com impactos profundos e duradouros sobre os Estudos Africanos, Étnicos e Afro-Americanos não somente no Brasil, mas também nas universidades do Norte Global e no próprio continente africano. Além da emergência da própria categoria “Sul Global”, diversos processos convergiram para a reconfiguração desses campos de estudo, notadamente: o crescimento de centro de ensino e pesquisa nestes campos, a consolidação de medidas redistributivas e de ação afirmativa no ensino superior, o ápice do multiculturalismo e o início de sua crise; a globalização do “pós-colonial”; o início do “giro decolonial”. O “Sul Global” também experimentou transições políticas e econômicas que alteraram o contexto e as condições de produção de conhecimento nesses campos em âmbitos nacionais, com a emergência de vozes e agendas até então silenciadas, em uma situação complexa de fragilização do Estado e reforço da dependência externa. Propomos debater as facetas desse processo de reconfiguração teórica e prática dos estudos étnicos e africanos durante os últimos 25 anos e, a partir desta reflexão sobre o passado deste campo de pesquisa, tentarmos



imaginar o futuro destes estudos em um mundo cheio de mudanças e em franca desglobalização.

A Fábrica de Ideias é uma escola doutoral internacional de caráter intensivo sobre estudos étnico-raciais e africanos que promove edições anuais desde 1998, sempre com a preocupação de articular teoricamente esses dois campos e de propiciar espaços de interlocução de abrangência verdadeiramente global, envolvendo pesquisadores em diferentes estágios da carreira acadêmica. Com base no sucesso de experiências anteriores, nesta edição preveem-se diversas modalidades de participação – participantes presenciais das duas etapas do evento, o público presencial das palestras e conferências públicas (estimado em 200 pessoas) e o público que acompanhará as palestras e conferências através de transmissão online ao vivo, em qualquer parte do planeta. A escola doutoral se realiza em duas etapas, uma primeira em formato de simpósio internacional e a segunda como seminário avançado de pesquisa, focado nos projetos de pesquisa dos alunos. Nossa escola doutoral – um curso intensivo com 60 horas-aula, cadastrado como disciplina de pós-graduação de 4 créditos – tenciona confrontar o contexto brasileiro com o desenvolvimento dos estudos étnicos e africanos tanto nas universidades dos Estados Unidos e Europa como no próprio continente africano.

 **O FUTURO DOS
ESTUDOS ÉTNICOS
E AFRICANOS EM
UM MUNDO EM FRANCA
DESGLOBALIZAÇÃO**

Estão abertas as inscrições para
a escola doutoral internacional
da UFBA – Fábrica de Ideias

Local: Centro de Estudos
Afro Orientais – CEAO (UFBA)

Data: 01 a 13 de setembro
Prorrogação do prazo
de inscrição: até 09 de julho

Se inscreva em:
fabricadeideiasufba.org